

Justiça

em números

Justiça do Trabalho

2010

Conselho Nacional de Justiça

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Ministro Antonio Cezar Peluso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministra Eliana Calmon Alves

Conselheiros

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho

Milton Augusto de Brito Nobre

Leomar Barros Amorim de Sousa

Nelson Tomaz Braga

Paulo de Tarso Tamburini Souza

Walter Nunes da Silva Júnior

Morgana de Almeida Richa

José Adonis Callou de Araújo Sá

Felipe Locke Cavalcanti

Jefferson Luis Kravchychyn

Jorge Hélio Chaves de Oliveira

Marcelo Rossi Nobre

Marcelo da Costa Pinto Neves

Secretário-Geral

Fernando Florido Marcondes

Secretário-Geral Adjunto

José Guilherme Vasi Werner

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva

Leda Marlene Bandeira

Diretor de Projetos

Pedro Florêncio

Diretor Técnico

Ronaldo Lago

Pesquisadores

Fernanda Paixão

Ganem Amiden

Santiago Varella

Estatísticos

Gabriela Moreira

Igor Stemler

Monique Brant

Apoio à Pesquisa:

Pedro Amorim

Ricardo Marques

Thaís Nascimento

Secretárias:

Priscilla Gianini

Josane Ribeiro

Patrícia de Almeida

Estagiárias:

Camila Leal

Jaqueline Souza

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	5
1.1. Recursos Financeiros	5
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	5
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	11
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	14
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça	17
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça	20
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça	23
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça	26
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça	29
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	32
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça	35
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça	38
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça	41
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça	44
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça	47
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	50
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça	53
1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça	56
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	59
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	59
1.2.2. Mag - Total de Magistrados	62
1.2.3. TS - Total de Servidores	65
1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	68
1.2.5. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	71
1.2.6. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	74
1.2.7. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	77
1.2.8. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	80
1.2.9. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	83
1.2.10. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	86
1.2.11. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	89
1.2.12. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	92
1.2.13. Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	95
1.2.14. Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	98
1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	101
2. Litigiosidade.	104
2.1. Litigiosidade de 2º grau	104
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	104
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	107
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	110
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	113
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	116
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	119
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	122
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	125
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	128
2.1.10. RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	131
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	134
2.1.12. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	137

2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	140
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	143
2.2. Litigiosidade de 1º grau	146
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	146
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	149
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	152
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	155
2.2.5. T BaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	158
2.2.6. T BaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	161
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	164
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	167
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	170
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	173
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	176
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	179
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	182
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	185
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	188
2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	191
2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	194
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	197
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	200
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	203
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	206
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	209
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	212
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	215
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	218
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	221
2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	224
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	227
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	230
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	233
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	236
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	239
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	242
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	245
2.3. Litigiosidade Total	248
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	248
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	251
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	254
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	257
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	260
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	263
2.3.7. ProcEl - Índice de Processos Eletrônicos	266
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	269
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	272
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho	272
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)	275
3.3. Dem - Demandantes	278
3.4. Poder Público como Demandante.	281
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	281
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	284
3.5. Poder Público como Demandado.	287
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	287
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	290

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

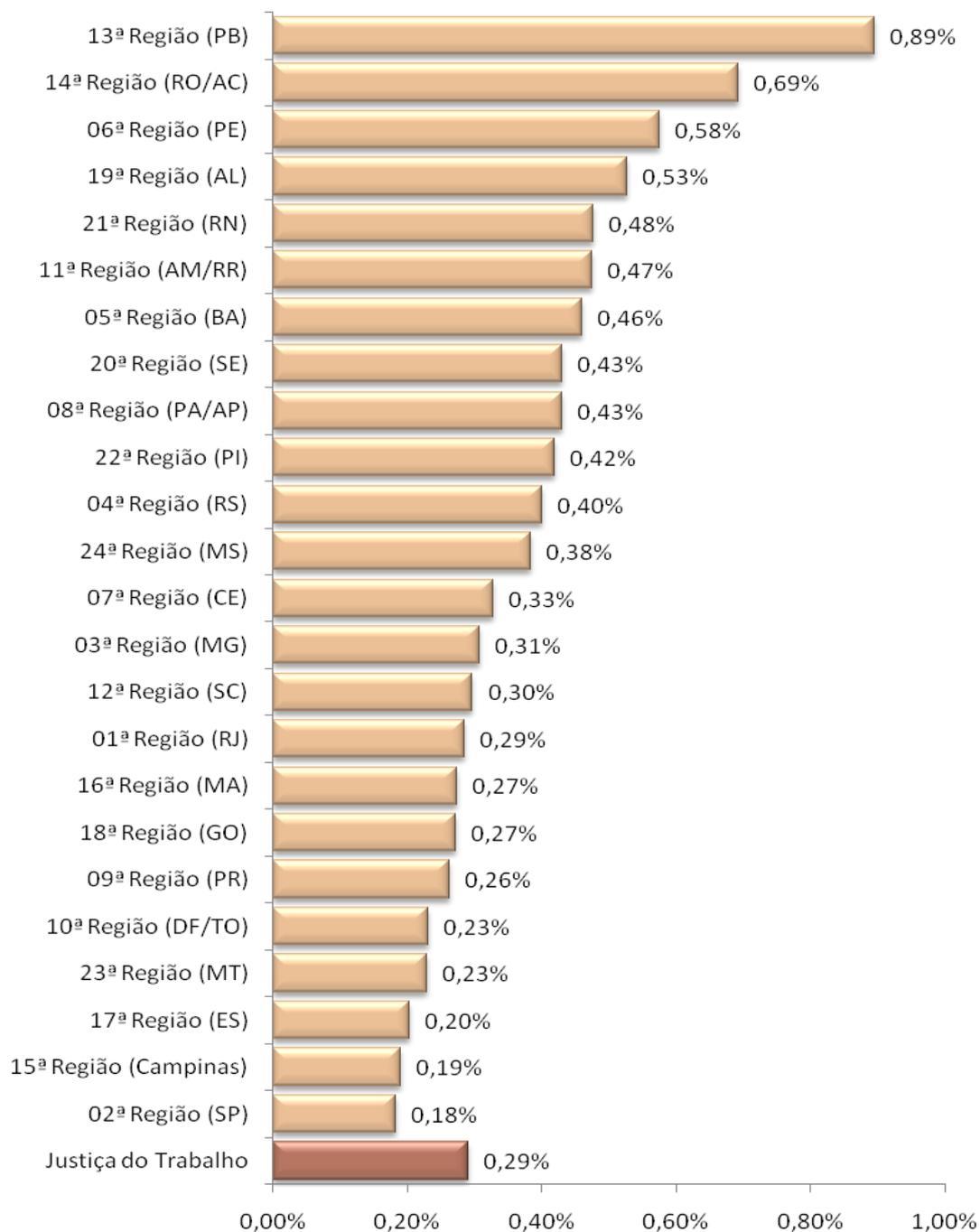
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região (RJ)	1.186.236.360	415.975.630.781	0,29%
02ª Região (SP)	1.346.672.375	740.111.741.162	0,18%
03ª Região (MG)	1.049.657.500	342.449.129.054	0,31%
04ª Região (RS)	967.686.418	241.815.452.515	0,40%
05ª Região (BA)	678.095.706	147.282.066.573	0,46%
06ª Região (PE)	491.035.949	85.382.318.813	0,58%
07ª Região (CE)	238.865.803	72.846.663.015	0,33%
08ª Região (PA/AP)	340.479.686	79.130.899.473	0,43%
09ª Região (PR)	569.189.757	217.295.855.166	0,26%
10ª Região (DF/TO)	366.930.031	158.378.135.352	0,23%
11ª Região (AM/RR)	297.120.737	62.680.661.212	0,47%
12ª Região (SC)	443.830.007	149.432.971.648	0,30%
13ª Região (PB)	278.643.296	31.147.246.534	0,89%
14ª Região (RO/AC)	206.531.840	29.839.949.377	0,69%
15ª Região (Campinas)	904.735.483	475.657.239.421	0,19%
16ª Região (MA)	127.290.645	46.650.471.611	0,27%
17ª Região (ES)	172.403.692	84.690.641.740	0,20%
18ª Região (GO)	247.699.587	91.241.751.137	0,27%
19ª Região (AL)	124.185.374	23.608.166.552	0,53%
20ª Região (SE)	102.101.152	23.699.004.688	0,43%
21ª Região (RN)	147.297.390	30.886.409.035	0,48%
22ª Região (PI)	84.931.339	20.315.929.909	0,42%
23ª Região (MT)	147.474.776	64.270.229.526	0,23%
24ª Região (MS)	154.005.990	40.175.435.706	0,38%
Justiça do Trabalho	10.673.100.893	3.674.964.000.000	0,29%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

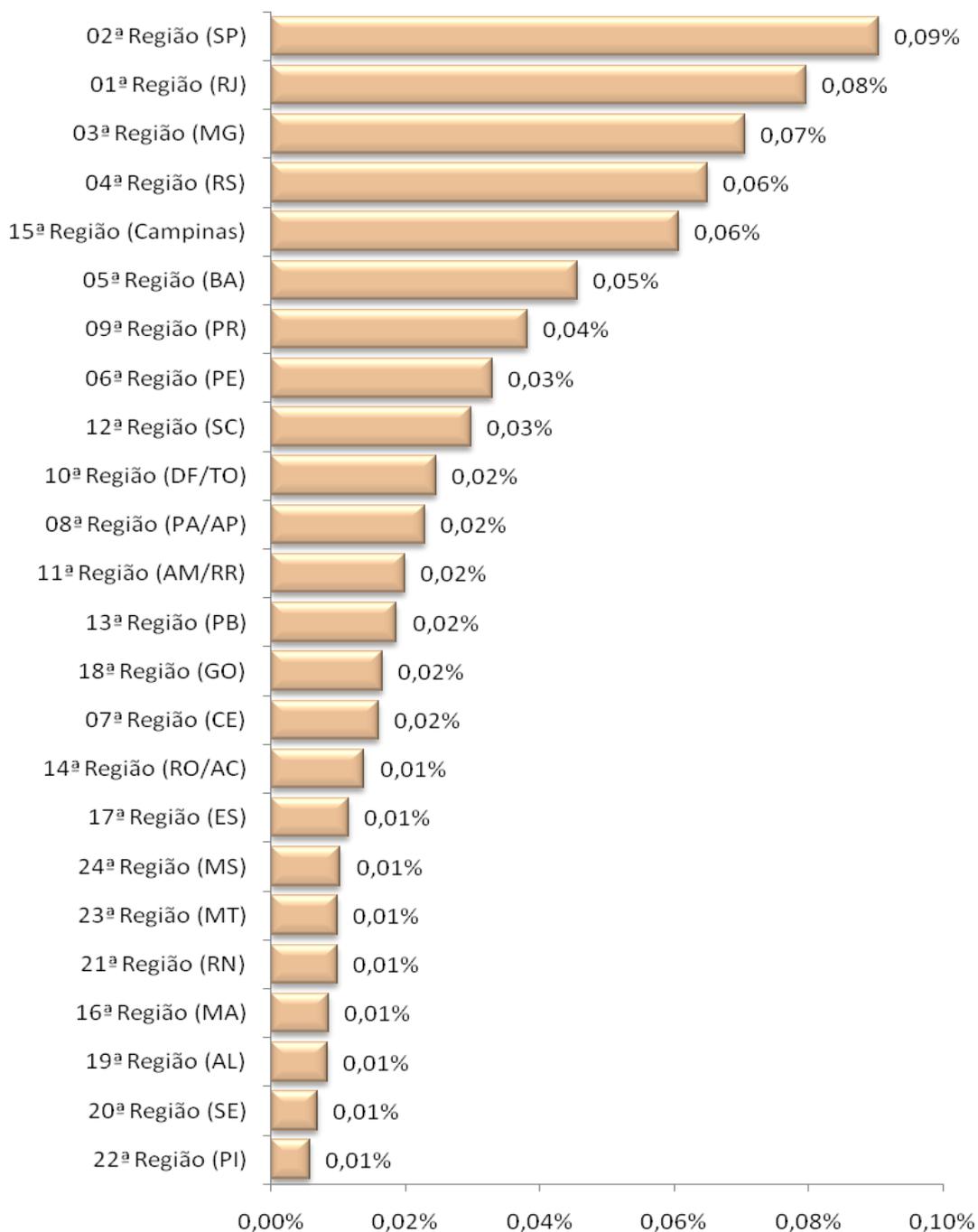
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GTot - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região (RJ)	1.186.236.360	1.489.009.684.709	0,08%
02ª Região (SP)	1.346.672.375	1.489.009.684.709	0,09%
03ª Região (MG)	1.049.657.500	1.489.009.684.709	0,07%
04ª Região (RS)	967.686.418	1.489.009.684.709	0,06%
05ª Região (BA)	678.095.706	1.489.009.684.709	0,05%
06ª Região (PE)	491.035.949	1.489.009.684.709	0,03%
07ª Região (CE)	238.865.803	1.489.009.684.709	0,02%
08ª Região (PA/AP)	340.479.686	1.489.009.684.709	0,02%
09ª Região (PR)	569.189.757	1.489.009.684.709	0,04%
10ª Região (DF/TO)	366.930.031	1.489.009.684.709	0,02%
11ª Região (AM/RR)	297.120.737	1.489.009.684.709	0,02%
12ª Região (SC)	443.830.007	1.489.009.684.709	0,03%
13ª Região (PB)	278.643.296	1.489.009.684.709	0,02%
14ª Região (RO/AC)	206.531.840	1.489.009.684.709	0,01%
15ª Região (Campinas)	904.735.483	1.489.009.684.709	0,06%
16ª Região (MA)	127.290.645	1.489.009.684.709	0,01%
17ª Região (ES)	172.403.692	1.489.009.684.709	0,01%
18ª Região (GO)	247.699.587	1.489.009.684.709	0,02%
19ª Região (AL)	124.185.374	1.489.009.684.709	0,01%
20ª Região (SE)	102.101.152	1.489.009.684.709	0,01%
21ª Região (RN)	147.297.390	1.489.009.684.709	0,01%
22ª Região (PI)	84.931.339	1.489.009.684.709	0,01%
23ª Região (MT)	147.474.776	1.489.009.684.709	0,01%
24ª Região (MS)	154.005.990	1.489.009.684.709	0,01%
Justiça do Trabalho	10.673.100.893	1.489.009.684.709	0,72%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GTot$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GTot - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

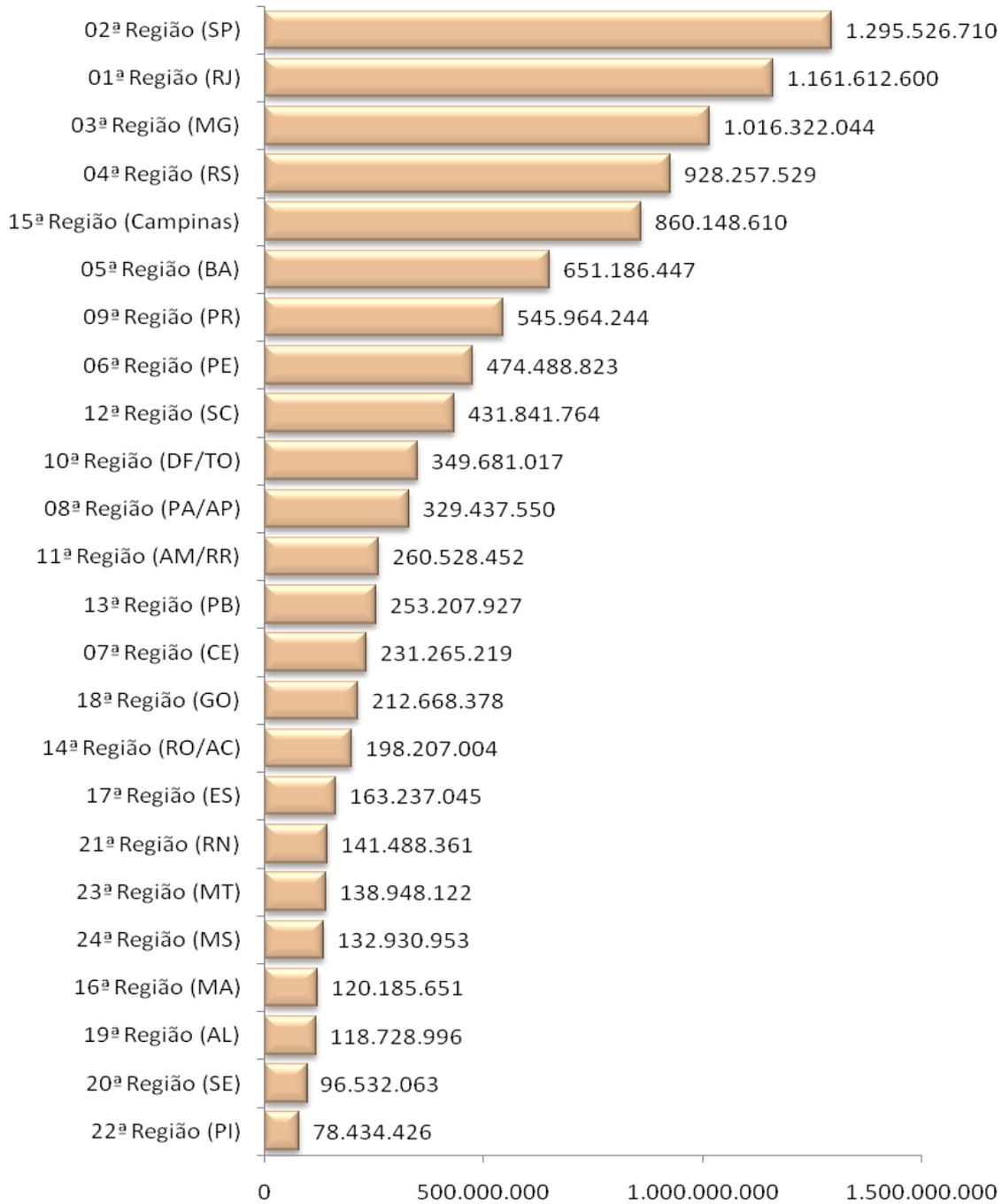
1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.
1.1. Recursos Financeiros
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região (RJ)	974.338.662	39.032.136	114.920.506	27.904.198	5.417.097
02ª Região (SP)	1.076.985.599	55.140.876	134.620.351	20.849.729	7.930.154
03ª Região (MG)	852.986.728	37.483.112	103.940.455	13.875.194	8.036.555
04ª Região (RS)	784.014.597	35.182.974	95.932.664	6.562.643	6.564.652
05ª Região (BA)	540.360.747	25.785.900	69.768.730	10.744.932	4.526.137
06ª Região (PE)	394.115.241	16.585.897	53.302.948	6.927.238	3.557.499
07ª Região (CE)	189.437.448	9.699.871	25.502.866	4.668.551	1.956.483
08ª Região (PA/AP)	271.221.953	12.445.858	34.337.732	6.521.608	4.910.399
09ª Região (PR)	445.455.415	23.867.228	64.162.980	7.417.959	5.060.663
10ª Região (DF/TO)	280.917.603	17.635.675	40.561.033	8.156.391	2.410.315
11ª Região (AM/RR)	225.034.818	83.612	32.145.278	2.946.520	318.223
12ª Região (SC)	357.089.260	13.738.114	51.269.440	4.326.648	5.418.302
13ª Região (PB)	205.235.538	11.044.535	33.112.688	2.044.663	1.770.503
14ª Região (RO/AC)	158.625.348	10.543.297	24.102.333	2.609.535	2.326.492
15ª Região (Campinas)	695.023.562	37.202.910	103.223.015	14.499.002	10.200.122
16ª Região (MA)	93.778.529	6.333.079	15.379.943	3.722.486	971.614
17ª Região (ES)	128.814.065	8.513.958	20.971.262	3.281.016	1.656.744
18ª Região (GO)	164.930.421	12.389.790	26.057.793	6.992.272	2.298.101
19ª Região (AL)	91.834.561	6.853.465	14.640.715	3.756.926	1.643.328
20ª Região (SE)	76.732.936	4.468.745	12.530.249	1.665.443	1.134.689
21ª Região (RN)	110.618.871	8.739.726	18.522.541	3.025.057	582.167
22ª Região (PI)	61.735.415	4.171.141	10.687.715	1.389.462	450.693
23ª Região (MT)	109.128.005	4.734.529	17.818.471	3.486.615	3.780.501
24ª Região (MS)	102.318.220	7.933.441	17.250.547	1.603.323	3.825.422
Justiça do Trabalho	8.390.733.542	409.609.869	1.134.762.255	168.977.414	86.746.856

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

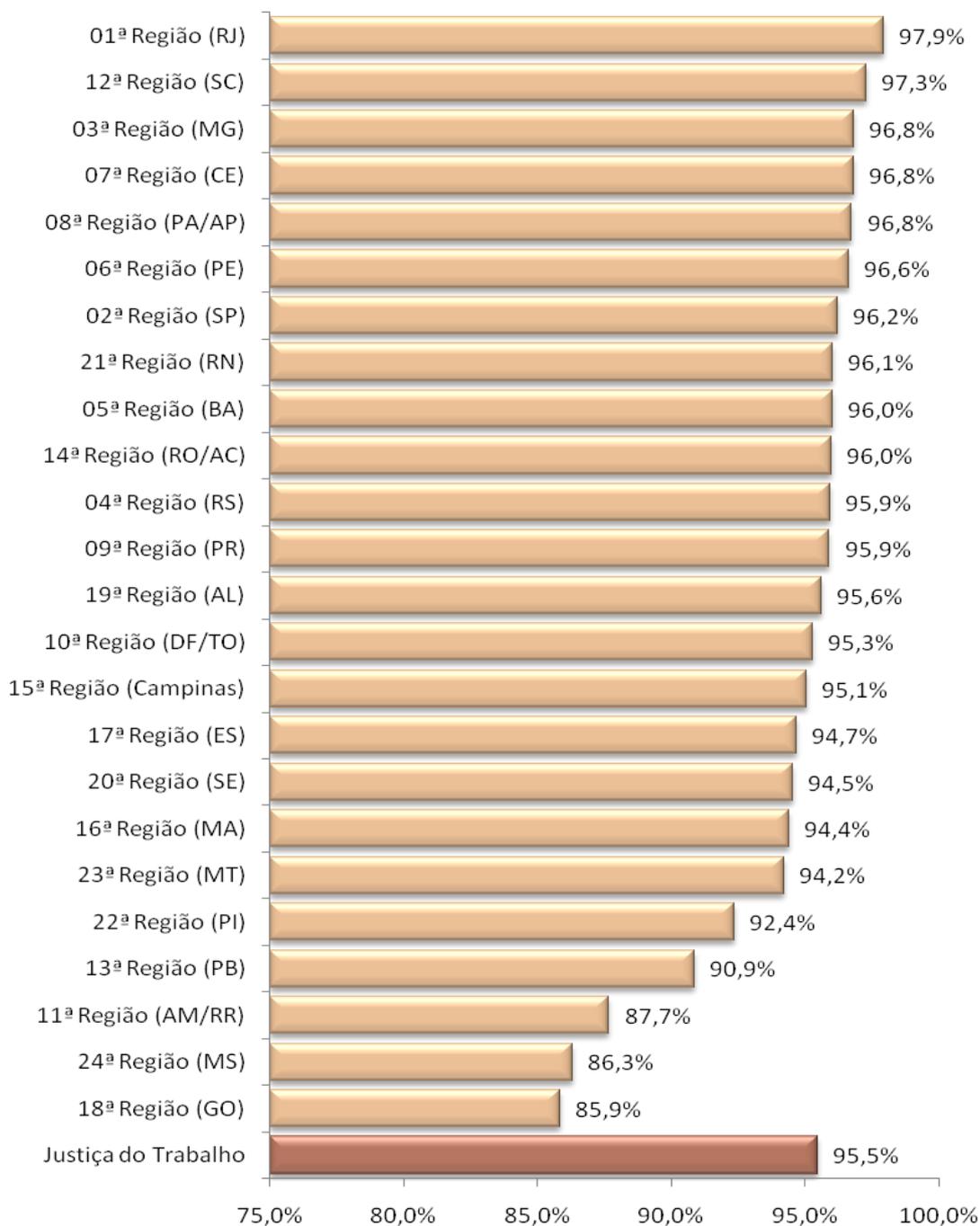
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.161.612.600	1.186.236.360	97,9%
02ª Região (SP)	1.295.526.710	1.346.672.375	96,2%
03ª Região (MG)	1.016.322.044	1.049.657.500	96,8%
04ª Região (RS)	928.257.529	967.686.418	95,9%
05ª Região (BA)	651.186.447	678.095.706	96,0%
06ª Região (PE)	474.488.823	491.035.949	96,6%
07ª Região (CE)	231.265.219	238.865.803	96,8%
08ª Região (PA/AP)	329.437.550	340.479.686	96,8%
09ª Região (PR)	545.964.244	569.189.757	95,9%
10ª Região (DF/TO)	349.681.017	366.930.031	95,3%
11ª Região (AM/RR)	260.528.452	297.120.737	87,7%
12ª Região (SC)	431.841.764	443.830.007	97,3%
13ª Região (PB)	253.207.927	278.643.296	90,9%
14ª Região (RO/AC)	198.207.004	206.531.840	96,0%
15ª Região (Campinas)	860.148.610	904.735.483	95,1%
16ª Região (MA)	120.185.651	127.290.645	94,4%
17ª Região (ES)	163.237.045	172.403.692	94,7%
18ª Região (GO)	212.668.378	247.699.587	85,9%
19ª Região (AL)	118.728.996	124.185.374	95,6%
20ª Região (SE)	96.532.063	102.101.152	94,5%
21ª Região (RN)	141.488.361	147.297.390	96,1%
22ª Região (PI)	78.434.426	84.931.339	92,4%
23ª Região (MT)	138.948.122	147.474.776	94,2%
24ª Região (MS)	132.930.953	154.005.990	86,3%
Justiça do Trabalho	10.190.829.936	10.673.100.893	95,5%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

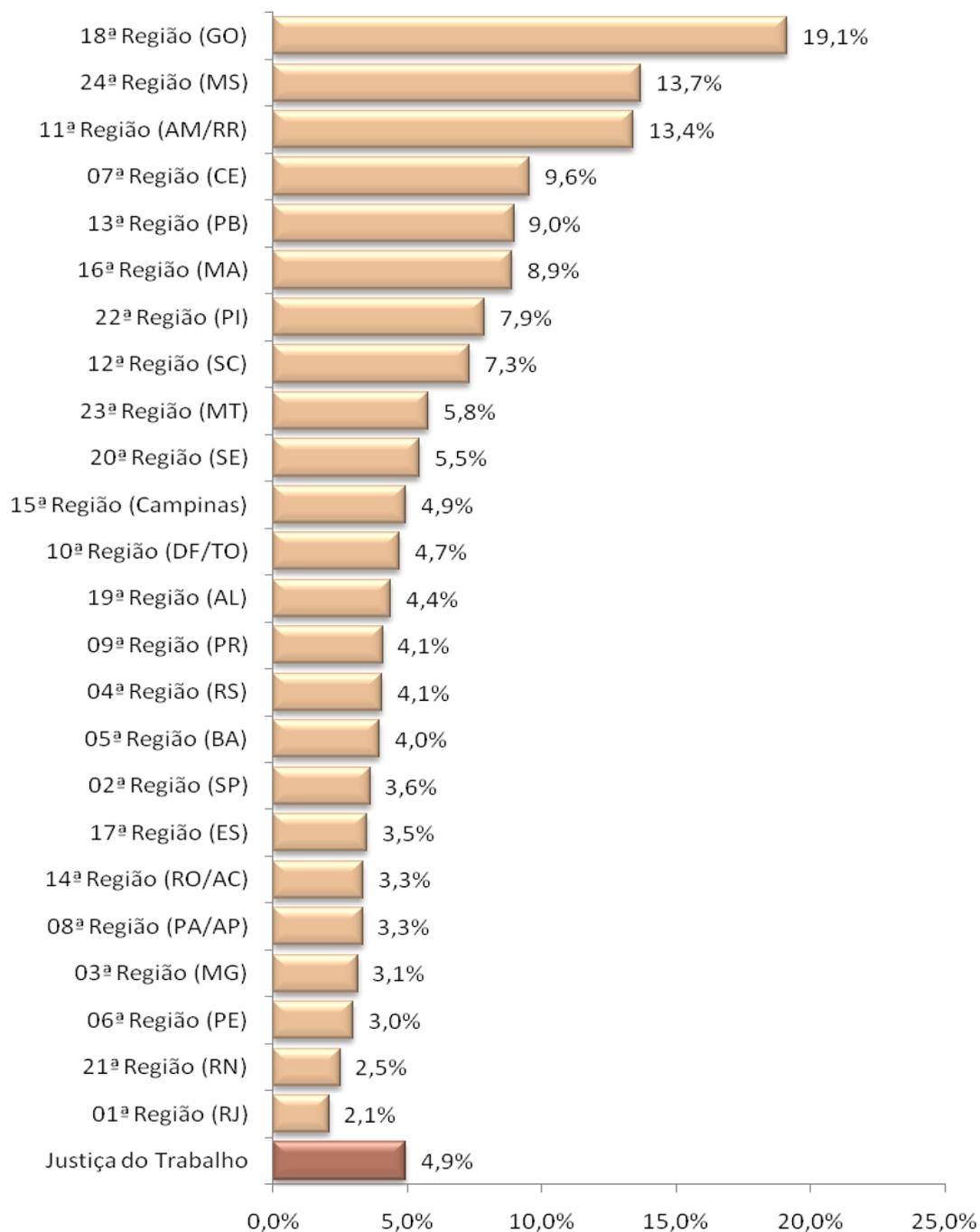
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	24.623.759	1.186.236.360	2,1%
02ª Região (SP)	48.683.265	1.346.672.375	3,6%
03ª Região (MG)	33.011.867	1.049.657.500	3,1%
04ª Região (RS)	39.428.889	967.686.418	4,1%
05ª Região (BA)	26.909.259	678.095.706	4,0%
06ª Região (PE)	14.670.180	491.035.949	3,0%
07ª Região (CE)	22.844.551	238.865.803	9,6%
08ª Região (PA/AP)	11.347.365	340.479.686	3,3%
09ª Região (PR)	23.225.512	569.189.757	4,1%
10ª Região (DF/TO)	17.249.015	366.930.031	4,7%
11ª Região (AM/RR)	39.857.029	297.120.737	13,4%
12ª Região (SC)	32.506.629	443.830.007	7,3%
13ª Região (PB)	24.991.380	278.643.296	9,0%
14ª Região (RO/AC)	6.900.333	206.531.840	3,3%
15ª Região (Campinas)	44.586.873	904.735.483	4,9%
16ª Região (MA)	11.342.346	127.290.645	8,9%
17ª Região (ES)	6.023.987	172.403.692	3,5%
18ª Região (GO)	47.421.000	247.699.587	19,1%
19ª Região (AL)	5.456.378	124.185.374	4,4%
20ª Região (SE)	5.569.089	102.101.152	5,5%
21ª Região (RN)	3.674.245	147.297.390	2,5%
22ª Região (PI)	6.682.974	84.931.339	7,9%
23ª Região (MT)	8.496.515	147.474.776	5,8%
24ª Região (MS)	21.075.037	154.005.990	13,7%
Justiça do Trabalho	526.577.478	10.673.100.893	4,9%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

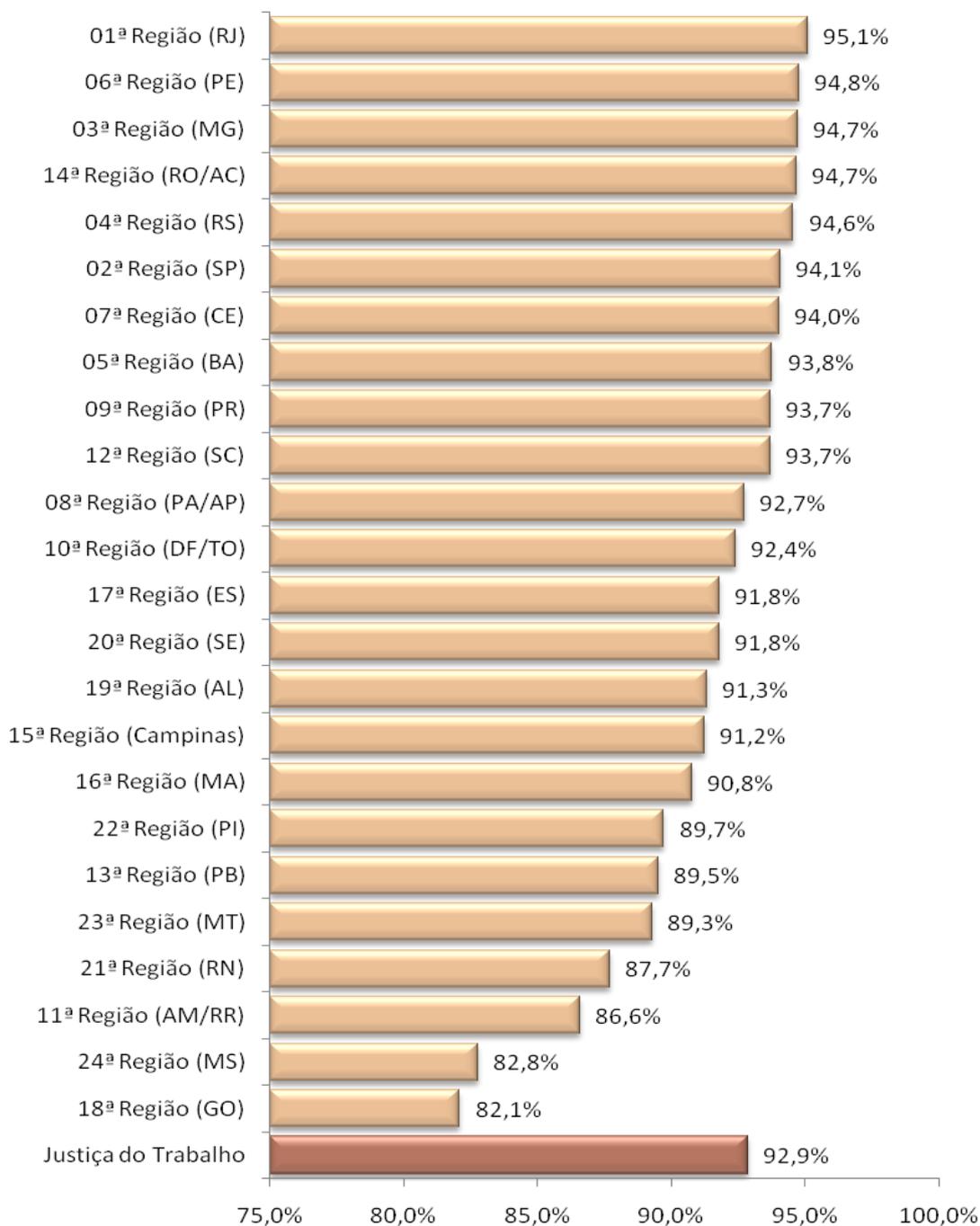
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.128.291.304	1.186.236.360	95,1%
02ª Região (SP)	1.266.746.826	1.346.672.375	94,1%
03ª Região (MG)	994.410.295	1.049.657.500	94,7%
04ª Região (RS)	915.130.235	967.686.418	94,6%
05ª Região (BA)	635.915.377	678.095.706	93,8%
06ª Região (PE)	465.366.636	491.035.949	94,8%
07ª Região (CE)	224.599.799	238.865.803	94,0%
08ª Região (PA/AP)	315.673.206	340.479.686	92,7%
09ª Região (PR)	533.485.623	569.189.757	93,7%
10ª Região (DF/TO)	339.114.310	366.930.031	92,4%
11ª Região (AM/RR)	257.263.709	297.120.737	86,6%
12ª Região (SC)	415.888.036	443.830.007	93,7%
13ª Região (PB)	249.392.761	278.643.296	89,5%
14ª Região (RO/AC)	195.597.469	206.531.840	94,7%
15ª Região (Campinas)	825.564.215	904.735.483	91,2%
16ª Região (MA)	115.565.820	127.290.645	90,8%
17ª Região (ES)	158.299.285	172.403.692	91,8%
18ª Região (GO)	203.350.449	247.699.587	82,1%
19ª Região (AL)	113.416.593	124.185.374	91,3%
20ª Região (SE)	93.731.930	102.101.152	91,8%
21ª Região (RN)	129.167.946	147.297.390	87,7%
22ª Região (PI)	76.209.070	84.931.339	89,7%
23ª Região (MT)	131.681.005	147.474.776	89,3%
24ª Região (MS)	127.502.208	154.005.990	82,8%
Justiça do Trabalho	9.911.364.110	10.673.100.893	92,9%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

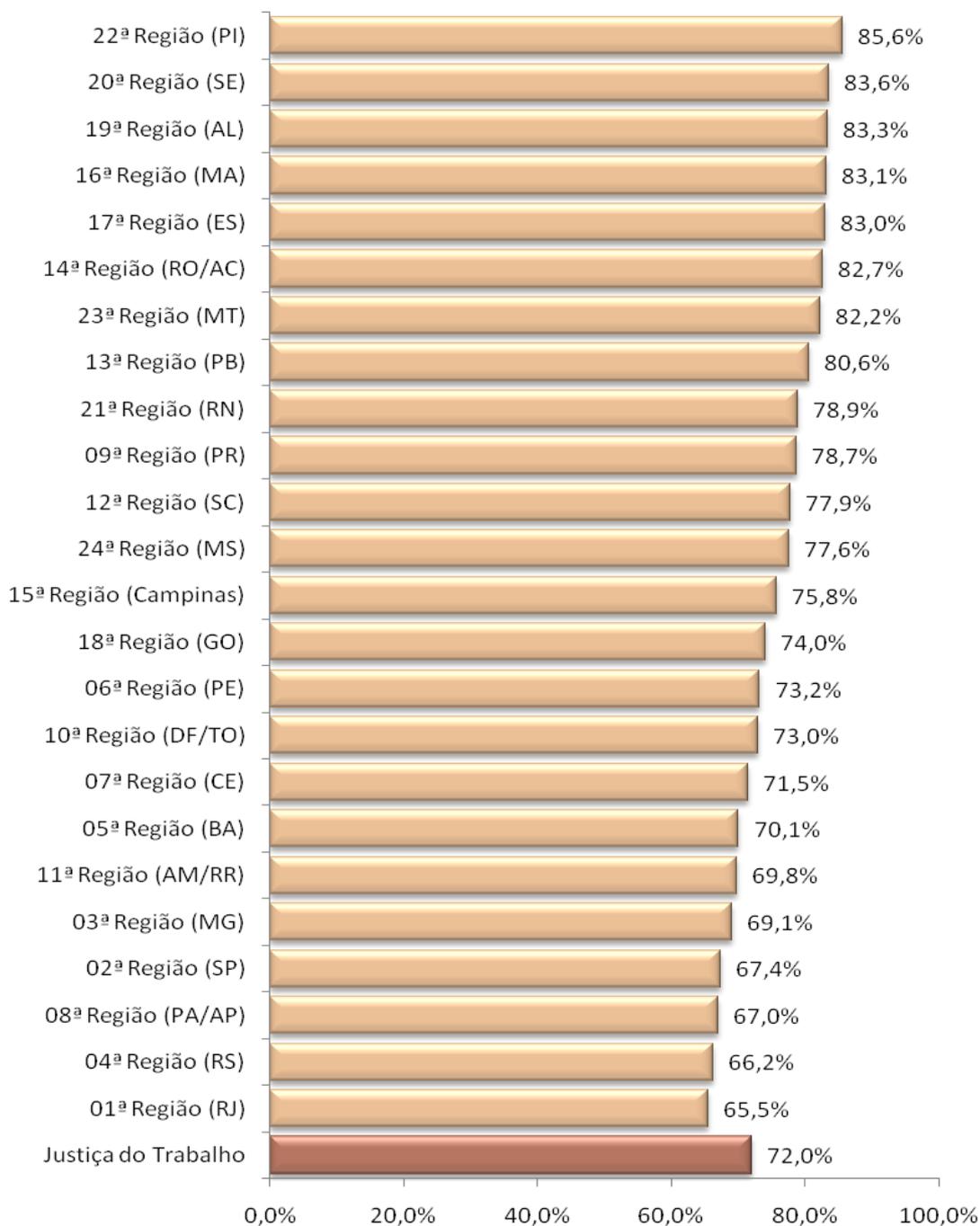
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	776.997.433	1.186.236.360	65,5%
02ª Região (SP)	908.030.648	1.346.672.375	67,4%
03ª Região (MG)	725.540.101	1.049.657.500	69,1%
04ª Região (RS)	640.541.123	967.686.418	66,2%
05ª Região (BA)	475.327.786	678.095.706	70,1%
06ª Região (PE)	359.669.690	491.035.949	73,2%
07ª Região (CE)	170.710.600	238.865.803	71,5%
08ª Região (PA/AP)	228.102.988	340.479.686	67,0%
09ª Região (PR)	447.780.175	569.189.757	78,7%
10ª Região (DF/TO)	268.031.851	366.930.031	73,0%
11ª Região (AM/RR)	207.305.196	297.120.737	69,8%
12ª Região (SC)	345.706.506	443.830.007	77,9%
13ª Região (PB)	224.494.456	278.643.296	80,6%
14ª Região (RO/AC)	170.814.840	206.531.840	82,7%
15ª Região (Campinas)	685.841.832	904.735.483	75,8%
16ª Região (MA)	105.832.335	127.290.645	83,1%
17ª Região (ES)	143.072.101	172.403.692	83,0%
18ª Região (GO)	183.372.633	247.699.587	74,0%
19ª Região (AL)	103.493.693	124.185.374	83,3%
20ª Região (SE)	85.388.629	102.101.152	83,6%
21ª Região (RN)	116.244.660	147.297.390	78,9%
22ª Região (PI)	72.729.706	84.931.339	85,6%
23ª Região (MT)	121.258.333	147.474.776	82,2%
24ª Região (MS)	119.478.357	154.005.990	77,6%
Justiça do Trabalho	7.685.765.671	10.673.100.893	72,0%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

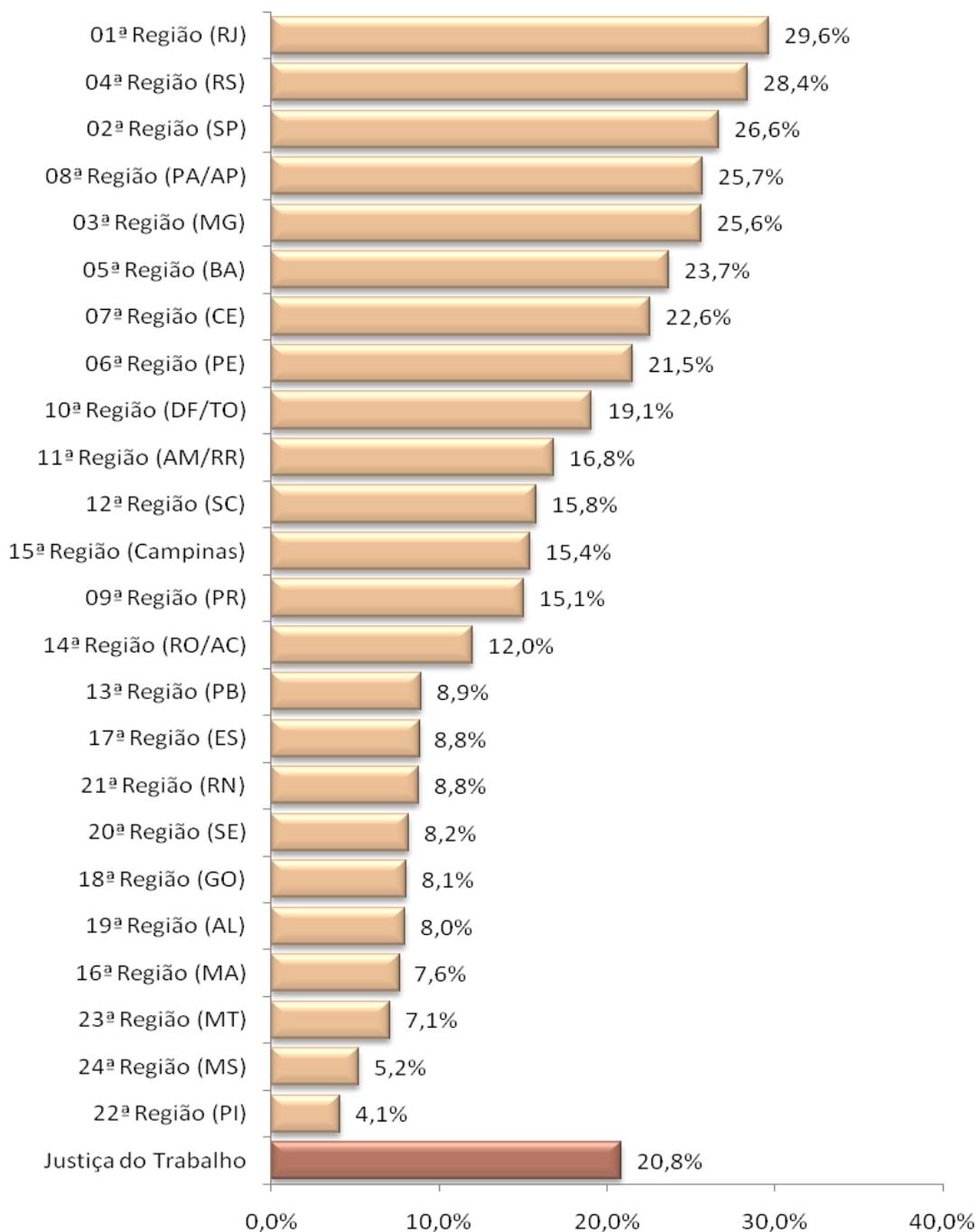
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	351.293.872	1.186.236.360	29,6%
02ª Região (SP)	358.716.179	1.346.672.375	26,6%
03ª Região (MG)	268.870.194	1.049.657.500	25,6%
04ª Região (RS)	274.589.112	967.686.418	28,4%
05ª Região (BA)	160.587.592	678.095.706	23,7%
06ª Região (PE)	105.696.947	491.035.949	21,5%
07ª Região (CE)	53.889.199	238.865.803	22,6%
08ª Região (PA/AP)	87.570.218	340.479.686	25,7%
09ª Região (PR)	85.705.448	569.189.757	15,1%
10ª Região (DF/TO)	70.082.460	366.930.031	19,1%
11ª Região (AM/RR)	49.958.513	297.120.737	16,8%
12ª Região (SC)	70.181.530	443.830.007	15,8%
13ª Região (PB)	24.898.305	278.643.296	8,9%
14ª Região (RO/AC)	24.782.629	206.531.840	12,0%
15ª Região (Campinas)	139.722.383	904.735.483	15,4%
16ª Região (MA)	9.733.485	127.290.645	7,6%
17ª Região (ES)	15.227.184	172.403.692	8,8%
18ª Região (GO)	19.977.815	247.699.587	8,1%
19ª Região (AL)	9.922.900	124.185.374	8,0%
20ª Região (SE)	8.343.301	102.101.152	8,2%
21ª Região (RN)	12.923.286	147.297.390	8,8%
22ª Região (PI)	3.479.365	84.931.339	4,1%
23ª Região (MT)	10.422.672	147.474.776	7,1%
24ª Região (MS)	8.023.851	154.005.990	5,2%
Justiça do Trabalho	2.224.598.440	10.673.100.893	20,8%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

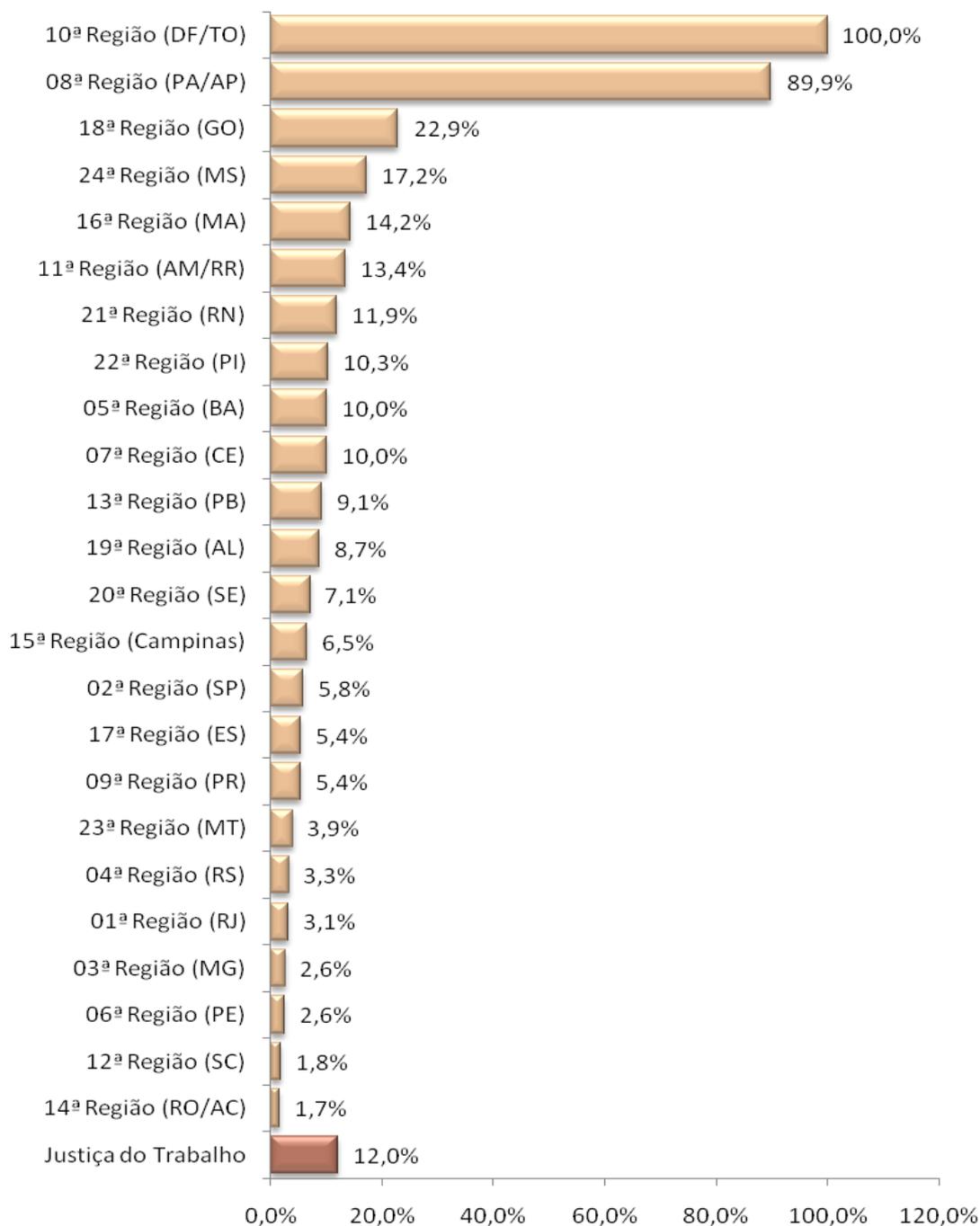
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.186.236.360	30.753.831	6.244.452	3,1%
02ª Região (SP)	1.346.672.375	66.439.631	11.023.517	5,8%
03ª Região (MG)	1.049.657.500	17.595.615	9.541.159	2,6%
04ª Região (RS)	967.686.418	19.073.577	12.769.718	3,3%
05ª Região (BA)	678.095.706	56.142.494	11.823.735	10,0%
06ª Região (PE)	491.035.949	9.672.160	2.896.981	2,6%
07ª Região (CE)	238.865.803	22.092.475	1.833.014	10,0%
08ª Região (PA/AP)	340.479.686	302.169.945	3.972.010	89,9%
09ª Região (PR)	569.189.757	21.542.331	9.101.140	5,4%
10ª Região (DF/TO)	366.930.031	360.970.194	5.959.837	100,0%
11ª Região (AM/RR)	297.120.737	31.070.603	8.786.426	13,4%
12ª Região (SC)	443.830.007	4.797.822	3.380.202	1,8%
13ª Região (PB)	278.643.296	19.978.508	5.461.000	9,1%
14ª Região (RO/AC)	206.531.840	2.609.535	824.703	1,7%
15ª Região (Campinas)	904.735.483	46.377.552	12.708.323	6,5%
16ª Região (MA)	127.290.645	16.211.809	1.920.365	14,2%
17ª Região (ES)	172.403.692	8.335.116	969.887	5,4%
18ª Região (GO)	247.699.587	28.782.336	27.929.037	22,9%
19ª Região (AL)	124.185.374	9.837.661	931.120	8,7%
20ª Região (SE)	102.101.152	5.317.873	1.916.659	7,1%
21ª Região (RN)	147.297.390	16.290.322	1.256.954	11,9%
22ª Região (PI)	84.931.339	6.060.441	2.661.828	10,3%
23ª Região (MT)	147.474.776	3.486.615	2.311.681	3,9%
24ª Região (MS)	154.005.990	9.797.724	16.706.059	17,2%
Justiça do Trabalho	10.673.100.893	1.115.406.171	162.929.807	12,0%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

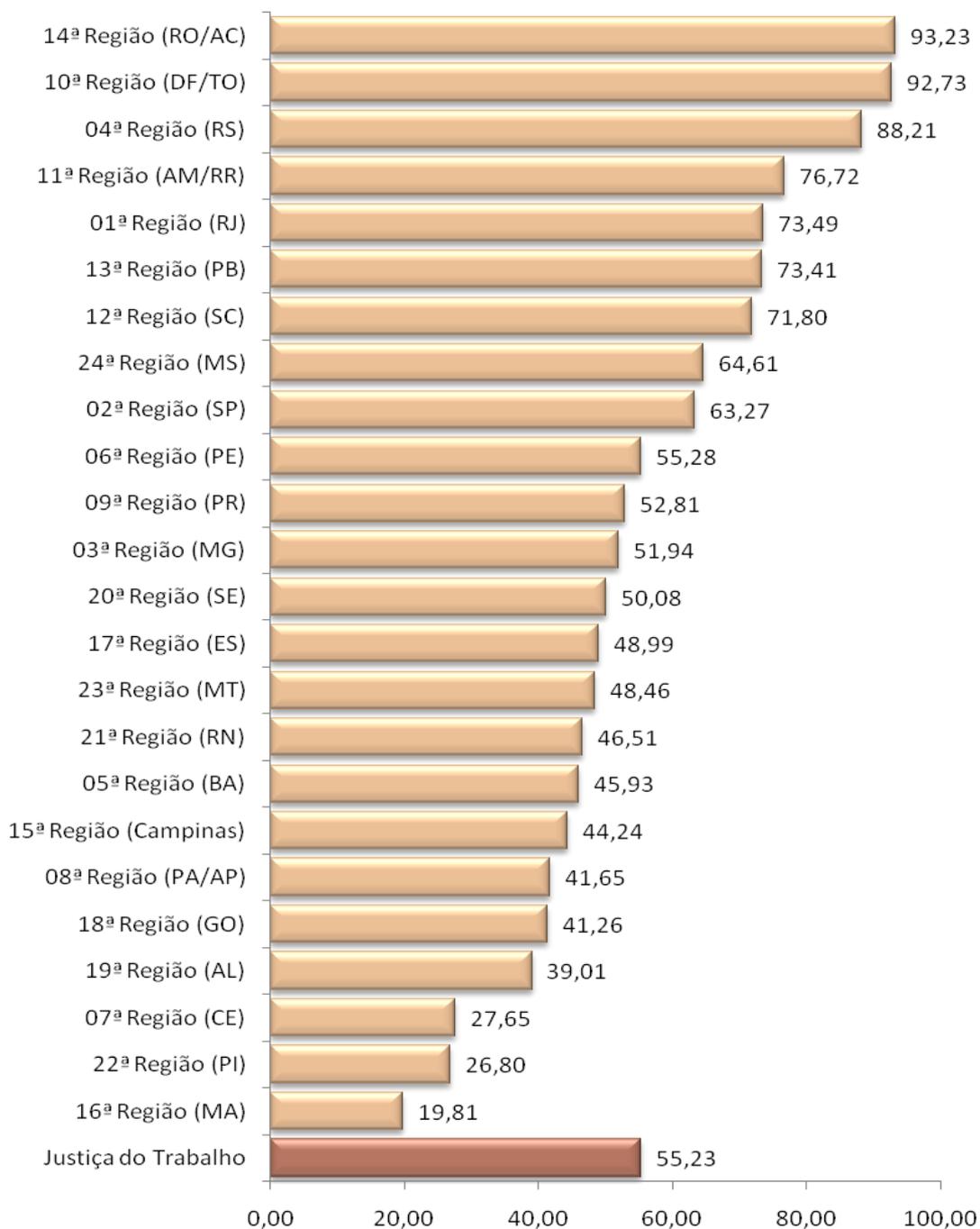
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)
01ª Região (RJ)	1.186.236.360	16.141.412	73,49
02ª Região (SP)	1.346.672.375	21.285.438	63,27
03ª Região (MG)	1.049.657.500	20.207.839	51,94
04ª Região (RS)	967.686.418	10.970.021	88,21
05ª Região (BA)	678.095.706	14.765.239	45,93
06ª Região (PE)	491.035.949	8.882.415	55,28
07ª Região (CE)	238.865.803	8.640.099	27,65
08ª Região (PA/AP)	340.479.686	8.174.288	41,65
09ª Região (PR)	569.189.757	10.777.396	52,81
10ª Região (DF/TO)	366.930.031	3.957.060	92,73
11ª Região (AM/RR)	297.120.737	3.872.726	76,72
12ª Região (SC)	443.830.007	6.181.506	71,80
13ª Região (PB)	278.643.296	3.795.943	73,41
14ª Região (RO/AC)	206.531.840	2.215.381	93,23
15ª Região (Campinas)	904.735.483	20.451.899	44,24
16ª Região (MA)	127.290.645	6.425.576	19,81
17ª Região (ES)	172.403.692	3.519.028	48,99
18ª Região (GO)	247.699.587	6.003.431	41,26
19ª Região (AL)	124.185.374	3.183.194	39,01
20ª Região (SE)	102.101.152	2.038.941	50,08
21ª Região (RN)	147.297.390	3.167.054	46,51
22ª Região (PI)	84.931.339	3.169.638	26,80
23ª Região (MT)	147.474.776	3.043.396	48,46
24ª Região (MS)	154.005.990	2.383.684	64,61
Justiça do Trabalho	10.673.100.893	193.252.604	55,23

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula: $G7 = D_{pj} / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- D_{pj} - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- $h1$ - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

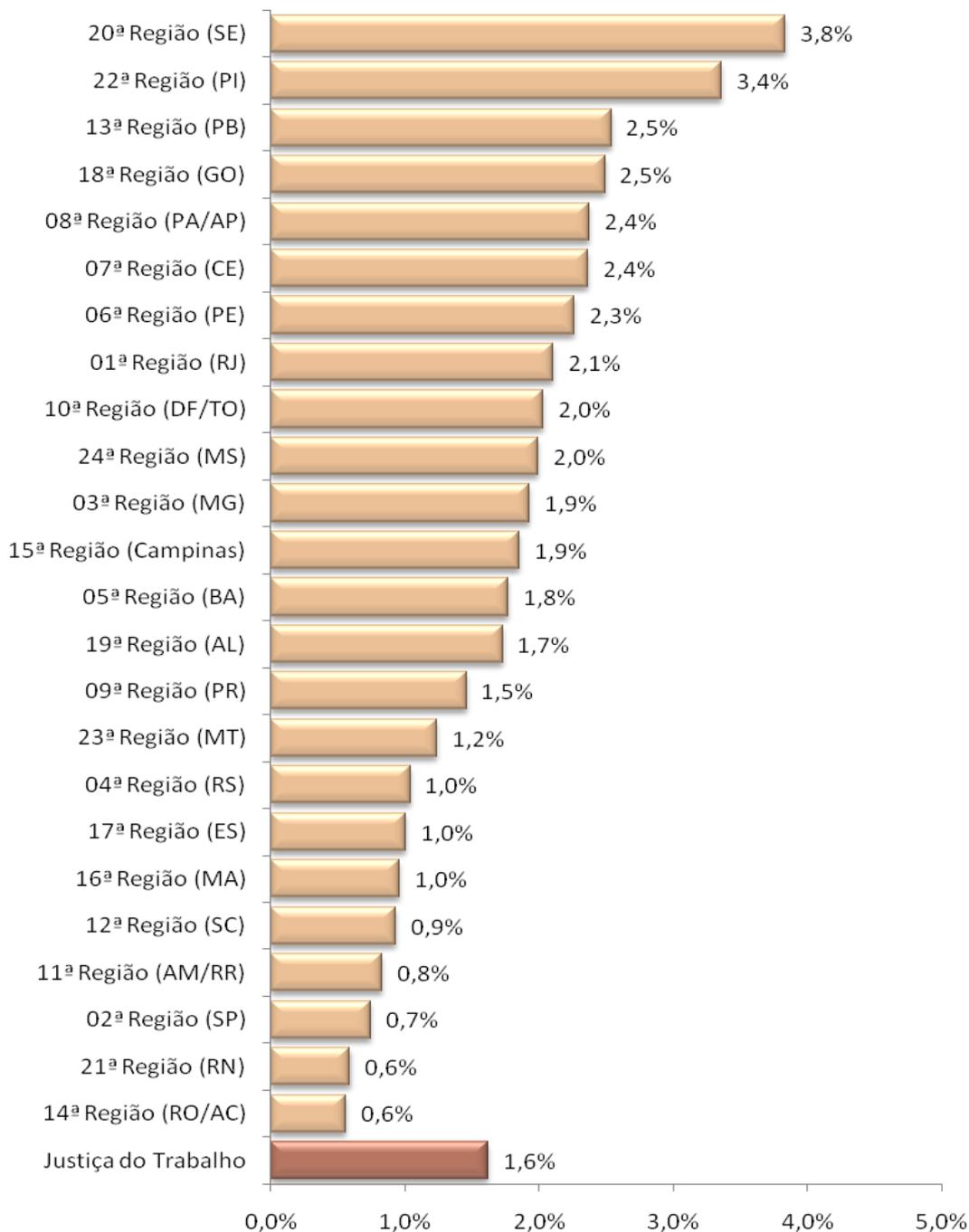
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	6.236.859	16.365.176	2.395.183	1.186.236.360	2,1%
02ª Região (SP)	4.675.241	2.462.380	2.860.849	1.346.672.375	0,7%
03ª Região (MG)	5.118.777	12.919.642	2.181.540	1.049.657.500	1,9%
04ª Região (RS)	7.159.557	1.184.305	1.719.660	967.686.418	1,0%
05ª Região (BA)	1.661.655	9.261.865	1.098.097	678.095.706	1,8%
06ª Região (PE)	1.786.257	8.832.390	494.742	491.035.949	2,3%
07ª Região (CE)	720.148	4.785.071	138.587	238.865.803	2,4%
08ª Região (PA/AP)	2.465.199	4.753.966	872.999	340.479.686	2,4%
09ª Região (PR)	6.190.702	834.751	1.276.155	569.189.757	1,5%
10ª Região (DF/TO)	1.486.482	4.815.443	1.143.897	366.930.031	2,0%
11ª Região (AM/RR)	337.952	185.659	1.951.024	297.120.737	0,8%
12ª Região (SC)	479.515	1.287.485	2.379.154	443.830.007	0,9%
13ª Região (PB)	646.500	5.151.682	1.271.599	278.643.296	2,5%
14ª Região (RO/AC)	735.213	419.008	0	206.531.840	0,6%
15ª Região (Campinas)	5.092.597	10.871.777	817.018	904.735.483	1,9%
16ª Região (MA)	407.117	379.179	431.155	127.290.645	1,0%
17ª Região (ES)	854.910	503.270	374.679	172.403.692	1,0%
18ª Região (GO)	1.976.111	3.642.741	552.853	247.699.587	2,5%
19ª Região (AL)	270.648	574.050	1.302.158	124.185.374	1,7%
20ª Região (SE)	642.376	3.053.048	220.453	102.101.152	3,8%
21ª Região (RN)	284.134	204.279	383.035	147.297.390	0,6%
22ª Região (PI)	571.036	1.870.075	412.328	84.931.339	3,4%
23ª Região (MT)	955.797	259.030	617.750	147.474.776	1,2%
24ª Região (MS)	2.437.721	438.114	190.648	154.005.990	2,0%
Justiça do Trabalho	53.192.504	95.054.387	25.085.562	10.673.100.893	1,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

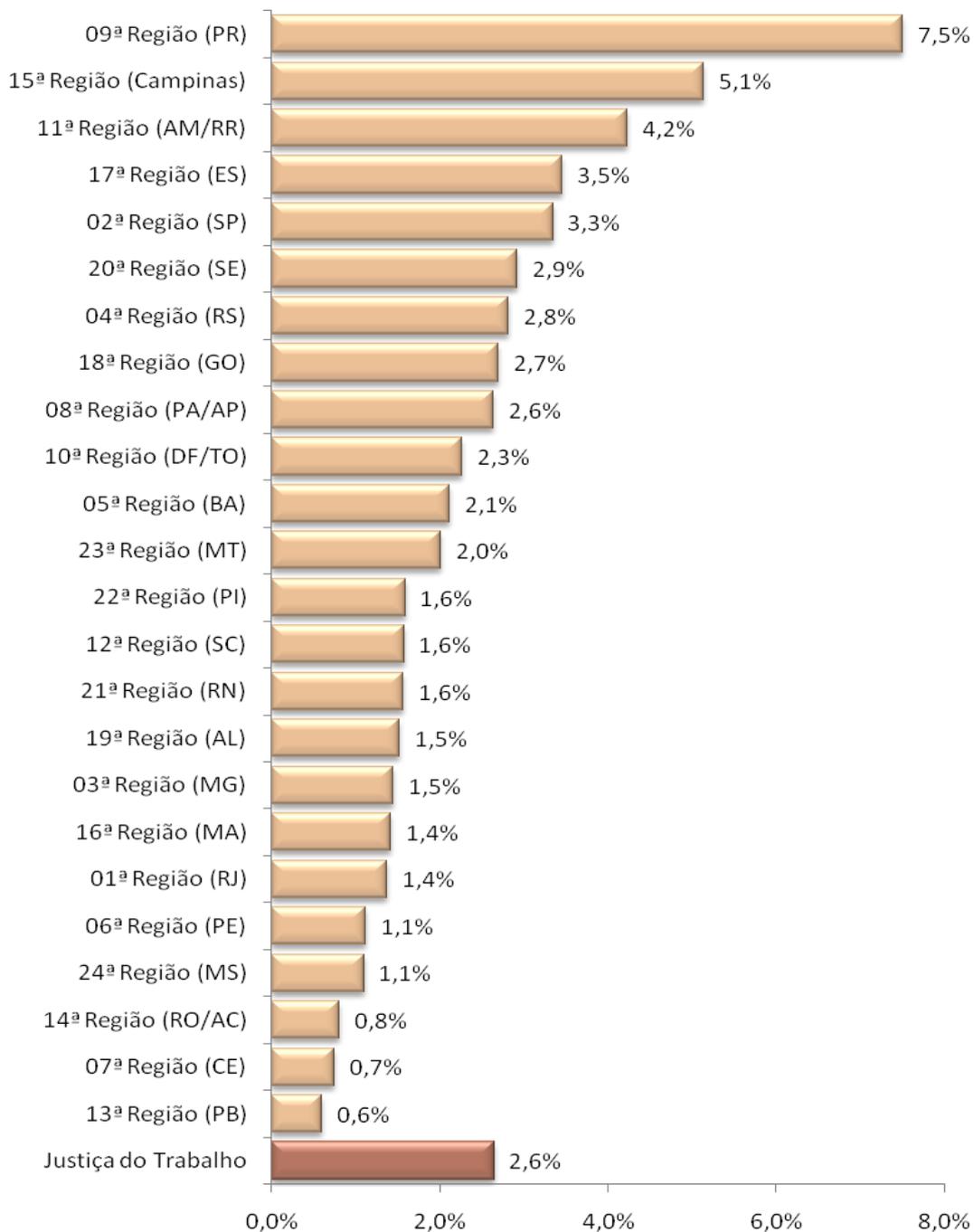
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	16.299.580	1.186.236.360	1,4%
02ª Região (SP)	45.050.414	1.346.672.375	3,3%
03ª Região (MG)	15.225.473	1.049.657.500	1,5%
04ª Região (RS)	27.219.559	967.686.418	2,8%
05ª Região (BA)	14.359.322	678.095.706	2,1%
06ª Região (PE)	5.510.680	491.035.949	1,1%
07ª Região (CE)	1.777.996	238.865.803	0,7%
08ª Região (PA/AP)	8.980.944	340.479.686	2,6%
09ª Região (PR)	42.712.078	569.189.757	7,5%
10ª Região (DF/TO)	8.305.044	366.930.031	2,3%
11ª Região (AM/RR)	12.580.451	297.120.737	4,2%
12ª Região (SC)	6.986.284	443.830.007	1,6%
13ª Região (PB)	1.650.941	278.643.296	0,6%
14ª Região (RO/AC)	1.664.724	206.531.840	0,8%
15ª Região (Campinas)	46.506.041	904.735.483	5,1%
16ª Região (MA)	1.801.405	127.290.645	1,4%
17ª Região (ES)	5.964.848	172.403.692	3,5%
18ª Região (GO)	6.679.593	247.699.587	2,7%
19ª Região (AL)	1.886.025	124.185.374	1,5%
20ª Região (SE)	2.988.651	102.101.152	2,9%
21ª Região (RN)	2.312.327	147.297.390	1,6%
22ª Região (PI)	1.349.168	84.931.339	1,6%
23ª Região (MT)	2.959.252	147.474.776	2,0%
24ª Região (MS)	1.687.717	154.005.990	1,1%
Justiça do Trabalho	282.458.516	10.673.100.893	2,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.12 11 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

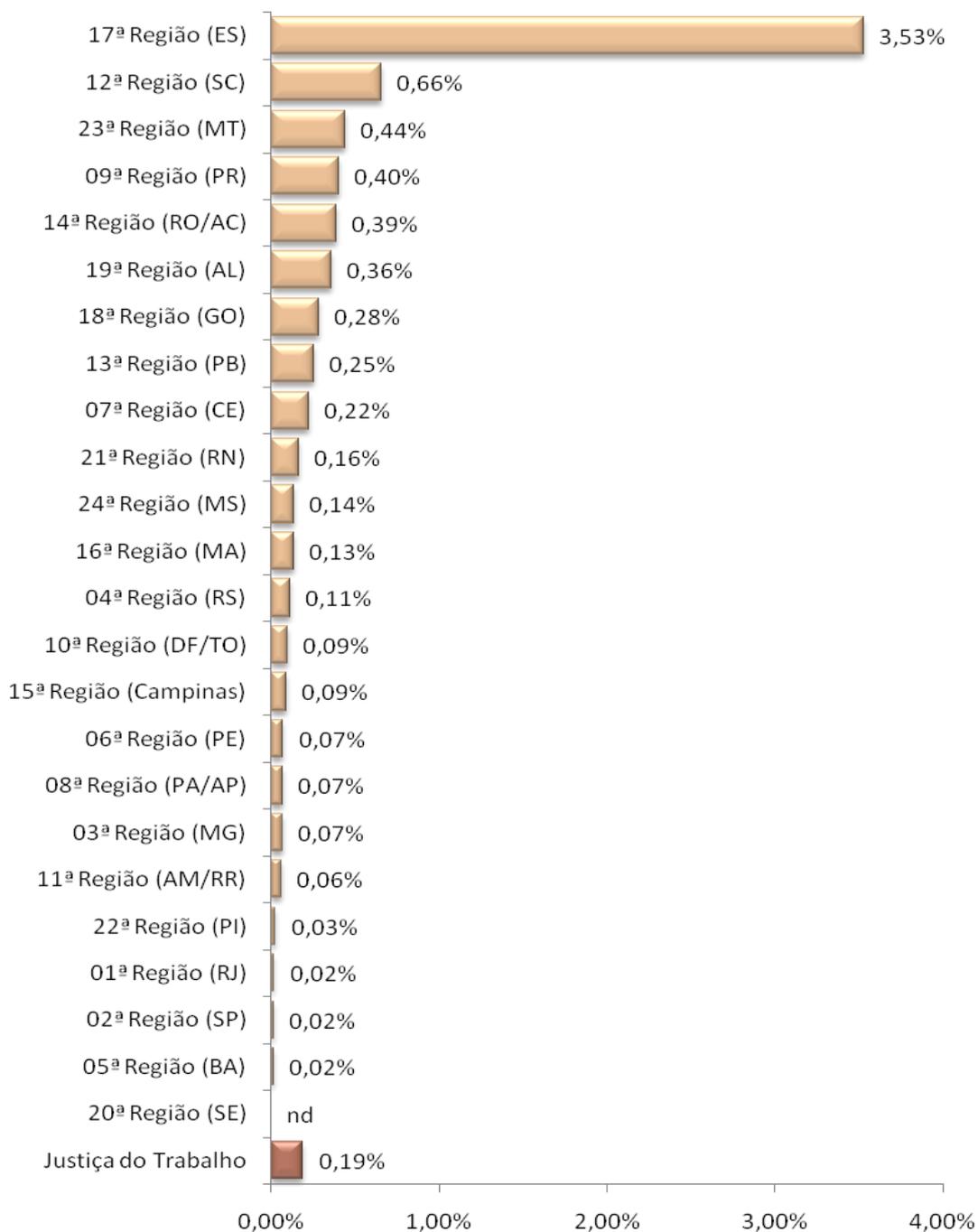
Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	224.002	1.186.236.360	0,02%
02ª Região (SP)	236.223	1.346.672.375	0,02%
03ª Região (MG)	706.791	1.049.657.500	0,07%
04ª Região (RS)	1.094.888	967.686.418	0,11%
05ª Região (BA)	109.747	678.095.706	0,02%
06ª Região (PE)	346.994	491.035.949	0,07%
07ª Região (CE)	532.411	238.865.803	0,22%
08ª Região (PA/AP)	237.310	340.479.686	0,07%
09ª Região (PR)	2.283.933	569.189.757	0,40%
10ª Região (DF/TO)	348.063	366.930.031	0,09%
11ª Região (AM/RR)	179.493	297.120.737	0,06%
12ª Região (SC)	2.917.574	443.830.007	0,66%
13ª Região (PB)	708.496	278.643.296	0,25%
14ª Região (RO/AC)	799.271	206.531.840	0,39%
15ª Região (Campinas)	818.974	904.735.483	0,09%
16ª Região (MA)	168.081	127.290.645	0,13%
17ª Região (ES)	6.085.652	172.403.692	3,53%
18ª Região (GO)	693.945	247.699.587	0,28%
19ª Região (AL)	445.547	124.185.374	0,36%
20ª Região (SE)	nd	102.101.152	nd
21ª Região (RN)	241.440	147.297.390	0,16%
22ª Região (PI)	22.160	84.931.339	0,03%
23ª Região (MT)	646.200	147.474.776	0,44%
24ª Região (MS)	208.959	154.005.990	0,14%
Justiça do Trabalho	20.056.154	10.673.100.893	0,19%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 12b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

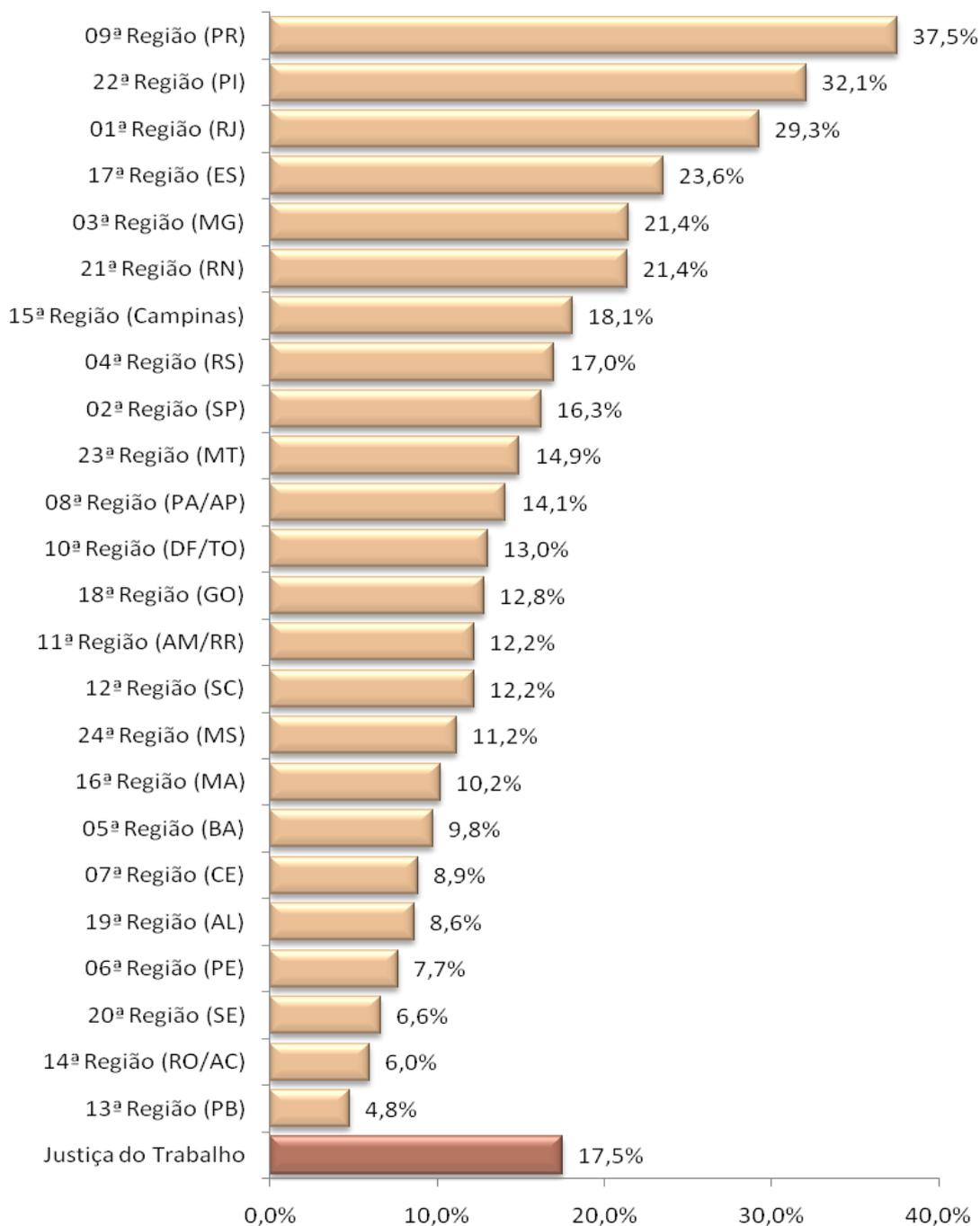
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	347.396.786	1.186.236.360	29,3%
02ª Região (SP)	218.995.408	1.346.672.375	16,3%
03ª Região (MG)	224.870.249	1.049.657.500	21,4%
04ª Região (RS)	164.628.844	967.686.418	17,0%
05ª Região (BA)	66.355.199	678.095.706	9,8%
06ª Região (PE)	37.589.419	491.035.949	7,7%
07ª Região (CE)	21.159.777	238.865.803	8,9%
08ª Região (PA/AP)	48.046.101	340.479.686	14,1%
09ª Região (PR)	213.693.860	569.189.757	37,5%
10ª Região (DF/TO)	47.810.844	366.930.031	13,0%
11ª Região (AM/RR)	36.252.731	297.120.737	12,2%
12ª Região (SC)	54.089.652	443.830.007	12,2%
13ª Região (PB)	13.312.344	278.643.296	4,8%
14ª Região (RO/AC)	12.357.024	206.531.840	6,0%
15ª Região (Campinas)	163.644.876	904.735.483	18,1%
16ª Região (MA)	12.948.805	127.290.645	10,2%
17ª Região (ES)	40.615.933	172.403.692	23,6%
18ª Região (GO)	31.803.387	247.699.587	12,8%
19ª Região (AL)	10.711.807	124.185.374	8,6%
20ª Região (SE)	6.788.037	102.101.152	6,6%
21ª Região (RN)	31.508.244	147.297.390	21,4%
22ª Região (PI)	27.271.165	84.931.339	32,1%
23ª Região (MT)	22.021.865	147.474.776	14,9%
24ª Região (MS)	17.249.901	154.005.990	11,2%
Justiça do Trabalho	1.871.122.258	10.673.100.893	17,5%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.14 13 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

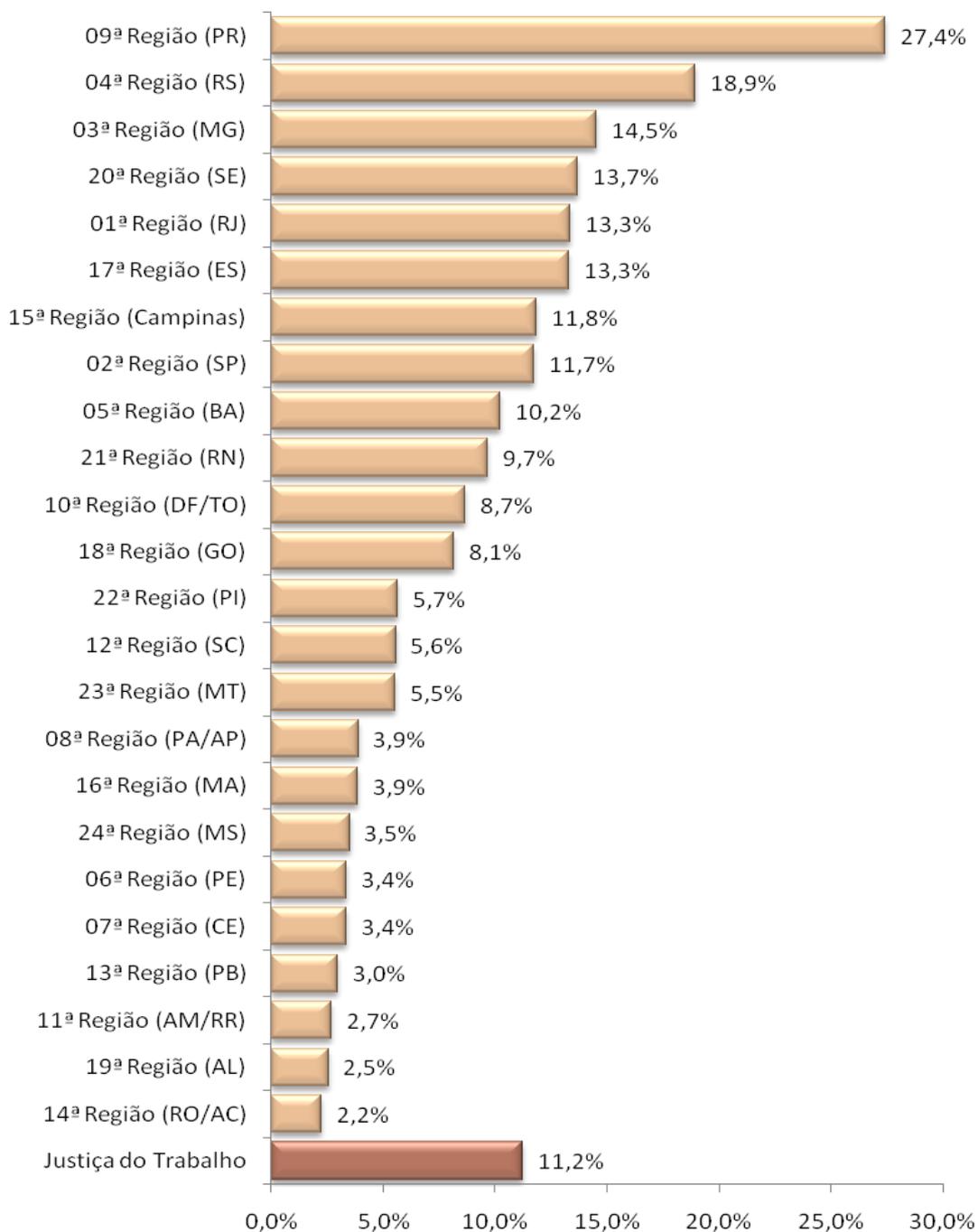
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	158.238.598	1.186.236.360	13,3%
02ª Região (SP)	157.695.810	1.346.672.375	11,7%
03ª Região (MG)	152.288.990	1.049.657.500	14,5%
04ª Região (RS)	183.315.621	967.686.418	18,9%
05ª Região (BA)	69.269.286	678.095.706	10,2%
06ª Região (PE)	16.490.384	491.035.949	3,4%
07ª Região (CE)	8.003.849	238.865.803	3,4%
08ª Região (PA/AP)	13.255.691	340.479.686	3,9%
09ª Região (PR)	156.058.764	569.189.757	27,4%
10ª Região (DF/TO)	31.740.019	366.930.031	8,7%
11ª Região (AM/RR)	7.958.662	297.120.737	2,7%
12ª Região (SC)	24.685.633	443.830.007	5,6%
13ª Região (PB)	8.300.336	278.643.296	3,0%
14ª Região (RO/AC)	4.620.562	206.531.840	2,2%
15ª Região (Campinas)	107.121.867	904.735.483	11,8%
16ª Região (MA)	4.918.855	127.290.645	3,9%
17ª Região (ES)	22.949.200	172.403.692	13,3%
18ª Região (GO)	20.174.352	247.699.587	8,1%
19ª Região (AL)	3.164.037	124.185.374	2,5%
20ª Região (SE)	13.980.235	102.101.152	13,7%
21ª Região (RN)	14.224.781	147.297.390	9,7%
22ª Região (PI)	4.799.816	84.931.339	5,7%
23ª Região (MT)	8.140.497	147.474.776	5,5%
24ª Região (MS)	5.395.866	154.005.990	3,5%
Justiça do Trabalho	1.196.791.710	10.673.100.893	11,2%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

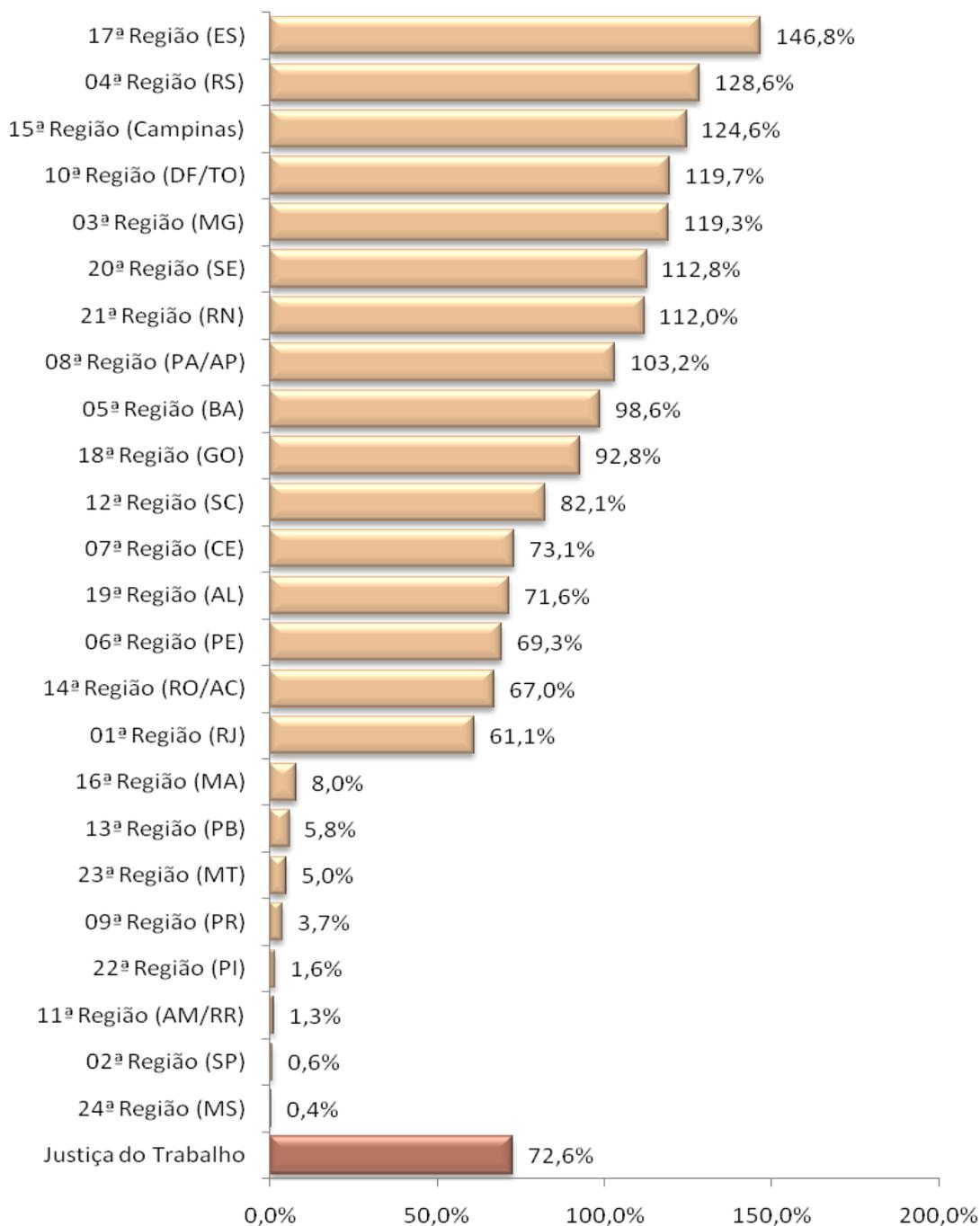
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	724.411.297	1.186.236.360	61,1%
02ª Região (SP)	8.750.579	1.346.672.375	0,6%
03ª Região (MG)	1.251.994.365	1.049.657.500	119,3%
04ª Região (RS)	1.244.696.047	967.686.418	128,6%
05ª Região (BA)	668.780.573	678.095.706	98,6%
06ª Região (PE)	340.220.578	491.035.949	69,3%
07ª Região (CE)	174.530.607	238.865.803	73,1%
08ª Região (PA/AP)	351.469.086	340.479.686	103,2%
09ª Região (PR)	21.016.464	569.189.757	3,7%
10ª Região (DF/TO)	439.270.479	366.930.031	119,7%
11ª Região (AM/RR)	3.931.152	297.120.737	1,3%
12ª Região (SC)	364.518.507	443.830.007	82,1%
13ª Região (PB)	16.295.852	278.643.296	5,8%
14ª Região (RO/AC)	138.283.907	206.531.840	67,0%
15ª Região (Campinas)	1.127.118.430	904.735.483	124,6%
16ª Região (MA)	10.132.426	127.290.645	8,0%
17ª Região (ES)	253.087.722	172.403.692	146,8%
18ª Região (GO)	229.893.654	247.699.587	92,8%
19ª Região (AL)	88.884.544	124.185.374	71,6%
20ª Região (SE)	115.191.181	102.101.152	112,8%
21ª Região (RN)	164.969.627	147.297.390	112,0%
22ª Região (PI)	1.366.167	84.931.339	1,6%
23ª Região (MT)	7.317.070	147.474.776	5,0%
24ª Região (MS)	687.828	154.005.990	0,4%
Justiça do Trabalho	7.746.818.142	10.673.100.893	72,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.16 15 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

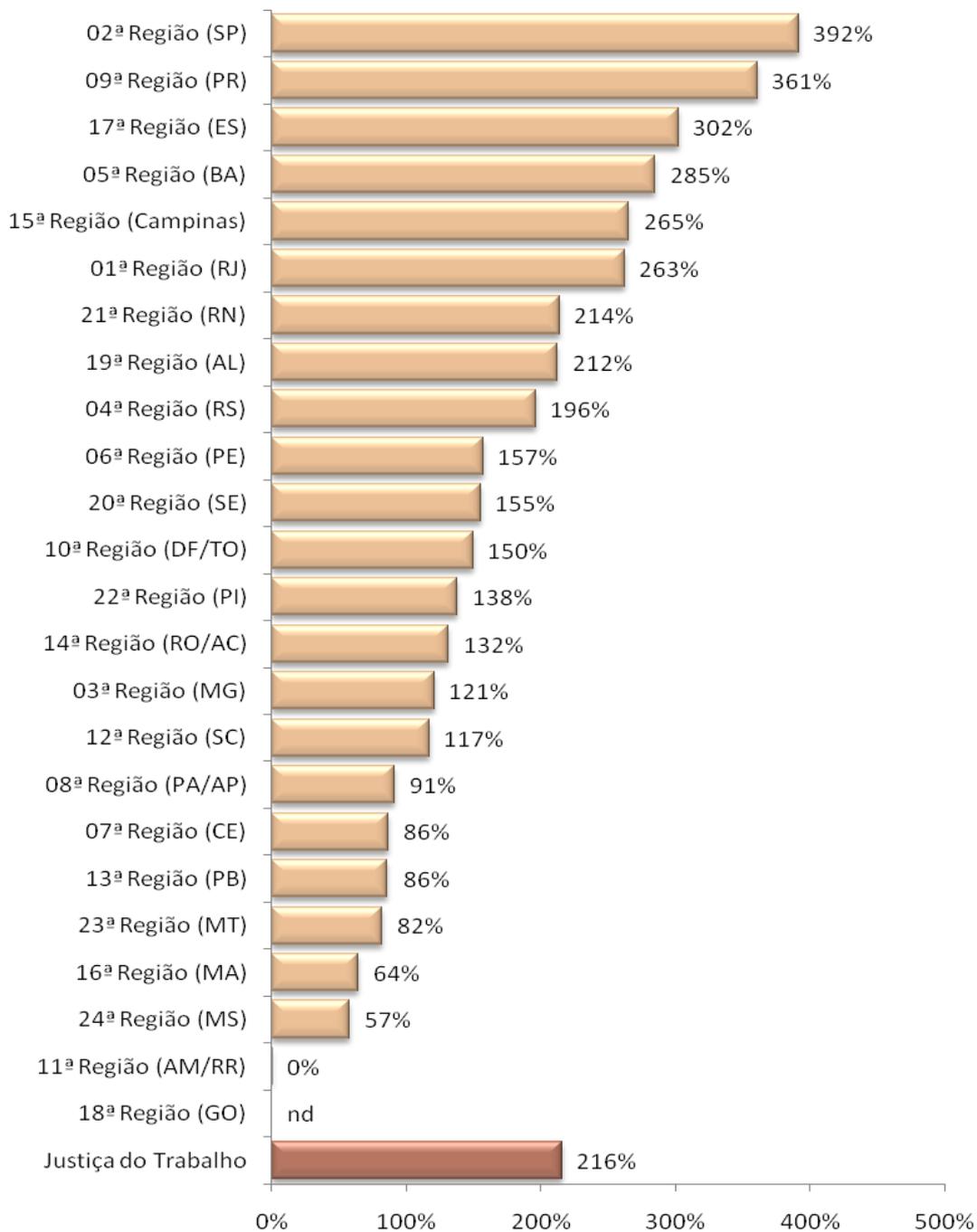
Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	3.114.276.682	1.186.236.360	263%
02ª Região (SP)	5.274.879.060	1.346.672.375	392%
03ª Região (MG)	1.267.636.371	1.049.657.500	121%
04ª Região (RS)	1.899.250.915	967.686.418	196%
05ª Região (BA)	1.933.608.688	678.095.706	285%
06ª Região (PE)	770.832.408	491.035.949	157%
07ª Região (CE)	206.269.348	238.865.803	86%
08ª Região (PA/AP)	311.372.587	340.479.686	91%
09ª Região (PR)	2.054.858.988	569.189.757	361%
10ª Região (DF/TO)	549.241.863	366.930.031	150%
11ª Região (AM/RR)	412.067	297.120.737	0%
12ª Região (SC)	520.313.582	443.830.007	117%
13ª Região (PB)	239.889.106	278.643.296	86%
14ª Região (RO/AC)	271.633.740	206.531.840	132%
15ª Região (Campinas)	2.401.310.632	904.735.483	265%
16ª Região (MA)	81.443.668	127.290.645	64%
17ª Região (ES)	521.008.985	172.403.692	302%
18ª Região (GO)	nd	247.699.587	nd
19ª Região (AL)	263.757.569	124.185.374	212%
20ª Região (SE)	158.517.631	102.101.152	155%
21ª Região (RN)	314.907.032	147.297.390	214%
22ª Região (PI)	117.244.606	84.931.339	138%
23ª Região (MT)	120.476.010	147.474.776	82%
24ª Região (MS)	88.358.227	154.005.990	57%
Justiça do Trabalho	22.481.499.764	10.673.100.893	216%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.17 16 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

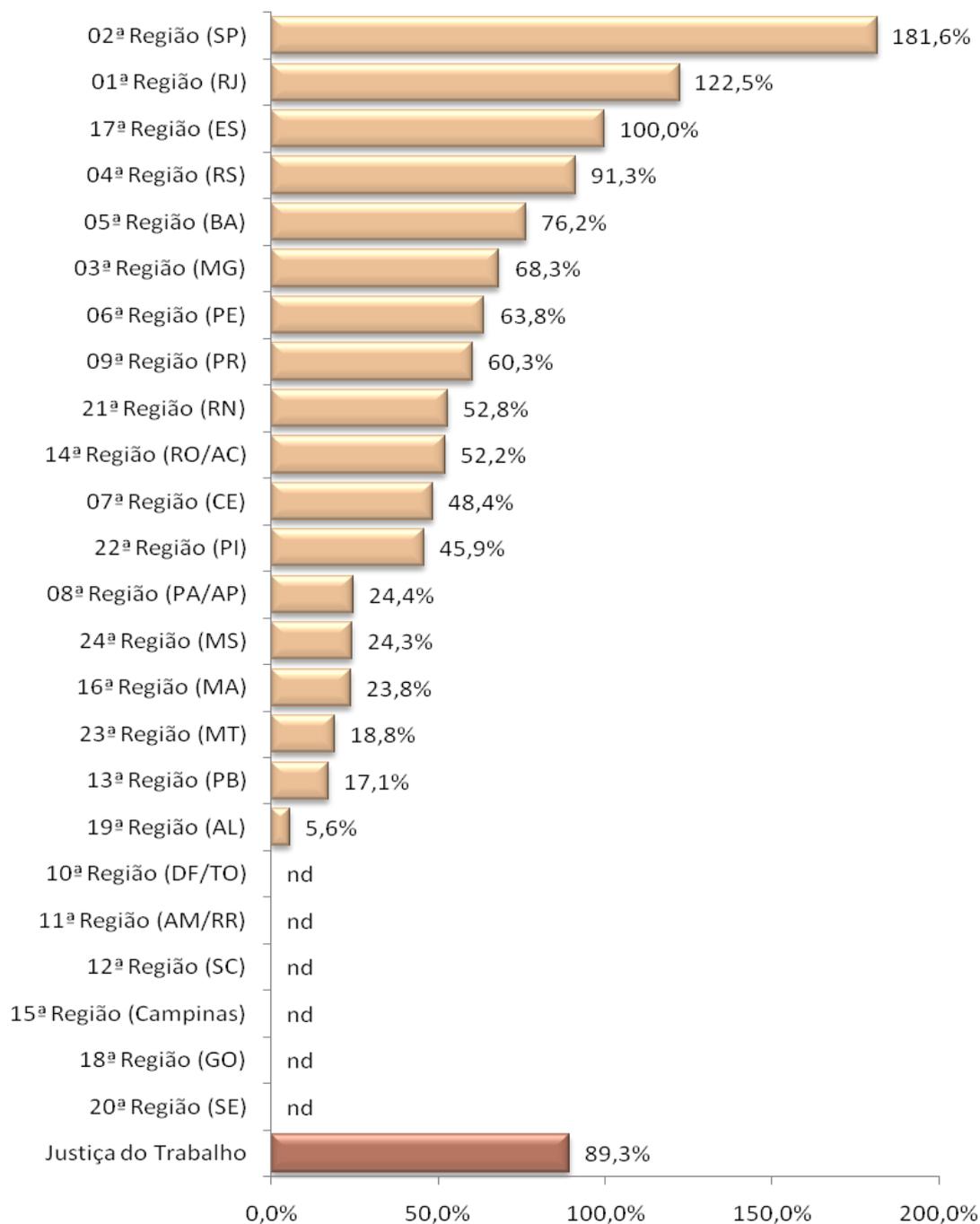
Tabela 1.18 I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.452.730.836	1.186.236.360	122,5%
02ª Região (SP)	2.445.183.425	1.346.672.375	181,6%
03ª Região (MG)	717.275.606	1.049.657.500	68,3%
04ª Região (RS)	883.020.886	967.686.418	91,3%
05ª Região (BA)	516.512.886	678.095.706	76,2%
06ª Região (PE)	313.496.084	491.035.949	63,8%
07ª Região (CE)	115.680.879	238.865.803	48,4%
08ª Região (PA/AP)	83.161.457	340.479.686	24,4%
09ª Região (PR)	343.498.431	569.189.757	60,3%
10ª Região (DF/TO)	nd	366.930.031	nd
11ª Região (AM/RR)	nd	297.120.737	nd
12ª Região (SC)	nd	443.830.007	nd
13ª Região (PB)	47.592.304	278.643.296	17,1%
14ª Região (RO/AC)	107.739.813	206.531.840	52,2%
15ª Região (Campinas)	nd	904.735.483	nd
16ª Região (MA)	30.273.785	127.290.645	23,8%
17ª Região (ES)	172.332.521	172.403.692	100,0%
18ª Região (GO)	nd	247.699.587	nd
19ª Região (AL)	6.963.766	124.185.374	5,6%
20ª Região (SE)	nd	102.101.152	nd
21ª Região (RN)	77.797.559	147.297.390	52,8%
22ª Região (PI)	38.985.276	84.931.339	45,9%
23ª Região (MT)	27.774.373	147.474.776	18,8%
24ª Região (MS)	37.452.531	154.005.990	24,3%
Justiça do Trabalho	7.417.472.416	10.673.100.893	89,3%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

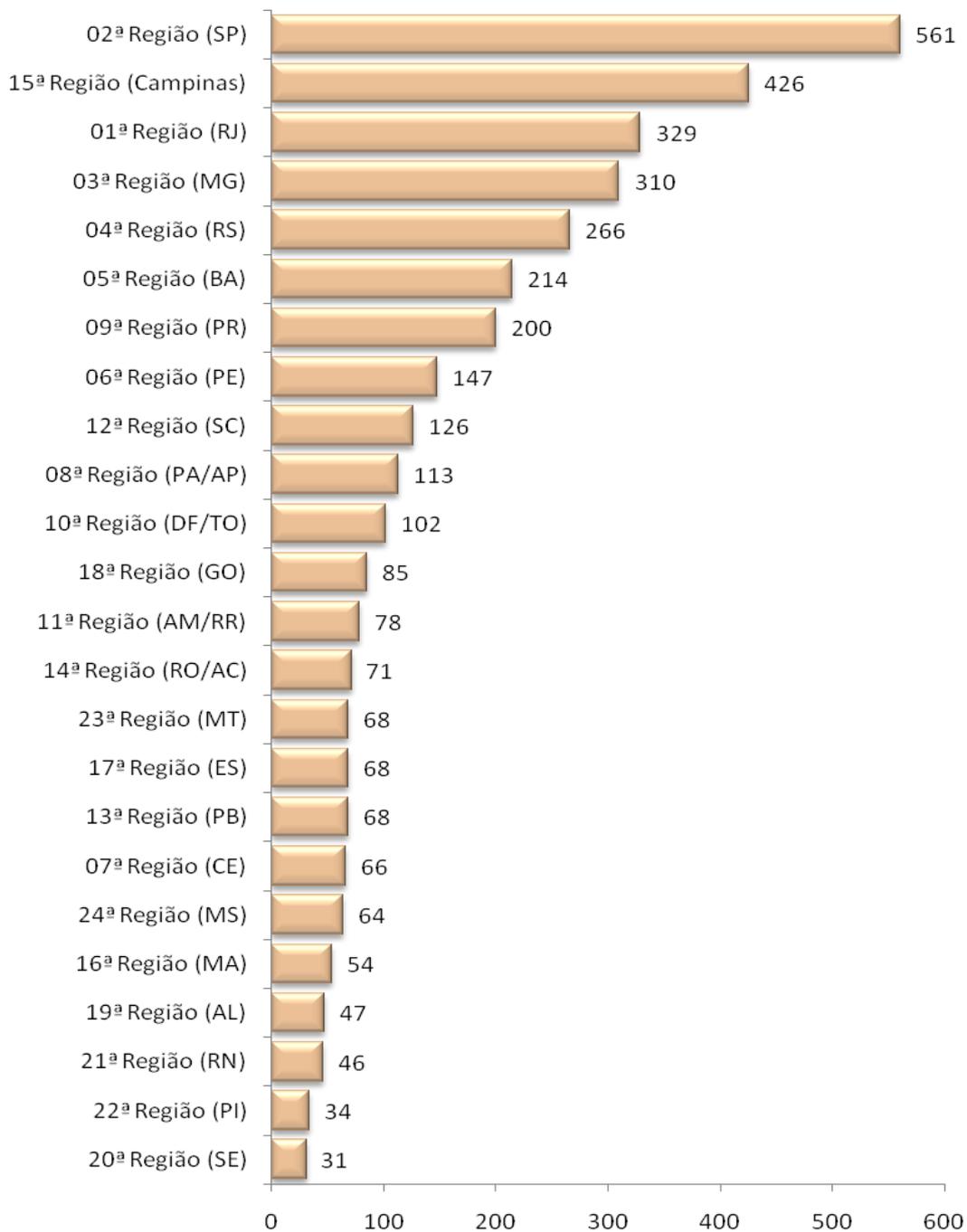
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região (RJ)	54	275	329
02ª Região (SP)	94	467	561
03ª Região (MG)	36	274	310
04ª Região (RS)	36	230	266
05ª Região (BA)	29	185	214
06ª Região (PE)	18	129	147
07ª Região (CE)	14	52	66
08ª Região (PA/AP)	23	90	113
09ª Região (PR)	28	172	200
10ª Região (DF/TO)	17	85	102
11ª Região (AM/RR)	14	64	78
12ª Região (SC)	18	108	126
13ª Região (PB)	8	60	68
14ª Região (RO/AC)	8	63	71
15ª Região (Campinas)	55	371	426
16ª Região (MA)	8	46	54
17ª Região (ES)	12	56	68
18ª Região (GO)	13	72	85
19ª Região (AL)	8	39	47
20ª Região (SE)	8	23	31
21ª Região (RN)	8	38	46
22ª Região (PI)	8	26	34
23ª Região (MT)	8	60	68
24ª Região (MS)	8	56	64
Justiça do Trabalho	533	3.041	3.574

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE}^{2^\circ} + \text{MagE}^{1^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE^{2º}** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE^{1º}** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.2. Mag - Total de Magistrados

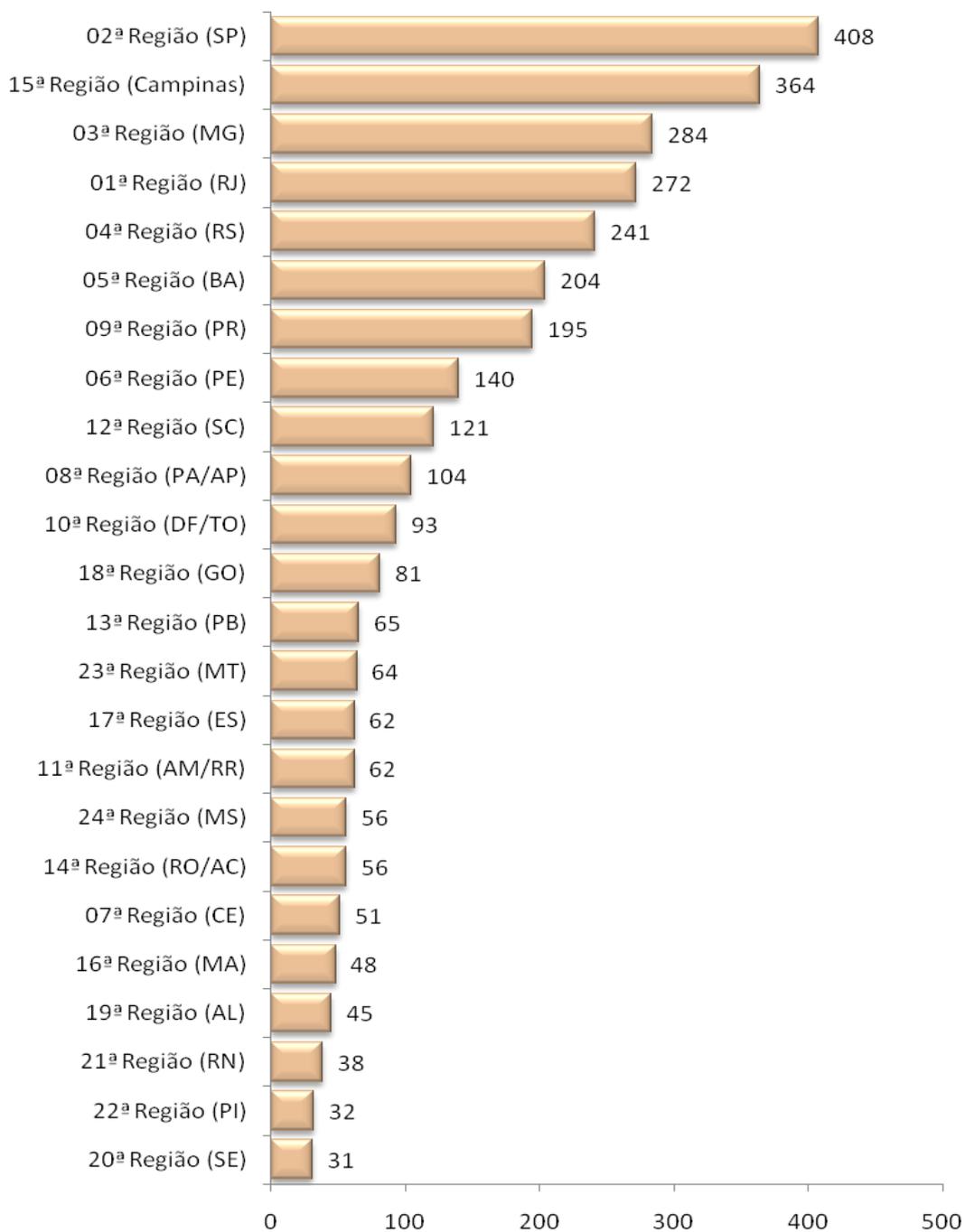
Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região (RJ)	54	233	15	272
02ª Região (SP)	94	323	9	408
03ª Região (MG)	36	256	8	284
04ª Região (RS)	36	227	22	241
05ª Região (BA)	29	184	9	204
06ª Região (PE)	18	122	0	140
07ª Região (CE)	7	48	4	51
08ª Região (PA/AP)	23	82	1	104
09ª Região (PR)	28	169	2	195
10ª Região (DF/TO)	16	83	6	93
11ª Região (AM/RR)	8	54	0	62
12ª Região (SC)	16	106	1	121
13ª Região (PB)	8	59	2	65
14ª Região (RO/AC)	6	51	1	56
15ª Região (Campinas)	48	318	2	364
16ª Região (MA)	8	43	3	48
17ª Região (ES)	11	53	2	62
18ª Região (GO)	12	69	nd	81
19ª Região (AL)	8	38	1	45
20ª Região (SE)	8	23	0	31
21ª Região (RN)	8	35	5	38
22ª Região (PI)	8	24	0	32
23ª Região (MT)	8	58	2	64
24ª Região (MS)	7	54	5	56
Justiça do Trabalho	505	2.712	100	3.117

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $Mag = MagP2^{\circ} + MagP1^{\circ} - MagAJ1^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

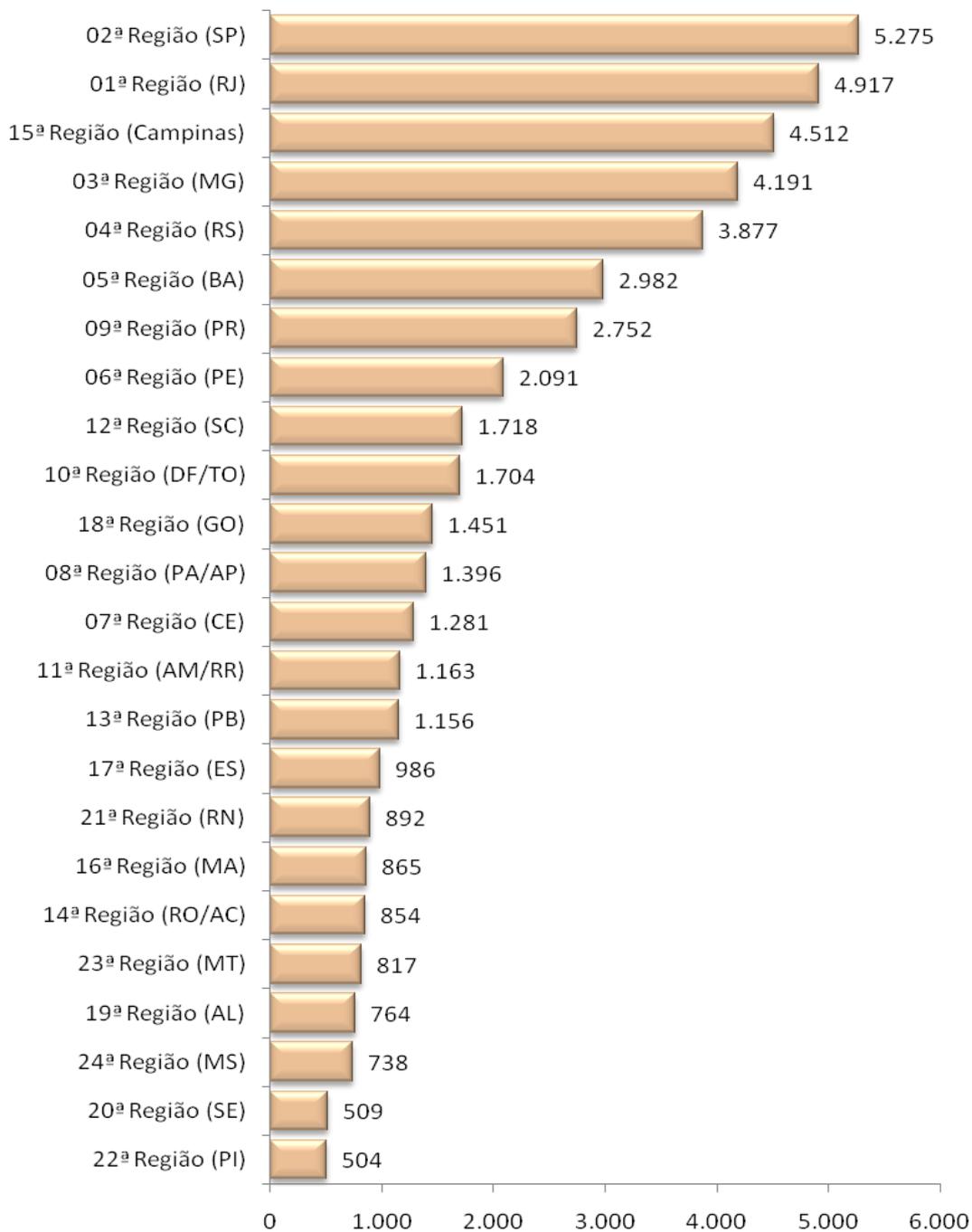
1.2.3. TS - Total de Servidores

Tabela 1.21 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região (RJ)	3.712	187	215	1.152	25	4.917
02ª Região (SP)	4.410	334	259	922	18	5.275
03ª Região (MG)	2.962	17	348	879	19	4.191
04ª Região (RS)	3.312	10	4	569	2	3.877
05ª Região (BA)	2.185	119	285	614	17	2.982
06ª Região (PE)	1.560	48	214	359	6	2.091
07ª Região (CE)	851	70	222	266	12	1.281
08ª Região (PA/AP)	1.080	6	12	300	10	1.396
09ª Região (PR)	2.211	139	132	538	10	2.752
10ª Região (DF/TO)	1.089	162	261	509	7	1.704
11ª Região (AM/RR)	1.042	27	44	97	7	1.163
12ª Região (SC)	1.494	60	75	207	2	1.718
13ª Região (PB)	974	18	58	134	8	1.156
14ª Região (RO/AC)	748	41	21	125	1	854
15ª Região (Campinas)	3.028	12	455	1.030	11	4.512
16ª Região (MA)	514	57	103	289	16	865
17ª Região (ES)	665	62	187	193	3	986
18ª Região (GO)	859	67	306	352	1	1.451
19ª Região (AL)	428	57	174	216	3	764
20ª Região (SE)	372	34	57	110	4	509
21ª Região (RN)	533	39	131	254	13	892
22ª Região (PI)	317	31	95	113	10	504
23ª Região (MT)	542	40	95	219	1	817
24ª Região (MS)	502	44	130	147	3	738
Justiça do Trabalho	35.390	1.681	3.883	9.594	209	47.395

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.21 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPREq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

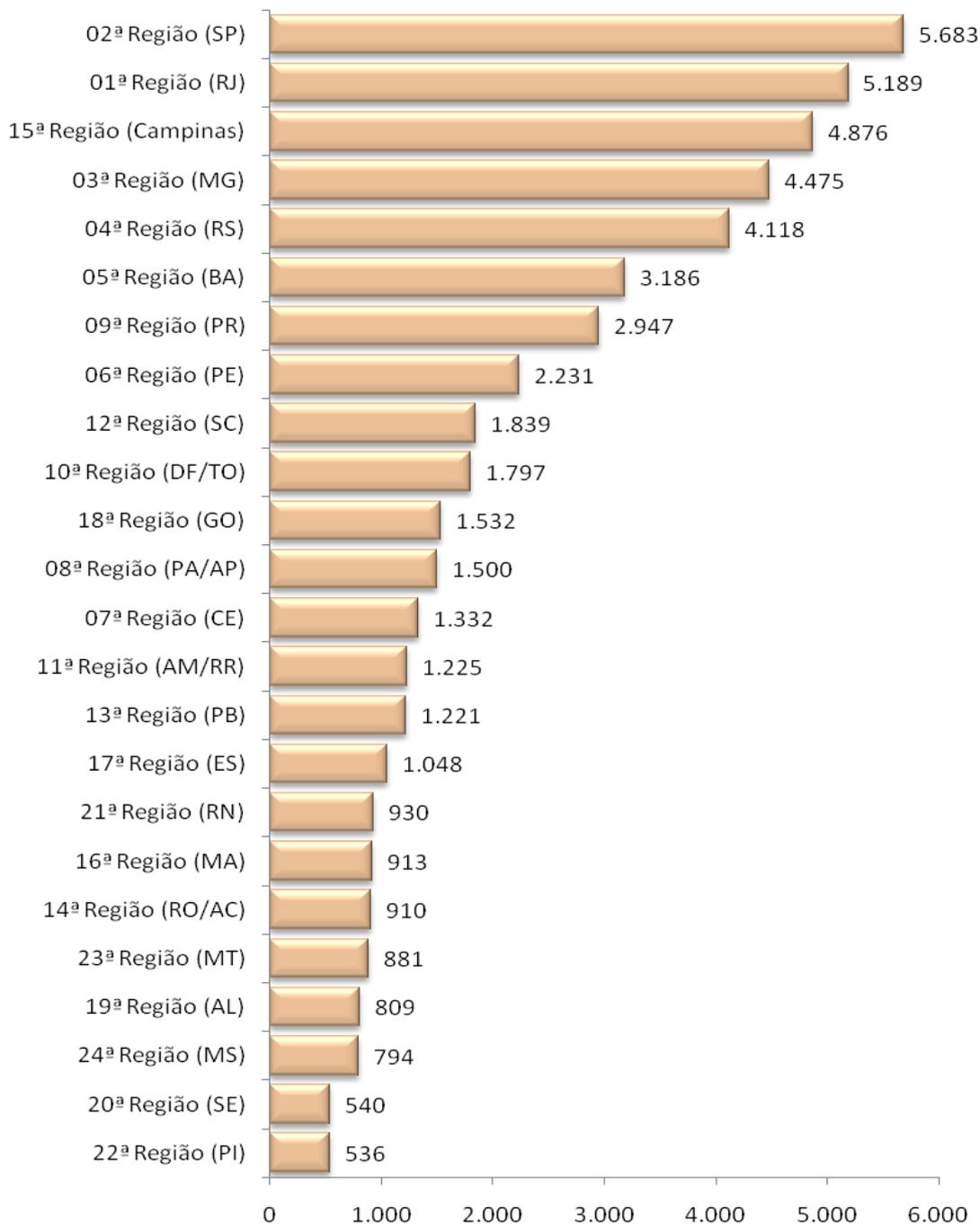
1.2.4. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.22 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	Mag - Total de Magistrados	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
01ª Região (RJ)	4.917	272	5.189
02ª Região (SP)	5.275	408	5.683
03ª Região (MG)	4.191	284	4.475
04ª Região (RS)	3.877	241	4.118
05ª Região (BA)	2.982	204	3.186
06ª Região (PE)	2.091	140	2.231
07ª Região (CE)	1.281	51	1.332
08ª Região (PA/AP)	1.396	104	1.500
09ª Região (PR)	2.752	195	2.947
10ª Região (DF/TO)	1.704	93	1.797
11ª Região (AM/RR)	1.163	62	1.225
12ª Região (SC)	1.718	121	1.839
13ª Região (PB)	1.156	65	1.221
14ª Região (RO/AC)	854	56	910
15ª Região (Campinas)	4.512	364	4.876
16ª Região (MA)	865	48	913
17ª Região (ES)	986	62	1.048
18ª Região (GO)	1.451	81	1.532
19ª Região (AL)	764	45	809
20ª Região (SE)	509	31	540
21ª Região (RN)	892	38	930
22ª Região (PI)	504	32	536
23ª Região (MT)	817	64	881
24ª Região (MS)	738	56	794
Justiça do Trabalho	47.395	3.117	50.512

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.22 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagP2º + MagP1º - MagAJ1º$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

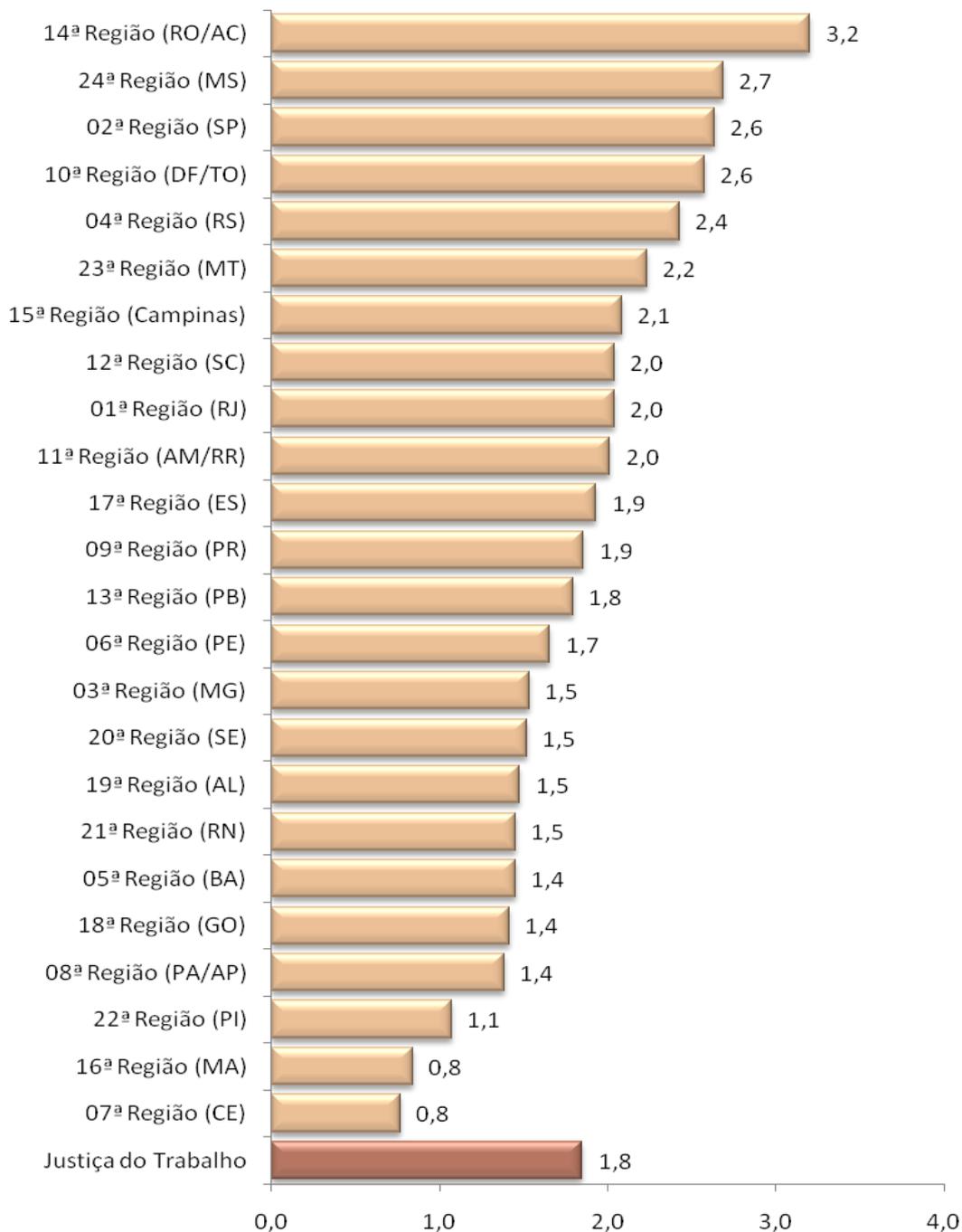
1.2.5. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.23 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	329	161	2,0
02ª Região (SP)	561	213	2,6
03ª Região (MG)	310	202	1,5
04ª Região (RS)	266	110	2,4
05ª Região (BA)	214	148	1,4
06ª Região (PE)	147	89	1,7
07ª Região (CE)	66	86	0,8
08ª Região (PA/AP)	113	82	1,4
09ª Região (PR)	200	108	1,9
10ª Região (DF/TO)	102	40	2,6
11ª Região (AM/RR)	78	39	2,0
12ª Região (SC)	126	62	2,0
13ª Região (PB)	68	38	1,8
14ª Região (RO/AC)	71	22	3,2
15ª Região (Campinas)	426	205	2,1
16ª Região (MA)	54	64	0,8
17ª Região (ES)	68	35	1,9
18ª Região (GO)	85	60	1,4
19ª Região (AL)	47	32	1,5
20ª Região (SE)	31	20	1,5
21ª Região (RN)	46	32	1,5
22ª Região (PI)	34	32	1,1
23ª Região (MT)	68	30	2,2
24ª Região (MS)	64	24	2,7
Justiça do Trabalho	3.574	1.933	1,8

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.23 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

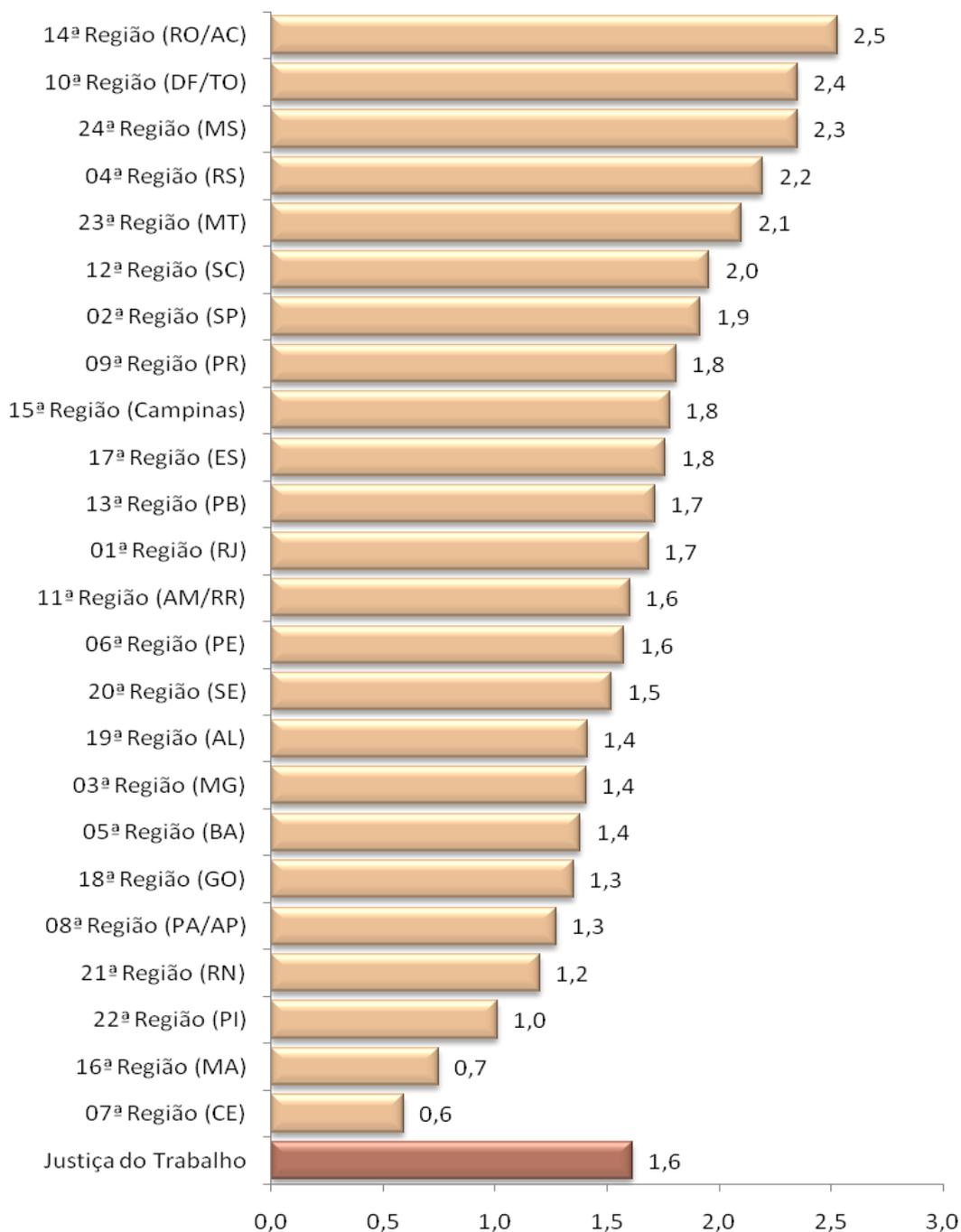
1.2.6. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	272	161	1,7
02ª Região (SP)	408	213	1,9
03ª Região (MG)	284	202	1,4
04ª Região (RS)	241	110	2,2
05ª Região (BA)	204	148	1,4
06ª Região (PE)	140	89	1,6
07ª Região (CE)	51	86	0,6
08ª Região (PA/AP)	104	82	1,3
09ª Região (PR)	195	108	1,8
10ª Região (DF/TO)	93	40	2,4
11ª Região (AM/RR)	62	39	1,6
12ª Região (SC)	121	62	2,0
13ª Região (PB)	65	38	1,7
14ª Região (RO/AC)	56	22	2,5
15ª Região (Campinas)	364	205	1,8
16ª Região (MA)	48	64	0,7
17ª Região (ES)	62	35	1,8
18ª Região (GO)	81	60	1,3
19ª Região (AL)	45	32	1,4
20ª Região (SE)	31	20	1,5
21ª Região (RN)	38	32	1,2
22ª Região (PI)	32	32	1,0
23ª Região (MT)	64	30	2,1
24ª Região (MS)	56	24	2,3
Justiça do Trabalho	3.117	1.933	1,6

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.24 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F2 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{MagP2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

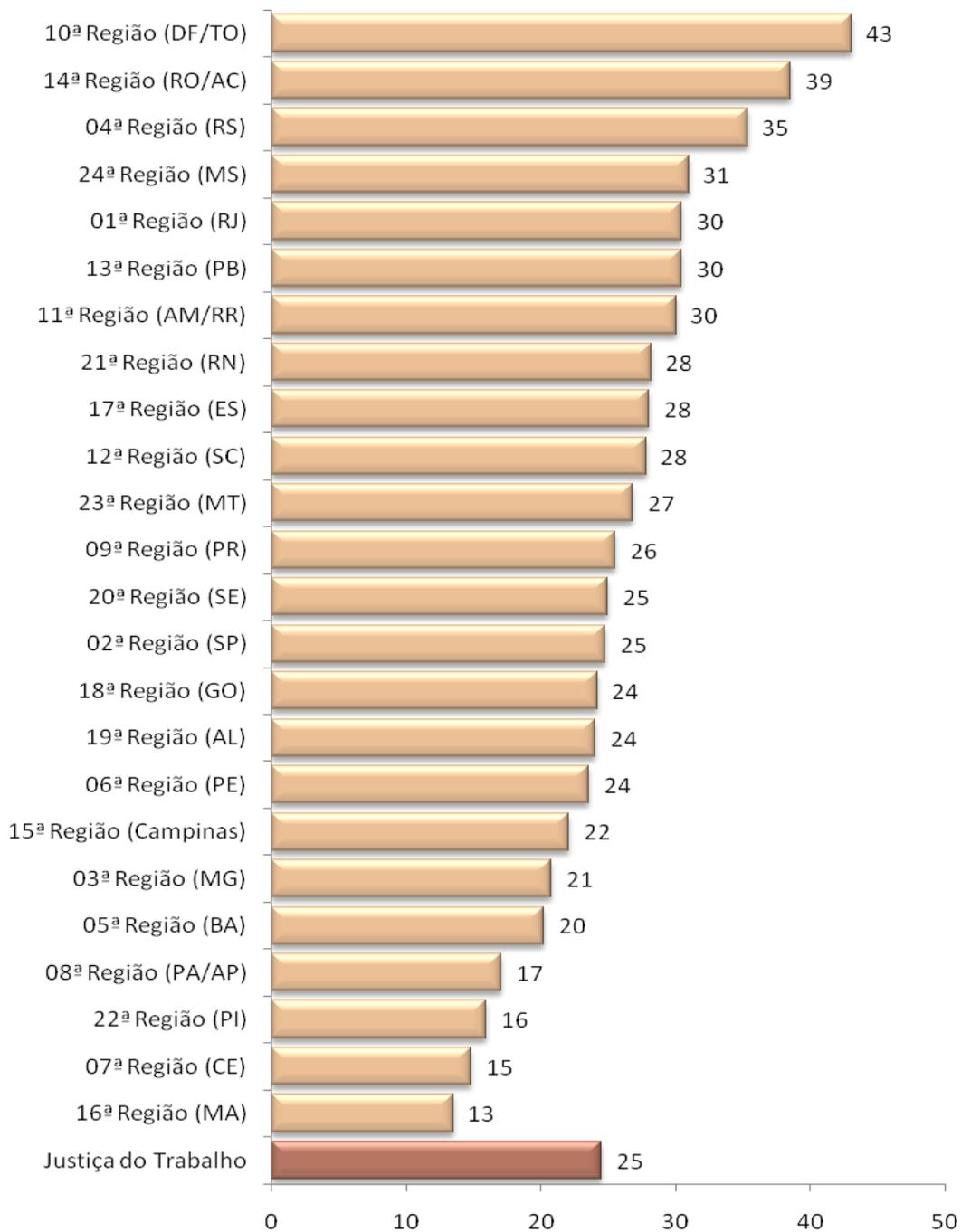
1.2.7. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	4.917	161	30
02ª Região (SP)	5.275	213	25
03ª Região (MG)	4.191	202	21
04ª Região (RS)	3.877	110	35
05ª Região (BA)	2.982	148	20
06ª Região (PE)	2.091	89	24
07ª Região (CE)	1.281	86	15
08ª Região (PA/AP)	1.396	82	17
09ª Região (PR)	2.752	108	26
10ª Região (DF/TO)	1.704	40	43
11ª Região (AM/RR)	1.163	39	30
12ª Região (SC)	1.718	62	28
13ª Região (PB)	1.156	38	30
14ª Região (RO/AC)	854	22	39
15ª Região (Campinas)	4.512	205	22
16ª Região (MA)	865	64	13
17ª Região (ES)	986	35	28
18ª Região (GO)	1.451	60	24
19ª Região (AL)	764	32	24
20ª Região (SE)	509	20	25
21ª Região (RN)	892	32	28
22ª Região (PI)	504	32	16
23ª Região (MT)	817	30	27
24ª Região (MS)	738	24	31
Justiça do Trabalho	47.395	1.933	25

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.25 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

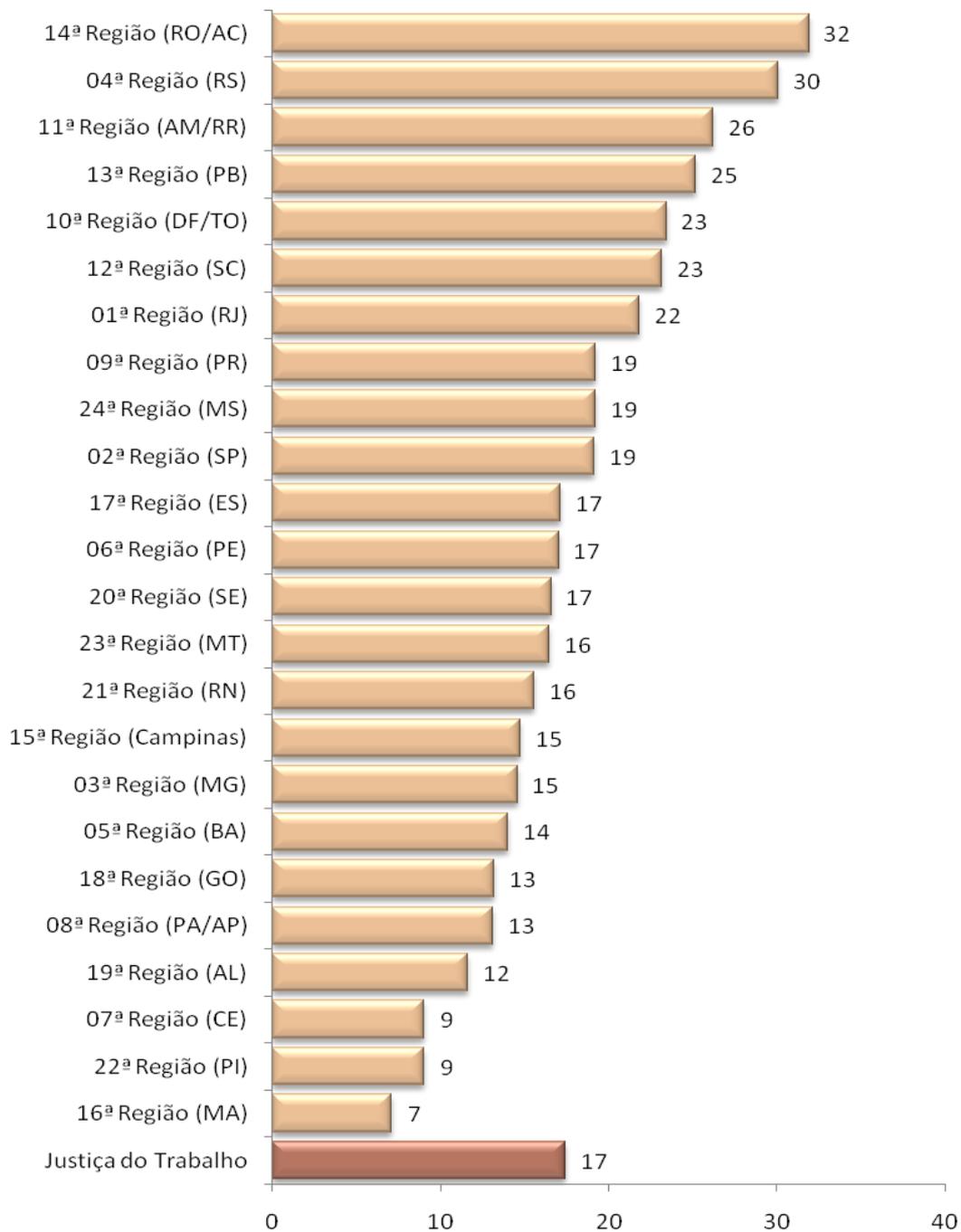
1.2.8. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.712	187	161	22
02ª Região (SP)	4.410	334	213	19
03ª Região (MG)	2.962	17	202	15
04ª Região (RS)	3.312	10	110	30
05ª Região (BA)	2.185	119	148	14
06ª Região (PE)	1.560	48	89	17
07ª Região (CE)	851	70	86	9
08ª Região (PA/AP)	1.080	6	82	13
09ª Região (PR)	2.211	139	108	19
10ª Região (DF/TO)	1.089	162	40	23
11ª Região (AM/RR)	1.042	27	39	26
12ª Região (SC)	1.494	60	62	23
13ª Região (PB)	974	18	38	25
14ª Região (RO/AC)	748	41	22	32
15ª Região (Campinas)	3.028	12	205	15
16ª Região (MA)	514	57	64	7
17ª Região (ES)	665	62	35	17
18ª Região (GO)	859	67	60	13
19ª Região (AL)	428	57	32	12
20ª Região (SE)	372	34	20	17
21ª Região (RN)	533	39	32	16
22ª Região (PI)	317	31	32	9
23ª Região (MT)	542	40	30	16
24ª Região (MS)	502	44	24	19
Justiça do Trabalho	35.390	1.681	1.933	17

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.26 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

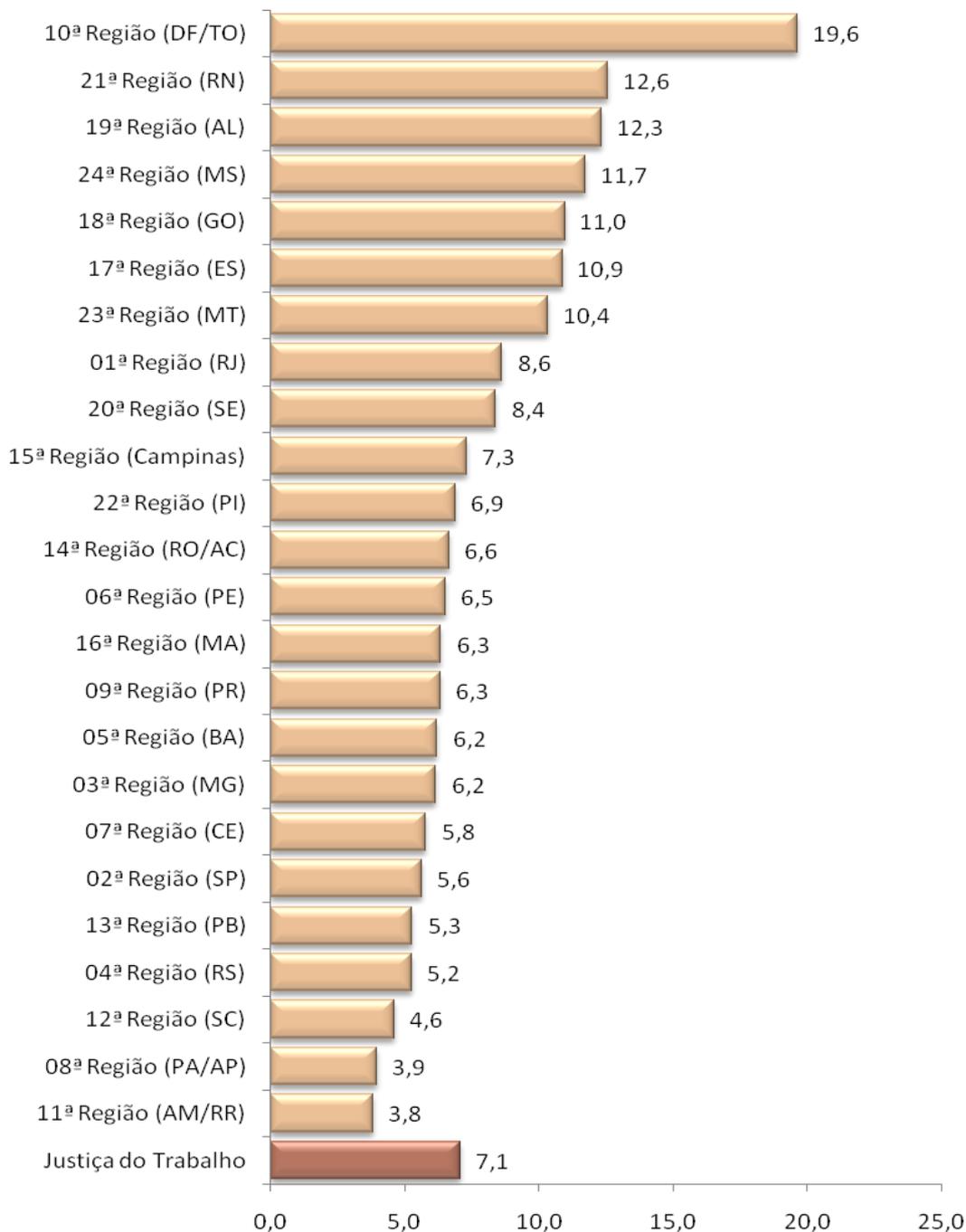
1.2.9. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	25	215	1.152	161	8,6
02ª Região (SP)	18	259	922	213	5,6
03ª Região (MG)	19	348	879	202	6,2
04ª Região (RS)	2	4	569	110	5,2
05ª Região (BA)	17	285	614	148	6,2
06ª Região (PE)	6	214	359	89	6,5
07ª Região (CE)	12	222	266	86	5,8
08ª Região (PA/AP)	10	12	300	82	3,9
09ª Região (PR)	10	132	538	108	6,3
10ª Região (DF/TO)	7	261	509	40	19,6
11ª Região (AM/RR)	7	44	97	39	3,8
12ª Região (SC)	2	75	207	62	4,6
13ª Região (PB)	8	58	134	38	5,3
14ª Região (RO/AC)	1	21	125	22	6,6
15ª Região (Campinas)	11	455	1.030	205	7,3
16ª Região (MA)	16	103	289	64	6,3
17ª Região (ES)	3	187	193	35	10,9
18ª Região (GO)	1	306	352	60	11,0
19ª Região (AL)	3	174	216	32	12,3
20ª Região (SE)	4	57	110	20	8,4
21ª Região (RN)	13	131	254	32	12,6
22ª Região (PI)	10	95	113	32	6,9
23ª Região (MT)	1	95	219	30	10,4
24ª Região (MS)	3	130	147	24	11,7
Justiça do Trabalho	209	3.883	9.594	1.933	7,1

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.27 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

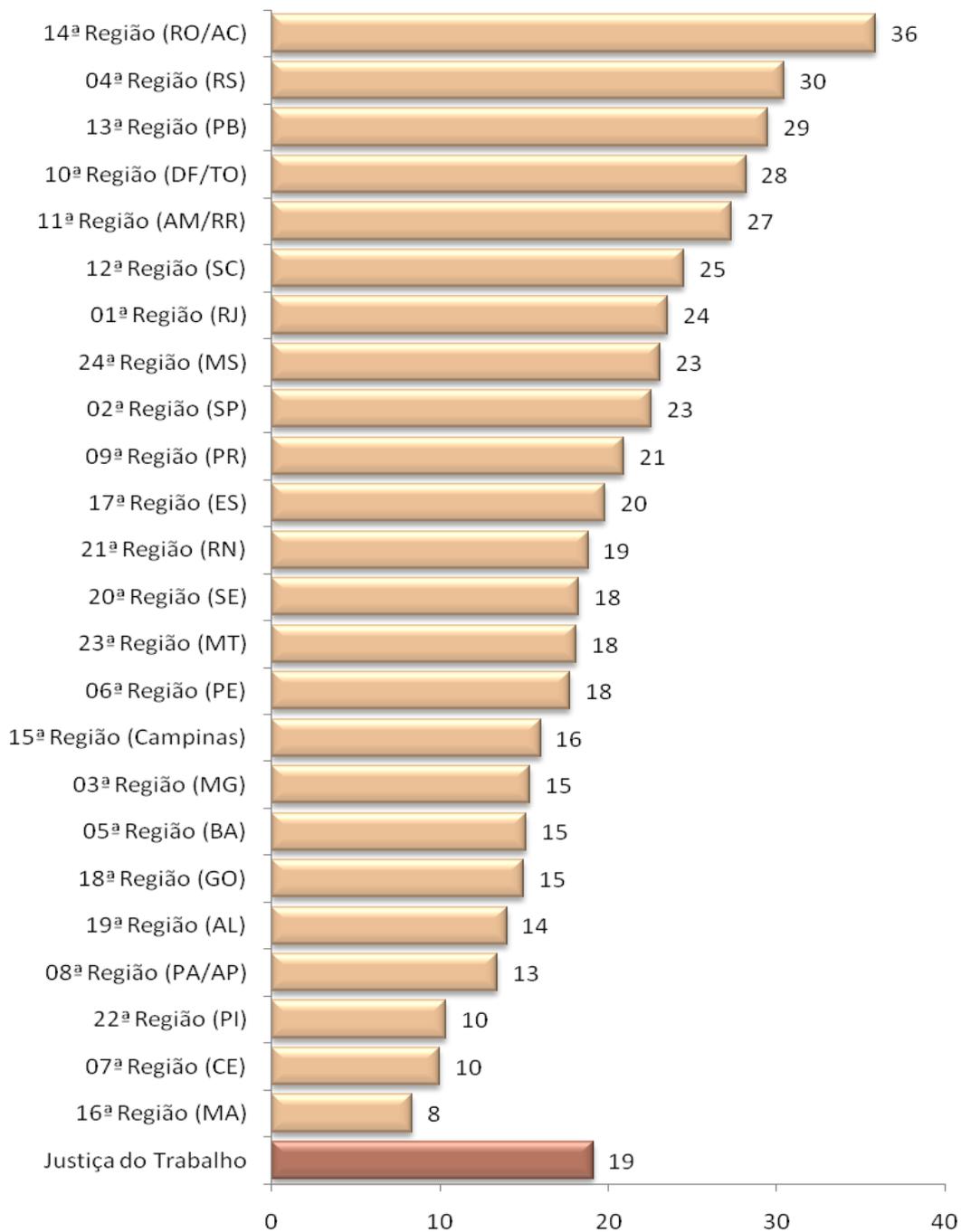
1.2.10. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.802	161	24
02ª Região (SP)	4.802	213	23
03ª Região (MG)	3.099	202	15
04ª Região (RS)	3.344	110	30
05ª Região (BA)	2.237	148	15
06ª Região (PE)	1.577	89	18
07ª Região (CE)	864	86	10
08ª Região (PA/AP)	1.099	82	13
09ª Região (PR)	2.259	108	21
10ª Região (DF/TO)	1.116	40	28
11ª Região (AM/RR)	1.059	39	27
12ª Região (SC)	1.516	62	25
13ª Região (PB)	1.119	38	29
14ª Região (RO/AC)	795	22	36
15ª Região (Campinas)	3.270	205	16
16ª Região (MA)	535	64	8
17ª Região (ES)	697	35	20
18ª Região (GO)	898	60	15
19ª Região (AL)	445	32	14
20ª Região (SE)	372	20	18
21ª Região (RN)	596	32	19
22ª Região (PI)	329	32	10
23ª Região (MT)	551	30	18
24ª Região (MS)	550	24	23
Justiça do Trabalho	36.931	1.933	19

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.28 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

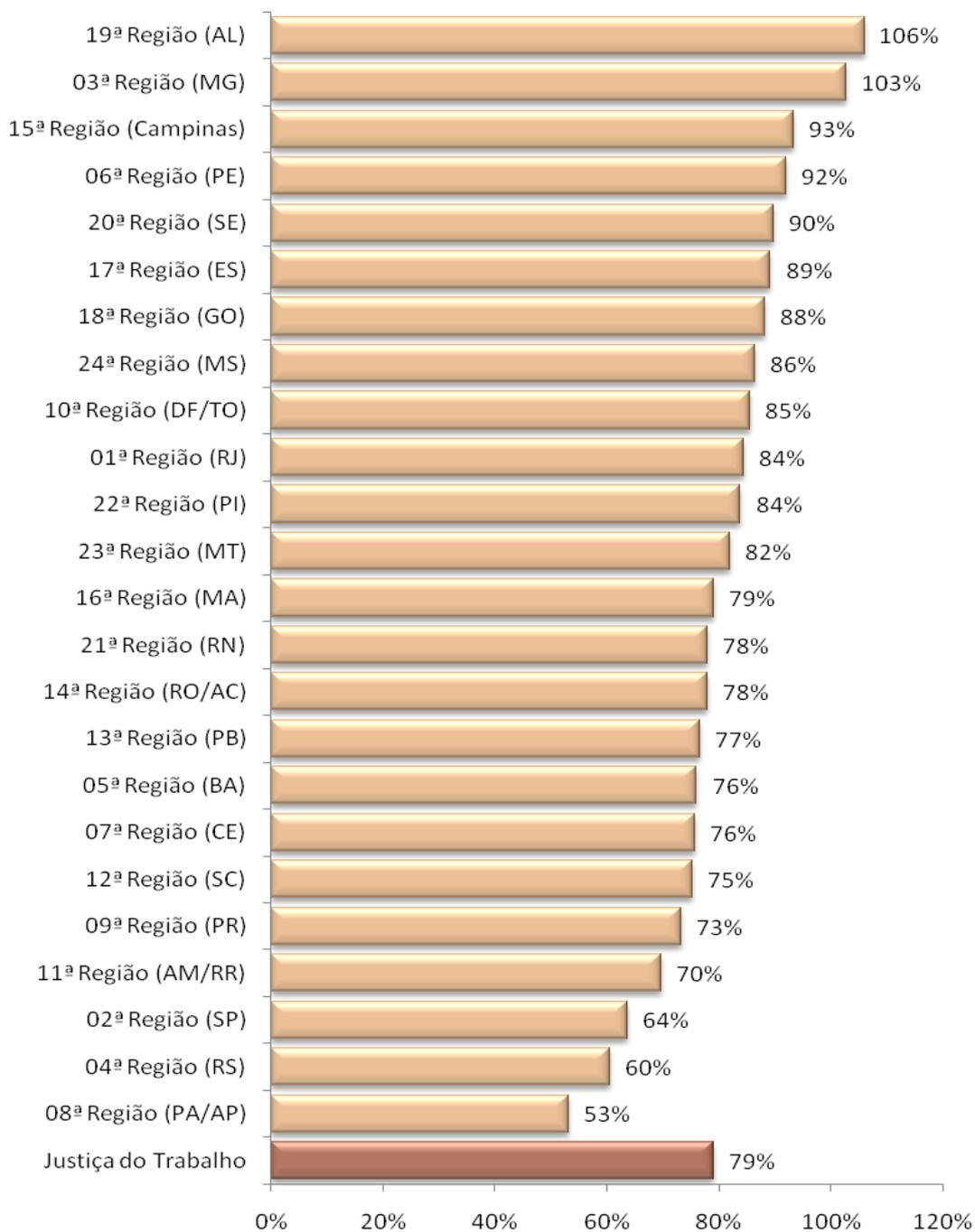
1.2.11. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.29 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região (RJ)	498	2.711	3.802	84%
02ª Região (SP)	625	2.429	4.802	64%
03ª Região (MG)	238	2.949	3.099	103%
04ª Região (RS)	271	1.752	3.344	60%
05ª Região (BA)	160	1.541	2.237	76%
06ª Região (PE)	148	1.303	1.577	92%
07ª Região (CE)	81	573	864	76%
08ª Região (PA/AP)	104	480	1.099	53%
09ª Região (PR)	297	1.358	2.259	73%
10ª Região (DF/TO)	96	858	1.116	85%
11ª Região (AM/RR)	72	666	1.059	70%
12ª Região (SC)	238	904	1.516	75%
13ª Região (PB)	78	780	1.119	77%
14ª Região (RO/AC)	71	549	795	78%
15ª Região (Campinas)	345	2.707	3.270	93%
16ª Região (MA)	51	372	535	79%
17ª Região (ES)	57	565	697	89%
18ª Região (GO)	79	714	898	88%
19ª Região (AL)	48	424	445	106%
20ª Região (SE)	39	295	372	90%
21ª Região (RN)	49	416	596	78%
22ª Região (PI)	36	240	329	84%
23ª Região (MT)	45	407	551	82%
24ª Região (MS)	51	424	550	86%
Justiça do Trabalho	3.777	25.417	36.931	79%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.29 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

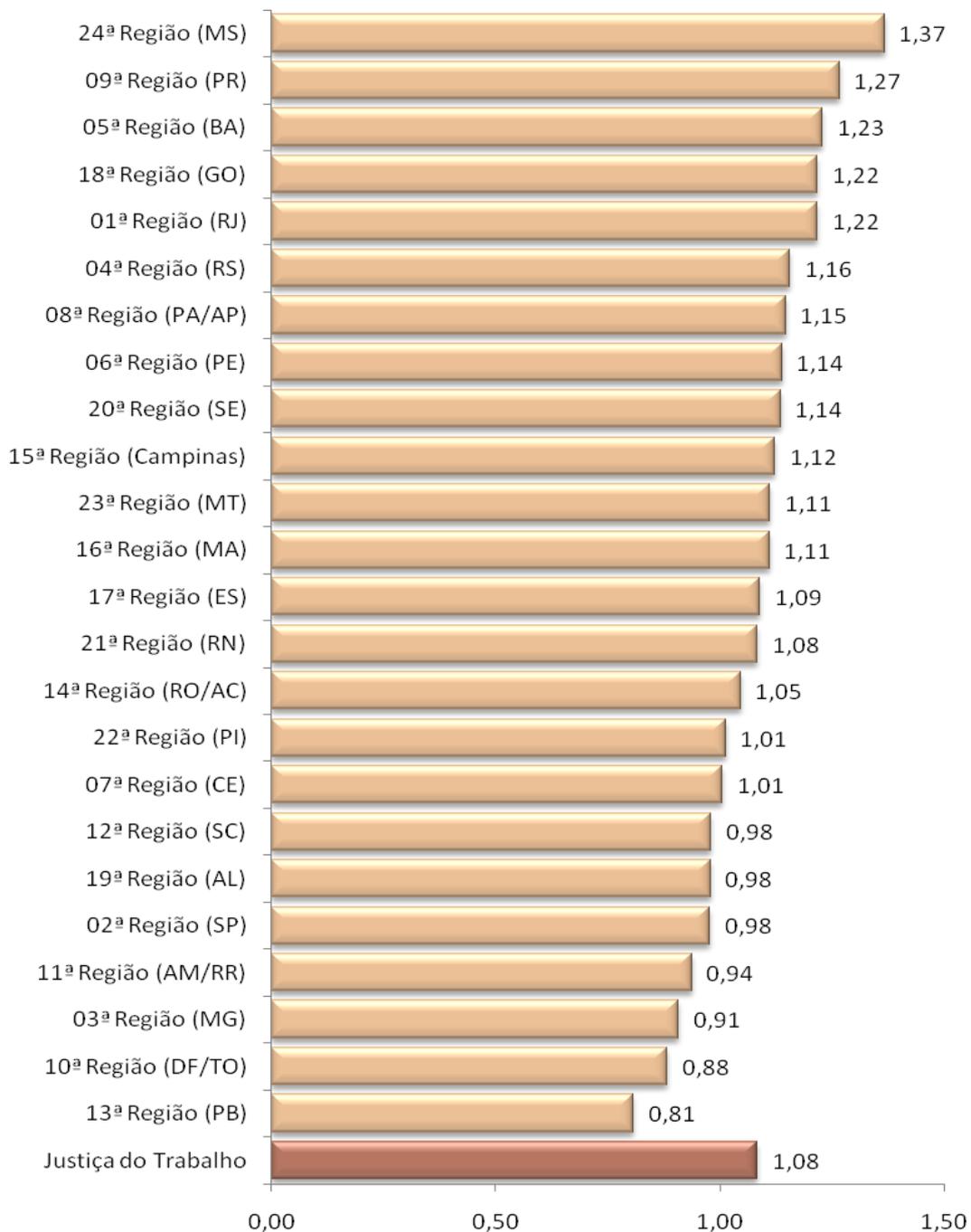
1.2.12. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.30 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região (RJ)	5.762	4.731	1,22
02ª Região (SP)	5.440	5.563	0,98
03ª Região (MG)	3.437	3.784	0,91
04ª Região (RS)	4.074	3.522	1,16
05ª Região (BA)	3.192	2.597	1,23
06ª Região (PE)	2.041	1.792	1,14
07ª Região (CE)	1.197	1.191	1,01
08ª Região (PA/AP)	1.520	1.325	1,15
09ª Região (PR)	3.040	2.400	1,27
10ª Região (DF/TO)	1.459	1.651	0,88
11ª Região (AM/RR)	1.073	1.144	0,94
12ª Região (SC)	1.784	1.818	0,98
13ª Região (PB)	865	1.071	0,81
14ª Região (RO/AC)	852	814	1,05
15ª Região (Campinas)	4.055	3.610	1,12
16ª Região (MA)	875	788	1,11
17ª Região (ES)	1.049	962	1,09
18ª Região (GO)	1.430	1.174	1,22
19ª Região (AL)	663	677	0,98
20ª Região (SE)	536	472	1,14
21ª Região (RN)	763	704	1,08
22ª Região (PI)	486	480	1,01
23ª Região (MT)	896	806	1,11
24ª Região (MS)	1.028	752	1,37
Justiça do Trabalho	47.517	43.828	1,08

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.30 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Inf2 = Comp / Ui$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

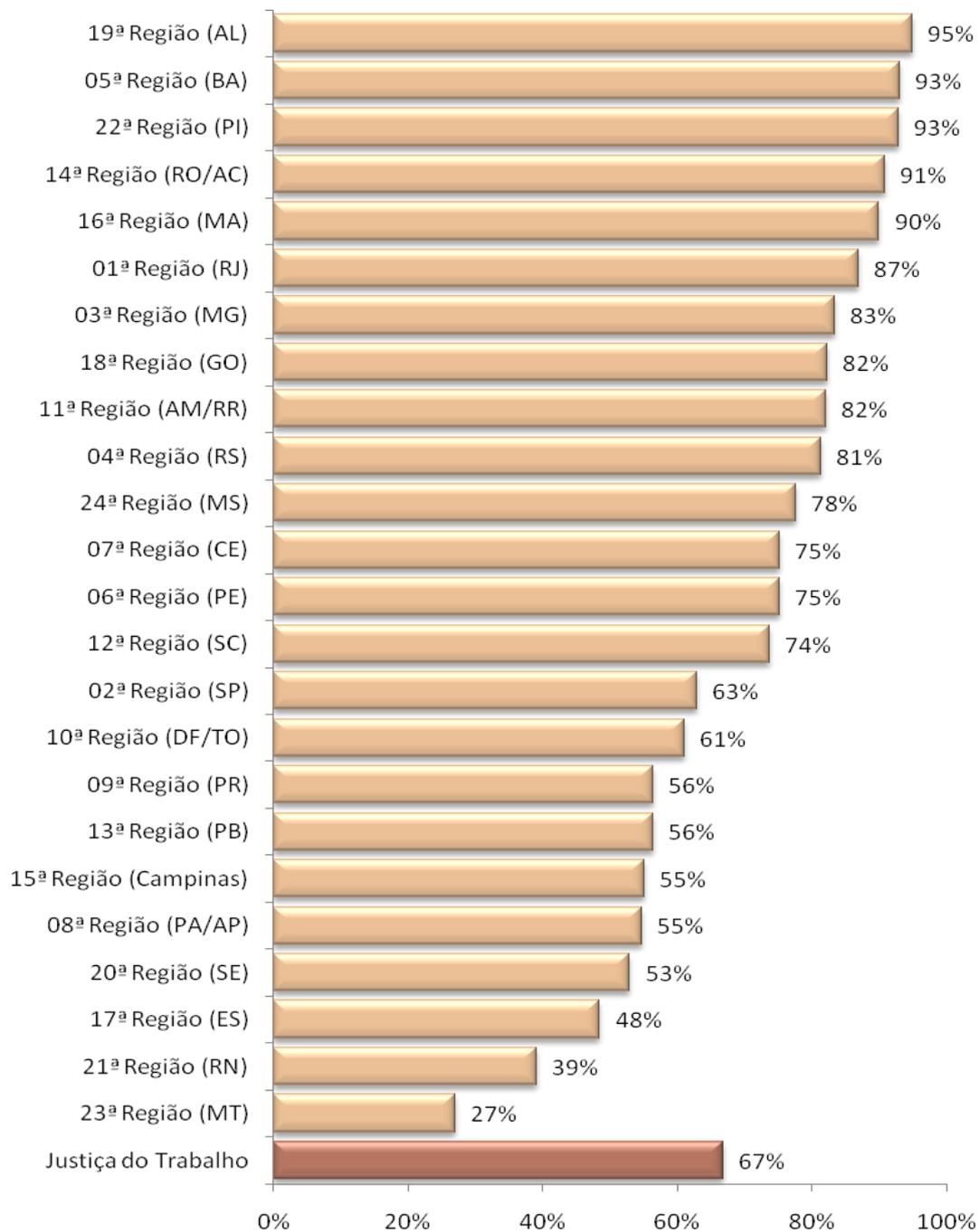
1.2.13. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.31 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região (RJ)	94.142	108.338	87%
02ª Região (SP)	171.029	271.646	63%
03ª Região (MG)	103.095	123.714	83%
04ª Região (RS)	97.304	119.659	81%
05ª Região (BA)	57.024	61.252	93%
06ª Região (PE)	52.720	70.158	75%
07ª Região (CE)	35.978	47.818	75%
08ª Região (PA/AP)	37.041	67.733	55%
09ª Região (PR)	81.213	143.819	56%
10ª Região (DF/TO)	33.887	55.549	61%
11ª Região (AM/RR)	23.472	28.599	82%
12ª Região (SC)	46.022	62.473	74%
13ª Região (PB)	26.418	46.840	56%
14ª Região (RO/AC)	26.575	29.254	91%
15ª Região (Campinas)	124.342	225.682	55%
16ª Região (MA)	26.635	29.595	90%
17ª Região (ES)	16.370	33.754	48%
18ª Região (GO)	27.103	32.938	82%
19ª Região (AL)	18.763	19.756	95%
20ª Região (SE)	17.252	32.578	53%
21ª Região (RN)	29.634	75.776	39%
22ª Região (PI)	11.384	12.249	93%
23ª Região (MT)	17.337	64.244	27%
24ª Região (MS)	17.311	22.312	78%
Justiça do Trabalho	1.192.051	1.785.736	67%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.31 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

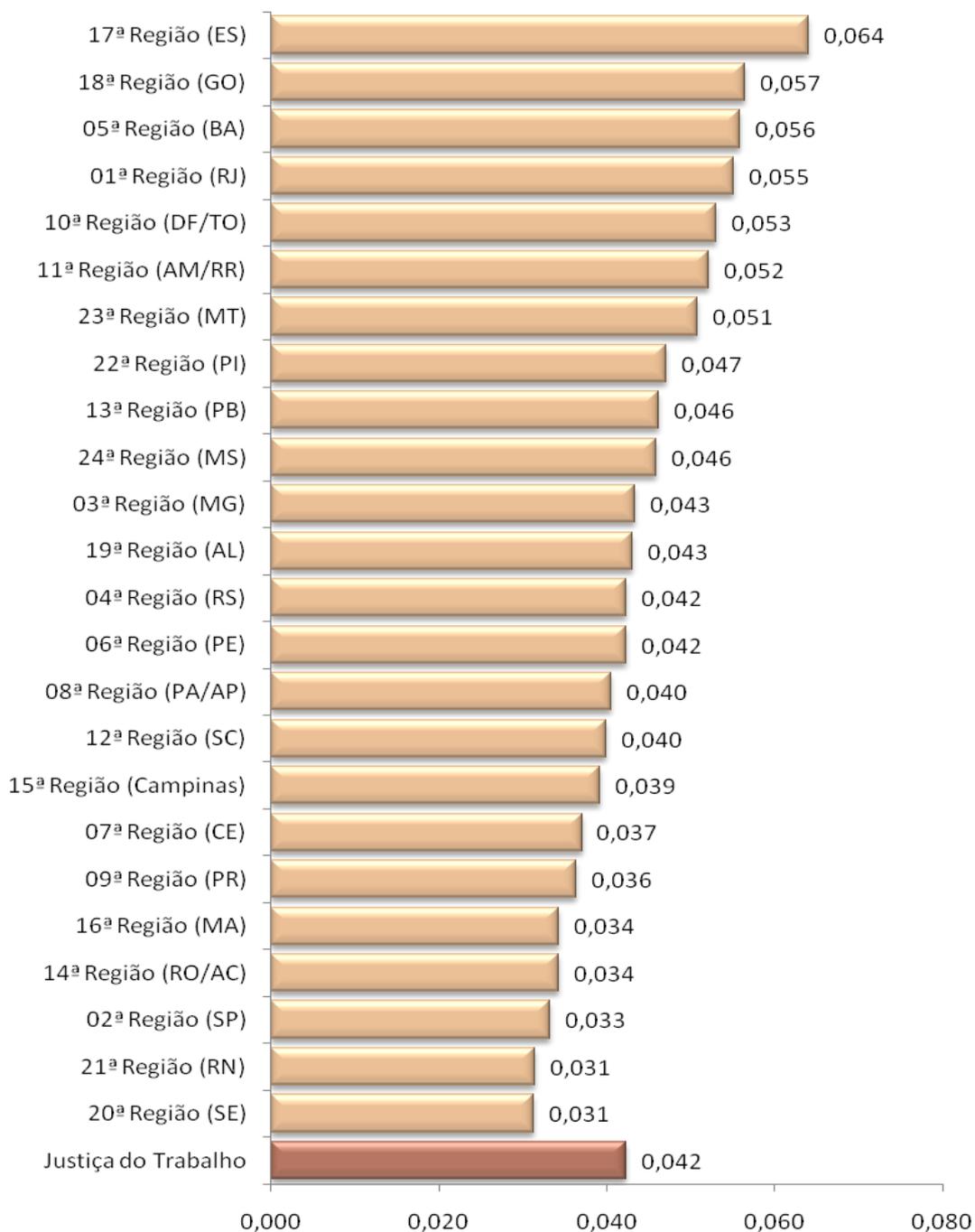
1.2.14. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.32 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região (RJ)	5.189	94.142	0,055
02ª Região (SP)	5.683	171.029	0,033
03ª Região (MG)	4.475	103.095	0,043
04ª Região (RS)	4.118	97.304	0,042
05ª Região (BA)	3.186	57.024	0,056
06ª Região (PE)	2.231	52.720	0,042
07ª Região (CE)	1.332	35.978	0,037
08ª Região (PA/AP)	1.500	37.041	0,040
09ª Região (PR)	2.947	81.213	0,036
10ª Região (DF/TO)	1.797	33.887	0,053
11ª Região (AM/RR)	1.225	23.472	0,052
12ª Região (SC)	1.839	46.022	0,040
13ª Região (PB)	1.221	26.418	0,046
14ª Região (RO/AC)	910	26.575	0,034
15ª Região (Campinas)	4.876	124.342	0,039
16ª Região (MA)	913	26.635	0,034
17ª Região (ES)	1.048	16.370	0,064
18ª Região (GO)	1.532	27.103	0,057
19ª Região (AL)	809	18.763	0,043
20ª Região (SE)	540	17.252	0,031
21ª Região (RN)	930	29.634	0,031
22ª Região (PI)	536	11.384	0,047
23ª Região (MT)	881	17.337	0,051
24ª Região (MS)	794	17.311	0,046
Justiça do Trabalho	50.512	1.192.051	0,042

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 1.32 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $FTT = TS + Mag$

· $m^2\text{Util}$ - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.15. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

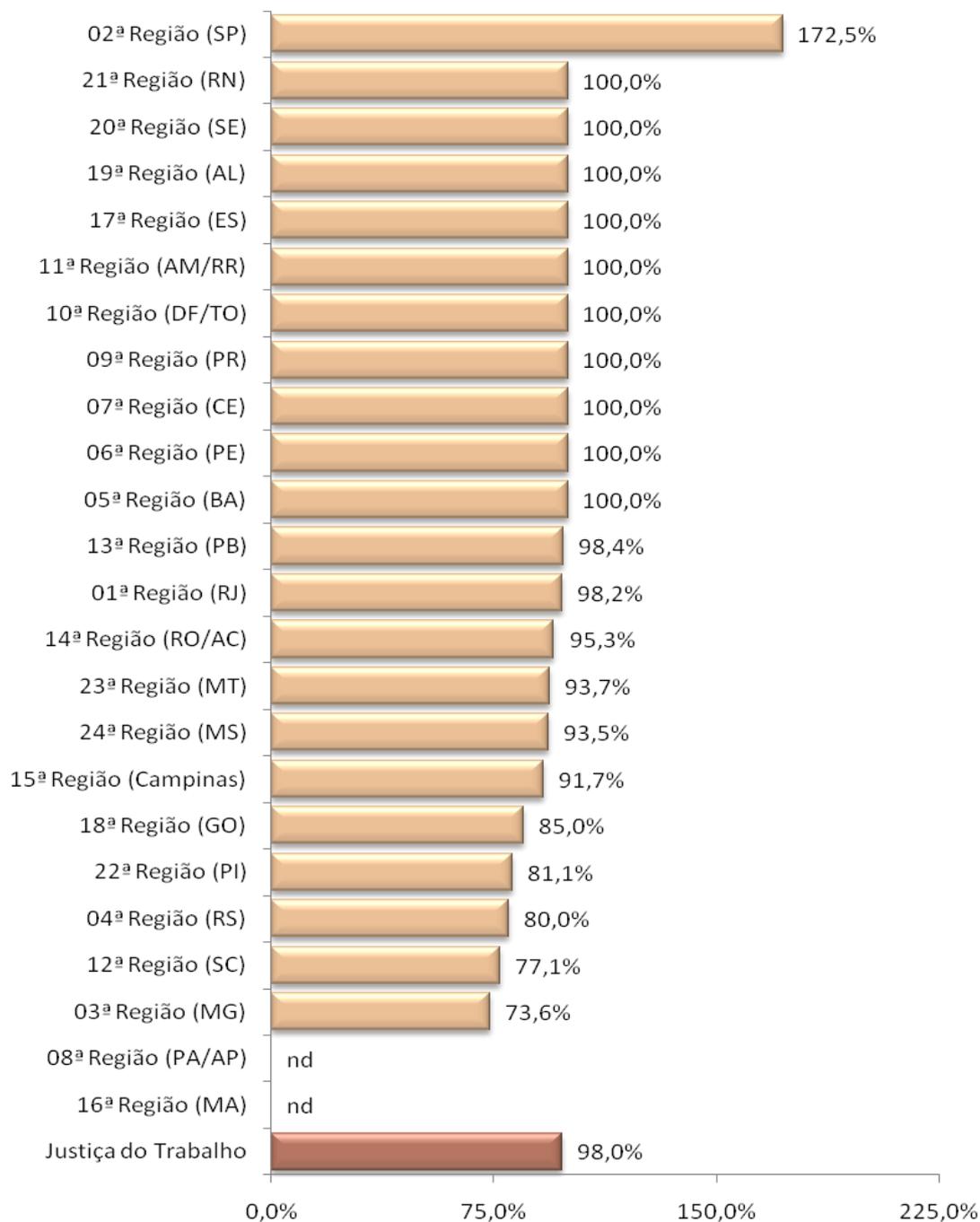
Tabela 1.33 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região (RJ)	19.239	19.600	98,2%
02ª Região (SP)	60.551	35.100	172,5%
03ª Região (MG)	27.950	37.950	73,6%
04ª Região (RS)	64.636	80.796	80,0%
05ª Região (BA)	12.917	12.917	100,0%
06ª Região (PE)	13.508	13.508	100,0%
07ª Região (CE)	3.909	3.909	100,0%
08ª Região (PA/AP)	nd	nd	nd
09ª Região (PR)	28.319	28.319	100,0%
10ª Região (DF/TO)	10.942	10.942	100,0%
11ª Região (AM/RR)	354	354	100,0%
12ª Região (SC)	5.400	7.000	77,1%
13ª Região (PB)	12.496	12.700	98,4%
14ª Região (RO/AC)	2.834	2.974	95,3%
15ª Região (Campinas)	12.700	13.850	91,7%
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	1.843	1.843	100,0%
18ª Região (GO)	1.206	1.419	85,0%
19ª Região (AL)	891	891	100,0%
20ª Região (SE)	1.219	1.219	100,0%
21ª Região (RN)	9.460	9.460	100,0%
22ª Região (PI)	1.920	2.368	81,1%
23ª Região (MT)	6.863	7.327	93,7%
24ª Região (MS)	18.750	20.050	93,5%
Justiça do Trabalho	317.907	324.496	98,0%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.33 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

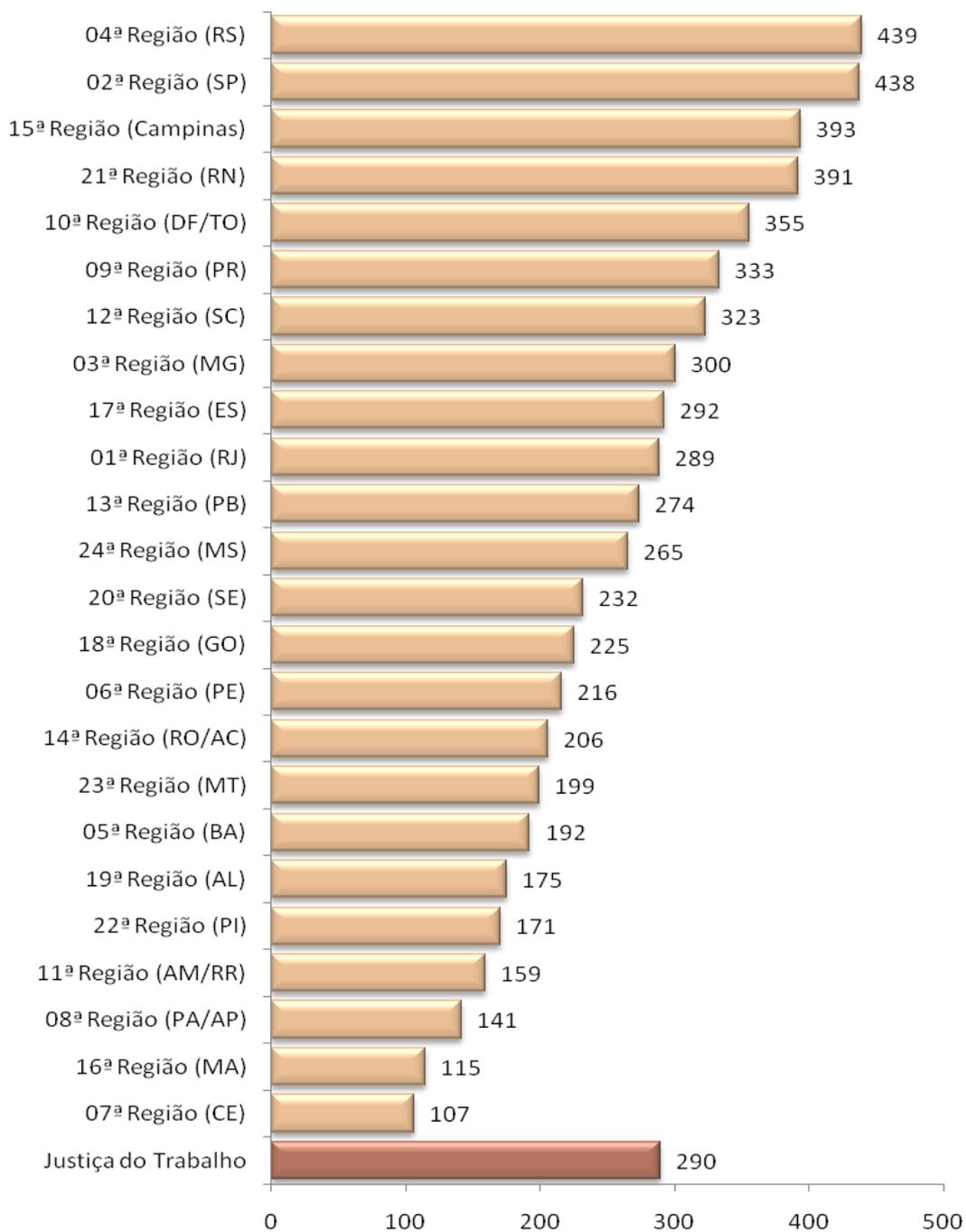
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
01ª Região (RJ)	46.632	161	289
02ª Região (SP)	93.193	213	438
03ª Região (MG)	60.710	202	300
04ª Região (RS)	48.158	110	439
05ª Região (BA)	28.387	148	192
06ª Região (PE)	19.176	89	216
07ª Região (CE)	9.204	86	107
08ª Região (PA/AP)	11.560	82	141
09ª Região (PR)	35.910	108	333
10ª Região (DF/TO)	14.067	40	355
11ª Região (AM/RR)	6.155	39	159
12ª Região (SC)	19.987	62	323
13ª Região (PB)	10.388	38	274
14ª Região (RO/AC)	4.563	22	206
15ª Região (Campinas)	80.455	205	393
16ª Região (MA)	7.366	64	115
17ª Região (ES)	10.289	35	292
18ª Região (GO)	13.510	60	225
19ª Região (AL)	5.559	32	175
20ª Região (SE)	4.729	20	232
21ª Região (RN)	12.398	32	391
22ª Região (PI)	5.410	32	171
23ª Região (MT)	6.055	30	199
24ª Região (MS)	6.319	24	265
Justiça do Trabalho	560.180	1.933	290

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

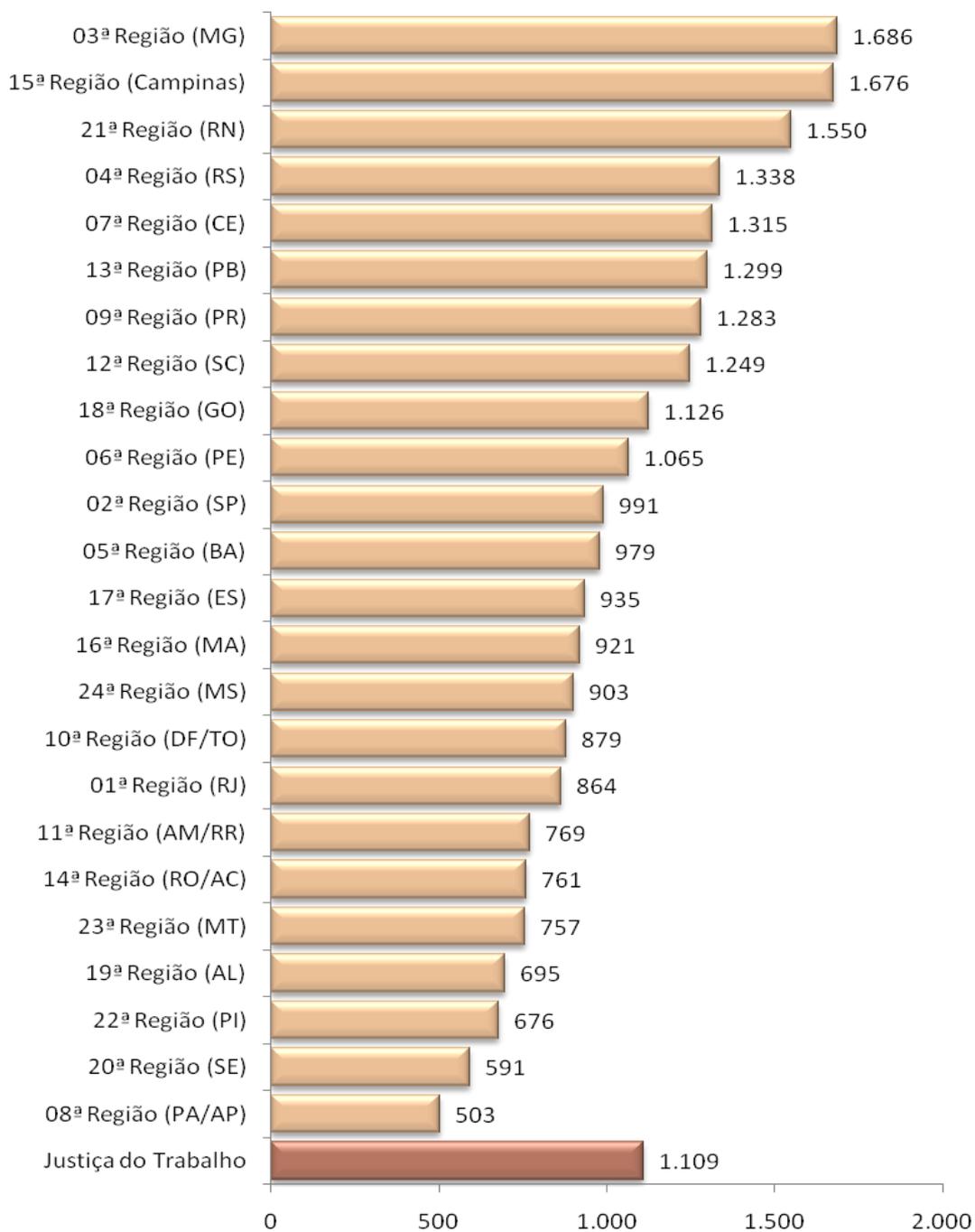
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	46.632	54	864
02ª Região (SP)	93.193	94	991
03ª Região (MG)	60.710	36	1.686
04ª Região (RS)	48.158	36	1.338
05ª Região (BA)	28.387	29	979
06ª Região (PE)	19.176	18	1.065
07ª Região (CE)	9.204	7	1.315
08ª Região (PA/AP)	11.560	23	503
09ª Região (PR)	35.910	28	1.283
10ª Região (DF/TO)	14.067	16	879
11ª Região (AM/RR)	6.155	8	769
12ª Região (SC)	19.987	16	1.249
13ª Região (PB)	10.388	8	1.299
14ª Região (RO/AC)	4.563	6	761
15ª Região (Campinas)	80.455	48	1.676
16ª Região (MA)	7.366	8	921
17ª Região (ES)	10.289	11	935
18ª Região (GO)	13.510	12	1.126
19ª Região (AL)	5.559	8	695
20ª Região (SE)	4.729	8	591
21ª Região (RN)	12.398	8	1.550
22ª Região (PI)	5.410	8	676
23ª Região (MT)	6.055	8	757
24ª Região (MS)	6.319	7	903
Justiça do Trabalho	560.180	505	1.109

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2º = Cn2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Mag2º = MagP2º

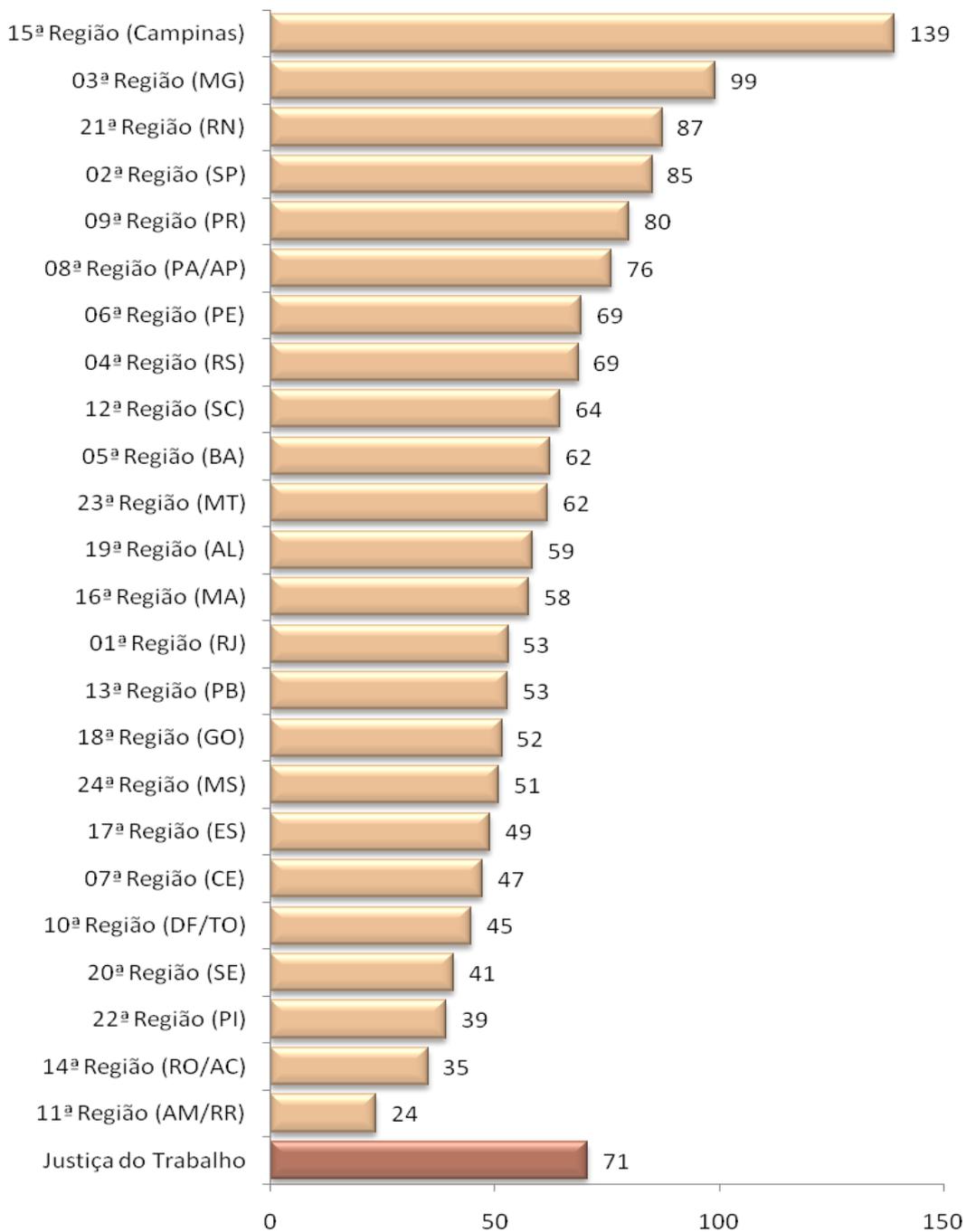
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região (RJ)	46.632	880	53
02ª Região (SP)	93.193	1.095	85
03ª Região (MG)	60.710	612	99
04ª Região (RS)	48.158	702	69
05ª Região (BA)	28.387	455	62
06ª Região (PE)	19.176	277	69
07ª Região (CE)	9.204	195	47
08ª Região (PA/AP)	11.560	152	76
09ª Região (PR)	35.910	449	80
10ª Região (DF/TO)	14.067	314	45
11ª Região (AM/RR)	6.155	261	24
12ª Região (SC)	19.987	310	64
13ª Região (PB)	10.388	197	53
14ª Região (RO/AC)	4.563	130	35
15ª Região (Campinas)	80.455	578	139
16ª Região (MA)	7.366	128	58
17ª Região (ES)	10.289	210	49
18ª Região (GO)	13.510	262	52
19ª Região (AL)	5.559	95	59
20ª Região (SE)	4.729	116	41
21ª Região (RN)	12.398	142	87
22ª Região (PI)	5.410	138	39
23ª Região (MT)	6.055	98	62
24ª Região (MS)	6.319	124	51
Justiça do Trabalho	560.180	7.920	71

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

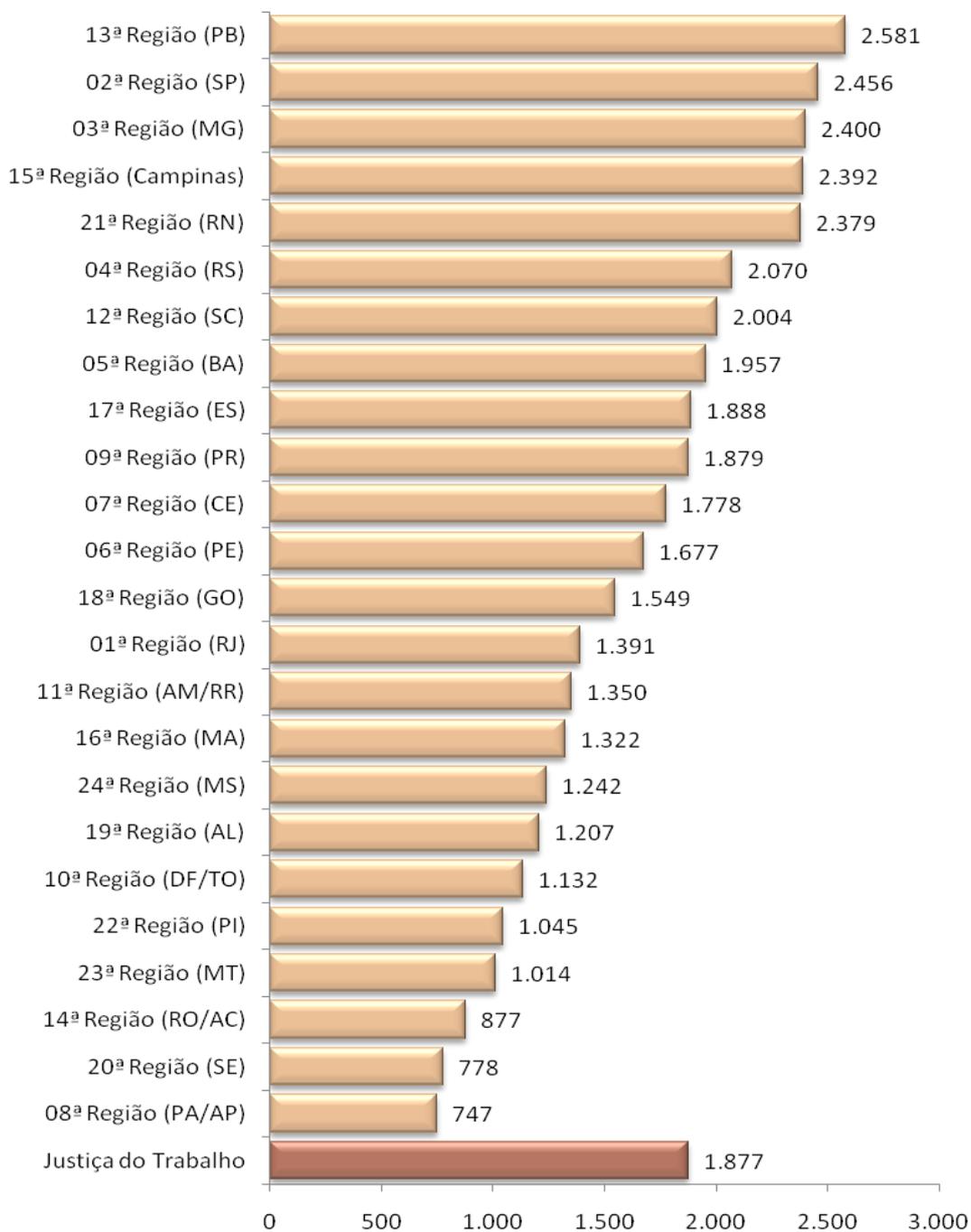
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região (RJ)	46.632	14.962	12.968	559	54	1.391
02ª Região (SP)	93.193	103.771	29.950	3.950	94	2.456
03ª Região (MG)	60.710	11.249	13.829	596	36	2.400
04ª Região (RS)	48.158	13.911	11.693	773	36	2.070
05ª Região (BA)	28.387	19.472	7.898	1.005	29	1.957
06ª Região (PE)	19.176	6.566	4.198	253	18	1.677
07ª Região (CE)	9.204	1.964	1.220	57	7	1.778
08ª Região (PA/AP)	11.560	3.072	2.398	162	23	747
09ª Região (PR)	35.910	9.392	6.751	572	28	1.879
10ª Região (DF/TO)	14.067	1.024	2.681	343	16	1.132
11ª Região (AM/RR)	6.155	3.189	1.399	53	8	1.350
12ª Região (SC)	19.987	6.222	5.102	751	16	2.004
13ª Região (PB)	10.388	6.990	1.871	1.395	8	2.581
14ª Região (RO/AC)	4.563	105	590	1	6	877
15ª Região (Campinas)	80.455	20.189	12.214	1.960	48	2.392
16ª Região (MA)	7.366	2.459	595	154	8	1.322
17ª Região (ES)	10.289	5.516	4.492	476	11	1.888
18ª Região (GO)	13.510	2.076	2.949	55	12	1.549
19ª Região (AL)	5.559	2.933	1.125	35	8	1.207
20ª Região (SE)	4.729	207	1.258	29	8	778
21ª Região (RN)	12.398	5.487	1.149	0	8	2.379
22ª Região (PI)	5.410	1.721	1.177	50	8	1.045
23ª Região (MT)	6.055	864	1.074	115	8	1.014
24ª Região (MS)	6.319	1.257	1.044	77	7	1.242
Justiça do Trabalho	560.180	244.598	129.625	13.421	505	1.877

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

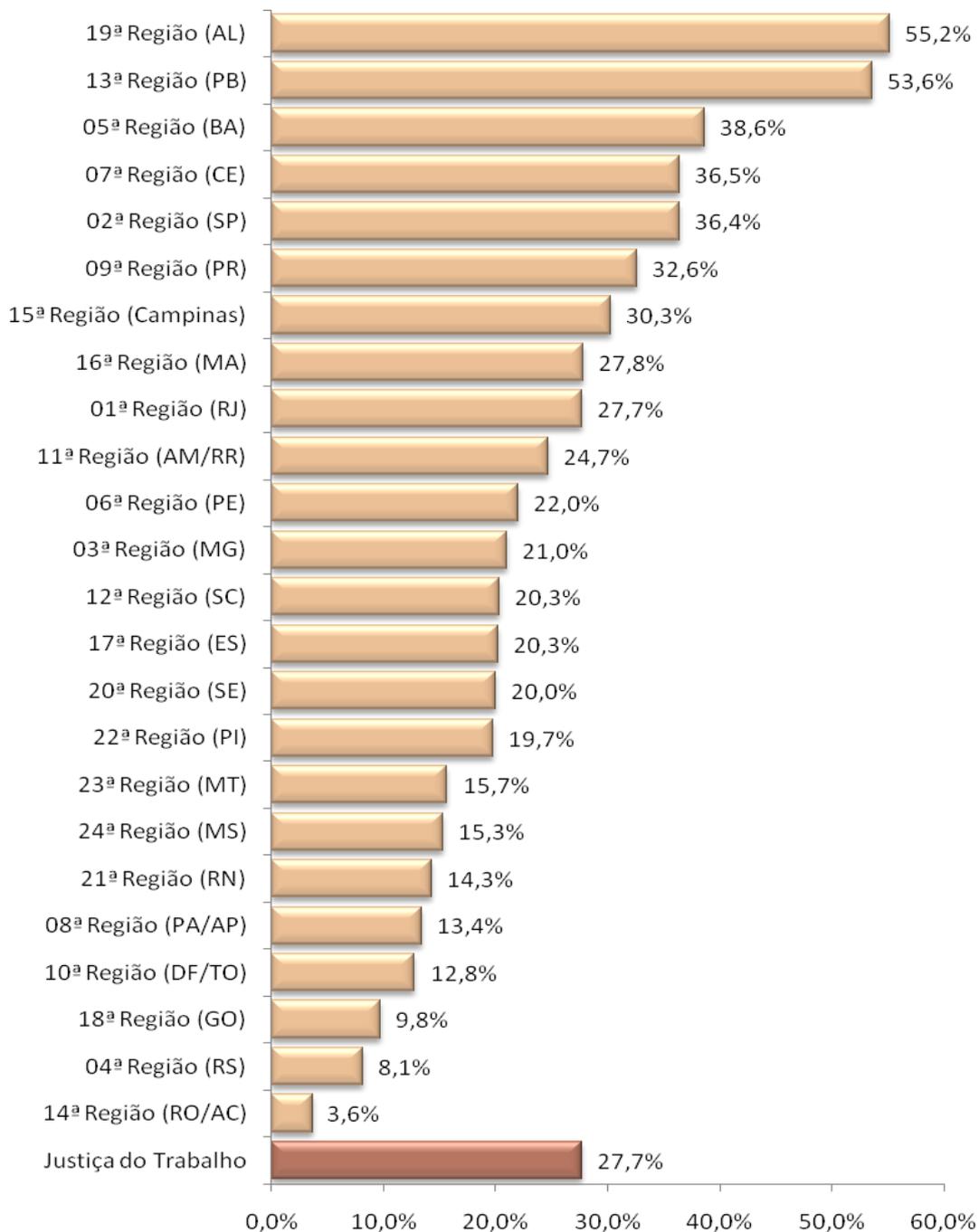
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região (RJ)	44.517	46.632	14.962	27,7%
02ª Região (SP)	125.338	93.193	103.771	36,4%
03ª Região (MG)	56.841	60.710	11.249	21,0%
04ª Região (RS)	57.015	48.158	13.911	8,1%
05ª Região (BA)	29.372	28.387	19.472	38,6%
06ª Região (PE)	20.072	19.176	6.566	22,0%
07ª Região (CE)	7.096	9.204	1.964	36,5%
08ª Região (PA/AP)	12.668	11.560	3.072	13,4%
09ª Região (PR)	30.539	35.910	9.392	32,6%
10ª Região (DF/TO)	13.160	14.067	1.024	12,8%
11ª Região (AM/RR)	7.034	6.155	3.189	24,7%
12ª Região (SC)	20.882	19.987	6.222	20,3%
13ª Região (PB)	8.066	10.388	6.990	53,6%
14ª Região (RO/AC)	4.498	4.563	105	3,6%
15ª Região (Campinas)	70.146	80.455	20.189	30,3%
16ª Região (MA)	7.090	7.366	2.459	27,8%
17ª Região (ES)	12.604	10.289	5.516	20,3%
18ª Região (GO)	14.064	13.510	2.076	9,8%
19ª Região (AL)	3.808	5.559	2.933	55,2%
20ª Região (SE)	3.949	4.729	207	20,0%
21ª Região (RN)	15.325	12.398	5.487	14,3%
22ª Região (PI)	5.723	5.410	1.721	19,7%
23ª Região (MT)	5.833	6.055	864	15,7%
24ª Região (MS)	6.414	6.319	1.257	15,3%
Justiça do Trabalho	582.054	560.180	244.598	27,7%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

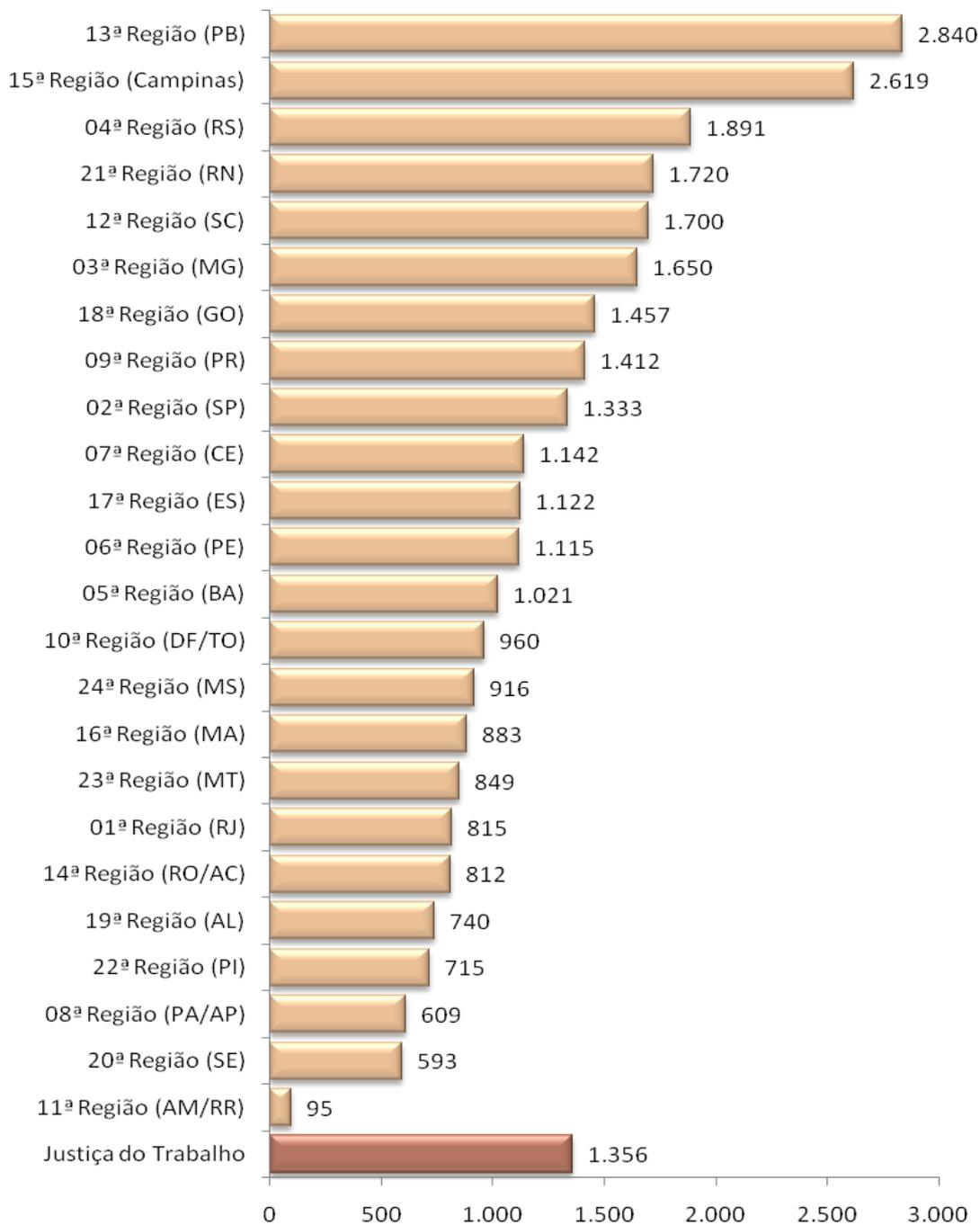
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	44.001	54	815
02ª Região (SP)	125.338	94	1.333
03ª Região (MG)	59.409	36	1.650
04ª Região (RS)	68.067	36	1.891
05ª Região (BA)	29.613	29	1.021
06ª Região (PE)	20.072	18	1.115
07ª Região (CE)	7.993	7	1.142
08ª Região (PA/AP)	14.012	23	609
09ª Região (PR)	39.546	28	1.412
10ª Região (DF/TO)	15.363	16	960
11ª Região (AM/RR)	758	8	95
12ª Região (SC)	27.207	16	1.700
13ª Região (PB)	22.716	8	2.840
14ª Região (RO/AC)	4.873	6	812
15ª Região (Campinas)	125.703	48	2.619
16ª Região (MA)	7.061	8	883
17ª Região (ES)	12.344	11	1.122
18ª Região (GO)	17.482	12	1.457
19ª Região (AL)	5.918	8	740
20ª Região (SE)	4.747	8	593
21ª Região (RN)	13.760	8	1.720
22ª Região (PI)	5.723	8	715
23ª Região (MT)	6.791	8	849
24ª Região (MS)	6.414	7	916
Justiça do Trabalho	684.911	505	1.356

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.

- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.7. ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

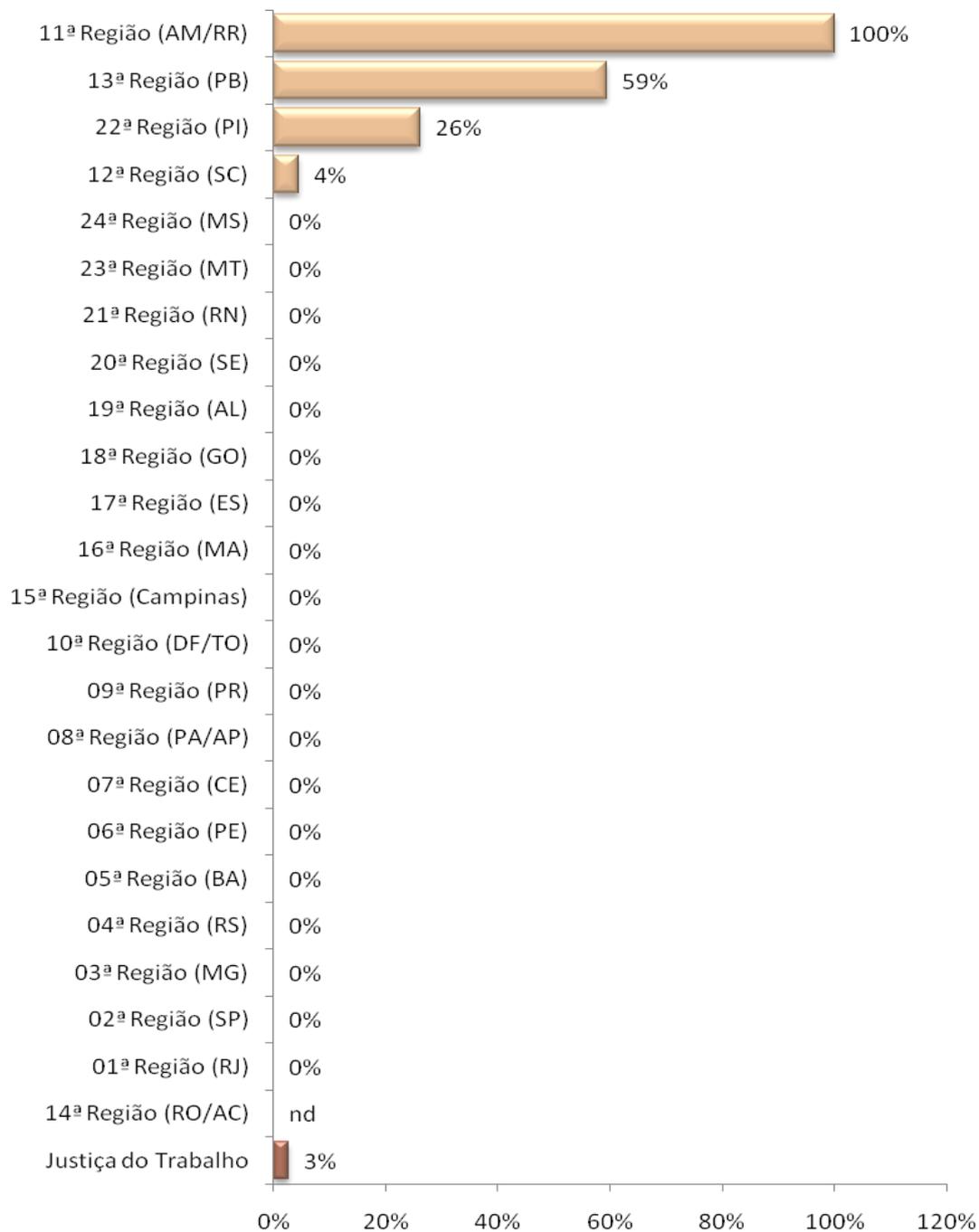
Tabela 2.7 - ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região (RJ)	0	46.632	0%
02ª Região (SP)	0	93.193	0%
03ª Região (MG)	0	60.710	0%
04ª Região (RS)	0	48.158	0%
05ª Região (BA)	0	28.387	0%
06ª Região (PE)	0	19.176	0%
07ª Região (CE)	0	9.204	0%
08ª Região (PA/AP)	0	11.560	0%
09ª Região (PR)	0	35.910	0%
10ª Região (DF/TO)	0	14.067	0%
11ª Região (AM/RR)	6.155	6.155	100%
12ª Região (SC)	883	19.987	4%
13ª Região (PB)	6.170	10.388	59%
14ª Região (RO/AC)	nd	4.563	nd
15ª Região (Campinas)	0	80.455	0%
16ª Região (MA)	0	7.366	0%
17ª Região (ES)	0	10.289	0%
18ª Região (GO)	0	13.510	0%
19ª Região (AL)	0	5.559	0%
20ª Região (SE)	0	4.729	0%
21ª Região (RN)	0	12.398	0%
22ª Região (PI)	1.412	5.410	26%
23ª Região (MT)	0	6.055	0%
24ª Região (MS)	0	6.319	0%
Justiça do Trabalho	14.620	560.180	3%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

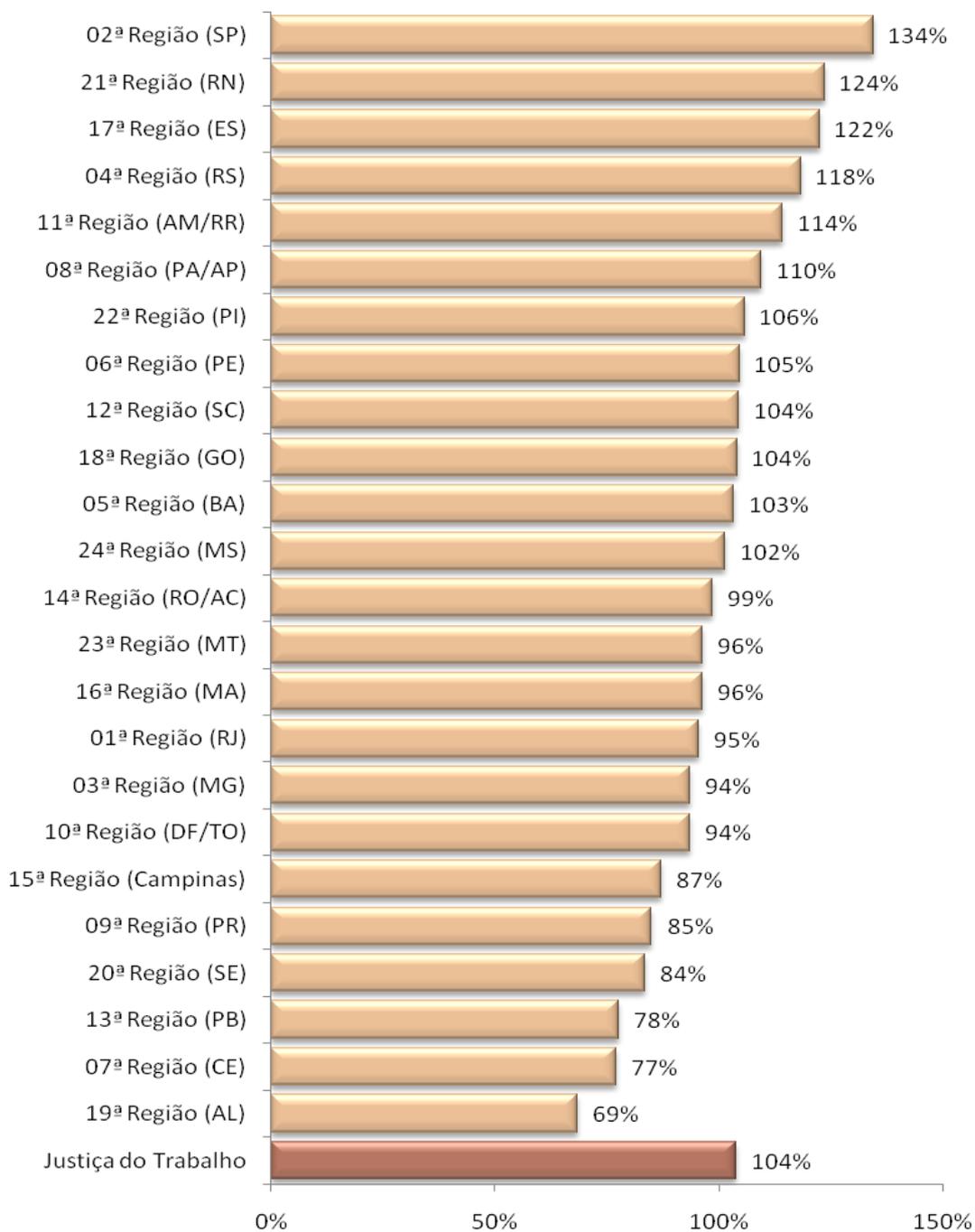
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
01ª Região (RJ)	44.517	46.632	95%
02ª Região (SP)	125.338	93.193	134%
03ª Região (MG)	56.841	60.710	94%
04ª Região (RS)	57.015	48.158	118%
05ª Região (BA)	29.372	28.387	103%
06ª Região (PE)	20.072	19.176	105%
07ª Região (CE)	7.096	9.204	77%
08ª Região (PA/AP)	12.668	11.560	110%
09ª Região (PR)	30.539	35.910	85%
10ª Região (DF/TO)	13.160	14.067	94%
11ª Região (AM/RR)	7.034	6.155	114%
12ª Região (SC)	20.882	19.987	104%
13ª Região (PB)	8.066	10.388	78%
14ª Região (RO/AC)	4.498	4.563	99%
15ª Região (Campinas)	70.146	80.455	87%
16ª Região (MA)	7.090	7.366	96%
17ª Região (ES)	12.604	10.289	122%
18ª Região (GO)	14.064	13.510	104%
19ª Região (AL)	3.808	5.559	69%
20ª Região (SE)	3.949	4.729	84%
21ª Região (RN)	15.325	12.398	124%
22ª Região (PI)	5.723	5.410	106%
23ª Região (MT)	5.833	6.055	96%
24ª Região (MS)	6.414	6.319	102%
Justiça do Trabalho	582.054	560.180	104%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Fórmula: $TbCn2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

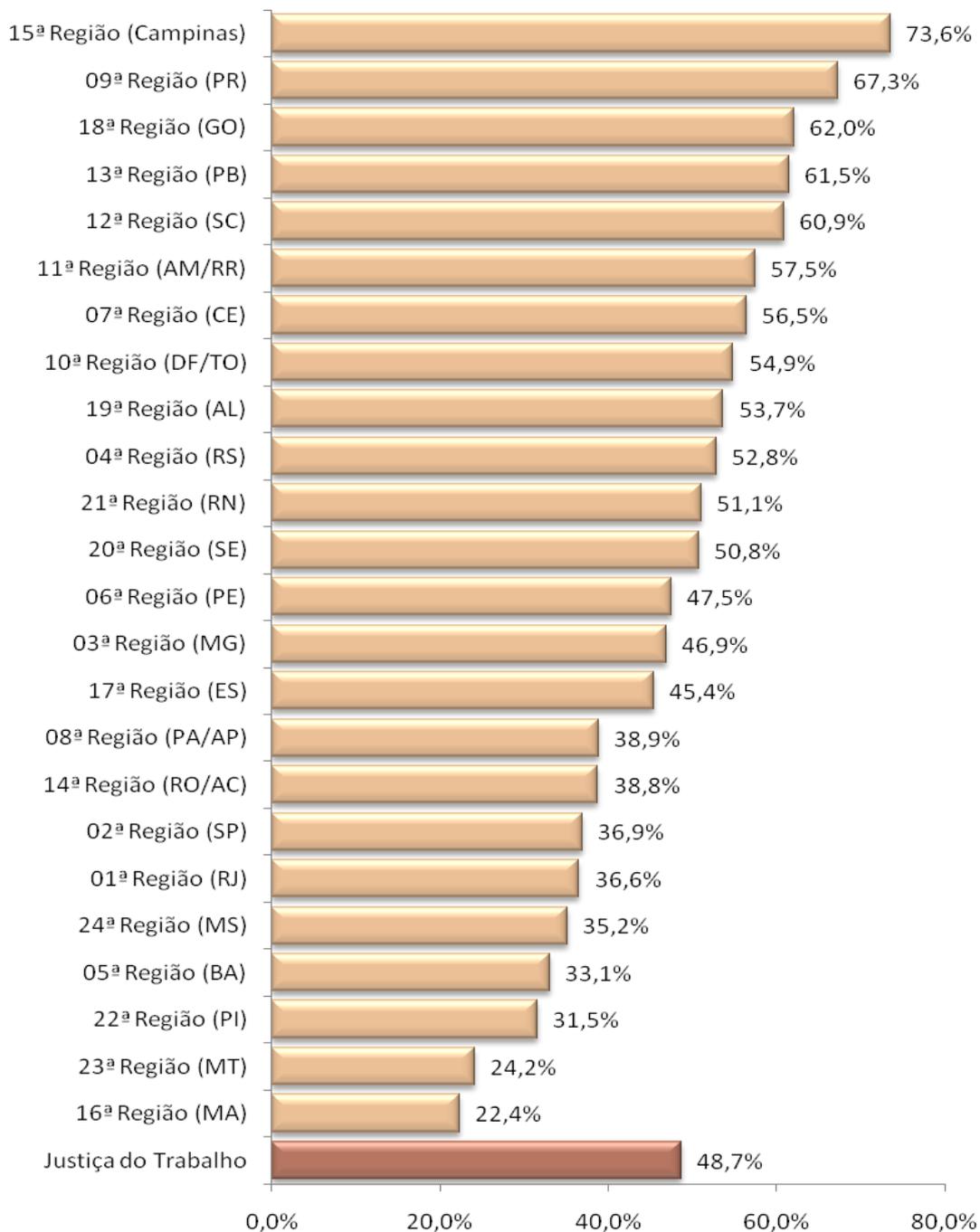
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
01ª Região (RJ)	15.407	42.135	36,6%
02ª Região (SP)	40.302	109.106	36,9%
03ª Região (MG)	27.308	58.244	46,9%
04ª Região (RS)	26.360	49.910	52,8%
05ª Região (BA)	9.315	28.126	33,1%
06ª Região (PE)	9.157	19.281	47,5%
07ª Região (CE)	4.677	8.278	56,5%
08ª Região (PA/AP)	4.548	11.693	38,9%
09ª Região (PR)	17.790	26.430	67,3%
10ª Região (DF/TO)	6.898	12.570	54,9%
11ª Região (AM/RR)	3.191	5.545	57,5%
12ª Região (SC)	12.047	19.767	60,9%
13ª Região (PB)	4.748	7.724	61,5%
14ª Região (RO/AC)	1.441	3.714	38,8%
15ª Região (Campinas)	48.278	65.617	73,6%
16ª Região (MA)	1.488	6.643	22,4%
17ª Região (ES)	5.272	11.613	45,4%
18ª Região (GO)	9.090	14.651	62,0%
19ª Região (AL)	2.586	4.817	53,7%
20ª Região (SE)	2.443	4.806	50,8%
21ª Região (RN)	4.006	7.845	51,1%
22ª Região (PI)	2.219	7.035	31,5%
23ª Região (MT)	1.526	6.312	24,2%
24ª Região (MS)	2.383	6.775	35,2%
Justiça do Trabalho	262.480	538.637	48,7%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2º = R_{sup2º} / A_{public2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **R_{sup2º}** - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- **A_{public2º}** - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

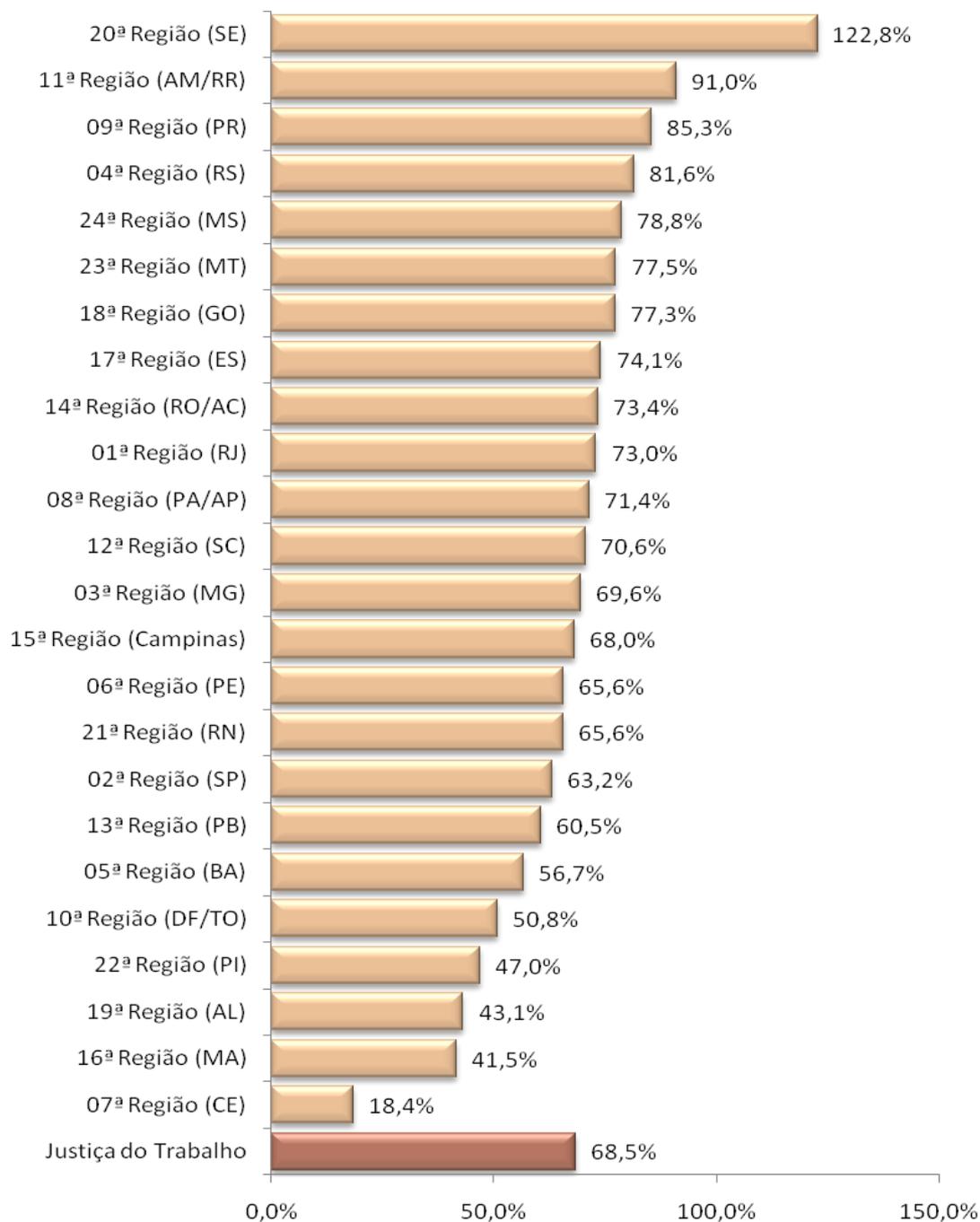
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.10. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tabela 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tribunal Regional do Trabalho	AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST	RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST
01ª Região (RJ)	11.130	15.244	73,0%
02ª Região (SP)	16.567	26.232	63,2%
03ª Região (MG)	15.241	21.897	69,6%
04ª Região (RS)	15.967	19.566	81,6%
05ª Região (BA)	4.522	7.973	56,7%
06ª Região (PE)	5.184	7.906	65,6%
07ª Região (CE)	610	3.322	18,4%
08ª Região (PA/AP)	2.580	3.611	71,4%
09ª Região (PR)	6.319	7.404	85,3%
10ª Região (DF/TO)	3.117	6.138	50,8%
11ª Região (AM/RR)	2.512	2.759	91,0%
12ª Região (SC)	3.625	5.131	70,6%
13ª Região (PB)	1.686	2.786	60,5%
14ª Região (RO/AC)	1.005	1.369	73,4%
15ª Região (Campinas)	17.468	25.674	68,0%
16ª Região (MA)	552	1.329	41,5%
17ª Região (ES)	1.764	2.379	74,1%
18ª Região (GO)	3.383	4.376	77,3%
19ª Região (AL)	1.007	2.334	43,1%
20ª Região (SE)	963	784	122,8%
21ª Região (RN)	1.255	1.914	65,6%
22ª Região (PI)	534	1.137	47,0%
23ª Região (MT)	750	968	77,5%
24ª Região (MS)	1.615	2.050	78,8%
Justiça do Trabalho	119.356	174.283	68,5%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

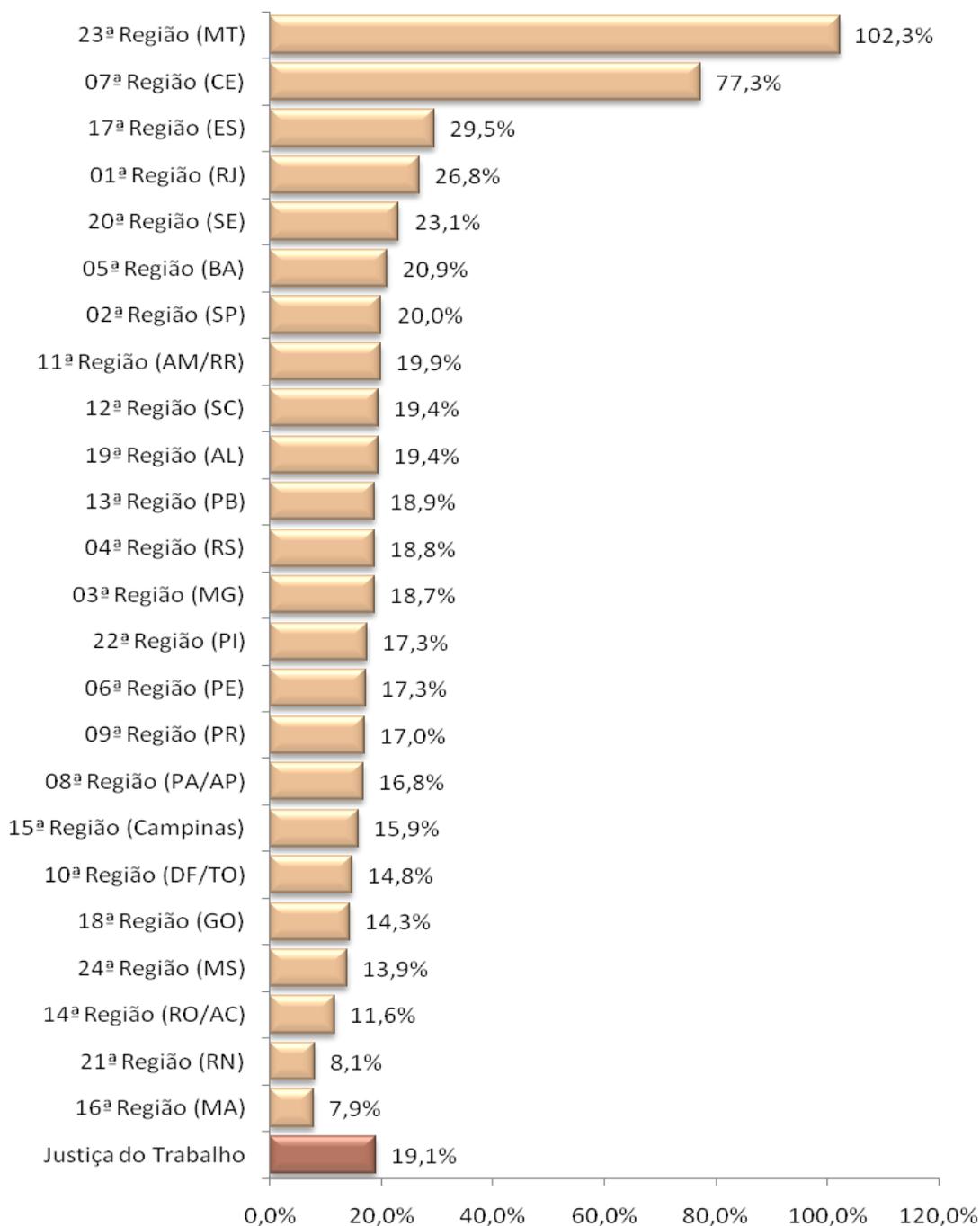
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
01ª Região (RJ)	12.968	48.306	26,8%
02ª Região (SP)	29.950	149.818	20,0%
03ª Região (MG)	13.829	73.917	18,7%
04ª Região (RS)	11.693	62.262	18,8%
05ª Região (BA)	7.898	37.745	20,9%
06ª Região (PE)	4.198	24.299	17,3%
07ª Região (CE)	1.220	1.578	77,3%
08ª Região (PA/AP)	2.398	14.310	16,8%
09ª Região (PR)	6.751	39.690	17,0%
10ª Região (DF/TO)	2.681	18.138	14,8%
11ª Região (AM/RR)	1.399	7.034	19,9%
12ª Região (SC)	5.102	26.266	19,4%
13ª Região (PB)	1.871	9.921	18,9%
14ª Região (RO/AC)	590	5.088	11,6%
15ª Região (Campinas)	12.214	76.953	15,9%
16ª Região (MA)	595	7.568	7,9%
17ª Região (ES)	4.492	15.219	29,5%
18ª Região (GO)	2.949	20.592	14,3%
19ª Região (AL)	1.125	5.804	19,4%
20ª Região (SE)	1.258	5.440	23,1%
21ª Região (RN)	1.149	14.176	8,1%
22ª Região (PI)	1.177	6.789	17,3%
23ª Região (MT)	1.074	1.050	102,3%
24ª Região (MS)	1.044	7.484	13,9%
Justiça do Trabalho	129.625	679.447	19,1%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^\circ = RInt2^\circ / DeRint2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

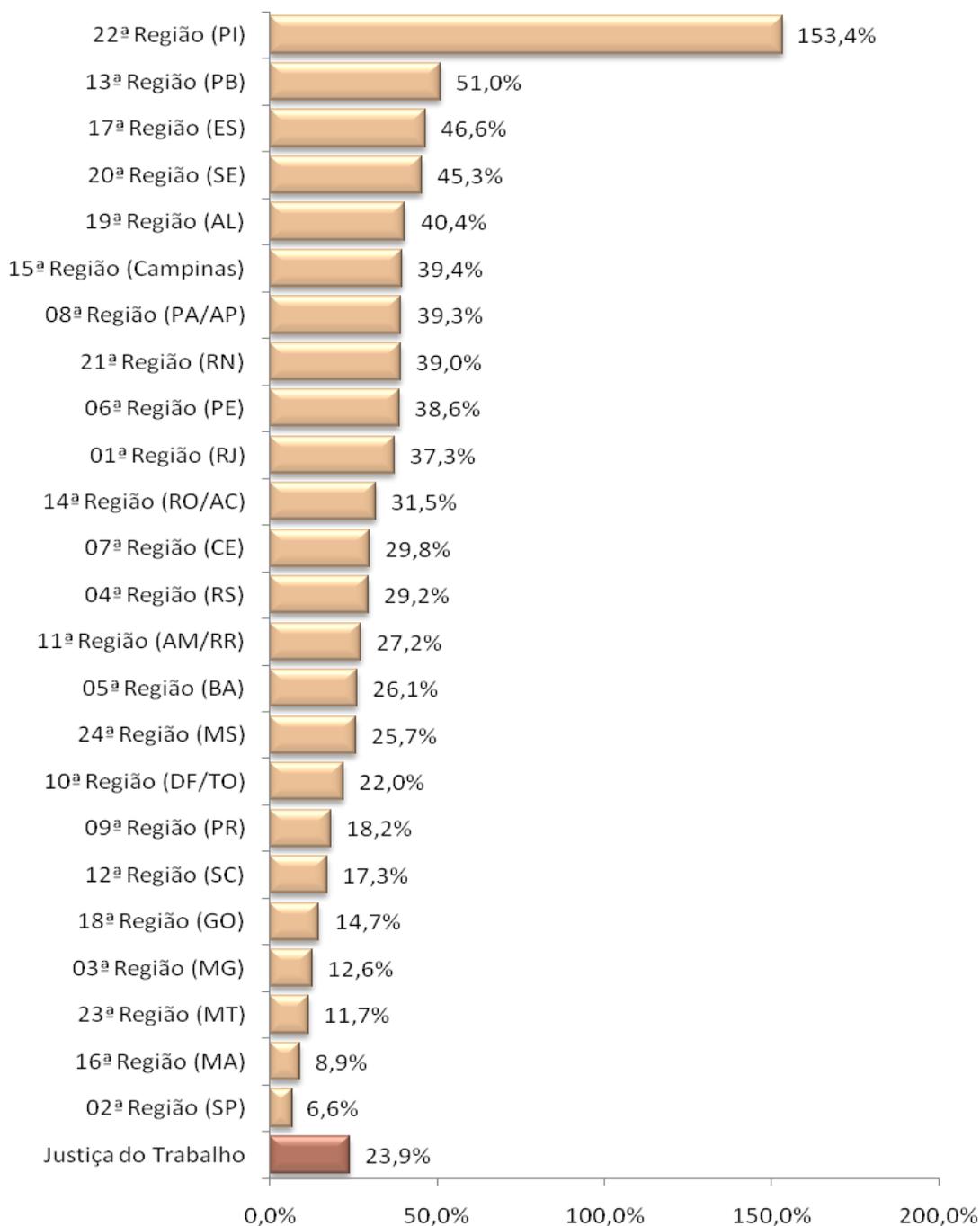
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.12. Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tabela 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau	DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau	Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau
01ª Região (RJ)	513	1.376	37,3%
02ª Região (SP)	310	4.702	6,6%
03ª Região (MG)	205	1.632	12,6%
04ª Região (RS)	308	1.053	29,2%
05ª Região (BA)	310	1.186	26,1%
06ª Região (PE)	142	368	38,6%
07ª Região (CE)	62	208	29,8%
08ª Região (PA/AP)	293	746	39,3%
09ª Região (PR)	96	527	18,2%
10ª Região (DF/TO)	169	768	22,0%
11ª Região (AM/RR)	206	758	27,2%
12ª Região (SC)	120	695	17,3%
13ª Região (PB)	320	628	51,0%
14ª Região (RO/AC)	276	875	31,5%
15ª Região (Campinas)	619	1.571	39,4%
16ª Região (MA)	33	371	8,9%
17ª Região (ES)	115	247	46,6%
18ª Região (GO)	56	381	14,7%
19ª Região (AL)	40	99	40,4%
20ª Região (SE)	39	86	45,3%
21ª Região (RN)	248	636	39,0%
22ª Região (PI)	89	58	153,4%
23ª Região (MT)	29	248	11,7%
24ª Região (MS)	28	109	25,7%
Justiça do Trabalho	4.626	19.328	23,9%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



Glossário:

Rin2^ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2^º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2^º Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2^º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^{ª}a = Ag2^{º} / DeMono2^{º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Ag2^º** - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2^º Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2^º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- **DeMono2^º** - Decisões Monocráticas no 2^º Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2^º Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

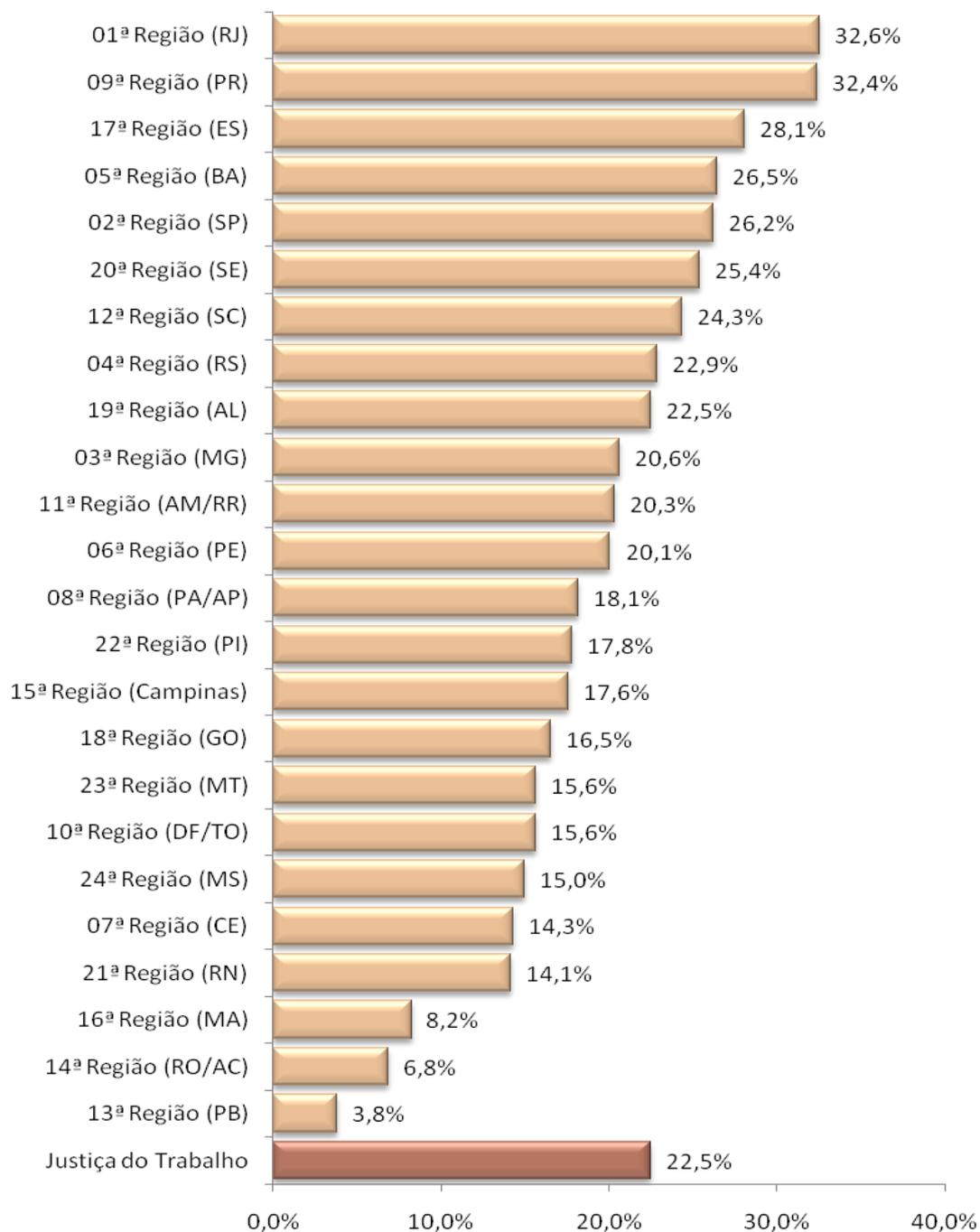
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tabela 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau	DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas	Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau
01ª Região (RJ)	12.394	38.058	32,6%
02ª Região (SP)	29.712	113.294	26,2%
03ª Região (MG)	13.624	65.981	20,6%
04ª Região (RS)	11.415	49.910	22,9%
05ª Região (BA)	7.756	29.312	26,5%
06ª Região (PE)	4.056	20.212	20,1%
07ª Região (CE)	1.158	8.086	14,3%
08ª Região (PA/AP)	2.122	11.693	18,1%
09ª Região (PR)	8.568	26.430	32,4%
10ª Região (DF/TO)	2.385	15.282	15,6%
11ª Região (AM/RR)	1.193	5.865	20,3%
12ª Região (SC)	4.982	20.462	24,3%
13ª Região (PB)	320	8.352	3,8%
14ª Região (RO/AC)	314	4.589	6,8%
15ª Região (Campinas)	11.538	65.617	17,6%
16ª Região (MA)	578	7.014	8,2%
17ª Região (ES)	4.374	15.571	28,1%
18ª Região (GO)	2.893	17.482	16,5%
19ª Região (AL)	1.082	4.817	22,5%
20ª Região (SE)	1.219	4.806	25,4%
21ª Região (RN)	1.110	7.845	14,1%
22ª Região (PI)	1.088	6.106	17,8%
23ª Região (MT)	864	5.526	15,6%
24ª Região (MS)	1.016	6.775	15,0%
Justiça do Trabalho	125.761	559.085	22,5%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula: $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

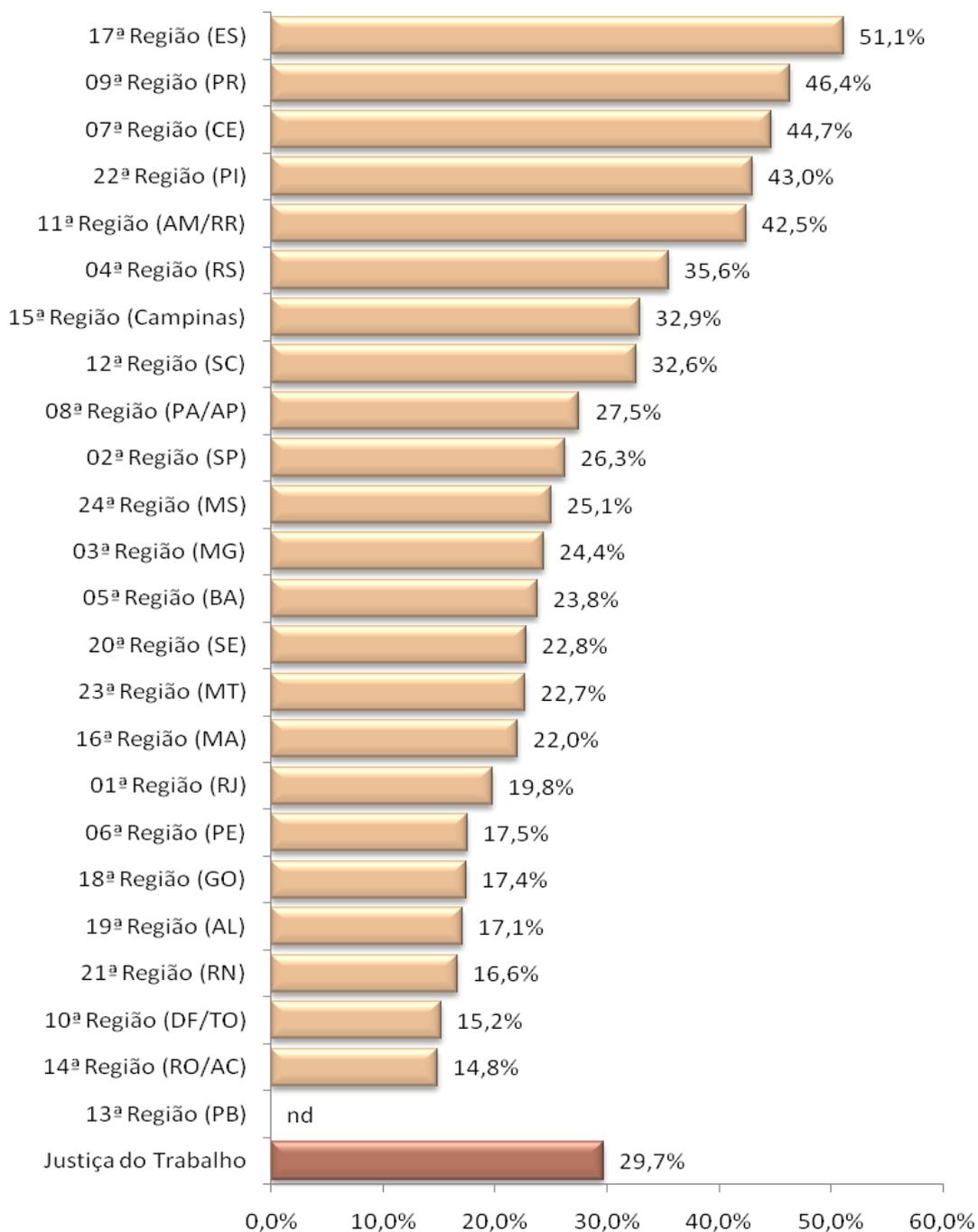
Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo TST	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
01ª Região (RJ)	2.292	11.567	19,8%
02ª Região (SP)	5.872	22.362	26,3%
03ª Região (MG)	3.068	12.587	24,4%
04ª Região (RS)	6.693	18.821	35,6%
05ª Região (BA)	1.089	4.577	23,8%
06ª Região (PE)	650	3.710	17,5%
07ª Região (CE)	486	1.087	44,7%
08ª Região (PA/AP)	722	2.622	27,5%
09ª Região (PR)	5.038	10.868	46,4%
10ª Região (DF/TO)	486	3.205	15,2%
11ª Região (AM/RR)	974	2.294	42,5%
12ª Região (SC)	1.597	4.900	32,6%
13ª Região (PB)	nd	nd	nd
14ª Região (RO/AC)	68	458	14,8%
15ª Região (Campinas)	4.136	12.567	32,9%
16ª Região (MA)	87	395	22,0%
17ª Região (ES)	1.588	3.107	51,1%
18ª Região (GO)	380	2.179	17,4%
19ª Região (AL)	140	819	17,1%
20ª Região (SE)	195	857	22,8%
21ª Região (RN)	343	2.065	16,6%
22ª Região (PI)	573	1.332	43,0%
23ª Região (MT)	169	745	22,7%
24ª Região (MS)	291	1.161	25,1%
Justiça do Trabalho	36.937	124.285	29,7%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ)$

· Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

$RJ2^\circ = (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

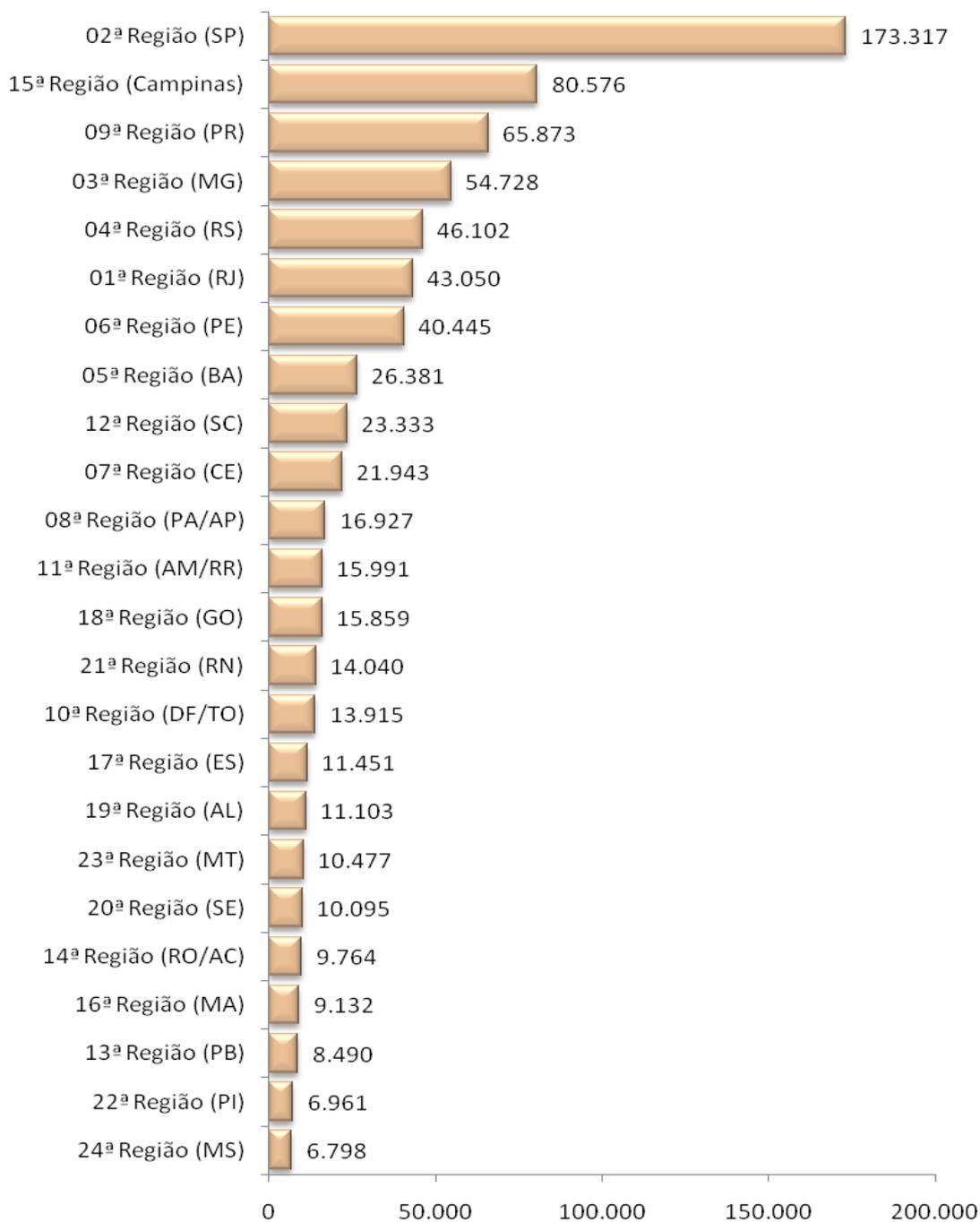
Tabela 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.014	42.036	43.050
02ª Região (SP)	nd	173.317	173.317
03ª Região (MG)	2.383	52.345	54.728
04ª Região (RS)	1.376	44.726	46.102
05ª Região (BA)	777	25.604	26.381
06ª Região (PE)	1.182	39.263	40.445
07ª Região (CE)	1.043	20.900	21.943
08ª Região (PA/AP)	443	16.484	16.927
09ª Região (PR)	10.448	55.425	65.873
10ª Região (DF/TO)	236	13.679	13.915
11ª Região (AM/RR)	2.090	13.901	15.991
12ª Região (SC)	1.067	22.266	23.333
13ª Região (PB)	204	8.286	8.490
14ª Região (RO/AC)	108	9.656	9.764
15ª Região (Campinas)	3.275	77.301	80.576
16ª Região (MA)	221	8.911	9.132
17ª Região (ES)	432	11.019	11.451
18ª Região (GO)	907	14.952	15.859
19ª Região (AL)	151	10.952	11.103
20ª Região (SE)	81	10.014	10.095
21ª Região (RN)	294	13.746	14.040
22ª Região (PI)	219	6.742	6.961
23ª Região (MT)	405	10.072	10.477
24ª Região (MS)	300	6.498	6.798
Justiça do Trabalho	28.656	708.095	736.751

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

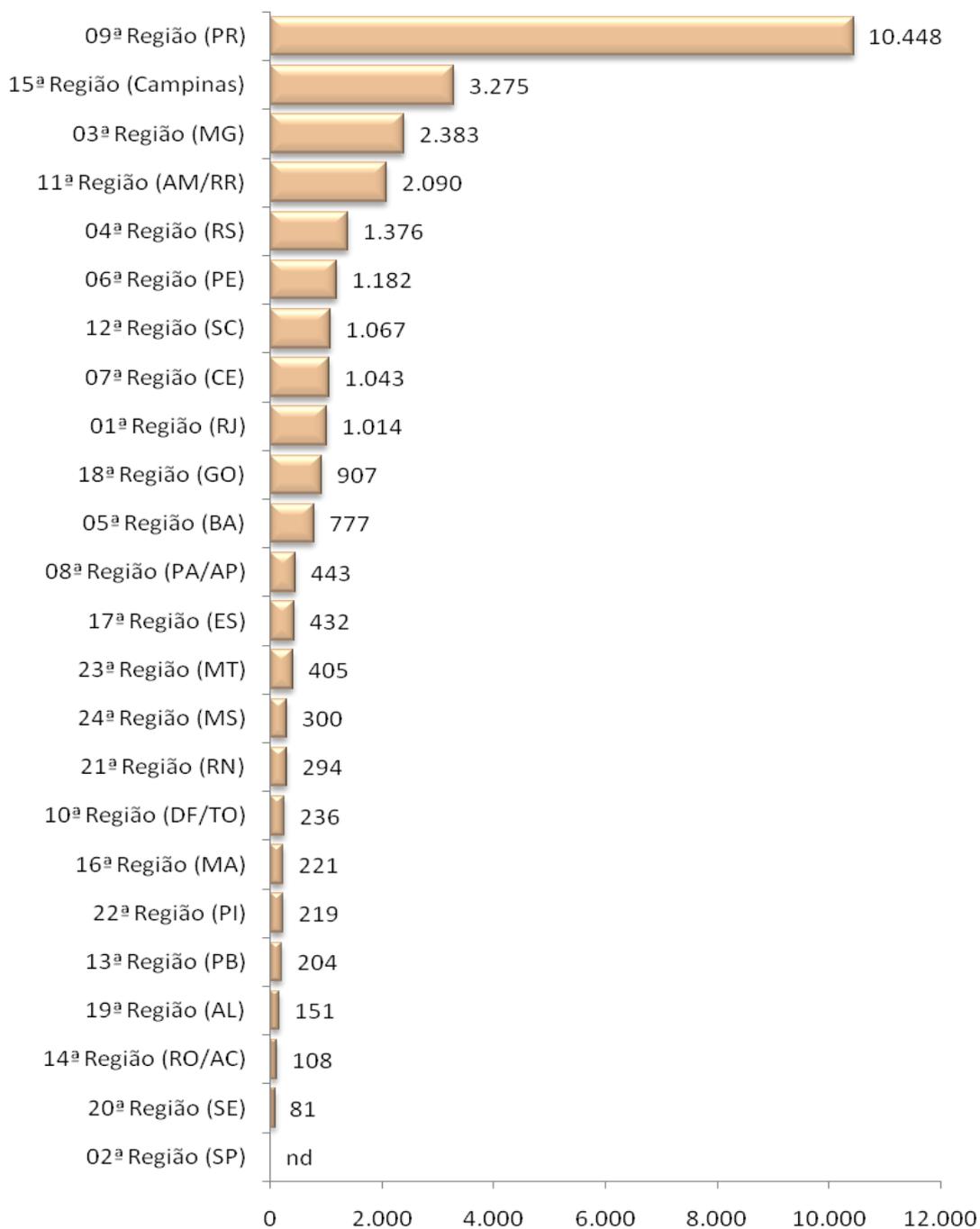
Tabela 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	646	368	1.014
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	2.192	191	2.383
04ª Região (RS)	600	776	1.376
05ª Região (BA)	383	394	777
06ª Região (PE)	115	1.067	1.182
07ª Região (CE)	1.037	6	1.043
08ª Região (PA/AP)	227	216	443
09ª Região (PR)	8.781	1.667	10.448
10ª Região (DF/TO)	182	54	236
11ª Região (AM/RR)	2.082	8	2.090
12ª Região (SC)	860	207	1.067
13ª Região (PB)	143	61	204
14ª Região (RO/AC)	108	0	108
15ª Região (Campinas)	2.897	378	3.275
16ª Região (MA)	211	10	221
17ª Região (ES)	402	30	432
18ª Região (GO)	801	106	907
19ª Região (AL)	140	11	151
20ª Região (SE)	63	18	81
21ª Região (RN)	265	29	294
22ª Região (PI)	203	16	219
23ª Região (MT)	393	12	405
24ª Região (MS)	152	148	300
Justiça do Trabalho	22.883	5.773	28.656

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

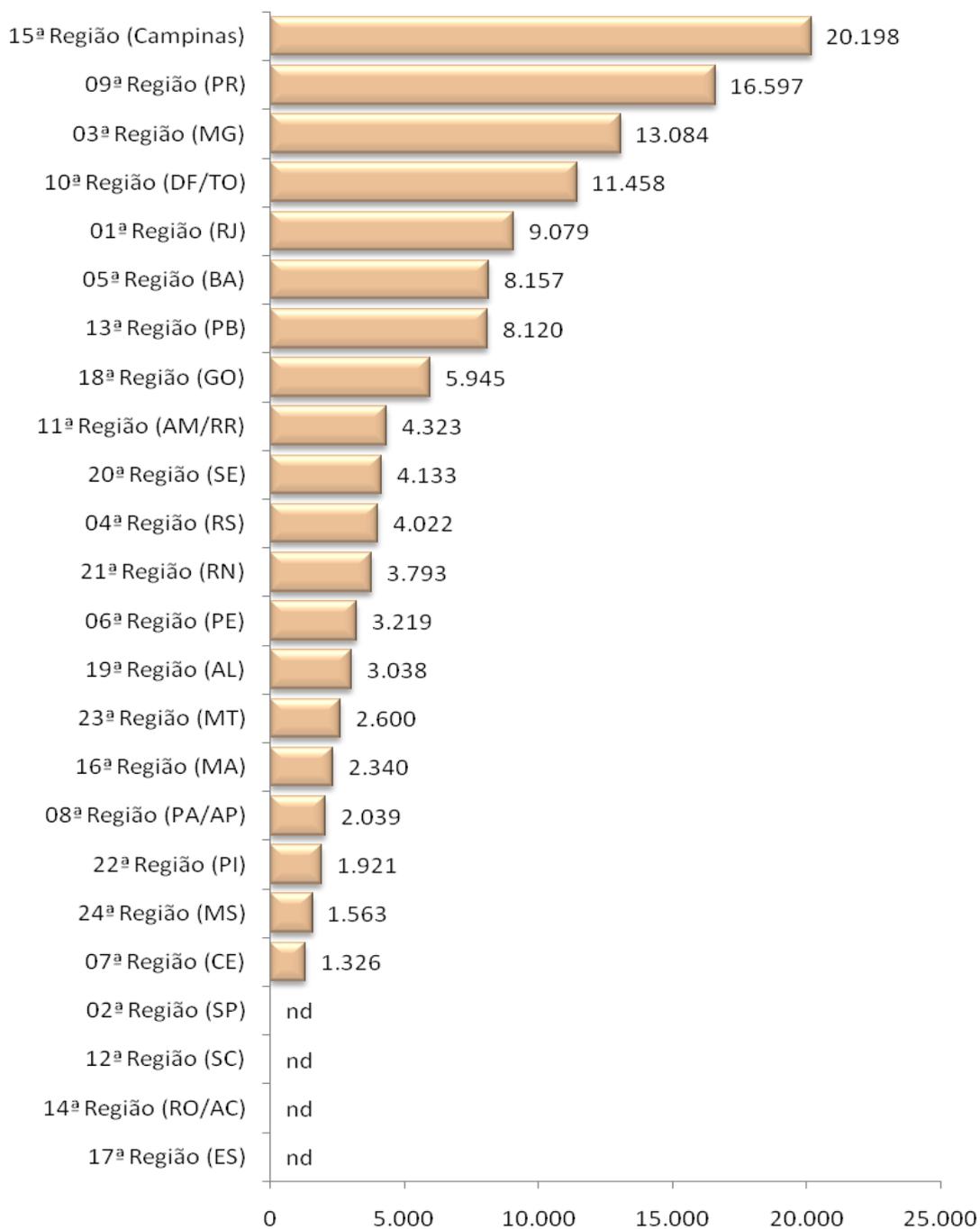
Tabela 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	6.339	2.740	9.079
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	12.629	455	13.084
04ª Região (RS)	3.329	693	4.022
05ª Região (BA)	7.569	588	8.157
06ª Região (PE)	1.462	1.757	3.219
07ª Região (CE)	1.326	nd	1.326
08ª Região (PA/AP)	196	1.843	2.039
09ª Região (PR)	15.032	1.565	16.597
10ª Região (DF/TO)	10.849	609	11.458
11ª Região (AM/RR)	4.323	0	4.323
12ª Região (SC)	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	7.530	590	8.120
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	15.902	4.296	20.198
16ª Região (MA)	2.340	nd	2.340
17ª Região (ES)	nd	nd	nd
18ª Região (GO)	5.680	265	5.945
19ª Região (AL)	2.935	103	3.038
20ª Região (SE)	3.836	297	4.133
21ª Região (RN)	3.054	739	3.793
22ª Região (PI)	1.836	85	1.921
23ª Região (MT)	869	1.731	2.600
24ª Região (MS)	1.400	163	1.563
Justiça do Trabalho	108.436	18.519	126.955

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

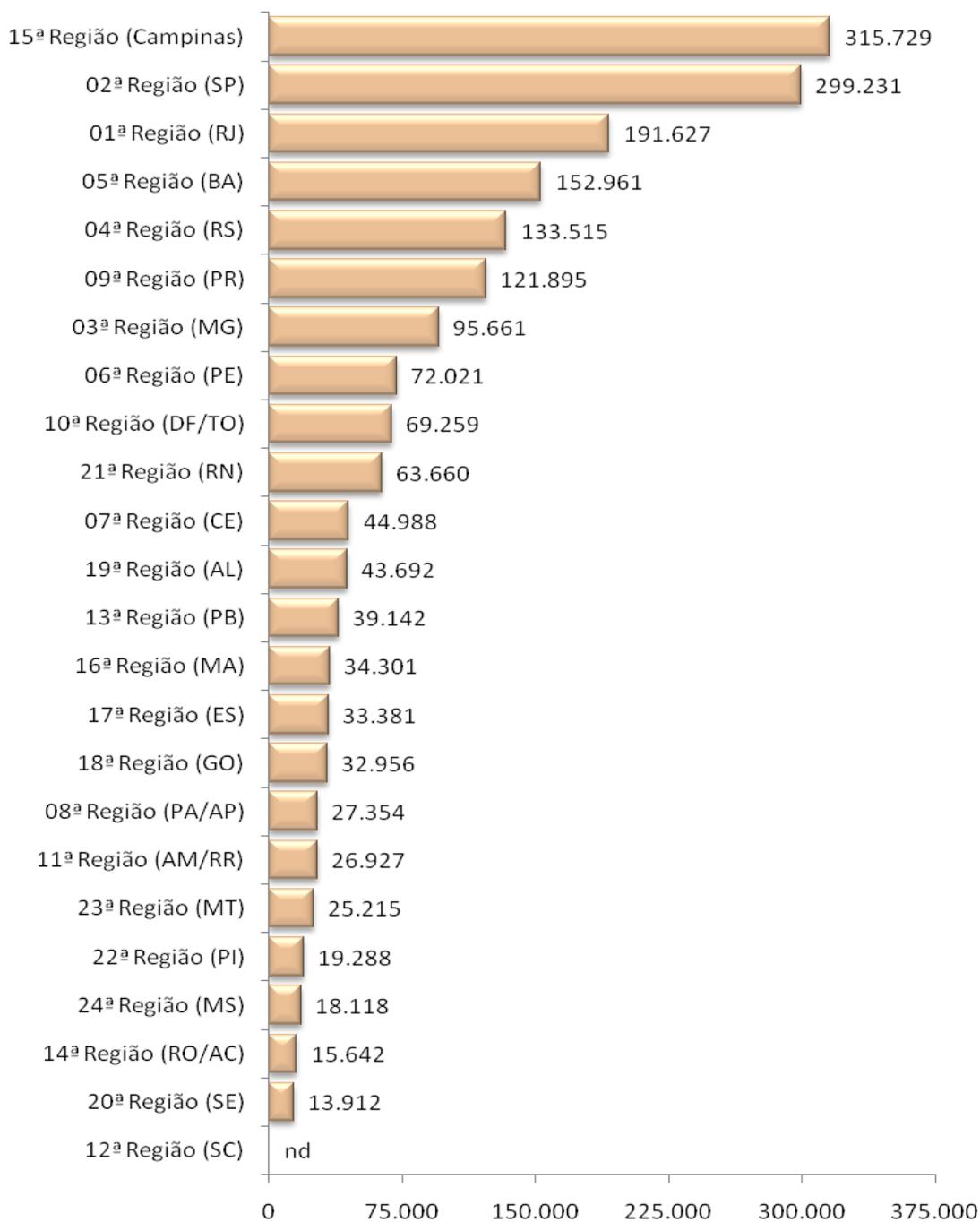
Tabela 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	9.079	182.548	191.627
02ª Região (SP)	nd	299.231	299.231
03ª Região (MG)	13.084	82.577	95.661
04ª Região (RS)	4.022	129.493	133.515
05ª Região (BA)	8.157	144.804	152.961
06ª Região (PE)	3.219	68.802	72.021
07ª Região (CE)	1.326	43.662	44.988
08ª Região (PA/AP)	2.039	25.315	27.354
09ª Região (PR)	16.597	105.298	121.895
10ª Região (DF/TO)	11.458	57.801	69.259
11ª Região (AM/RR)	4.323	22.604	26.927
12ª Região (SC)	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	8.120	31.022	39.142
14ª Região (RO/AC)	nd	15.642	15.642
15ª Região (Campinas)	20.198	295.531	315.729
16ª Região (MA)	2.340	31.961	34.301
17ª Região (ES)	nd	33.381	33.381
18ª Região (GO)	5.945	27.011	32.956
19ª Região (AL)	3.038	40.654	43.692
20ª Região (SE)	4.133	9.779	13.912
21ª Região (RN)	3.793	59.867	63.660
22ª Região (PI)	1.921	17.367	19.288
23ª Região (MT)	2.600	22.615	25.215
24ª Região (MS)	1.563	16.555	18.118
Justiça do Trabalho	126.955	1.763.520	1.890.475

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

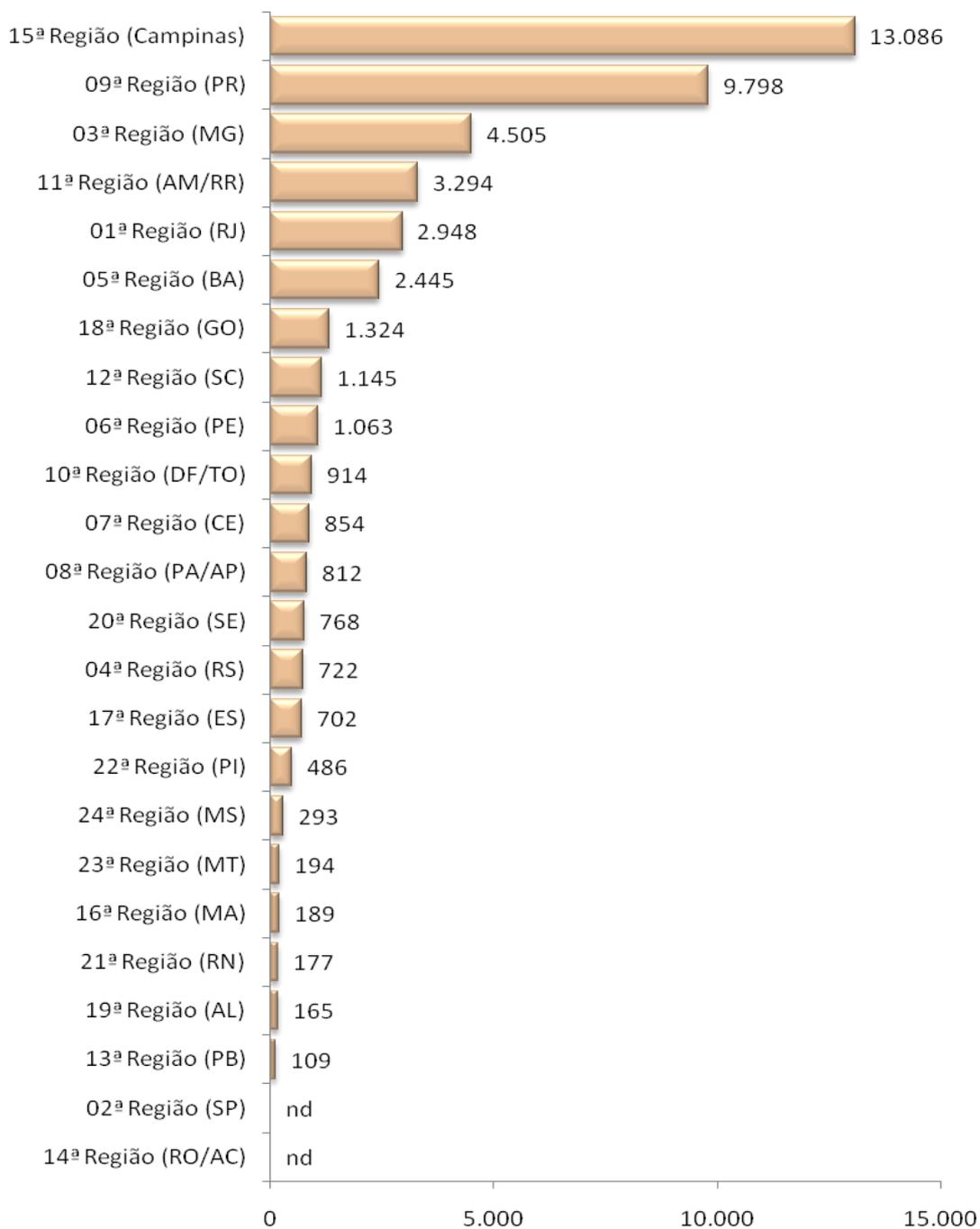
Tabela 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.964	984	2.948
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	4.203	302	4.505
04ª Região (RS)	518	204	722
05ª Região (BA)	2.155	290	2.445
06ª Região (PE)	319	744	1.063
07ª Região (CE)	854	nd	854
08ª Região (PA/AP)	2	810	812
09ª Região (PR)	9.444	354	9.798
10ª Região (DF/TO)	766	148	914
11ª Região (AM/RR)	3.294	0	3.294
12ª Região (SC)	1.145	nd	1.145
13ª Região (PB)	90	19	109
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	12.560	526	13.086
16ª Região (MA)	189	nd	189
17ª Região (ES)	606	96	702
18ª Região (GO)	1.150	174	1.324
19ª Região (AL)	147	18	165
20ª Região (SE)	740	28	768
21ª Região (RN)	113	64	177
22ª Região (PI)	464	22	486
23ª Região (MT)	152	42	194
24ª Região (MS)	206	87	293
Justiça do Trabalho	41.081	4.912	45.993

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

- TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

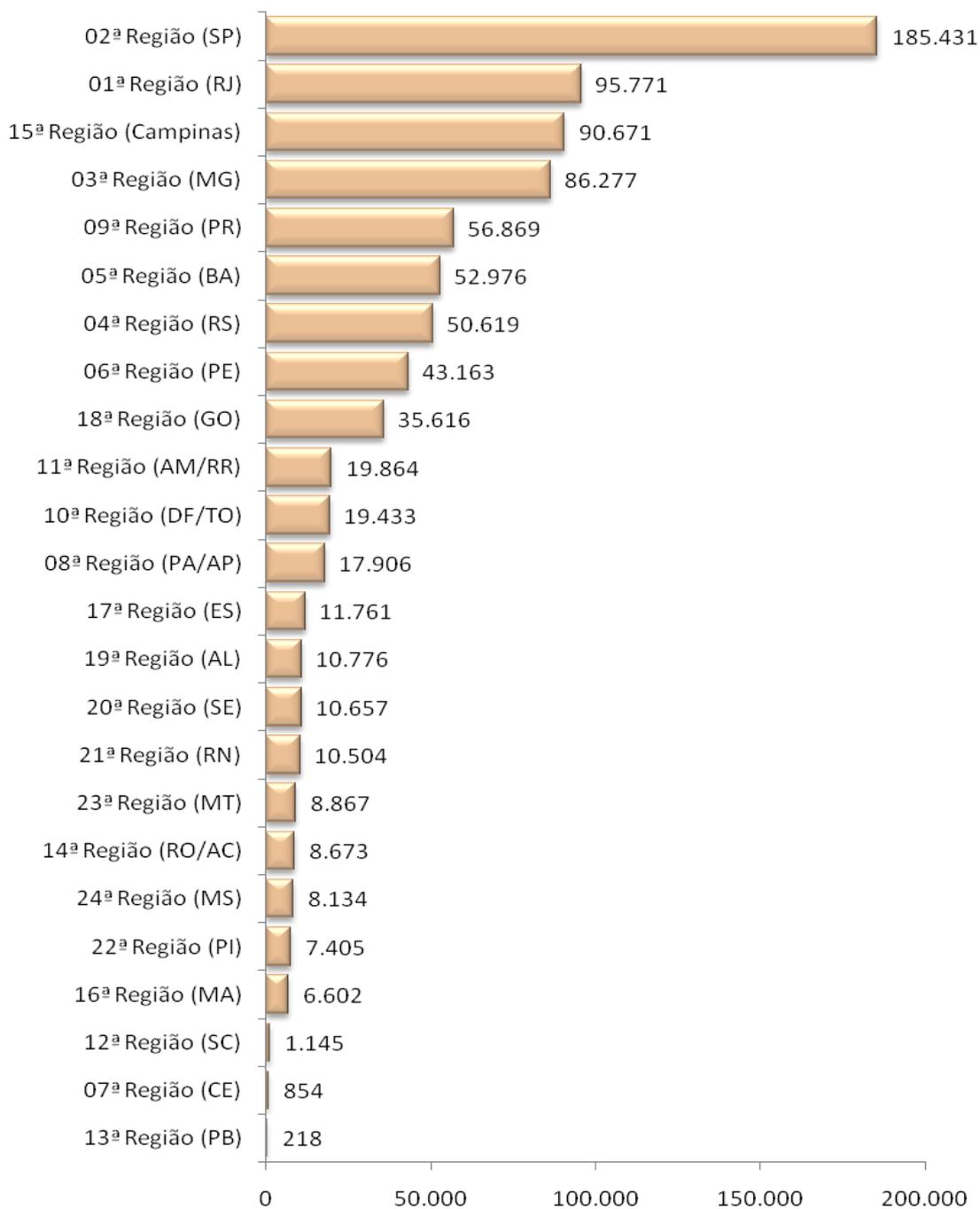
Tabela 2.20 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2.948	92.823	95.771
02ª Região (SP)	nd	185.431	185.431
03ª Região (MG)	4.505	81.772	86.277
04ª Região (RS)	722	49.897	50.619
05ª Região (BA)	2.445	50.531	52.976
06ª Região (PE)	1.063	42.100	43.163
07ª Região (CE)	854	nd	854
08ª Região (PA/AP)	812	17.094	17.906
09ª Região (PR)	9.798	47.071	56.869
10ª Região (DF/TO)	914	18.519	19.433
11ª Região (AM/RR)	3.294	16.570	19.864
12ª Região (SC)	1.145	nd	1.145
13ª Região (PB)	109	109	218
14ª Região (RO/AC)	nd	8.673	8.673
15ª Região (Campinas)	13.086	77.585	90.671
16ª Região (MA)	189	6.413	6.602
17ª Região (ES)	702	11.059	11.761
18ª Região (GO)	1.324	34.292	35.616
19ª Região (AL)	165	10.611	10.776
20ª Região (SE)	768	9.889	10.657
21ª Região (RN)	177	10.327	10.504
22ª Região (PI)	486	6.919	7.405
23ª Região (MT)	194	8.673	8.867
24ª Região (MS)	293	7.841	8.134
Justiça do Trabalho	45.993	794.199	840.192

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

· TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

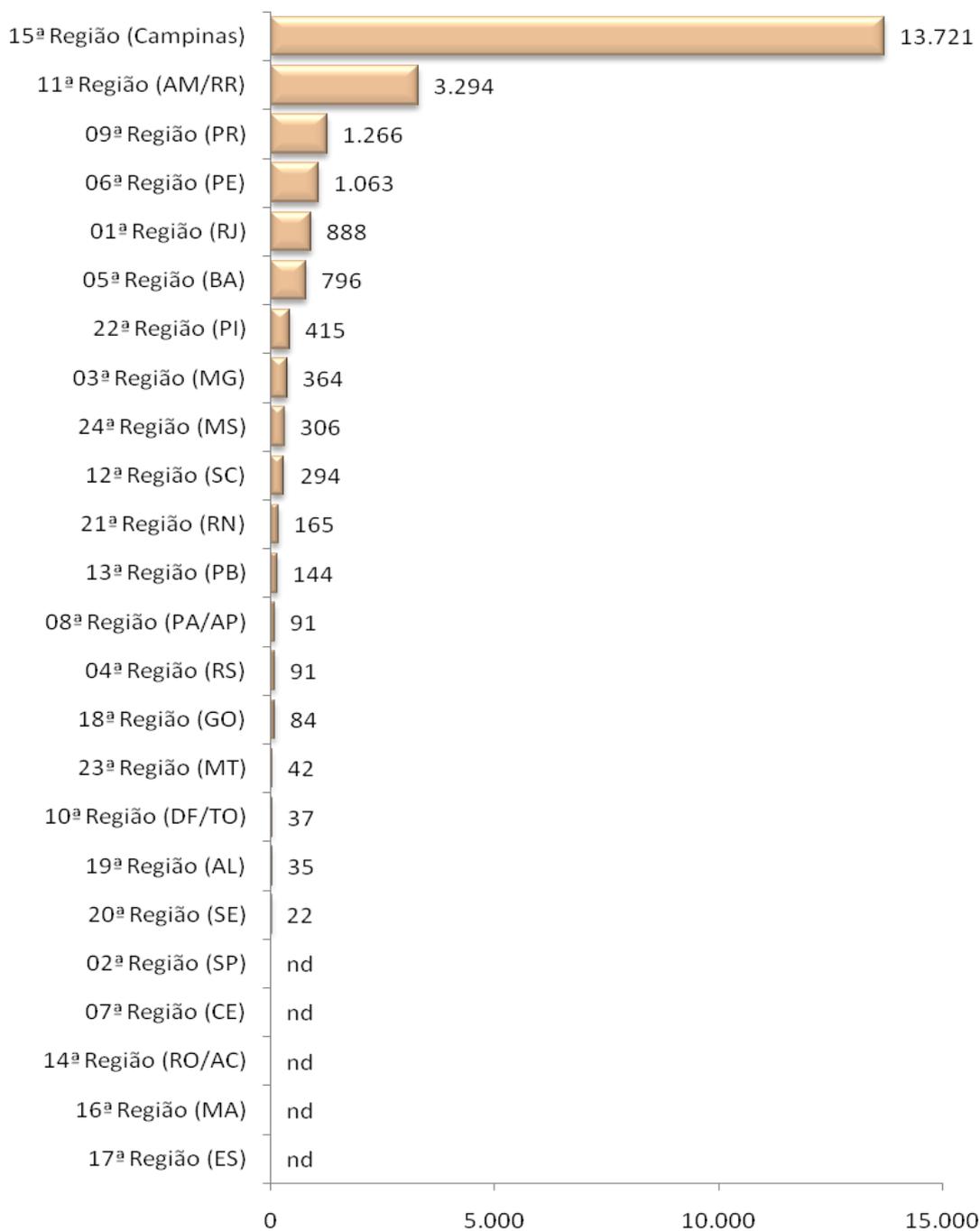
Tabela 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	637	251	888
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	201	163	364
04ª Região (RS)	57	34	91
05ª Região (BA)	572	224	796
06ª Região (PE)	319	744	1.063
07ª Região (CE)	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	0	91	91
09ª Região (PR)	796	470	1.266
10ª Região (DF/TO)	21	16	37
11ª Região (AM/RR)	3.294	0	3.294
12ª Região (SC)	228	66	294
13ª Região (PB)	64	80	144
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	13.150	571	13.721
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	nd	nd	nd
18ª Região (GO)	66	18	84
19ª Região (AL)	27	8	35
20ª Região (SE)	22	0	22
21ª Região (RN)	113	52	165
22ª Região (PI)	391	24	415
23ª Região (MT)	11	31	42
24ª Região (MS)	213	93	306
Justiça do Trabalho	20.182	2.936	23.118

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

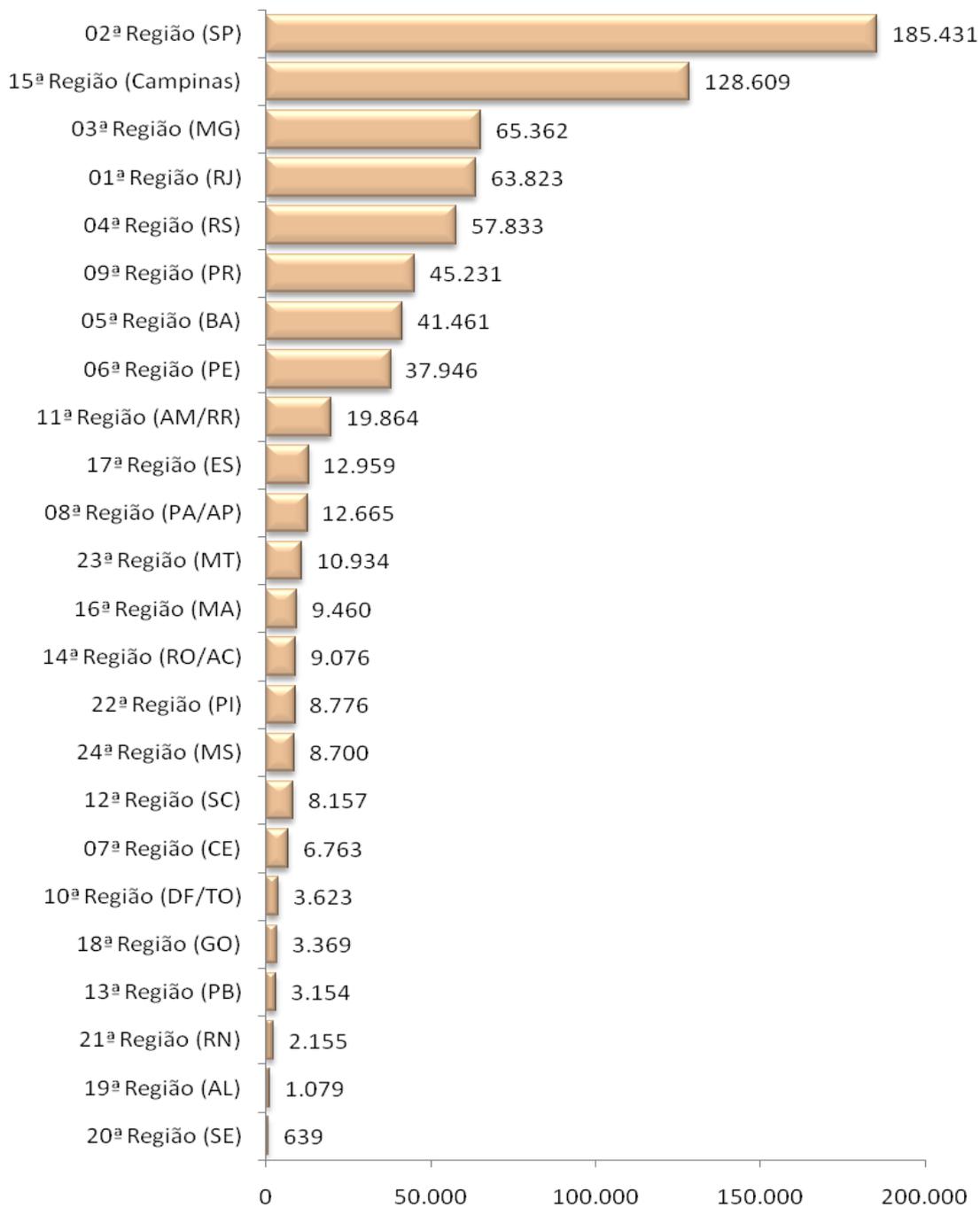
Tabela 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	888	62.935	63.823
02ª Região (SP)	nd	185.431	185.431
03ª Região (MG)	364	64.998	65.362
04ª Região (RS)	91	57.742	57.833
05ª Região (BA)	796	40.665	41.461
06ª Região (PE)	1.063	36.883	37.946
07ª Região (CE)	nd	6.763	6.763
08ª Região (PA/AP)	91	12.574	12.665
09ª Região (PR)	1.266	43.965	45.231
10ª Região (DF/TO)	37	3.586	3.623
11ª Região (AM/RR)	3.294	16.570	19.864
12ª Região (SC)	294	7.863	8.157
13ª Região (PB)	144	3.010	3.154
14ª Região (RO/AC)	nd	9.076	9.076
15ª Região (Campinas)	13.721	114.888	128.609
16ª Região (MA)	nd	9.460	9.460
17ª Região (ES)	nd	12.959	12.959
18ª Região (GO)	84	3.285	3.369
19ª Região (AL)	35	1.044	1.079
20ª Região (SE)	22	617	639
21ª Região (RN)	165	1.990	2.155
22ª Região (PI)	415	8.361	8.776
23ª Região (MT)	42	10.892	10.934
24ª Região (MS)	306	8.394	8.700
Justiça do Trabalho	23.118	723.951	747.069

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$
- **SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau:** Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

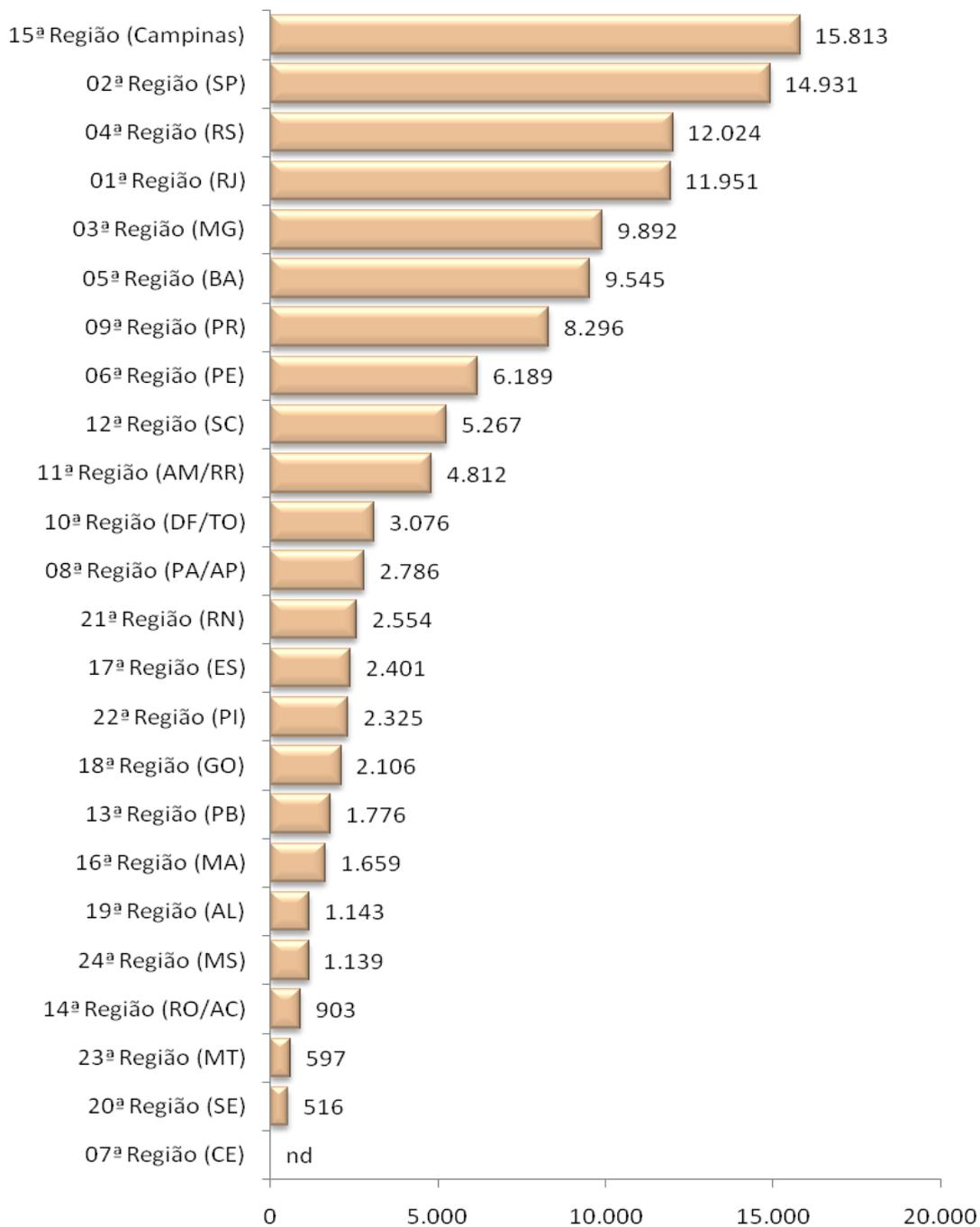
Tabela 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	190	11.761	11.951
02ª Região (SP)	nd	14.931	14.931
03ª Região (MG)	0	9.892	9.892
04ª Região (RS)	1	12.023	12.024
05ª Região (BA)	1	9.544	9.545
06ª Região (PE)	1	6.188	6.189
07ª Região (CE)	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	8	2.778	2.786
09ª Região (PR)	96	8.200	8.296
10ª Região (DF/TO)	32	3.044	3.076
11ª Região (AM/RR)	2.001	2.811	4.812
12ª Região (SC)	72	5.195	5.267
13ª Região (PB)	2	1.774	1.776
14ª Região (RO/AC)	nd	903	903
15ª Região (Campinas)	3.134	12.679	15.813
16ª Região (MA)	nd	1.659	1.659
17ª Região (ES)	85	2.316	2.401
18ª Região (GO)	50	2.056	2.106
19ª Região (AL)	17	1.126	1.143
20ª Região (SE)	3	513	516
21ª Região (RN)	9	2.545	2.554
22ª Região (PI)	5	2.320	2.325
23ª Região (MT)	7	590	597
24ª Região (MS)	21	1.118	1.139
Justiça do Trabalho	5.735	115.966	121.701

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncEx1}^\circ = \text{IncExFisc1}^\circ + \text{IncExNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

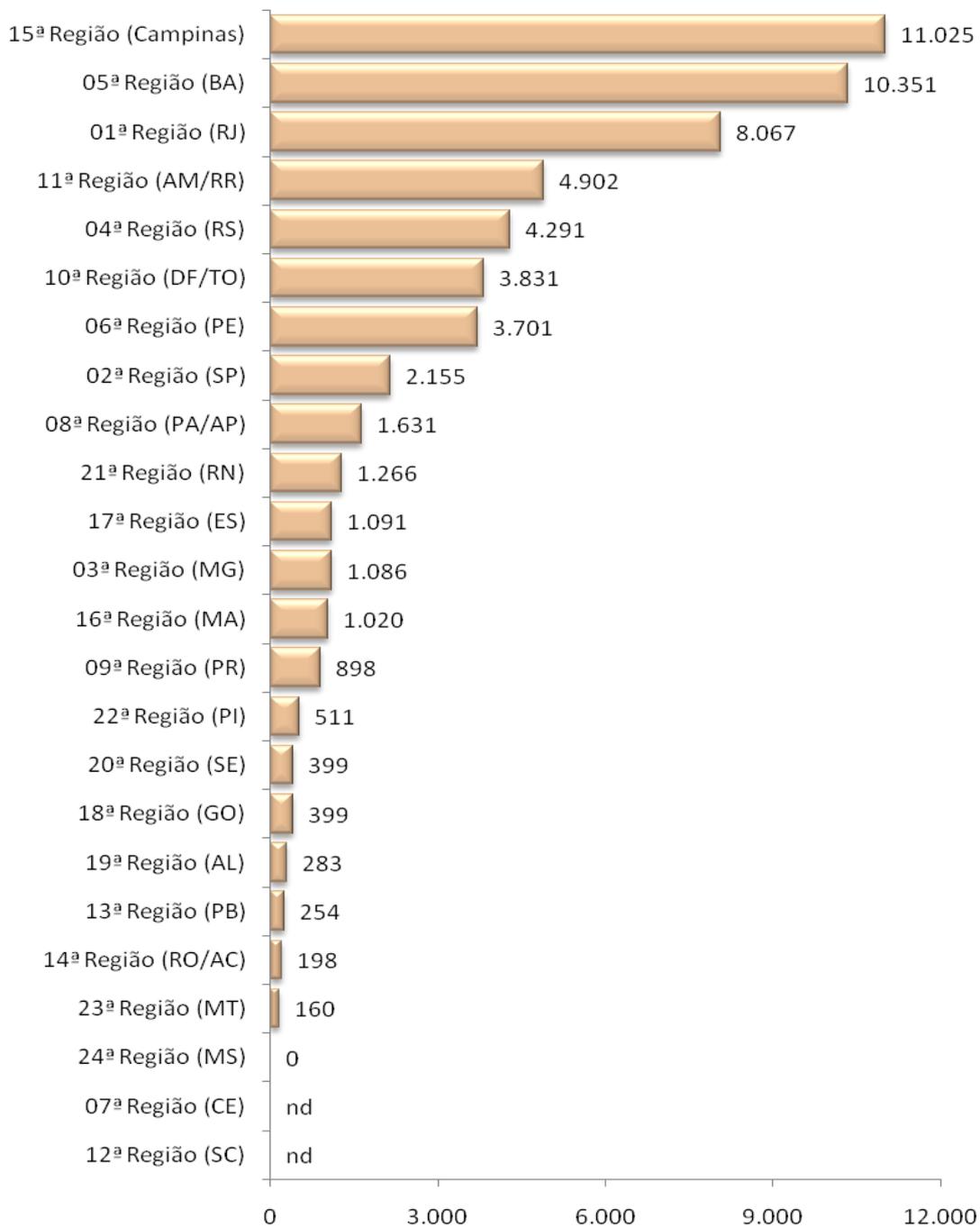
Tabela 2.24 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	435	7.632	8.067
02ª Região (SP)	nd	2.155	2.155
03ª Região (MG)	0	1.086	1.086
04ª Região (RS)	2	4.289	4.291
05ª Região (BA)	3	10.348	10.351
06ª Região (PE)	0	3.701	3.701
07ª Região (CE)	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	3	1.628	1.631
09ª Região (PR)	17	881	898
10ª Região (DF/TO)	53	3.778	3.831
11ª Região (AM/RR)	4.323	579	4.902
12ª Região (SC)	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	1	253	254
14ª Região (RO/AC)	nd	198	198
15ª Região (Campinas)	8	11.017	11.025
16ª Região (MA)	nd	1.020	1.020
17ª Região (ES)	209	882	1.091
18ª Região (GO)	11	388	399
19ª Região (AL)	4	279	283
20ª Região (SE)	96	303	399
21ª Região (RN)	11	1.255	1.266
22ª Região (PI)	7	504	511
23ª Região (MT)	7	153	160
24ª Região (MS)	0	0	0
Justiça do Trabalho	5.190	52.329	57.519

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncExp1}^\circ = \text{IncExpPFisc1}^\circ + \text{IncExpPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExpPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExpPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

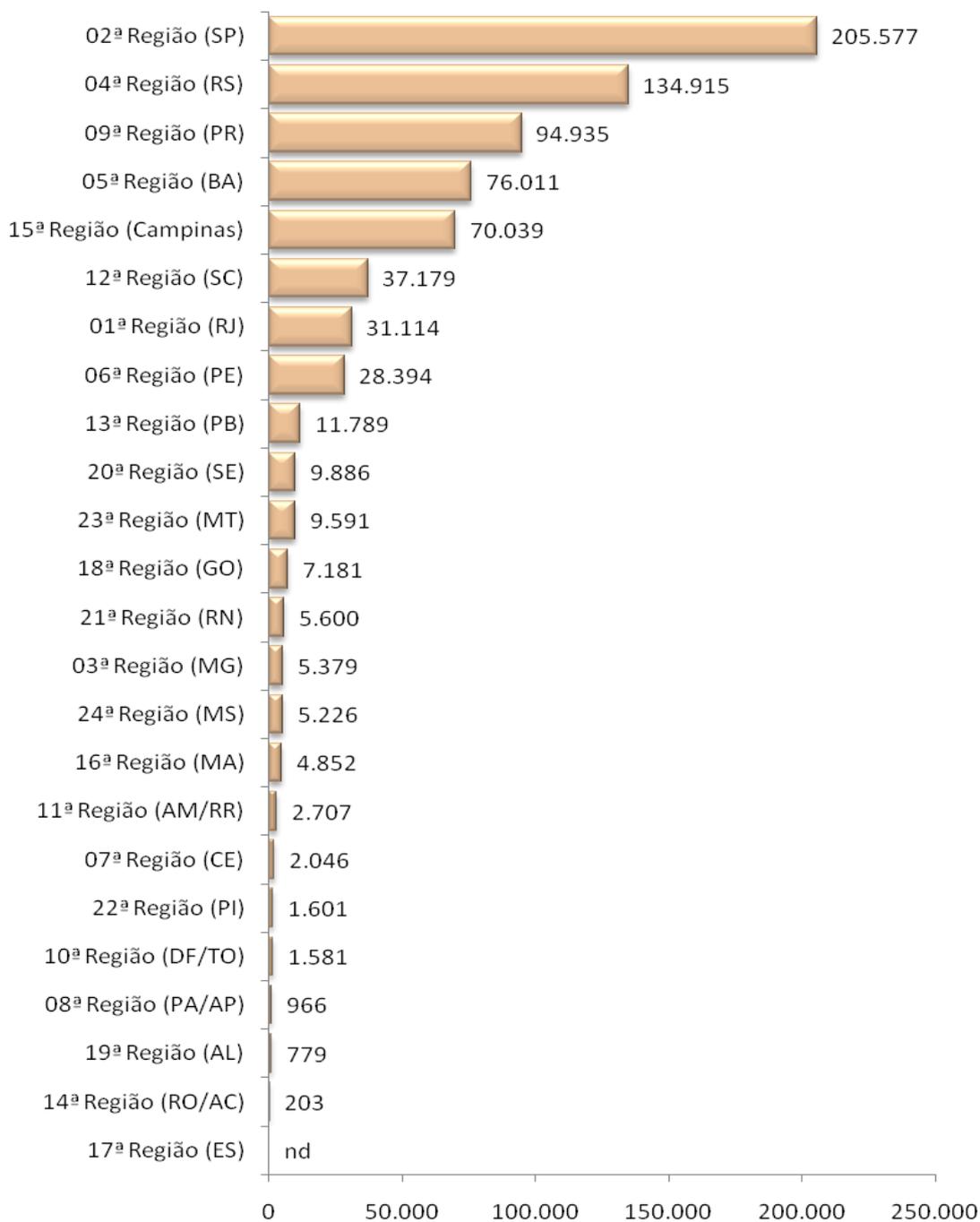
Tabela 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
01ª Região (RJ)	158	30.956	31.114
02ª Região (SP)	nd	205.577	205.577
03ª Região (MG)	340	5.039	5.379
04ª Região (RS)	2.012	132.903	134.915
05ª Região (BA)	3.511	72.500	76.011
06ª Região (PE)	543	27.851	28.394
07ª Região (CE)	892	1.154	2.046
08ª Região (PA/AP)	0	966	966
09ª Região (PR)	4.613	90.322	94.935
10ª Região (DF/TO)	189	1.392	1.581
11ª Região (AM/RR)	0	2.707	2.707
12ª Região (SC)	2.687	34.492	37.179
13ª Região (PB)	3.983	7.806	11.789
14ª Região (RO/AC)	21	182	203
15ª Região (Campinas)	0	70.039	70.039
16ª Região (MA)	nd	4.852	4.852
17ª Região (ES)	nd	nd	nd
18ª Região (GO)	1.844	5.337	7.181
19ª Região (AL)	64	715	779
20ª Região (SE)	1.598	8.288	9.886
21ª Região (RN)	359	5.241	5.600
22ª Região (PI)	209	1.392	1.601
23ª Região (MT)	61	9.530	9.591
24ª Região (MS)	422	4.804	5.226
Justiça do Trabalho	23.506	724.045	747.551

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $ExeSuS1^\circ = ExeSuSFisc1^\circ + ExeSuSNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

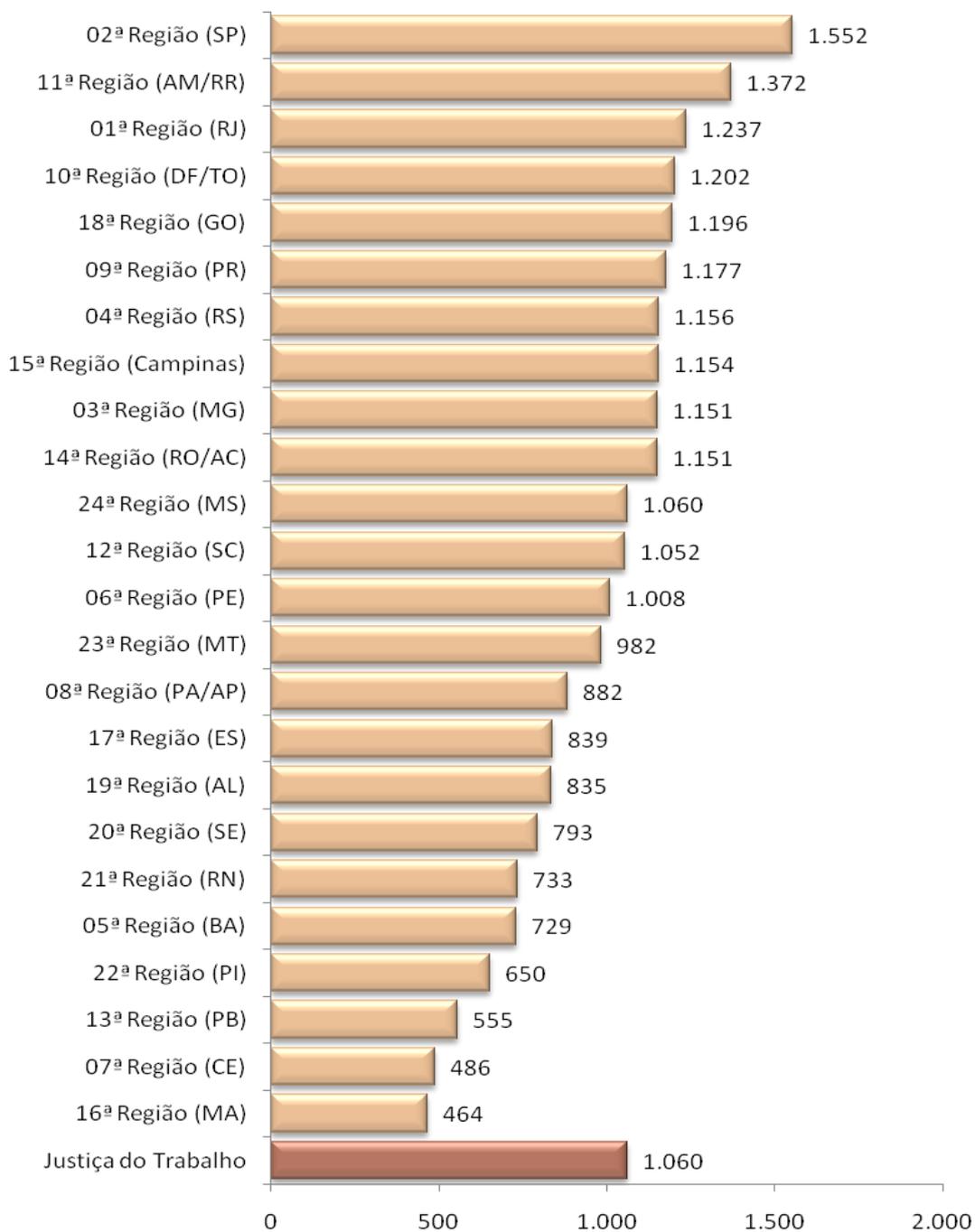
Tabela 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	198.588	1.014	161	1.237
02ª Região (SP)	330.364	nd	213	1.552
03ª Região (MG)	230.202	2.383	202	1.151
04ª Região (RS)	125.455	1.376	110	1.156
05ª Região (BA)	106.802	777	148	729
06ª Região (PE)	88.356	1.182	89	1.008
07ª Região (CE)	40.971	1.043	86	486
08ª Região (PA/AP)	71.686	443	82	882
09ª Região (PR)	116.391	10.448	108	1.177
10ª Região (DF/TO)	47.333	236	40	1.202
11ª Região (AM/RR)	51.048	2.090	39	1.372
12ª Região (SC)	63.973	1.067	62	1.052
13ª Região (PB)	20.870	204	38	555
14ª Região (RO/AC)	25.389	108	22	1.151
15ª Região (Campinas)	232.733	3.275	205	1.154
16ª Região (MA)	29.612	221	64	464
17ª Região (ES)	29.087	432	35	839
18ª Região (GO)	70.883	907	60	1.196
19ª Região (AL)	26.415	151	32	835
20ª Região (SE)	16.088	81	20	793
21ª Região (RN)	22.925	294	32	733
22ª Região (PI)	20.392	219	32	650
23ª Região (MT)	29.496	405	30	982
24ª Região (MS)	24.975	300	24	1.060
Justiça do Trabalho	2.020.034	28.656	1.933	1.060

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

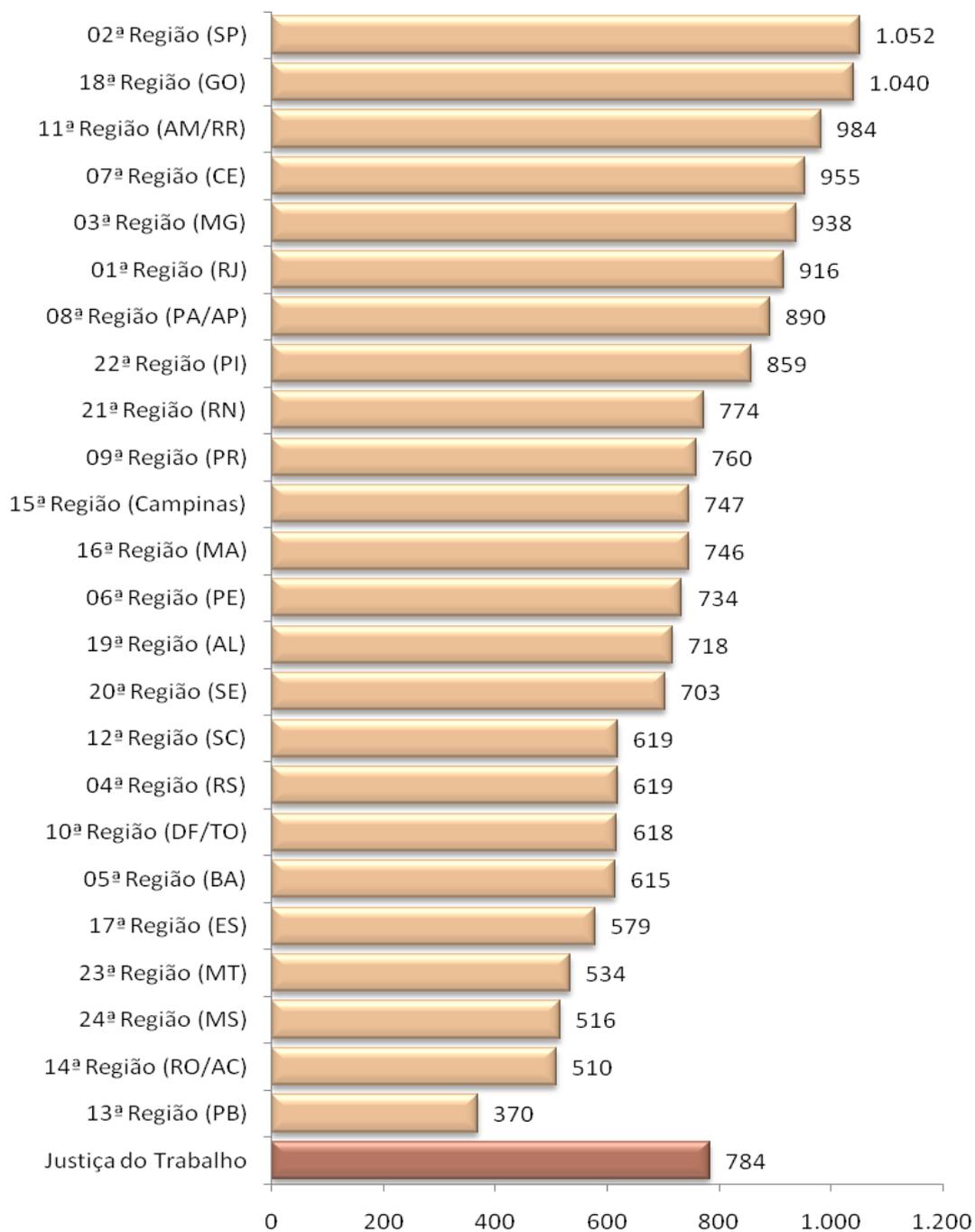
Tabela 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
01ª Região (RJ)	198.588	1.014	218	916
02ª Região (SP)	330.364	nd	314	1.052
03ª Região (MG)	230.202	2.383	248	938
04ª Região (RS)	125.455	1.376	205	619
05ª Região (BA)	106.802	777	175	615
06ª Região (PE)	88.356	1.182	122	734
07ª Região (CE)	40.971	1.043	44	955
08ª Região (PA/AP)	71.686	443	81	890
09ª Região (PR)	116.391	10.448	167	760
10ª Região (DF/TO)	47.333	236	77	618
11ª Região (AM/RR)	51.048	2.090	54	984
12ª Região (SC)	63.973	1.067	105	619
13ª Região (PB)	20.870	204	57	370
14ª Região (RO/AC)	25.389	108	50	510
15ª Região (Campinas)	232.733	3.275	316	747
16ª Região (MA)	29.612	221	40	746
17ª Região (ES)	29.087	432	51	579
18ª Região (GO)	70.883	907	69	1.040
19ª Região (AL)	26.415	151	37	718
20ª Região (SE)	16.088	81	23	703
21ª Região (RN)	22.925	294	30	774
22ª Região (PI)	20.392	219	24	859
23ª Região (MT)	29.496	405	56	534
24ª Região (MS)	24.975	300	49	516
Justiça do Trabalho	2.020.034	28.656	2.612	784

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

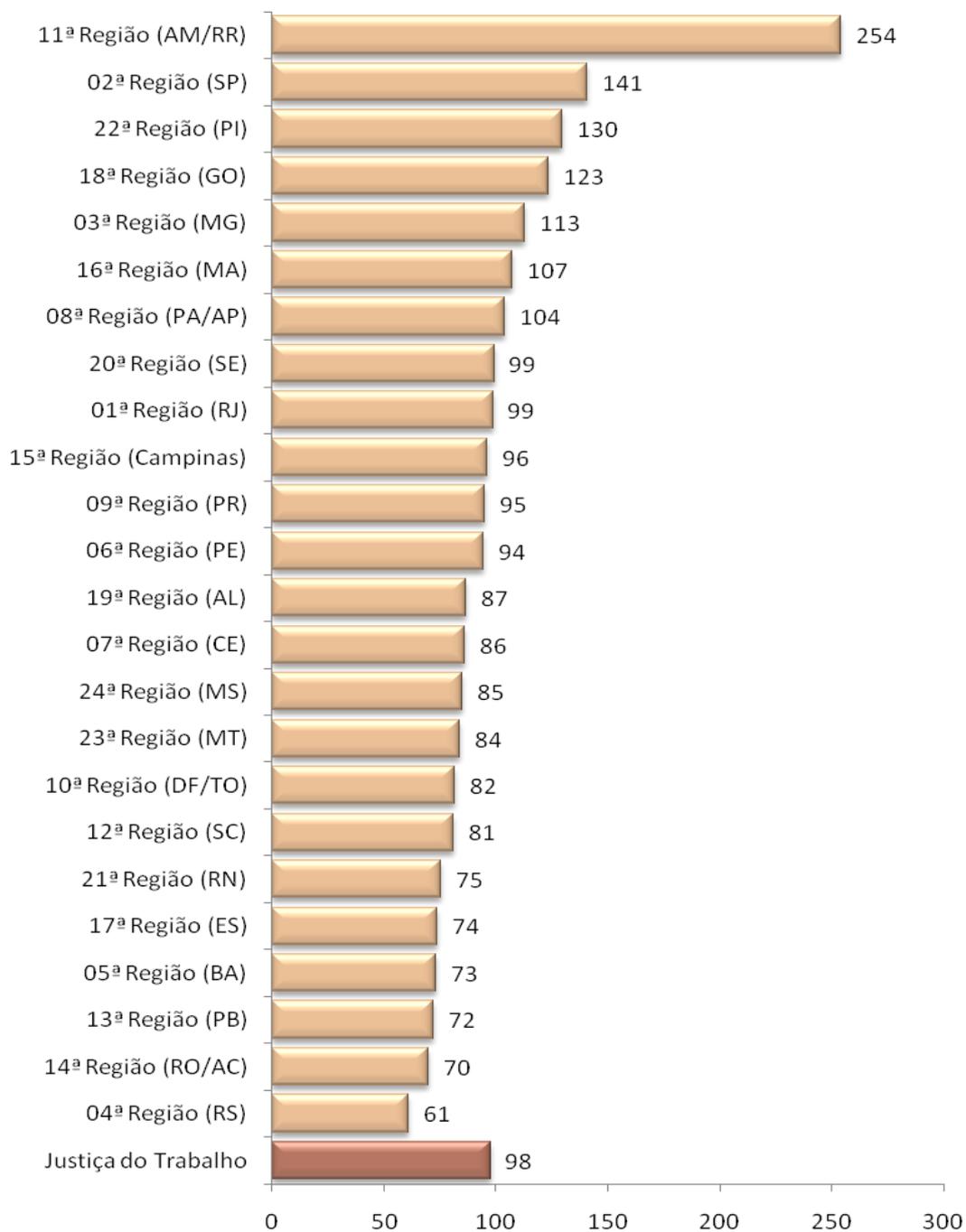
Tabela 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região (RJ)	198.588	1.014	2.024	99
02ª Região (SP)	330.364	nd	2.347	141
03ª Região (MG)	230.202	2.383	2.063	113
04ª Região (RS)	125.455	1.376	2.074	61
05ª Região (BA)	106.802	777	1.469	73
06ª Região (PE)	88.356	1.182	949	94
07ª Região (CE)	40.971	1.043	487	86
08ª Região (PA/AP)	71.686	443	694	104
09ª Região (PR)	116.391	10.448	1.332	95
10ª Região (DF/TO)	47.333	236	583	82
11ª Região (AM/RR)	51.048	2.090	209	254
12ª Região (SC)	63.973	1.067	801	81
13ª Região (PB)	20.870	204	292	72
14ª Região (RO/AC)	25.389	108	365	70
15ª Região (Campinas)	232.733	3.275	2.450	96
16ª Região (MA)	29.612	221	278	107
17ª Região (ES)	29.087	432	400	74
18ª Região (GO)	70.883	907	582	123
19ª Região (AL)	26.415	151	306	87
20ª Região (SE)	16.088	81	163	99
21ª Região (RN)	22.925	294	308	75
22ª Região (PI)	20.392	219	159	130
23ª Região (MT)	29.496	405	357	84
24ª Região (MS)	24.975	300	298	85
Justiça do Trabalho	2.020.034	28.656	20.990	98

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

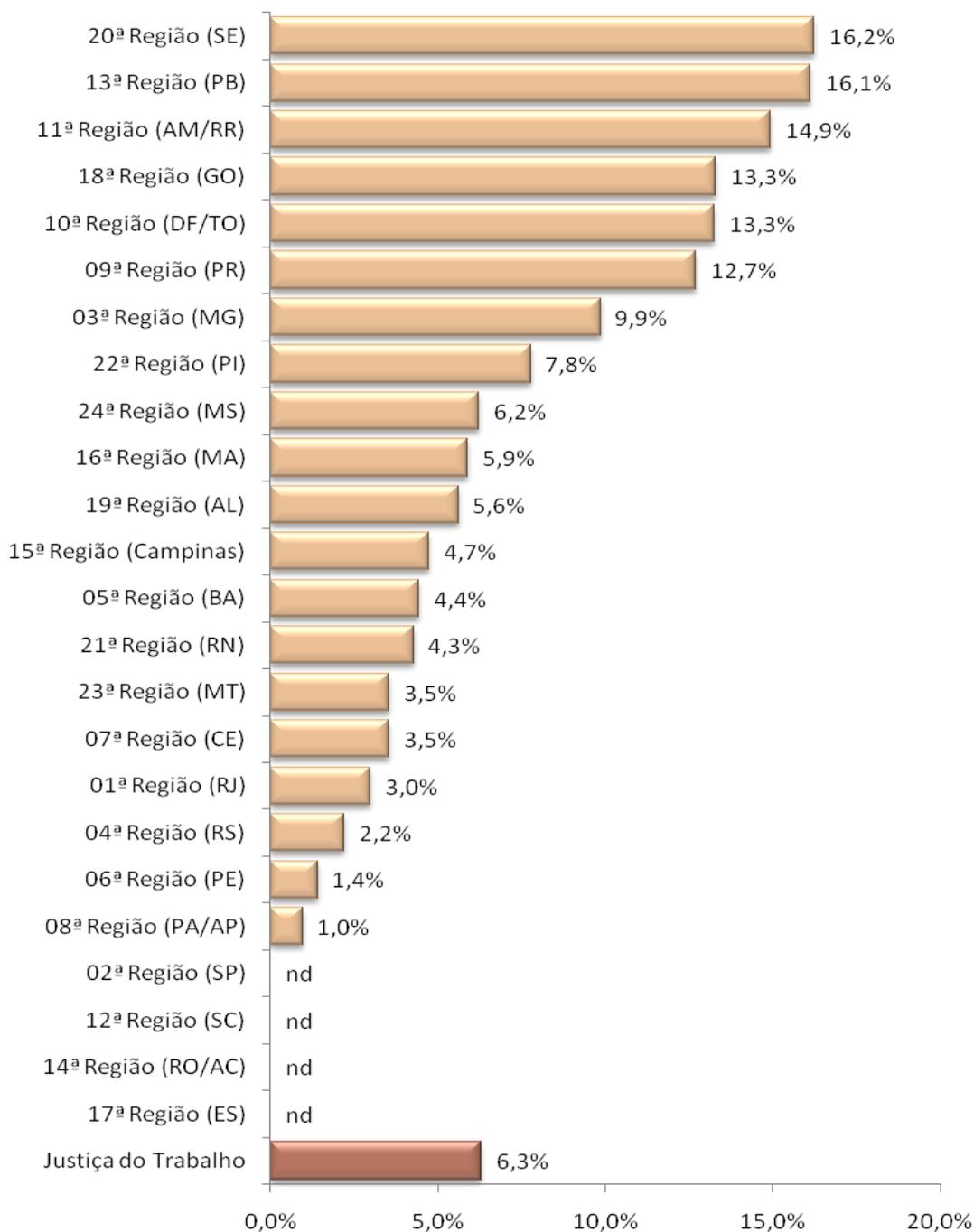
Tabela 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região (RJ)	646	6.339	43.050	191.627	3,0%
02ª Região (SP)	nd	nd	173.317	299.231	nd
03ª Região (MG)	2.192	12.629	54.728	95.661	9,9%
04ª Região (RS)	600	3.329	46.102	133.515	2,2%
05ª Região (BA)	383	7.569	26.381	152.961	4,4%
06ª Região (PE)	115	1.462	40.445	72.021	1,4%
07ª Região (CE)	1.037	1.326	21.943	44.988	3,5%
08ª Região (PA/AP)	227	196	16.927	27.354	1,0%
09ª Região (PR)	8.781	15.032	65.873	121.895	12,7%
10ª Região (DF/TO)	182	10.849	13.915	69.259	13,3%
11ª Região (AM/RR)	2.082	4.323	15.991	26.927	14,9%
12ª Região (SC)	860	nd	23.333	nd	nd
13ª Região (PB)	143	7.530	8.490	39.142	16,1%
14ª Região (RO/AC)	108	nd	9.764	15.642	nd
15ª Região (Campinas)	2.897	15.902	80.576	315.729	4,7%
16ª Região (MA)	211	2.340	9.132	34.301	5,9%
17ª Região (ES)	402	nd	11.451	33.381	nd
18ª Região (GO)	801	5.680	15.859	32.956	13,3%
19ª Região (AL)	140	2.935	11.103	43.692	5,6%
20ª Região (SE)	63	3.836	10.095	13.912	16,2%
21ª Região (RN)	265	3.054	14.040	63.660	4,3%
22ª Região (PI)	203	1.836	6.961	19.288	7,8%
23ª Região (MT)	393	869	10.477	25.215	3,5%
24ª Região (MS)	152	1.400	6.798	18.118	6,2%
Justiça do Trabalho	22.883	108.436	736.751	1.890.475	6,3%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $PExtFisc1º = ((CnExtFisc1º + CPExtFisc1º) / (CnEx1º + CpEx1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

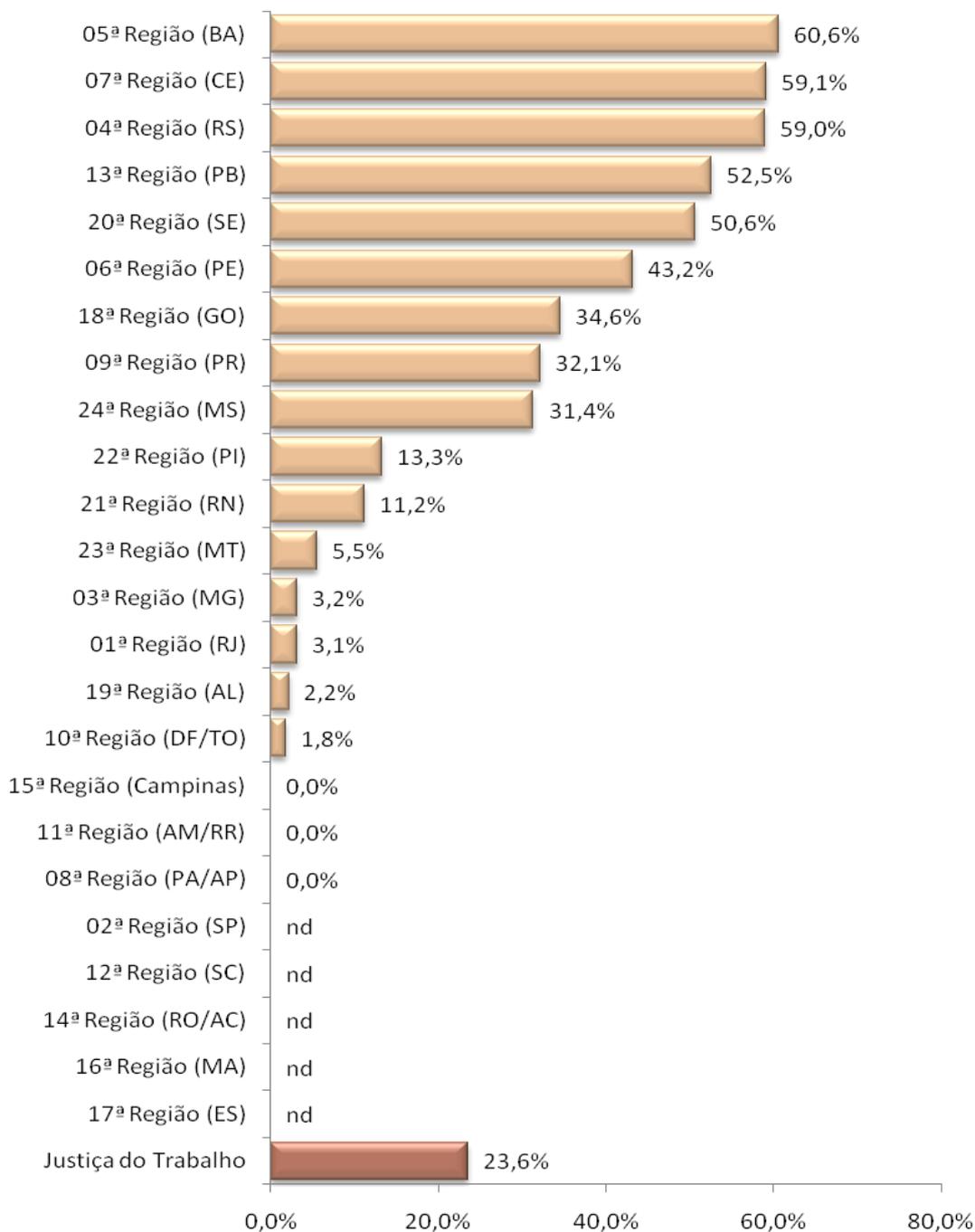
Tabela 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	158	646	6.339	1.964	3,1%
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	340	2.192	12.629	4.203	3,2%
04ª Região (RS)	2.012	600	3.329	518	59,0%
05ª Região (BA)	3.511	383	7.569	2.155	60,6%
06ª Região (PE)	543	115	1.462	319	43,2%
07ª Região (CE)	892	1.037	1.326	854	59,1%
08ª Região (PA/AP)	0	227	196	2	0,0%
09ª Região (PR)	4.613	8.781	15.032	9.444	32,1%
10ª Região (DF/TO)	189	182	10.849	766	1,8%
11ª Região (AM/RR)	0	2.082	4.323	3.294	0,0%
12ª Região (SC)	2.687	860	nd	1.145	nd
13ª Região (PB)	3.983	143	7.530	90	52,5%
14ª Região (RO/AC)	21	108	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	0	2.897	15.902	12.560	0,0%
16ª Região (MA)	nd	211	2.340	189	nd
17ª Região (ES)	nd	402	nd	606	nd
18ª Região (GO)	1.844	801	5.680	1.150	34,6%
19ª Região (AL)	64	140	2.935	147	2,2%
20ª Região (SE)	1.598	63	3.836	740	50,6%
21ª Região (RN)	359	265	3.054	113	11,2%
22ª Região (PI)	209	203	1.836	464	13,3%
23ª Região (MT)	61	393	869	152	5,5%
24ª Região (MS)	422	152	1.400	206	31,4%
Justiça do Trabalho	23.506	22.883	108.436	41.081	23,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula: $PexSFisc1º = (ExeSuSFisc1º / (CnExtFisc1º + CpExtFisc1º - TBaixExtFisc1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

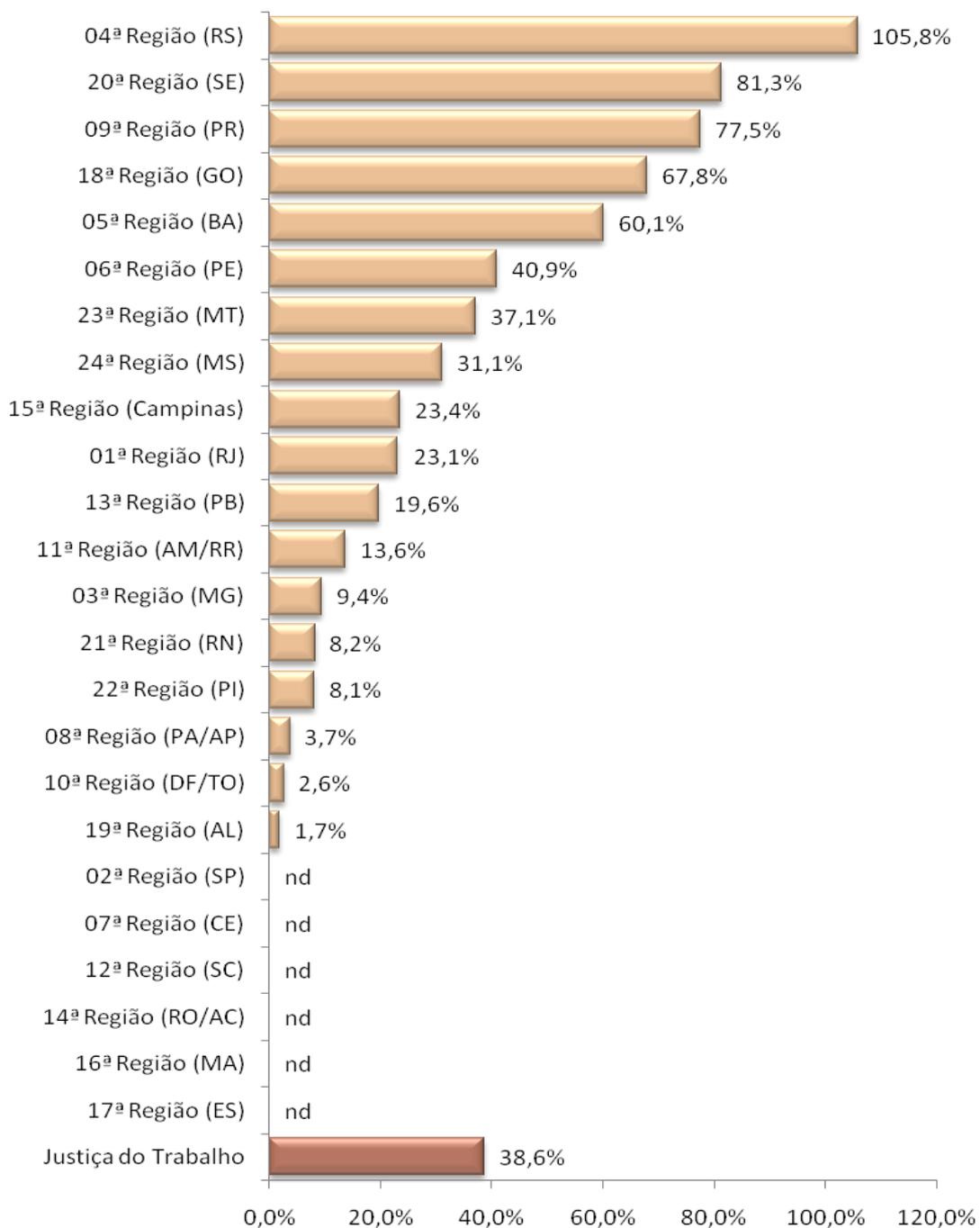
Tabela 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	(CnExtNFisc1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau	(CpExtNFisc1º + ExeJudPNCrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau	(TBaixExtNFisc1º + TBaixJudNCrim1º) Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais no 1º Grau	PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	30.956	42.404	185.288	93.807	23,1%
02ª Região (SP)	205.577	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	5.039	52.536	83.032	82.074	9,4%
04ª Região (RS)	132.903	45.502	130.186	50.101	105,8%
05ª Região (BA)	72.500	25.998	145.392	50.821	60,1%
06ª Região (PE)	27.851	40.330	70.559	42.844	40,9%
07ª Região (CE)	1.154	20.906	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	966	16.700	27.158	17.904	3,7%
09ª Região (PR)	90.322	57.092	106.863	47.425	77,5%
10ª Região (DF/TO)	1.392	13.733	58.410	18.667	2,6%
11ª Região (AM/RR)	2.707	13.909	22.604	16.570	13,6%
12ª Região (SC)	34.492	22.473	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	7.806	8.347	31.612	128	19,6%
14ª Região (RO/AC)	182	9.656	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	70.039	77.679	299.827	78.111	23,4%
16ª Região (MA)	4.852	8.921	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	nd	11.049	nd	11.155	nd
18ª Região (GO)	5.337	15.058	27.276	34.466	67,8%
19ª Região (AL)	715	10.963	40.757	10.629	1,7%
20ª Região (SE)	8.288	10.032	10.076	9.917	81,3%
21ª Região (RN)	5.241	13.775	60.606	10.391	8,2%
22ª Região (PI)	1.392	6.758	17.452	6.941	8,1%
23ª Região (MT)	9.530	10.084	24.346	8.715	37,1%
24ª Região (MS)	4.804	6.646	16.718	7.928	31,1%
Justiça do Trabalho	724.045	540.551	1.358.162	598.594	38,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula: $PexS1º = (ExeSuSNFisc1º / (CnExtNFisc1º + ExeJud1º + CpExtNFisc1º + ExeJudP1º - TBaixExtNFisc1º - TBaixJud1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.
- (CnExtNFisc1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos novos Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais não criminais no 1º Grau.
- (CpExtNFisc1º + ExeJudPNCrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais pendentes não criminais no 1º Grau.
- (TBaixExtNFisc1º + TBaixJudNCrim1º) Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de processos Baixados Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais baixadas não criminais no 1º Grau.

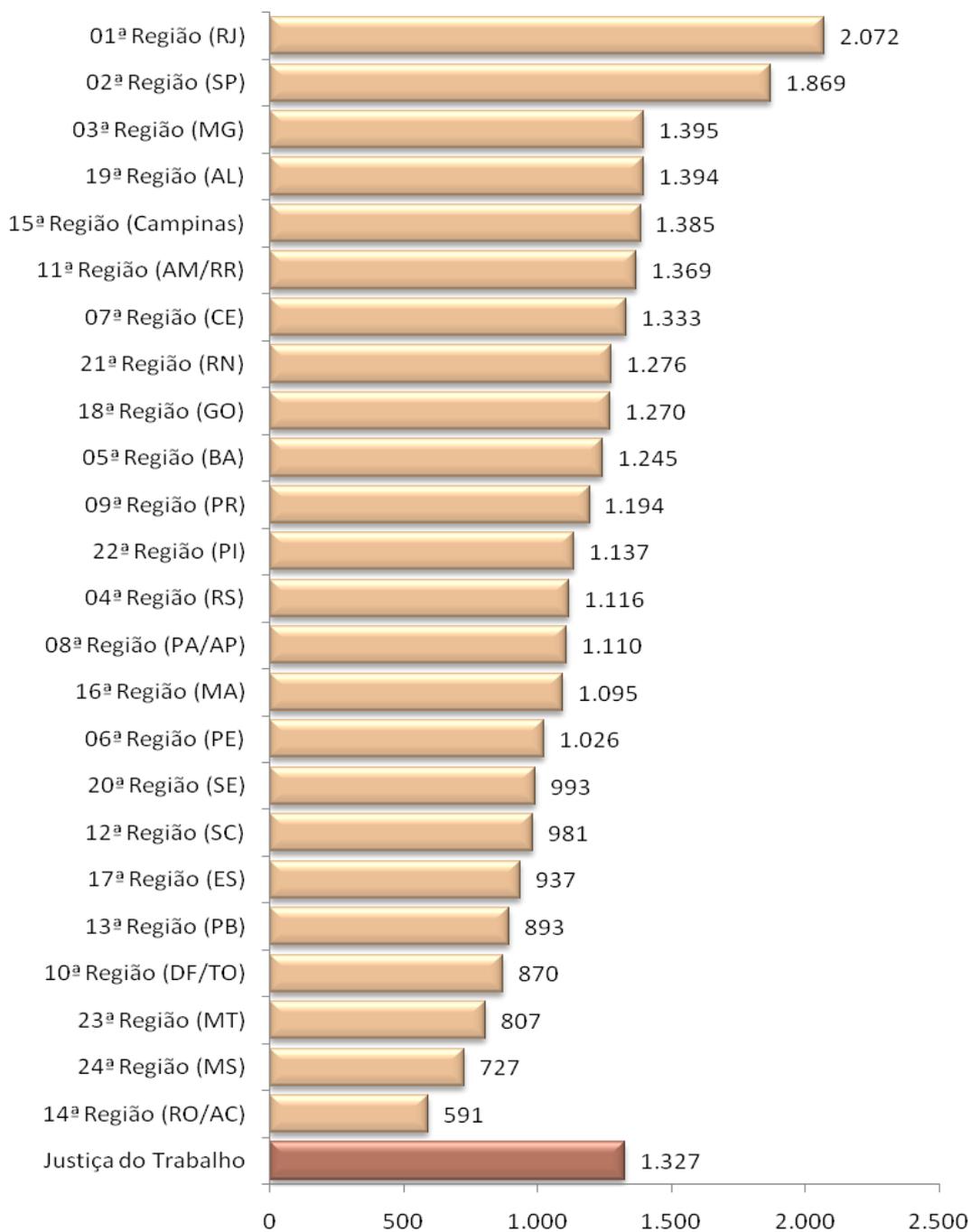
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	198.588	211.661	31.190	10.252	218	2.072
02ª Região (SP)	330.364	199.147	52.911	4.559	314	1.869
03ª Região (MG)	230.202	85.225	29.547	865	248	1.395
04ª Região (RS)	125.455	79.600	18.222	5.589	205	1.116
05ª Região (BA)	106.802	80.682	15.833	14.481	175	1.245
06ª Região (PE)	88.356	23.961	10.606	2.239	122	1.026
07ª Região (CE)	40.971	15.009	2.238	428	44	1.333
08ª Região (PA/AP)	71.686	14.134	3.214	875	81	1.110
09ª Região (PR)	116.391	63.760	18.838	429	167	1.194
10ª Região (DF/TO)	47.333	12.881	6.062	681	77	870
11ª Região (AM/RR)	51.048	20.707	1.770	376	54	1.369
12ª Região (SC)	63.973	31.068	7.176	737	105	981
13ª Região (PB)	20.870	27.463	2.282	283	57	893
14ª Região (RO/AC)	25.389	3.307	791	41	50	591
15ª Região (Campinas)	232.733	176.938	22.068	5.904	316	1.385
16ª Região (MA)	29.612	11.186	2.520	479	40	1.095
17ª Região (ES)	29.087	11.381	6.044	1.284	51	937
18ª Região (GO)	70.883	11.448	5.015	299	69	1.270
19ª Região (AL)	26.415	23.047	1.891	243	37	1.394
20ª Região (SE)	16.088	4.506	2.085	164	23	993
21ª Região (RN)	22.925	12.441	2.375	535	30	1.276
22ª Região (PI)	20.392	4.341	2.272	276	24	1.137
23ª Região (MT)	29.496	11.271	2.045	2.402	56	807
24ª Região (MS)	24.975	8.681	1.984	0	49	727
Justiça do Trabalho	2.020.034	1.143.845	248.979	53.421	2.612	1.327

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

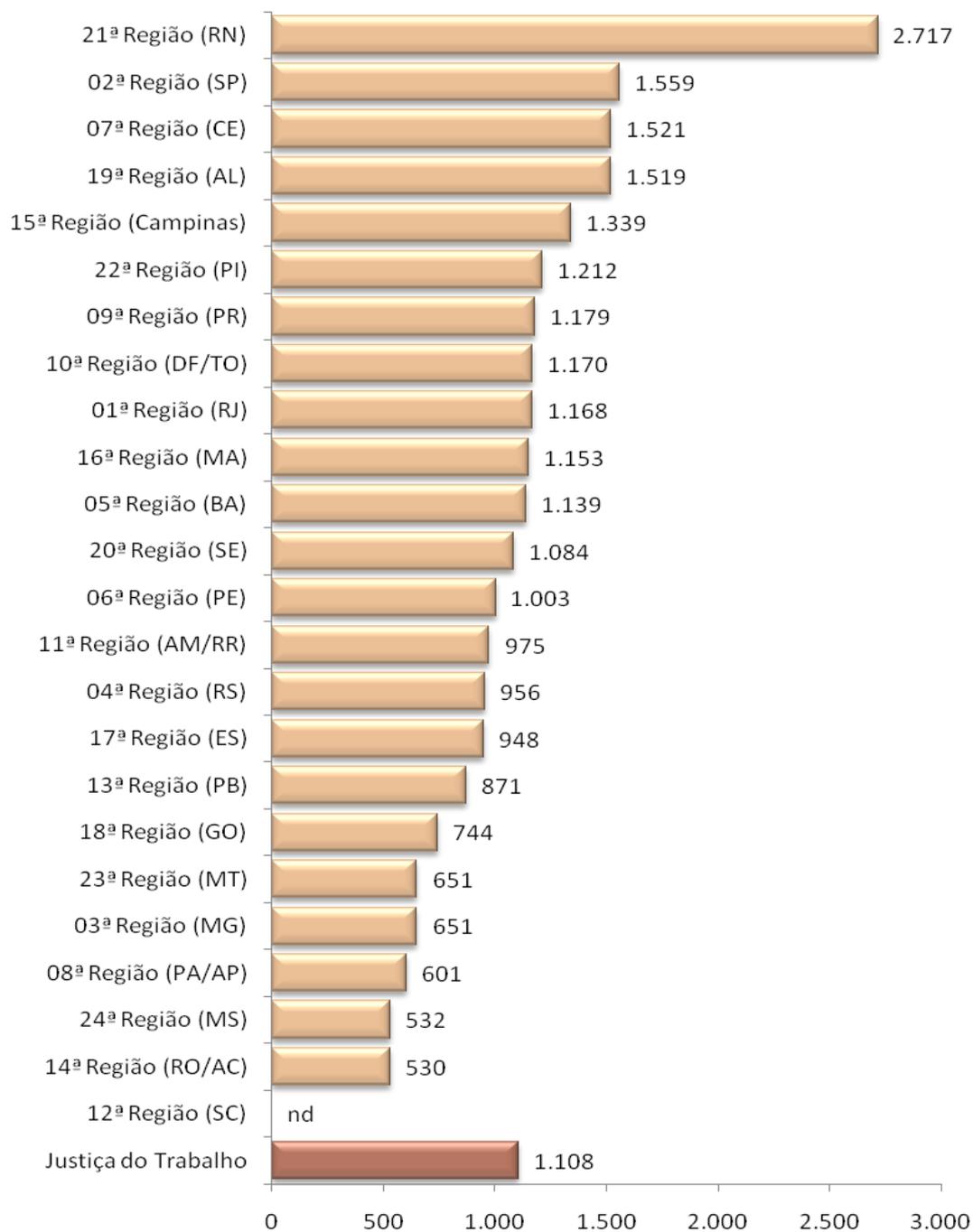
Tabela 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	43.050	191.627	11.951	8.067	218	1.168
02ª Região (SP)	173.317	299.231	14.931	2.155	314	1.559
03ª Região (MG)	54.728	95.661	9.892	1.086	248	651
04ª Região (RS)	46.102	133.515	12.024	4.291	205	956
05ª Região (BA)	26.381	152.961	9.545	10.351	175	1.139
06ª Região (PE)	40.445	72.021	6.189	3.701	122	1.003
07ª Região (CE)	21.943	44.988	nd	nd	44	1.521
08ª Região (PA/AP)	16.927	27.354	2.786	1.631	81	601
09ª Região (PR)	65.873	121.895	8.296	898	167	1.179
10ª Região (DF/TO)	13.915	69.259	3.076	3.831	77	1.170
11ª Região (AM/RR)	15.991	26.927	4.812	4.902	54	975
12ª Região (SC)	23.333	nd	5.267	nd	105	nd
13ª Região (PB)	8.490	39.142	1.776	254	57	871
14ª Região (RO/AC)	9.764	15.642	903	198	50	530
15ª Região (Campinas)	80.576	315.729	15.813	11.025	316	1.339
16ª Região (MA)	9.132	34.301	1.659	1.020	40	1.153
17ª Região (ES)	11.451	33.381	2.401	1.091	51	948
18ª Região (GO)	15.859	32.956	2.106	399	69	744
19ª Região (AL)	11.103	43.692	1.143	283	37	1.519
20ª Região (SE)	10.095	13.912	516	399	23	1.084
21ª Região (RN)	14.040	63.660	2.554	1.266	30	2.717
22ª Região (PI)	6.961	19.288	2.325	511	24	1.212
23ª Região (MT)	10.477	25.215	597	160	56	651
24ª Região (MS)	6.798	18.118	1.139	0	49	532
Justiça do Trabalho	736.751	1.890.475	121.701	57.519	2.612	1.108

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1^\circ = (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$
- $IncEx1^\circ = IncExFisc1^\circ + IncExNFisc1^\circ$
- $IncExP1^\circ = IncExPFisc1^\circ + IncExPNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

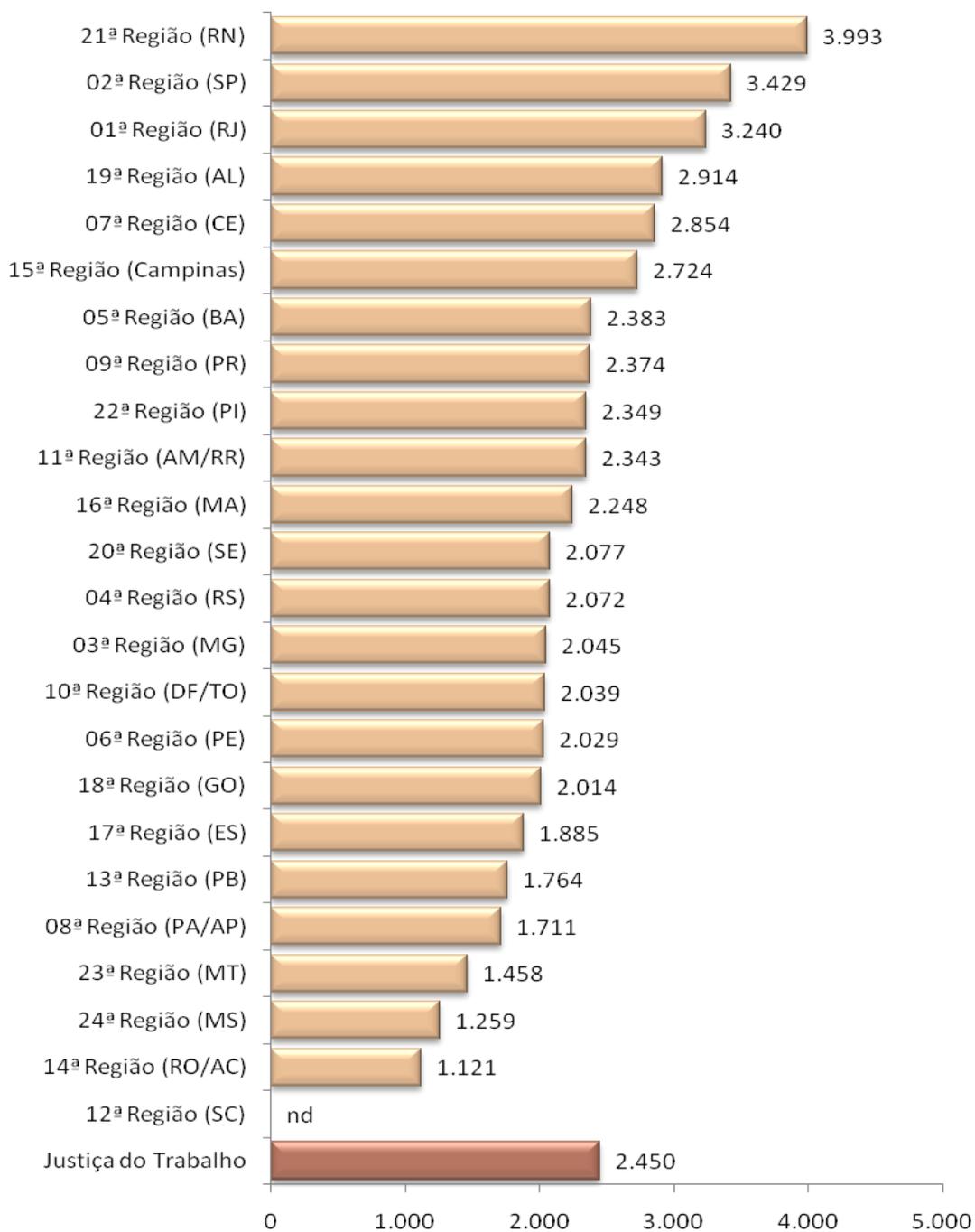
Tabela 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2.072	1.168	3.240
02ª Região (SP)	1.869	1.559	3.429
03ª Região (MG)	1.395	651	2.045
04ª Região (RS)	1.116	956	2.072
05ª Região (BA)	1.245	1.139	2.383
06ª Região (PE)	1.026	1.003	2.029
07ª Região (CE)	1.333	1.521	2.854
08ª Região (PA/AP)	1.110	601	1.711
09ª Região (PR)	1.194	1.179	2.374
10ª Região (DF/TO)	870	1.170	2.039
11ª Região (AM/RR)	1.369	975	2.343
12ª Região (SC)	981	nd	nd
13ª Região (PB)	893	871	1.764
14ª Região (RO/AC)	591	530	1.121
15ª Região (Campinas)	1.385	1.339	2.724
16ª Região (MA)	1.095	1.153	2.248
17ª Região (ES)	937	948	1.885
18ª Região (GO)	1.270	744	2.014
19ª Região (AL)	1.394	1.519	2.914
20ª Região (SE)	993	1.084	2.077
21ª Região (RN)	1.276	2.717	3.993
22ª Região (PI)	1.137	1.212	2.349
23ª Região (MT)	807	651	1.458
24ª Região (MS)	727	532	1.259
Justiça do Trabalho	1.327	1.108	2.450

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula: $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^{\circ} = (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$
- $KEx1^{\circ} = (CnEx1^{\circ} + CpEx1^{\circ} + IncEx1^{\circ} + IncExP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

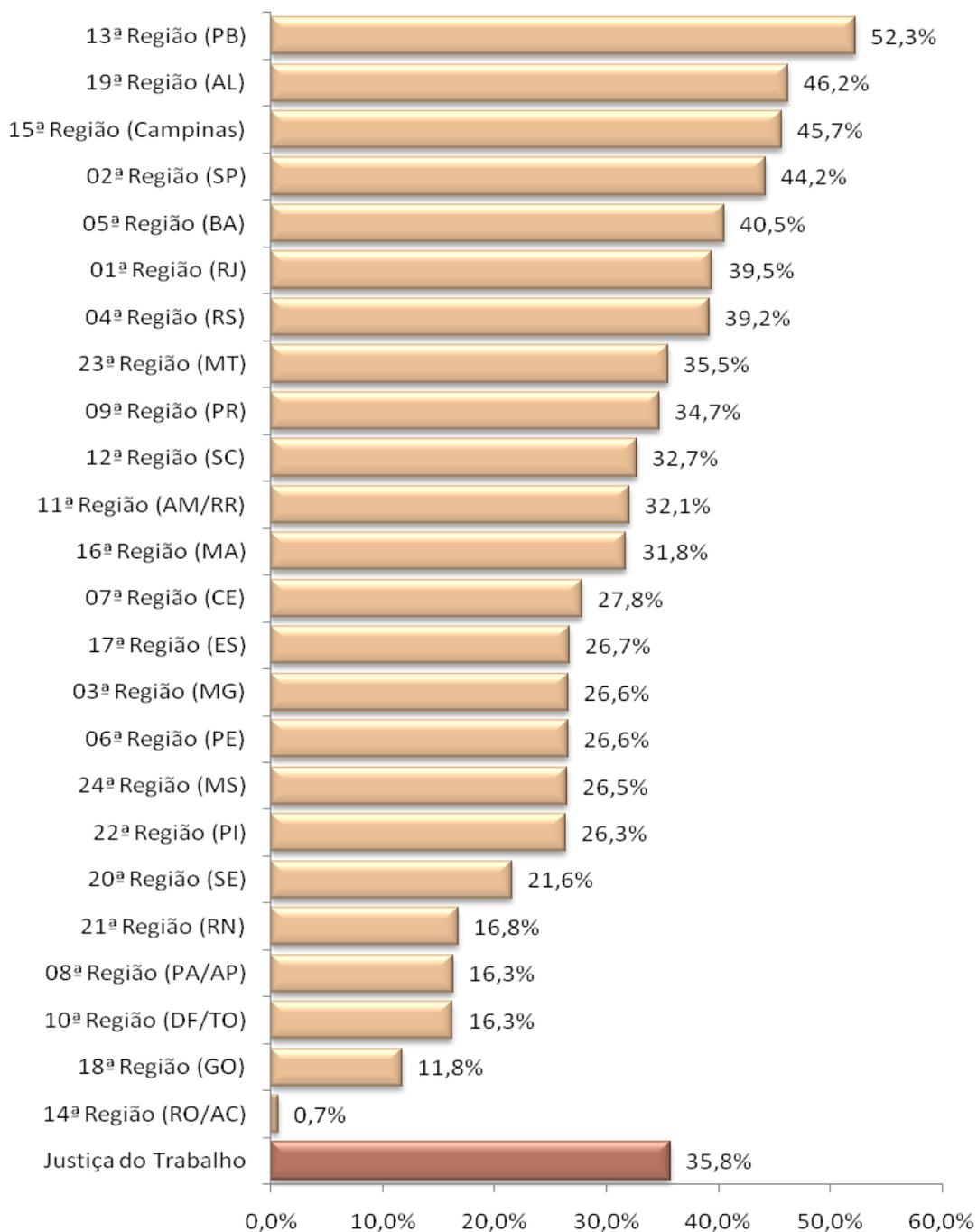
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.287	198.588	211.661	39,5%
02ª Região (SP)	295.264	330.364	199.147	44,2%
03ª Região (MG)	231.417	230.202	85.225	26,6%
04ª Região (RS)	124.592	125.455	79.600	39,2%
05ª Região (BA)	111.483	106.802	80.682	40,5%
06ª Região (PE)	82.462	88.356	23.961	26,6%
07ª Região (CE)	40.414	40.971	15.009	27,8%
08ª Região (PA/AP)	71.826	71.686	14.134	16,3%
09ª Região (PR)	117.583	116.391	63.760	34,7%
10ª Região (DF/TO)	50.427	47.333	12.881	16,3%
11ª Região (AM/RR)	48.735	51.048	20.707	32,1%
12ª Região (SC)	63.942	63.973	31.068	32,7%
13ª Região (PB)	23.064	20.870	27.463	52,3%
14ª Região (RO/AC)	28.506	25.389	3.307	0,7%
15ª Região (Campinas)	222.608	232.733	176.938	45,7%
16ª Região (MA)	27.831	29.612	11.186	31,8%
17ª Região (ES)	29.673	29.087	11.381	26,7%
18ª Região (GO)	72.640	70.883	11.448	11,8%
19ª Região (AL)	26.603	26.415	23.047	46,2%
20ª Região (SE)	16.154	16.088	4.506	21,6%
21ª Região (RN)	29.428	22.925	12.441	16,8%
22ª Região (PI)	18.216	20.392	4.341	26,3%
23ª Região (MT)	26.307	29.496	11.271	35,5%
24ª Região (MS)	24.748	24.975	8.681	26,5%
Justiça do Trabalho	2.032.210	2.020.034	1.143.845	35,8%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

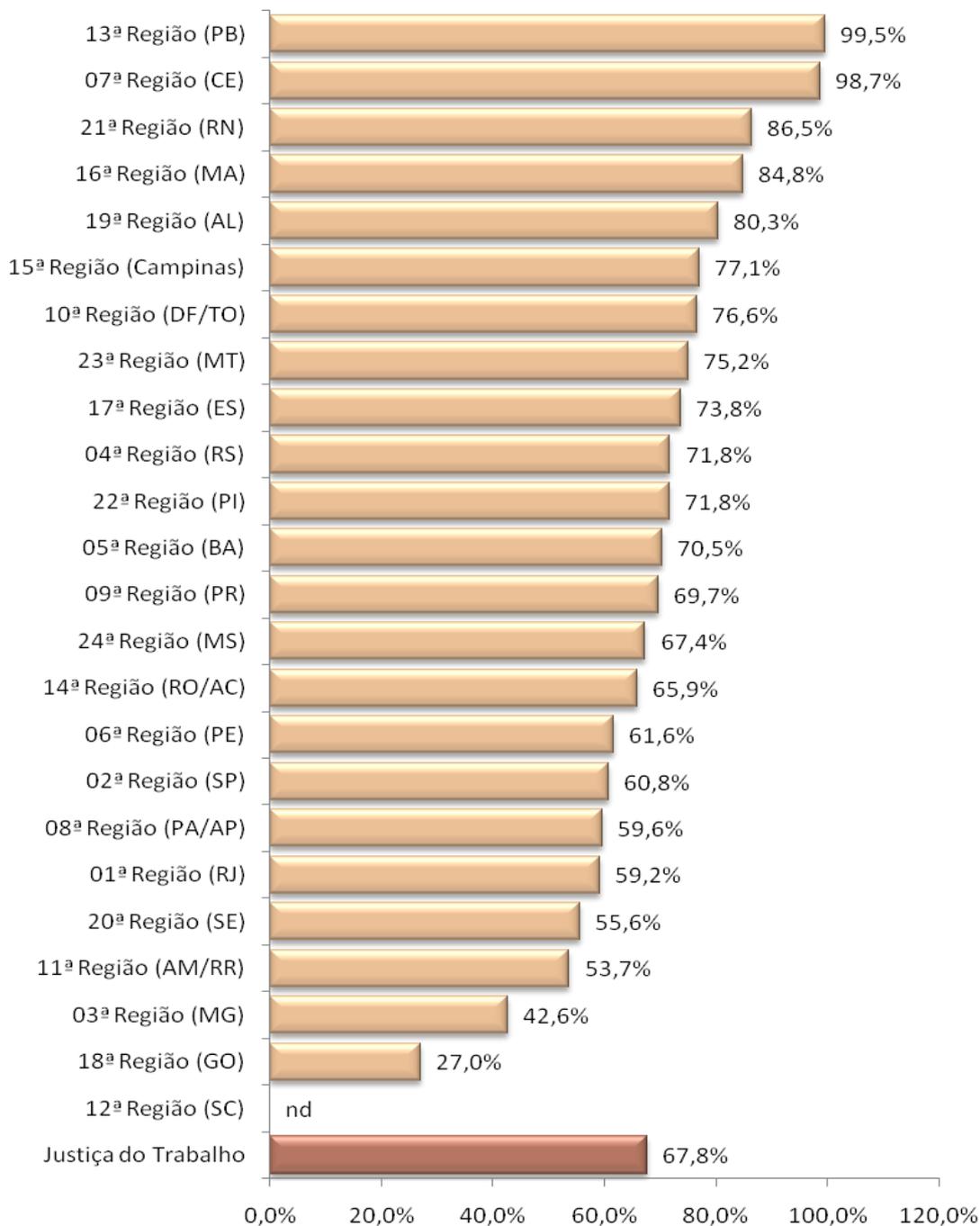
Tabela 2.36 - TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	95.771	43.050	191.627	59,2%
02ª Região (SP)	185.431	173.317	299.231	60,8%
03ª Região (MG)	86.277	54.728	95.661	42,6%
04ª Região (RS)	50.619	46.102	133.515	71,8%
05ª Região (BA)	52.976	26.381	152.961	70,5%
06ª Região (PE)	43.163	40.445	72.021	61,6%
07ª Região (CE)	854	21.943	44.988	98,7%
08ª Região (PA/AP)	17.906	16.927	27.354	59,6%
09ª Região (PR)	56.869	65.873	121.895	69,7%
10ª Região (DF/TO)	19.433	13.915	69.259	76,6%
11ª Região (AM/RR)	19.864	15.991	26.927	53,7%
12ª Região (SC)	1.145	23.333	nd	nd
13ª Região (PB)	218	8.490	39.142	99,5%
14ª Região (RO/AC)	8.673	9.764	15.642	65,9%
15ª Região (Campinas)	90.671	80.576	315.729	77,1%
16ª Região (MA)	6.602	9.132	34.301	84,8%
17ª Região (ES)	11.761	11.451	33.381	73,8%
18ª Região (GO)	35.616	15.859	32.956	27,0%
19ª Região (AL)	10.776	11.103	43.692	80,3%
20ª Região (SE)	10.657	10.095	13.912	55,6%
21ª Região (RN)	10.504	14.040	63.660	86,5%
22ª Região (PI)	7.405	6.961	19.288	71,8%
23ª Região (MT)	8.867	10.477	25.215	75,2%
24ª Região (MS)	8.134	6.798	18.118	67,4%
Justiça do Trabalho	840.192	736.751	1.890.475	67,8%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEx1º = 1 - (T BaixEx1º / (CnEx1º + CpEx1º))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T BaixEx1º = T BaixExt1º + T BaixJud1º$
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

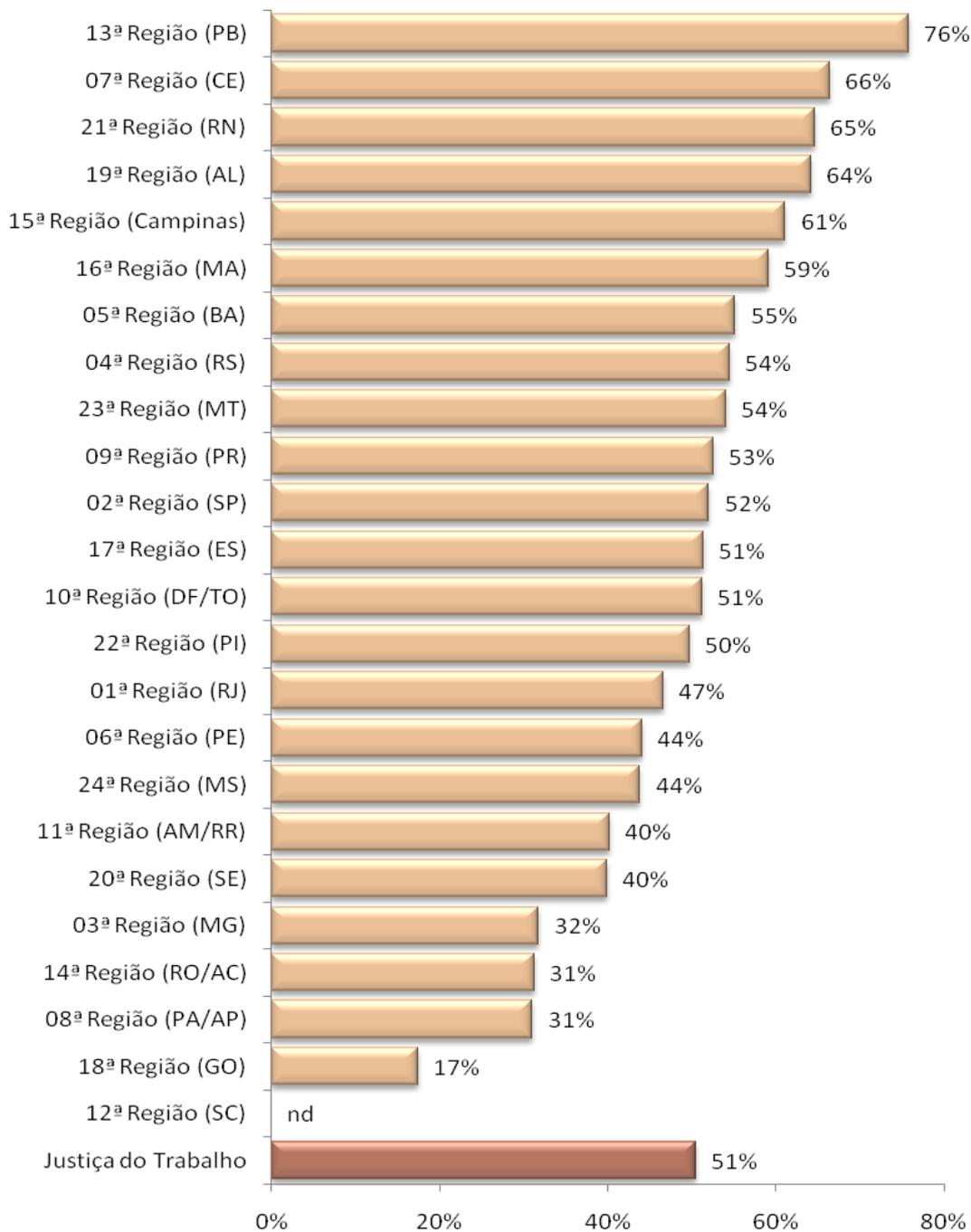
Tabela 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	344.058	241.638	403.288	47%
02ª Região (SP)	480.695	503.681	498.378	52%
03ª Região (MG)	317.694	284.930	180.886	32%
04ª Região (RS)	175.211	171.557	213.115	54%
05ª Região (BA)	164.459	133.183	233.643	55%
06ª Região (PE)	125.625	128.801	95.982	44%
07ª Região (CE)	41.268	62.914	59.997	66%
08ª Região (PA/AP)	89.732	88.613	41.488	31%
09ª Região (PR)	174.452	182.264	185.655	53%
10ª Região (DF/TO)	69.860	61.248	82.140	51%
11ª Região (AM/RR)	68.599	67.039	47.634	40%
12ª Região (SC)	65.087	87.306	31.068	nd
13ª Região (PB)	23.282	29.360	66.605	76%
14ª Região (RO/AC)	37.179	35.153	18.949	31%
15ª Região (Campinas)	313.279	313.309	492.667	61%
16ª Região (MA)	34.433	38.744	45.487	59%
17ª Região (ES)	41.434	40.538	44.762	51%
18ª Região (GO)	108.256	86.742	44.404	17%
19ª Região (AL)	37.379	37.518	66.739	64%
20ª Região (SE)	26.811	26.183	18.418	40%
21ª Região (RN)	39.932	36.965	76.101	65%
22ª Região (PI)	25.621	27.353	23.629	50%
23ª Região (MT)	35.174	39.973	36.486	54%
24ª Região (MS)	32.882	31.773	26.799	44%
Justiça do Trabalho	2.872.402	2.756.785	3.034.320	51%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula: $TC1 = 1 - (T\text{Baix}1 / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}1^{\circ} = T\text{Baix}C1^{\circ} + T\text{Baix}Ex1^{\circ}$
- $Cn1^{\circ} = CnC1^{\circ} + CnEx1^{\circ}$
- $Cp1^{\circ} = CpC1^{\circ} + CpEx1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

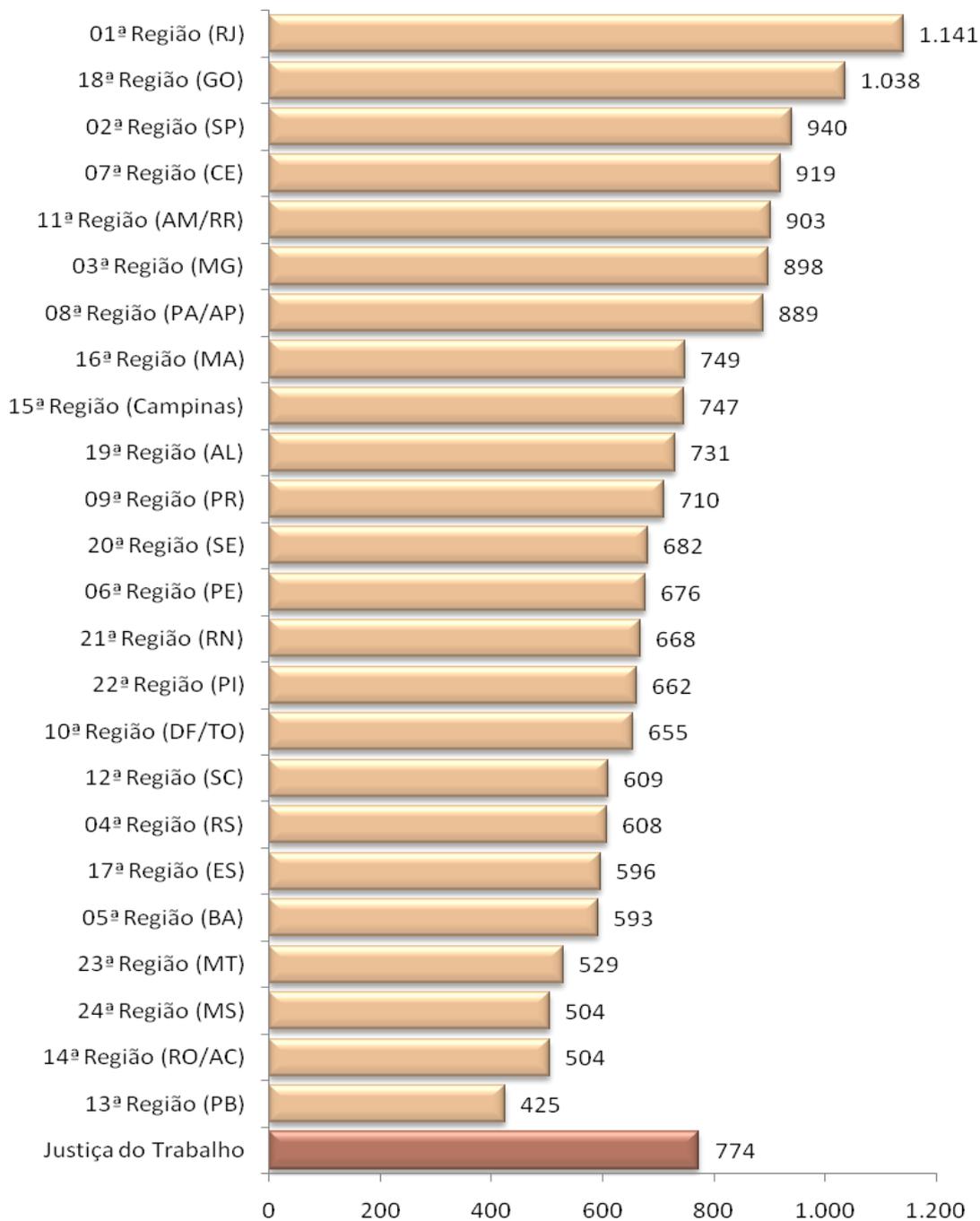
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.734	218	1.141
02ª Região (SP)	295.264	314	940
03ª Região (MG)	222.767	248	898
04ª Região (RS)	124.592	205	608
05ª Região (BA)	103.778	175	593
06ª Região (PE)	82.462	122	676
07ª Região (CE)	40.456	44	919
08ª Região (PA/AP)	72.007	81	889
09ª Região (PR)	118.624	167	710
10ª Região (DF/TO)	50.427	77	655
11ª Região (AM/RR)	48.735	54	903
12ª Região (SC)	63.942	105	609
13ª Região (PB)	24.197	57	425
14ª Região (RO/AC)	25.202	50	504
15ª Região (Campinas)	235.963	316	747
16ª Região (MA)	29.941	40	749
17ª Região (ES)	30.416	51	596
18ª Região (GO)	71.591	69	1.038
19ª Região (AL)	27.045	37	731
20ª Região (SE)	15.695	23	682
21ª Região (RN)	20.051	30	668
22ª Região (PI)	15.881	24	662
23ª Região (MT)	29.651	56	529
24ª Região (MS)	24.718	49	504
Justiça do Trabalho	2.022.139	2.612	774

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1^\circ = \text{SentC}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

- $\text{Mag}1^\circ = \text{MagP}1^\circ - \text{MagAj}1^\circ$

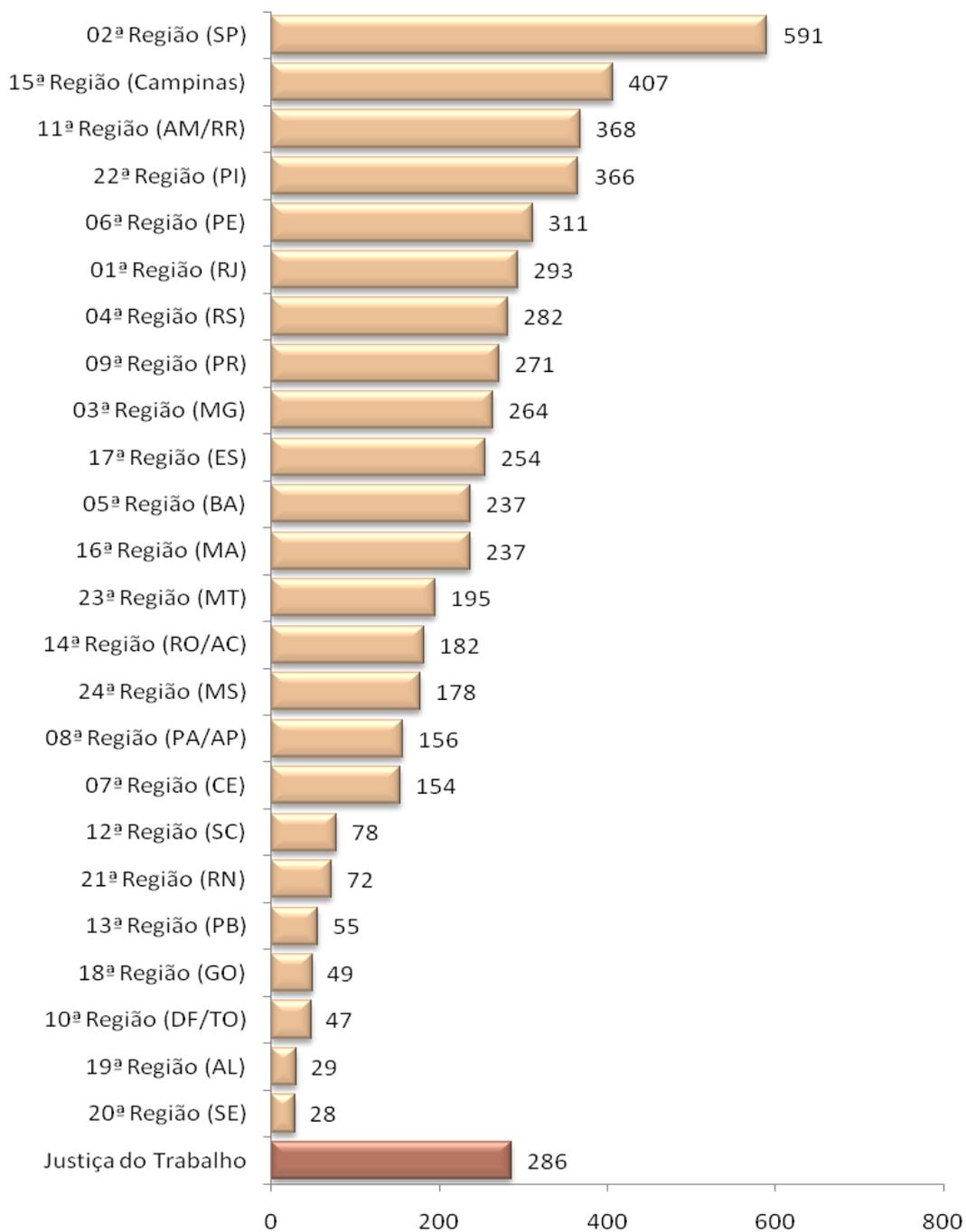
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	63.823	218	293
02ª Região (SP)	185.431	314	591
03ª Região (MG)	65.362	248	264
04ª Região (RS)	57.833	205	282
05ª Região (BA)	41.461	175	237
06ª Região (PE)	37.946	122	311
07ª Região (CE)	6.763	44	154
08ª Região (PA/AP)	12.665	81	156
09ª Região (PR)	45.231	167	271
10ª Região (DF/TO)	3.623	77	47
11ª Região (AM/RR)	19.864	54	368
12ª Região (SC)	8.157	105	78
13ª Região (PB)	3.154	57	55
14ª Região (RO/AC)	9.076	50	182
15ª Região (Campinas)	128.609	316	407
16ª Região (MA)	9.460	40	237
17ª Região (ES)	12.959	51	254
18ª Região (GO)	3.369	69	49
19ª Região (AL)	1.079	37	29
20ª Região (SE)	639	23	28
21ª Região (RN)	2.155	30	72
22ª Região (PI)	8.776	24	366
23ª Região (MT)	10.934	56	195
24ª Região (MS)	8.700	49	178
Justiça do Trabalho	747.069	2.612	286

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMEEx1^\circ = SentEx1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

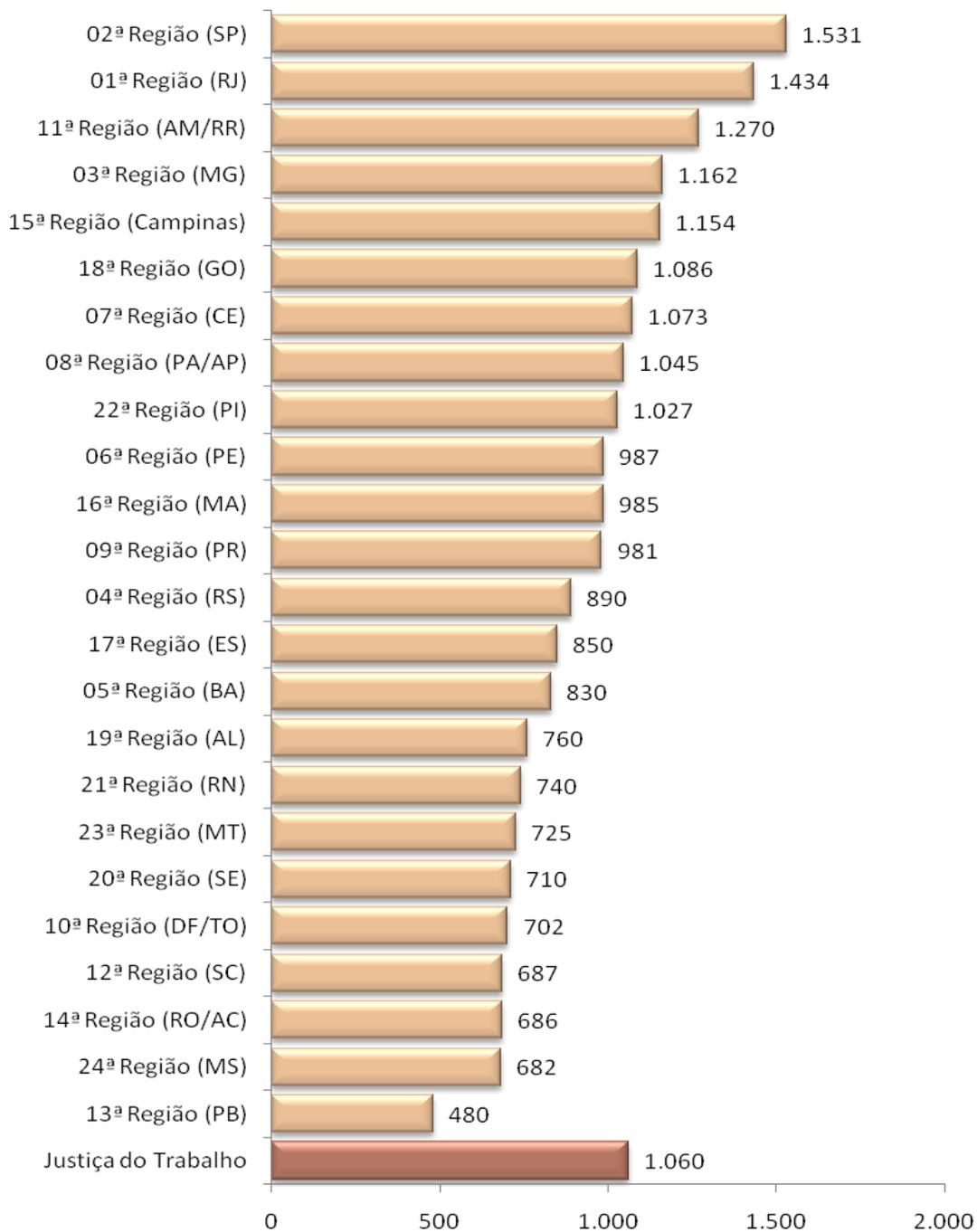
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.141	293	1.434
02ª Região (SP)	940	591	1.531
03ª Região (MG)	898	264	1.162
04ª Região (RS)	608	282	890
05ª Região (BA)	593	237	830
06ª Região (PE)	676	311	987
07ª Região (CE)	919	154	1.073
08ª Região (PA/AP)	889	156	1.045
09ª Região (PR)	710	271	981
10ª Região (DF/TO)	655	47	702
11ª Região (AM/RR)	903	368	1.270
12ª Região (SC)	609	78	687
13ª Região (PB)	425	55	480
14ª Região (RO/AC)	504	182	686
15ª Região (Campinas)	747	407	1.154
16ª Região (MA)	749	237	985
17ª Região (ES)	596	254	850
18ª Região (GO)	1.038	49	1.086
19ª Região (AL)	731	29	760
20ª Região (SE)	682	28	710
21ª Região (RN)	668	72	740
22ª Região (PI)	662	366	1.027
23ª Região (MT)	529	195	725
24ª Região (MS)	504	178	682
Justiça do Trabalho	774	286	1.060

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula: $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1º = \text{SentC1º} / \text{Mag1º}$
- $SMEx1º = \text{SentEx1º} / \text{Mag1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

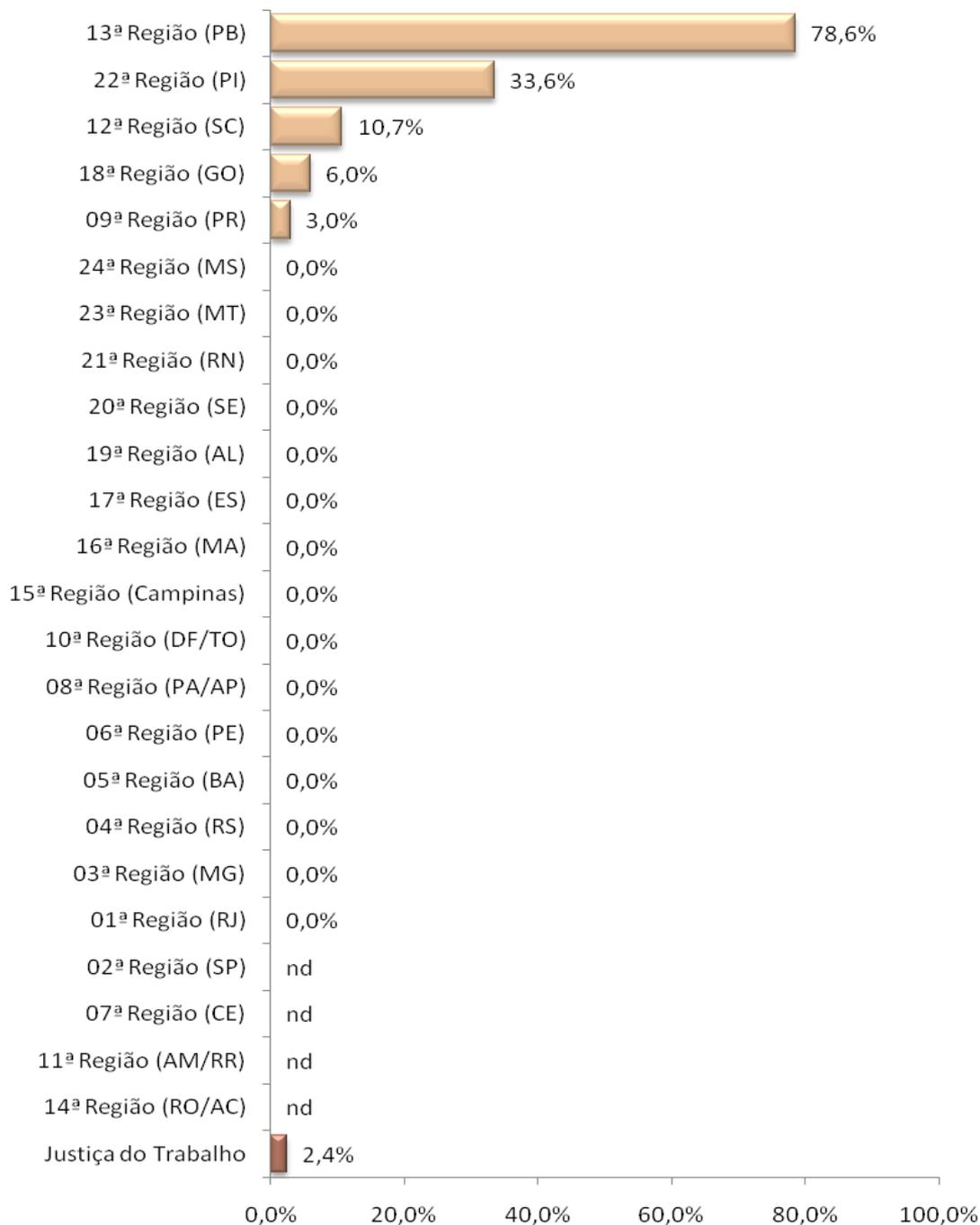
Tabela 2.41 - ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região (RJ)	0	198.588	1.014	0,0%
02ª Região (SP)	0	330.364	nd	nd
03ª Região (MG)	0	230.202	2.383	0,0%
04ª Região (RS)	0	125.455	1.376	0,0%
05ª Região (BA)	0	106.802	777	0,0%
06ª Região (PE)	0	88.356	1.182	0,0%
07ª Região (CE)	nd	40.971	1.043	nd
08ª Região (PA/AP)	0	71.686	443	0,0%
09ª Região (PR)	3.799	116.391	10.448	3,0%
10ª Região (DF/TO)	0	47.333	236	0,0%
11ª Região (AM/RR)	nd	51.048	2.090	nd
12ª Região (SC)	6.965	63.973	1.067	10,7%
13ª Região (PB)	16.565	20.870	204	78,6%
14ª Região (RO/AC)	nd	25.389	108	nd
15ª Região (Campinas)	0	232.733	3.275	0,0%
16ª Região (MA)	0	29.612	221	0,0%
17ª Região (ES)	0	29.087	432	0,0%
18ª Região (GO)	4.340	70.883	907	6,0%
19ª Região (AL)	0	26.415	151	0,0%
20ª Região (SE)	0	16.088	81	0,0%
21ª Região (RN)	0	22.925	294	0,0%
22ª Região (PI)	6.917	20.392	219	33,6%
23ª Região (MT)	0	29.496	405	0,0%
24ª Região (MS)	0	24.975	300	0,0%
Justiça do Trabalho	38.586	2.020.034	28.656	2,4%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.41 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / (\text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1}^\circ = \text{CnExtFisc1}^\circ + \text{CnExtNFisc1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

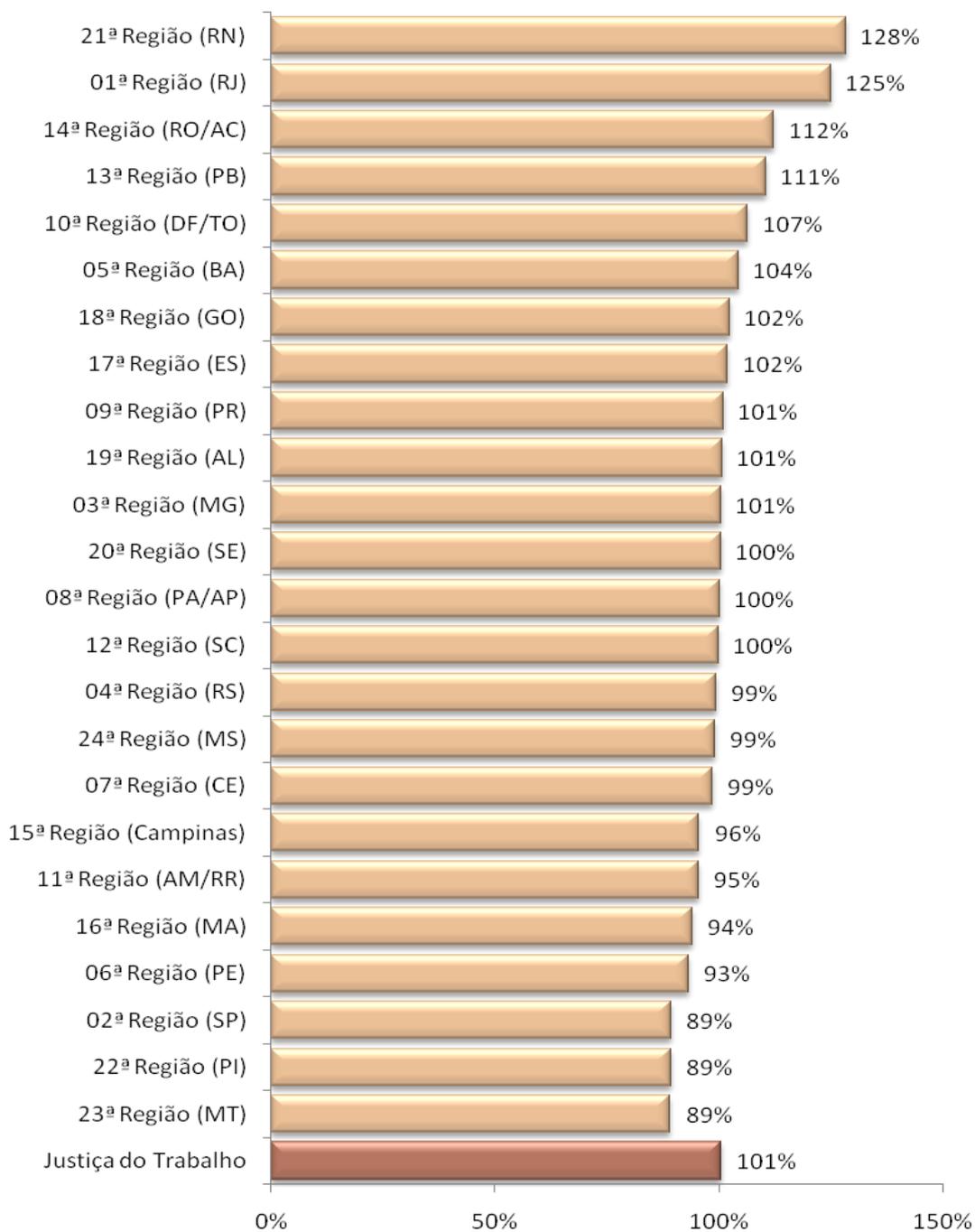
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.287	198.588	125%
02ª Região (SP)	295.264	330.364	89%
03ª Região (MG)	231.417	230.202	101%
04ª Região (RS)	124.592	125.455	99%
05ª Região (BA)	111.483	106.802	104%
06ª Região (PE)	82.462	88.356	93%
07ª Região (CE)	40.414	40.971	99%
08ª Região (PA/AP)	71.826	71.686	100%
09ª Região (PR)	117.583	116.391	101%
10ª Região (DF/TO)	50.427	47.333	107%
11ª Região (AM/RR)	48.735	51.048	95%
12ª Região (SC)	63.942	63.973	100%
13ª Região (PB)	23.064	20.870	111%
14ª Região (RO/AC)	28.506	25.389	112%
15ª Região (Campinas)	222.608	232.733	96%
16ª Região (MA)	27.831	29.612	94%
17ª Região (ES)	29.673	29.087	102%
18ª Região (GO)	72.640	70.883	102%
19ª Região (AL)	26.603	26.415	101%
20ª Região (SE)	16.154	16.088	100%
21ª Região (RN)	29.428	22.925	128%
22ª Região (PI)	18.216	20.392	89%
23ª Região (MT)	26.307	29.496	89%
24ª Região (MS)	24.748	24.975	99%
Justiça do Trabalho	2.032.210	2.020.034	101%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula: $TbCnC1^\circ = T\text{Baix}C1^\circ / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· T_{Baix}C1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

· CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

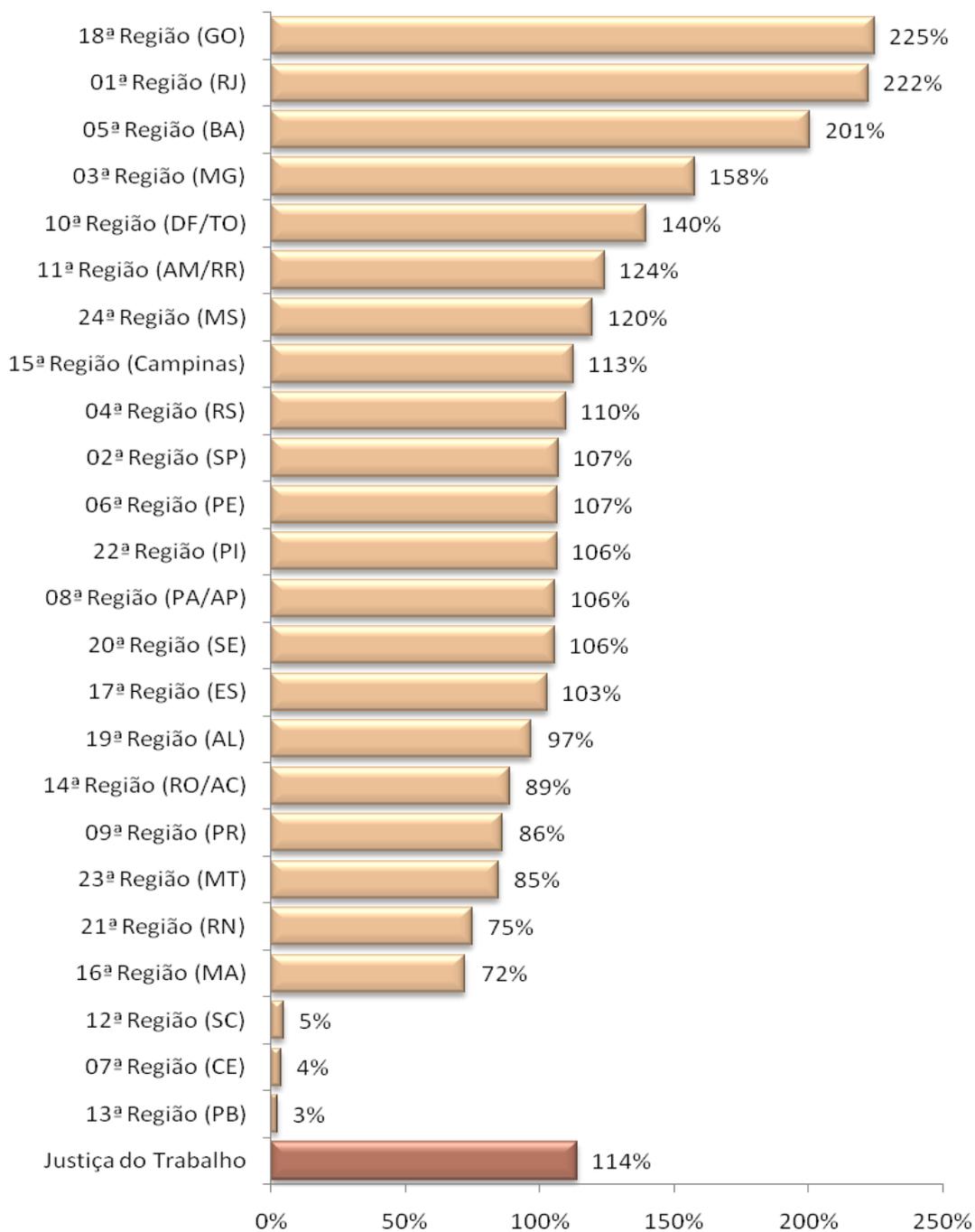
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	95.771	43.050	222%
02ª Região (SP)	185.431	173.317	107%
03ª Região (MG)	86.277	54.728	158%
04ª Região (RS)	50.619	46.102	110%
05ª Região (BA)	52.976	26.381	201%
06ª Região (PE)	43.163	40.445	107%
07ª Região (CE)	854	21.943	4%
08ª Região (PA/AP)	17.906	16.927	106%
09ª Região (PR)	56.869	65.873	86%
10ª Região (DF/TO)	19.433	13.915	140%
11ª Região (AM/RR)	19.864	15.991	124%
12ª Região (SC)	1.145	23.333	5%
13ª Região (PB)	218	8.490	3%
14ª Região (RO/AC)	8.673	9.764	89%
15ª Região (Campinas)	90.671	80.576	113%
16ª Região (MA)	6.602	9.132	72%
17ª Região (ES)	11.761	11.451	103%
18ª Região (GO)	35.616	15.859	225%
19ª Região (AL)	10.776	11.103	97%
20ª Região (SE)	10.657	10.095	106%
21ª Região (RN)	10.504	14.040	75%
22ª Região (PI)	7.405	6.961	106%
23ª Região (MT)	8.867	10.477	85%
24ª Região (MS)	8.134	6.798	120%
Justiça do Trabalho	840.192	736.751	114%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula: $TbCnEx1^\circ = T_{BaixEx1^\circ} / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixEx1^\circ} = T_{BaixExt1^\circ} + T_{BaixJud1^\circ}$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

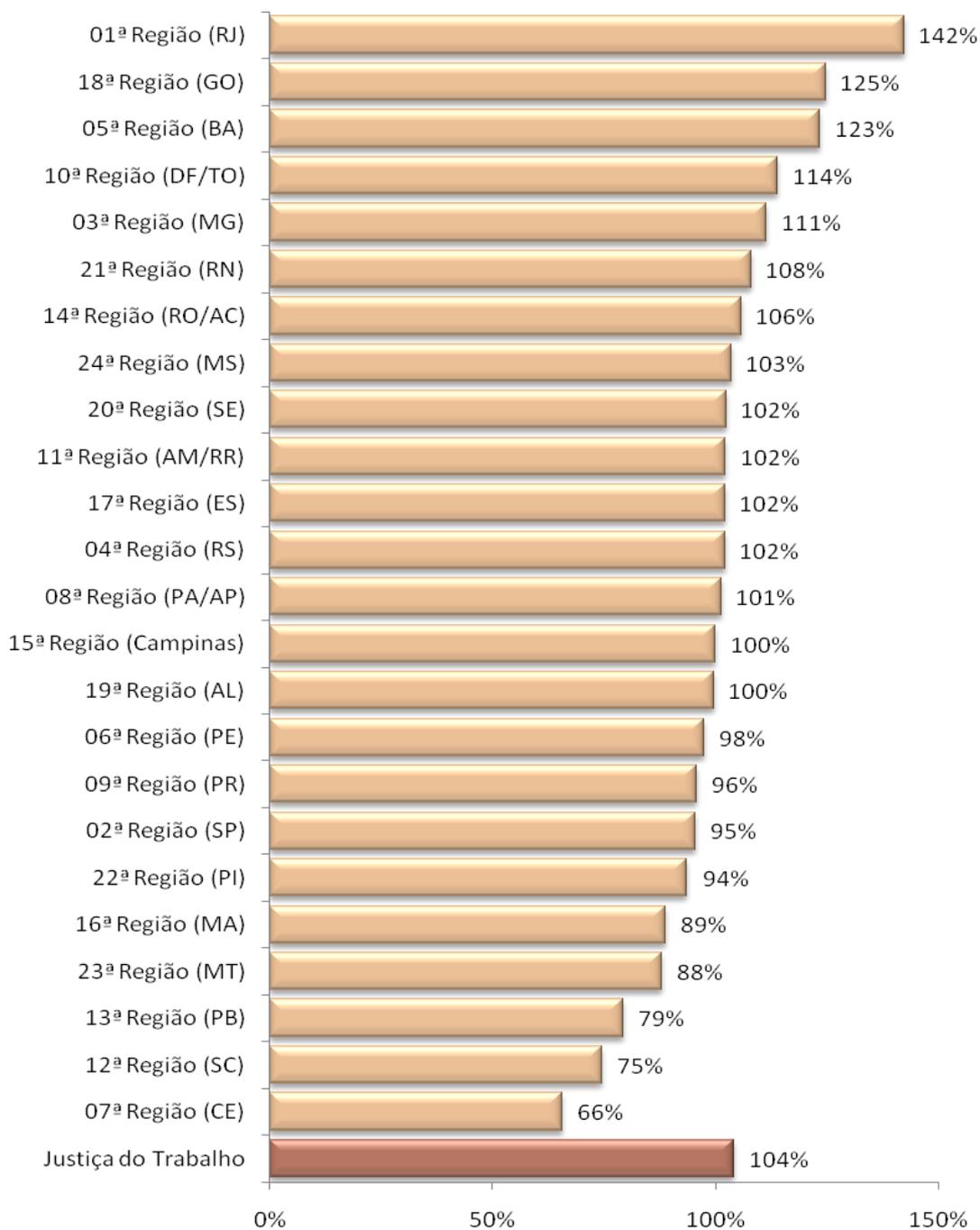
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.287	198.588	63.823	43.050	142%
02ª Região (SP)	295.264	330.364	185.431	173.317	95%
03ª Região (MG)	231.417	230.202	65.362	54.728	111%
04ª Região (RS)	124.592	125.455	57.833	46.102	102%
05ª Região (BA)	111.483	106.802	41.461	26.381	123%
06ª Região (PE)	82.462	88.356	37.946	40.445	98%
07ª Região (CE)	40.414	40.971	6.763	21.943	66%
08ª Região (PA/AP)	71.826	71.686	12.665	16.927	101%
09ª Região (PR)	117.583	116.391	45.231	65.873	96%
10ª Região (DF/TO)	50.427	47.333	3.623	13.915	114%
11ª Região (AM/RR)	48.735	51.048	19.864	15.991	102%
12ª Região (SC)	63.942	63.973	8.157	23.333	75%
13ª Região (PB)	23.064	20.870	3.154	8.490	79%
14ª Região (RO/AC)	28.506	25.389	9.076	9.764	106%
15ª Região (Campinas)	222.608	232.733	128.609	80.576	100%
16ª Região (MA)	27.831	29.612	9.460	9.132	89%
17ª Região (ES)	29.673	29.087	12.959	11.451	102%
18ª Região (GO)	72.640	70.883	3.369	15.859	125%
19ª Região (AL)	26.603	26.415	1.079	11.103	100%
20ª Região (SE)	16.154	16.088	639	10.095	102%
21ª Região (RN)	29.428	22.925	2.155	14.040	108%
22ª Região (PI)	18.216	20.392	8.776	6.961	94%
23ª Região (MT)	26.307	29.496	10.934	10.477	88%
24ª Região (MS)	24.748	24.975	8.700	6.798	103%
Justiça do Trabalho	2.032.210	2.020.034	747.069	736.751	104%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Fórmula: $TbCn1º = (TBaixC1º + TBaixEx1º) / (CnC1º + CnEx1º)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $SentEx1º = SentExt1º + SentJud1º$
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$

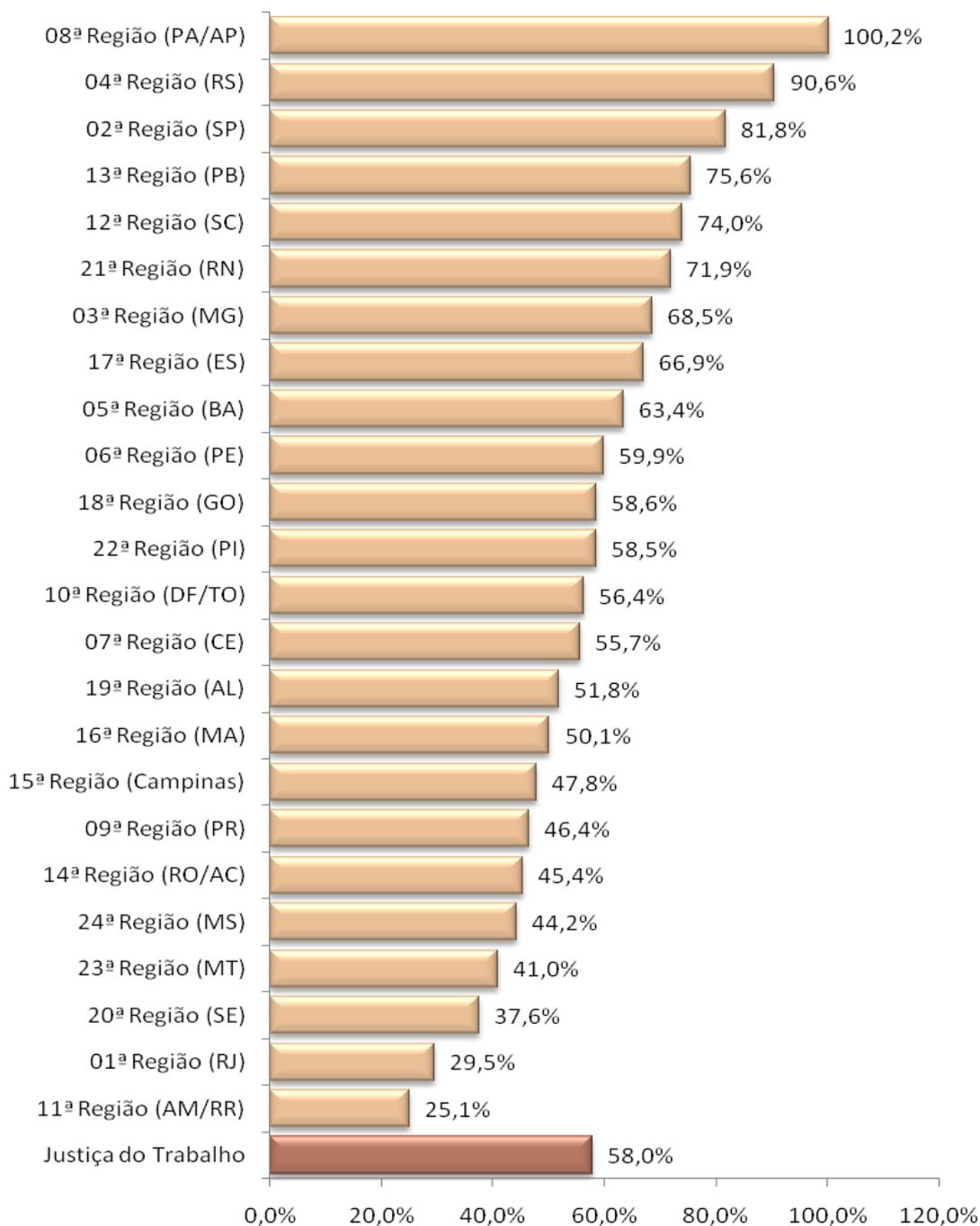
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau	SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	36.779	124.713	29,5%
02ª Região (SP)	93.187	113.938	81,8%
03ª Região (MG)	58.508	85.417	68,5%
04ª Região (RS)	51.491	56.839	90,6%
05ª Região (BA)	29.148	45.949	63,4%
06ª Região (PE)	19.050	31.788	59,9%
07ª Região (CE)	8.872	15.929	55,7%
08ª Região (PA/AP)	12.461	12.433	100,2%
09ª Região (PR)	23.589	50.807	46,4%
10ª Região (DF/TO)	13.653	24.213	56,4%
11ª Região (AM/RR)	5.994	23.898	25,1%
12ª Região (SC)	19.930	26.917	74,0%
13ª Região (PB)	7.843	10.378	75,6%
14ª Região (RO/AC)	4.520	9.953	45,4%
15ª Região (Campinas)	65.398	136.921	47,8%
16ª Região (MA)	7.963	15.881	50,1%
17ª Região (ES)	10.412	15.552	66,9%
18ª Região (GO)	12.896	21.996	58,6%
19ª Região (AL)	3.937	7.605	51,8%
20ª Região (SE)	3.211	8.542	37,6%
21ª Região (RN)	7.541	10.485	71,9%
22ª Região (PI)	6.492	11.088	58,5%
23ª Região (MT)	5.277	12.882	41,0%
24ª Região (MS)	4.986	11.270	44,2%
Justiça do Trabalho	513.138	885.394	58,0%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula: $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

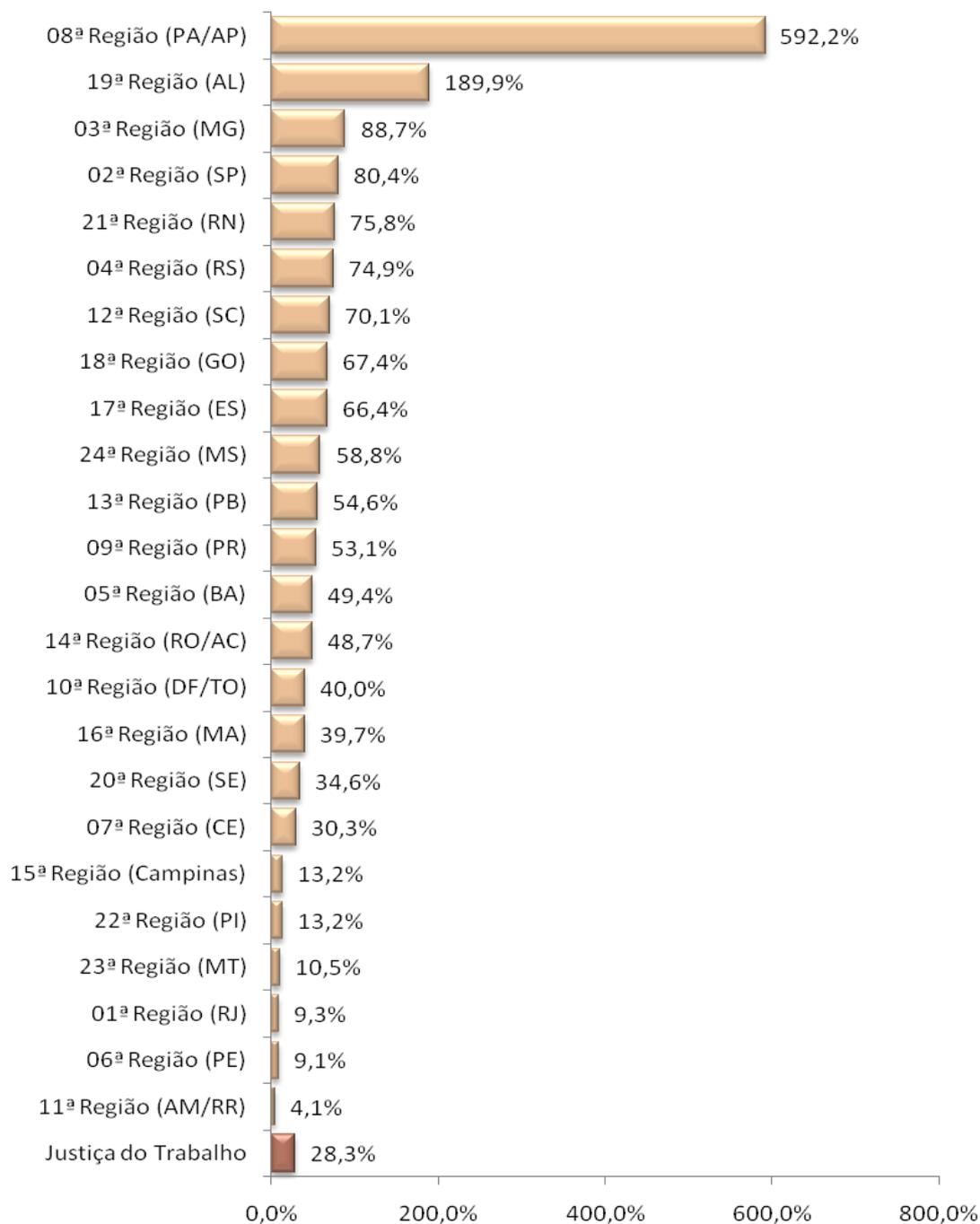
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tabela 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	AP1º - Agravos de Petição	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	5.904	63.823	9,3%
02ª Região (SP)	18.373	22.861	80,4%
03ª Região (MG)	14.322	16.150	88,7%
04ª Região (RS)	9.827	13.116	74,9%
05ª Região (BA)	5.819	11.788	49,4%
06ª Região (PE)	3.907	43.125	9,1%
07ª Região (CE)	641	2.115	30,3%
08ª Região (PA/AP)	1.972	333	592,2%
09ª Região (PR)	7.508	14.145	53,1%
10ª Região (DF/TO)	1.809	4.528	40,0%
11ª Região (AM/RR)	756	18.365	4,1%
12ª Região (SC)	5.673	8.095	70,1%
13ª Região (PB)	959	1.755	54,6%
14ª Região (RO/AC)	425	872	48,7%
15ª Região (Campinas)	17.005	128.609	13,2%
16ª Região (MA)	878	2.211	39,7%
17ª Região (ES)	2.513	3.786	66,4%
18ª Região (GO)	2.344	3.477	67,4%
19ª Região (AL)	2.060	1.085	189,9%
20ª Região (SE)	318	918	34,6%
21ª Região (RN)	2.074	2.736	75,8%
22ª Região (PI)	1.108	8.411	13,2%
23ª Região (MT)	691	6.583	10,5%
24ª Região (MS)	682	1.160	58,8%
Justiça do Trabalho	107.568	380.047	28,3%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau



Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula: $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

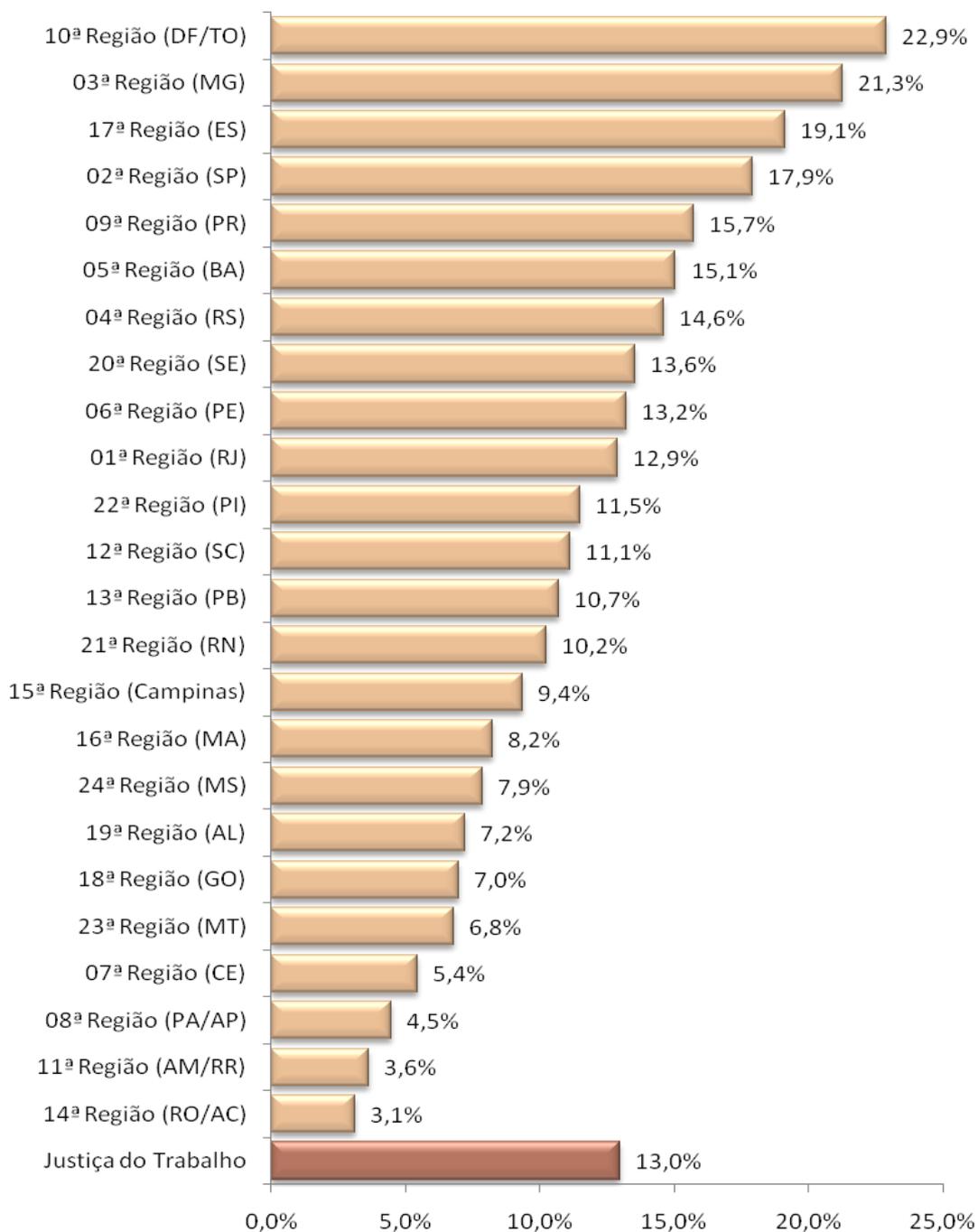
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tabela 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau
01ª Região (RJ)	31.190	242.130	12,9%
02ª Região (SP)	52.911	295.264	17,9%
03ª Região (MG)	29.547	138.967	21,3%
04ª Região (RS)	18.222	124.592	14,6%
05ª Região (BA)	15.833	105.155	15,1%
06ª Região (PE)	10.606	80.236	13,2%
07ª Região (CE)	2.238	41.100	5,4%
08ª Região (PA/AP)	3.214	72.008	4,5%
09ª Região (PR)	18.838	119.683	15,7%
10ª Região (DF/TO)	6.062	26.492	22,9%
11ª Região (AM/RR)	1.770	48.735	3,6%
12ª Região (SC)	7.176	64.473	11,1%
13ª Região (PB)	2.282	21.278	10,7%
14ª Região (RO/AC)	791	25.451	3,1%
15ª Região (Campinas)	22.068	235.963	9,4%
16ª Região (MA)	2.520	30.564	8,2%
17ª Região (ES)	6.044	31.578	19,1%
18ª Região (GO)	5.015	71.591	7,0%
19ª Região (AL)	1.891	26.191	7,2%
20ª Região (SE)	2.085	15.380	13,6%
21ª Região (RN)	2.375	23.214	10,2%
22ª Região (PI)	2.272	19.797	11,5%
23ª Região (MT)	2.045	30.099	6,8%
24ª Região (MS)	1.984	25.242	7,9%
Justiça do Trabalho	248.979	1.915.183	13,0%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

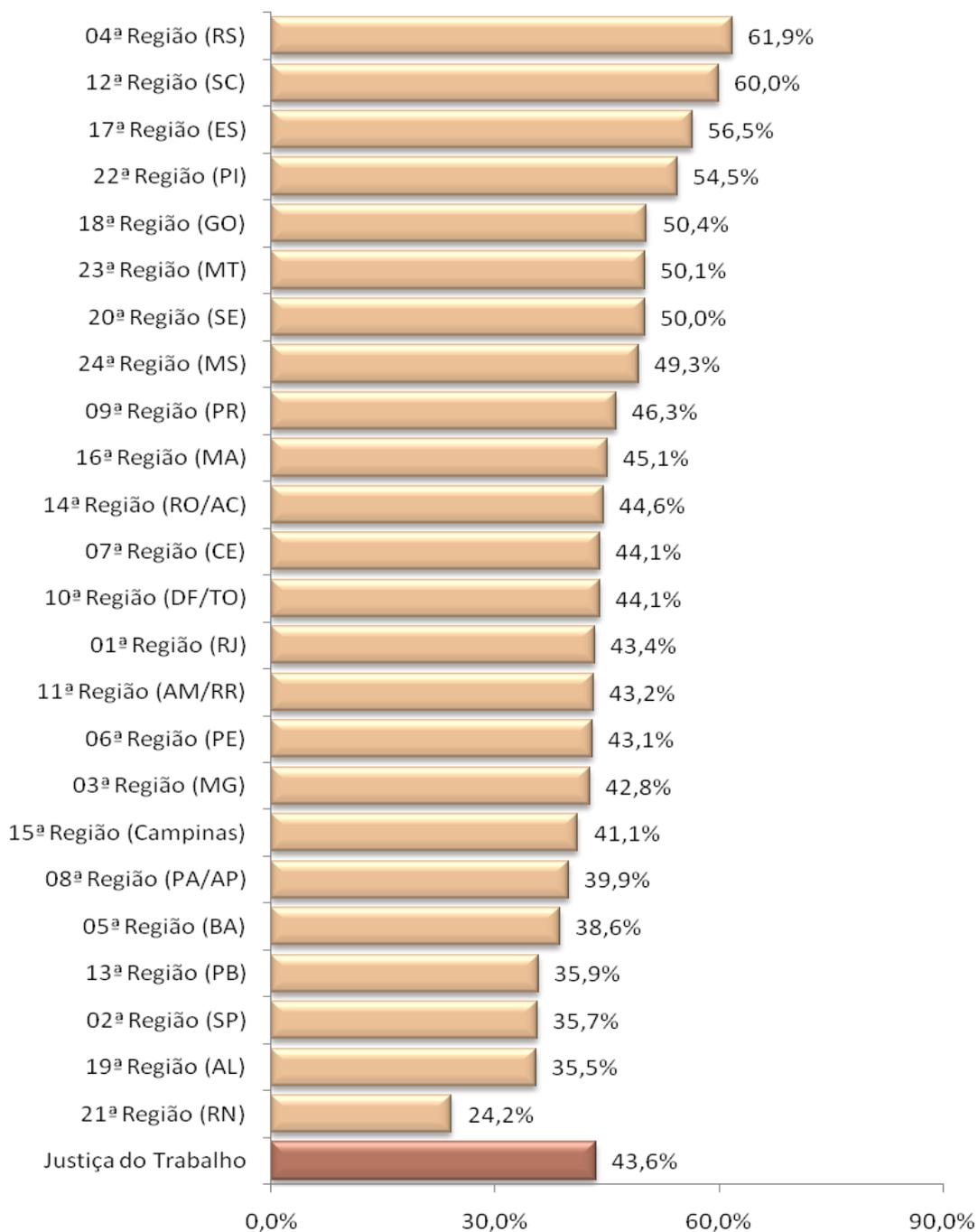
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tabela 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)	Rj1º - Recursos julgados pelo TRT	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
01ª Região (RJ)	18.055	41.592	43,4%
02ª Região (SP)	42.908	120.349	35,7%
03ª Região (MG)	24.738	57.813	42,8%
04ª Região (RS)	29.896	48.307	61,9%
05ª Região (BA)	11.058	28.613	38,6%
06ª Região (PE)	8.484	19.696	43,1%
07ª Região (CE)	3.843	8.707	44,1%
08ª Região (PA/AP)	4.642	11.628	39,9%
09ª Região (PR)	13.732	29.678	46,3%
10ª Região (DF/TO)	5.604	12.709	44,1%
11ª Região (AM/RR)	2.227	5.154	43,2%
12ª Região (SC)	12.098	20.167	60,0%
13ª Região (PB)	3.231	9.009	35,9%
14ª Região (RO/AC)	1.840	4.128	44,6%
15ª Região (Campinas)	25.955	63.105	41,1%
16ª Região (MA)	2.687	5.952	45,1%
17ª Região (ES)	6.372	11.282	56,5%
18ª Região (GO)	6.877	13.658	50,4%
19ª Região (AL)	1.985	5.596	35,5%
20ª Região (SE)	2.022	4.041	50,0%
21ª Região (RN)	2.997	12.383	24,2%
22ª Região (PI)	2.985	5.477	54,5%
23ª Região (MT)	2.771	5.530	50,1%
24ª Região (MS)	2.982	6.048	49,3%
Justiça do Trabalho	239.989	550.622	43,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ)$

· Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

$Rj1^\circ = (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

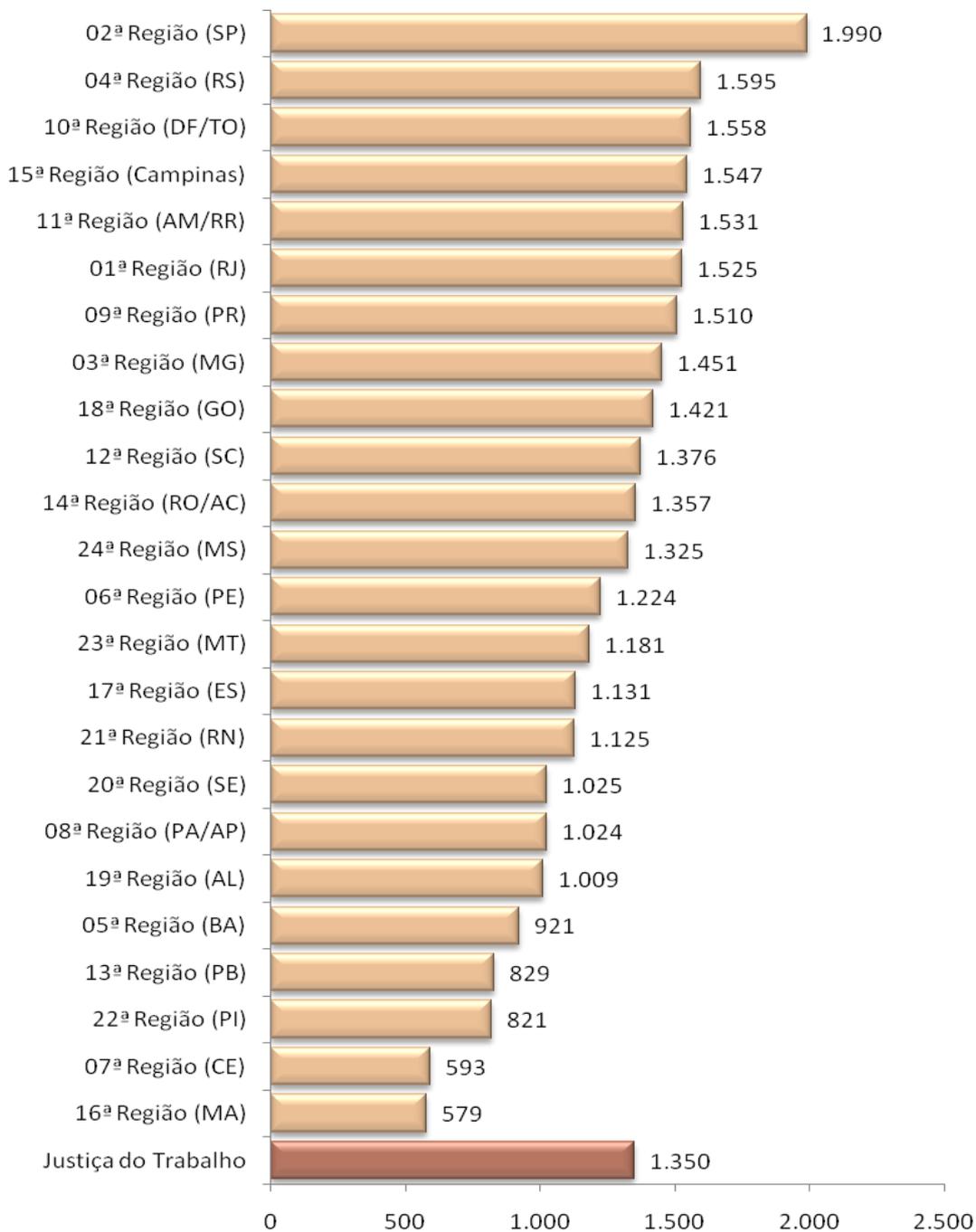
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	246.234	161	1.525
02ª Região (SP)	423.557	213	1.990
03ª Região (MG)	293.295	202	1.451
04ª Região (RS)	174.989	110	1.595
05ª Região (BA)	135.966	148	921
06ª Região (PE)	108.714	89	1.224
07ª Região (CE)	51.218	86	593
08ª Região (PA/AP)	83.689	82	1.024
09ª Região (PR)	162.749	108	1.510
10ª Região (DF/TO)	61.636	40	1.558
11ª Região (AM/RR)	59.293	39	1.531
12ª Região (SC)	85.027	62	1.376
13ª Região (PB)	31.462	38	829
14ª Região (RO/AC)	30.060	22	1.357
15ª Região (Campinas)	316.463	205	1.547
16ª Região (MA)	37.199	64	579
17ª Região (ES)	39.808	35	1.131
18ª Região (GO)	85.300	60	1.421
19ª Região (AL)	32.125	32	1.009
20ª Região (SE)	20.898	20	1.025
21ª Região (RN)	35.617	32	1.125
22ª Região (PI)	26.021	32	821
23ª Região (MT)	35.956	30	1.181
24ª Região (MS)	31.594	24	1.325
Justiça do Trabalho	2.608.870	1.933	1.350

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

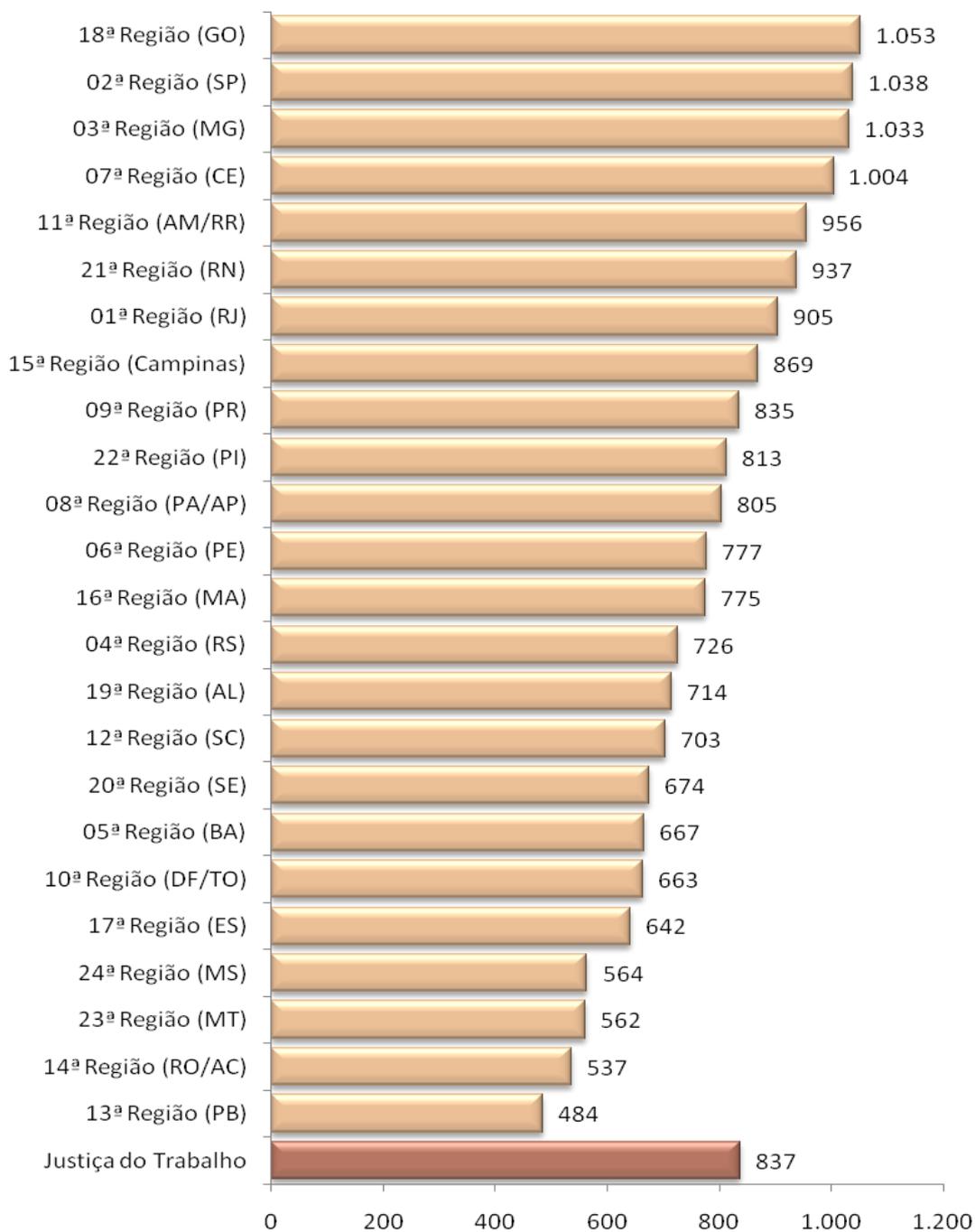
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
01ª Região (RJ)	246.234	272	905
02ª Região (SP)	423.557	408	1.038
03ª Região (MG)	293.295	284	1.033
04ª Região (RS)	174.989	241	726
05ª Região (BA)	135.966	204	667
06ª Região (PE)	108.714	140	777
07ª Região (CE)	51.218	51	1.004
08ª Região (PA/AP)	83.689	104	805
09ª Região (PR)	162.749	195	835
10ª Região (DF/TO)	61.636	93	663
11ª Região (AM/RR)	59.293	62	956
12ª Região (SC)	85.027	121	703
13ª Região (PB)	31.462	65	484
14ª Região (RO/AC)	30.060	56	537
15ª Região (Campinas)	316.463	364	869
16ª Região (MA)	37.199	48	775
17ª Região (ES)	39.808	62	642
18ª Região (GO)	85.300	81	1.053
19ª Região (AL)	32.125	45	714
20ª Região (SE)	20.898	31	674
21ª Região (RN)	35.617	38	937
22ª Região (PI)	26.021	32	813
23ª Região (MT)	35.956	64	562
24ª Região (MS)	31.594	56	564
Justiça do Trabalho	2.608.870	3.117	837

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

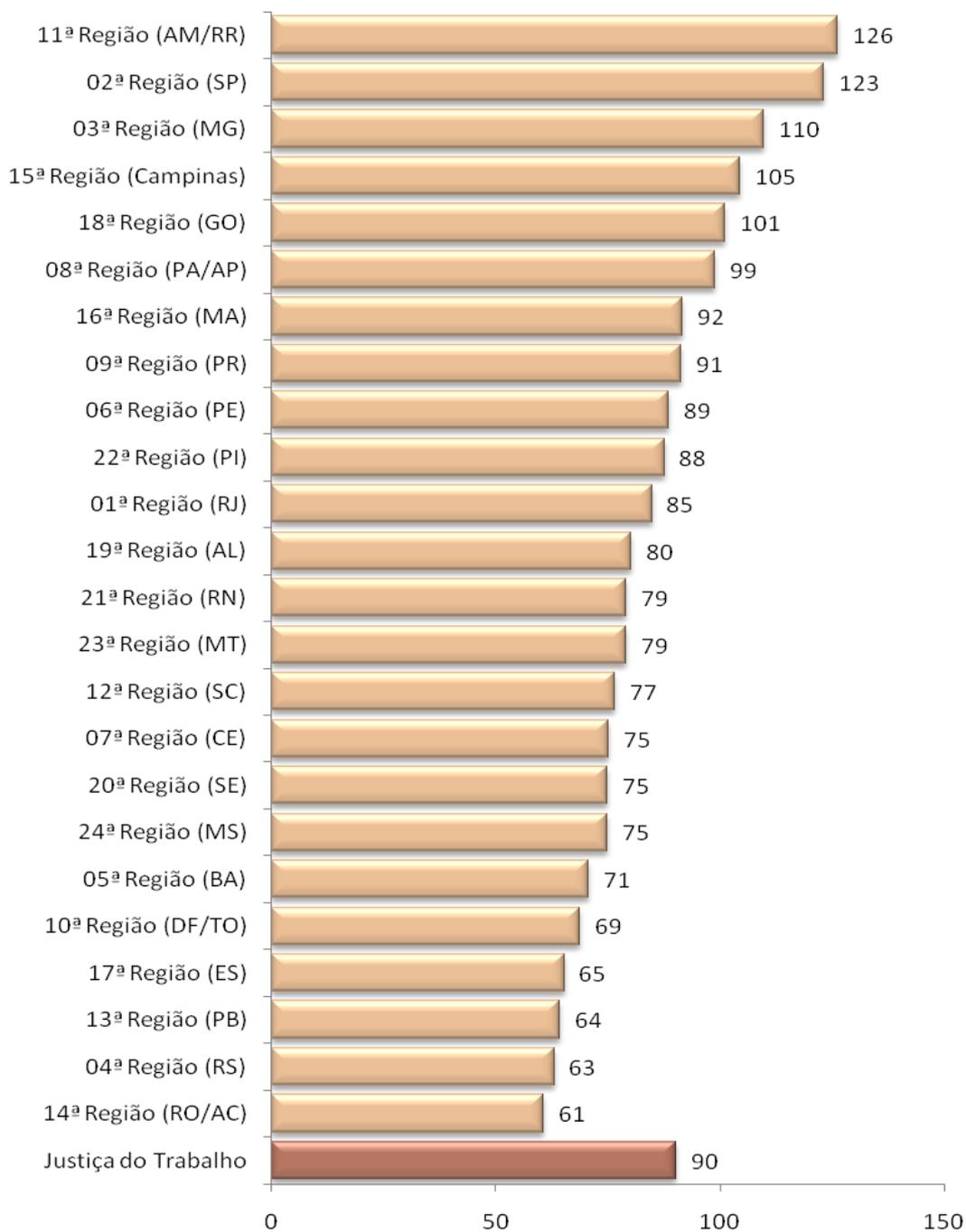
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
01ª Região (RJ)	246.234	2.904	85
02ª Região (SP)	423.557	3.442	123
03ª Região (MG)	293.295	2.675	110
04ª Região (RS)	174.989	2.776	63
05ª Região (BA)	135.966	1.924	71
06ª Região (PE)	108.714	1.226	89
07ª Região (CE)	51.218	682	75
08ª Região (PA/AP)	83.689	846	99
09ª Região (PR)	162.749	1.781	91
10ª Região (DF/TO)	61.636	897	69
11ª Região (AM/RR)	59.293	470	126
12ª Região (SC)	85.027	1.111	77
13ª Região (PB)	31.462	489	64
14ª Região (RO/AC)	30.060	495	61
15ª Região (Campinas)	316.463	3.028	105
16ª Região (MA)	37.199	406	92
17ª Região (ES)	39.808	610	65
18ª Região (GO)	85.300	844	101
19ª Região (AL)	32.125	401	80
20ª Região (SE)	20.898	279	75
21ª Região (RN)	35.617	450	79
22ª Região (PI)	26.021	297	88
23ª Região (MT)	35.956	455	79
24ª Região (MS)	31.594	422	75
Justiça do Trabalho	2.608.870	28.910	90

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

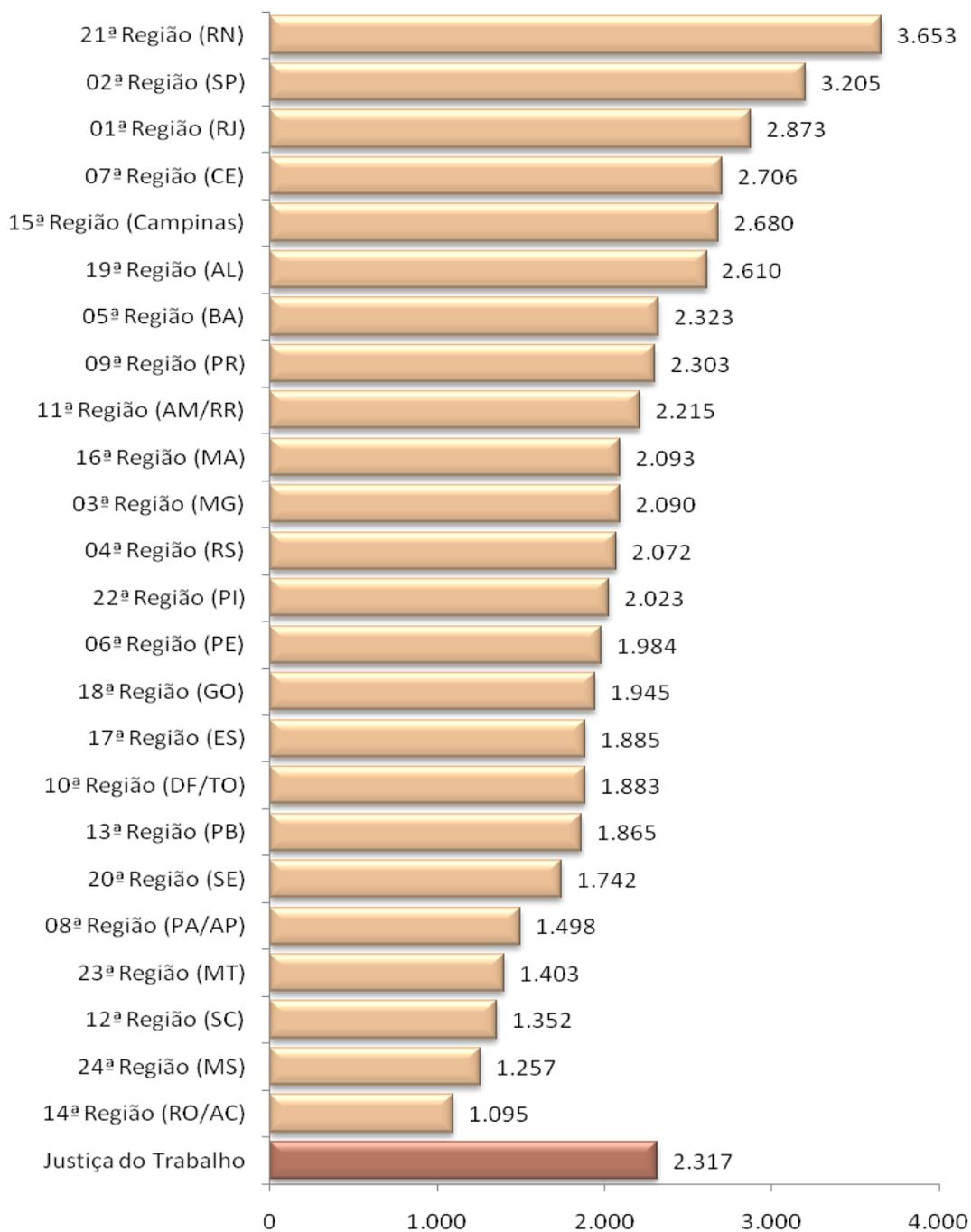
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
01ª Região (RJ)	288.270	418.250	56.109	18.878	272	2.873
02ª Região (SP)	596.874	602.149	97.792	10.664	408	3.205
03ª Região (MG)	345.640	192.135	53.268	2.547	284	2.090
04ª Região (RS)	219.715	227.026	41.939	10.653	241	2.072
05ª Região (BA)	161.570	253.115	33.276	25.837	204	2.323
06ª Região (PE)	147.977	102.548	20.993	6.193	140	1.984
07ª Região (CE)	72.118	61.961	3.458	485	51	2.706
08ª Região (PA/AP)	100.173	44.560	8.398	2.668	104	1.498
09ª Região (PR)	218.174	195.047	33.885	1.899	195	2.303
10ª Região (DF/TO)	75.315	83.164	11.819	4.855	93	1.883
11ª Região (AM/RR)	73.194	50.823	7.981	5.331	62	2.215
12ª Região (SC)	107.293	37.290	17.545	1.488	121	1.352
13ª Região (PB)	39.748	73.595	5.929	1.932	65	1.865
14ª Região (RO/AC)	39.716	19.054	2.284	240	56	1.095
15ª Região (Campinas)	393.764	512.856	50.095	18.889	364	2.680
16ª Região (MA)	46.110	47.946	4.774	1.653	48	2.093
17ª Região (ES)	50.827	50.278	12.937	2.851	62	1.885
18ª Região (GO)	100.252	46.480	10.070	753	81	1.945
19ª Região (AL)	43.077	69.672	4.159	561	45	2.610
20ª Região (SE)	30.912	18.625	3.859	592	31	1.742
21ª Região (RN)	49.363	81.588	6.078	1.801	38	3.653
22ª Região (PI)	32.763	25.350	5.774	837	32	2.023
23ª Região (MT)	46.028	37.350	3.716	2.677	64	1.403
24ª Região (MS)	38.092	28.056	4.167	77	56	1.257
Justiça do Trabalho	3.316.965	3.278.918	500.305	124.361	3.117	2.317

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1$
- $Cp = Cp2 + Cp1$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExp1$
- $Mag = MagP2º + MagP1º - MagAJ1º$

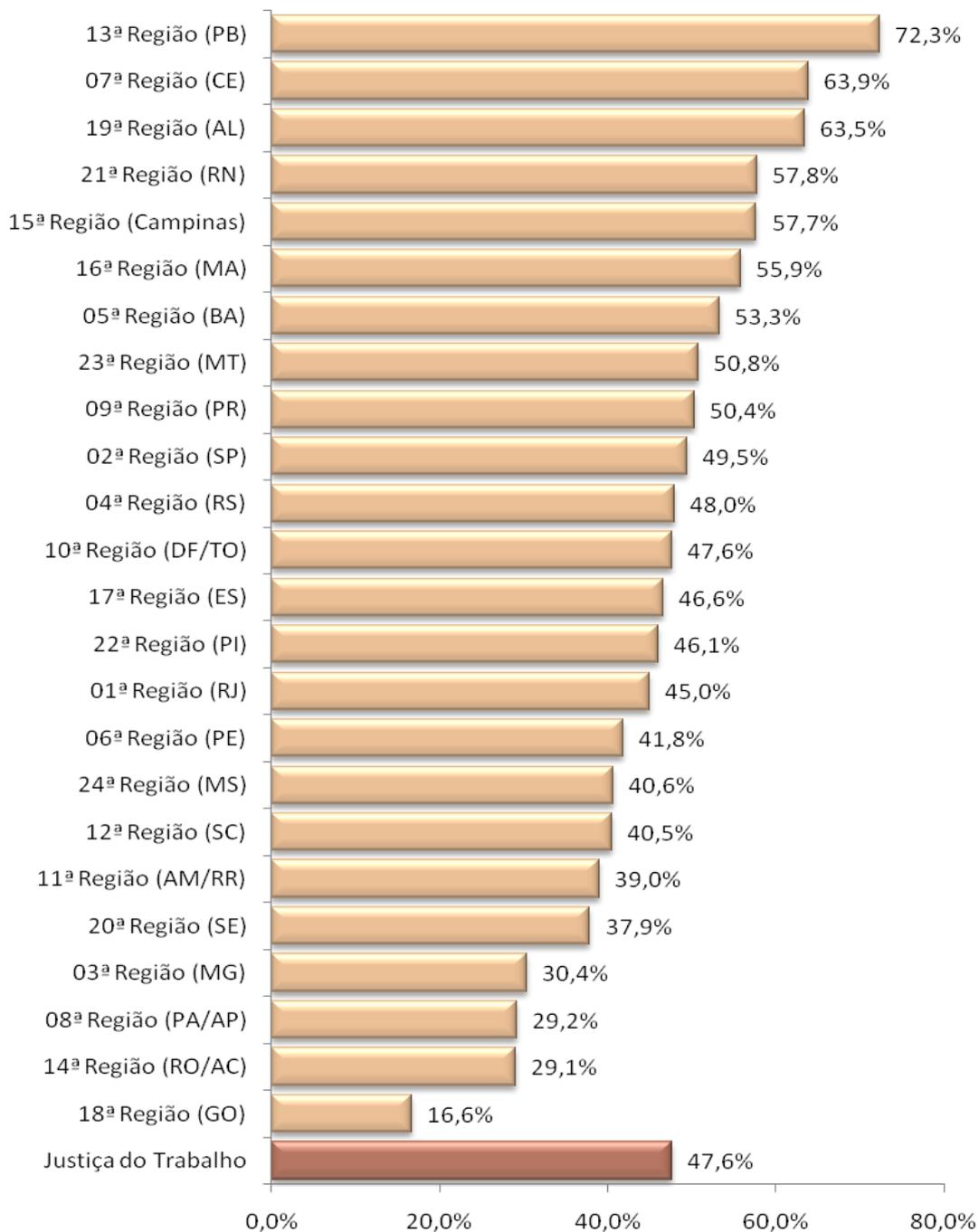
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
01ª Região (RJ)	388.575	288.270	418.250	45,0%
02ª Região (SP)	606.033	596.874	602.149	49,5%
03ª Região (MG)	374.535	345.640	192.135	30,4%
04ª Região (RS)	232.226	219.715	227.026	48,0%
05ª Região (BA)	193.831	161.570	253.115	53,3%
06ª Região (PE)	145.697	147.977	102.548	41,8%
07ª Região (CE)	48.364	72.118	61.961	63,9%
08ª Região (PA/AP)	102.400	100.173	44.560	29,2%
09ª Região (PR)	204.991	218.174	195.047	50,4%
10ª Região (DF/TO)	83.020	75.315	83.164	47,6%
11ª Região (AM/RR)	75.633	73.194	50.823	39,0%
12ª Região (SC)	85.969	107.293	37.290	40,5%
13ª Região (PB)	31.348	39.748	73.595	72,3%
14ª Região (RO/AC)	41.677	39.716	19.054	29,1%
15ª Região (Campinas)	383.425	393.764	512.856	57,7%
16ª Região (MA)	41.523	46.110	47.946	55,9%
17ª Região (ES)	54.038	50.827	50.278	46,6%
18ª Região (GO)	122.320	100.252	46.480	16,6%
19ª Região (AL)	41.187	43.077	69.672	63,5%
20ª Região (SE)	30.760	30.912	18.625	37,9%
21ª Região (RN)	55.257	49.363	81.588	57,8%
22ª Região (PI)	31.344	32.763	25.350	46,1%
23ª Região (MT)	41.007	46.028	37.350	50,8%
24ª Região (MS)	39.296	38.092	28.056	40,6%
Justiça do Trabalho	3.454.456	3.316.965	3.278.918	47,6%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1}$

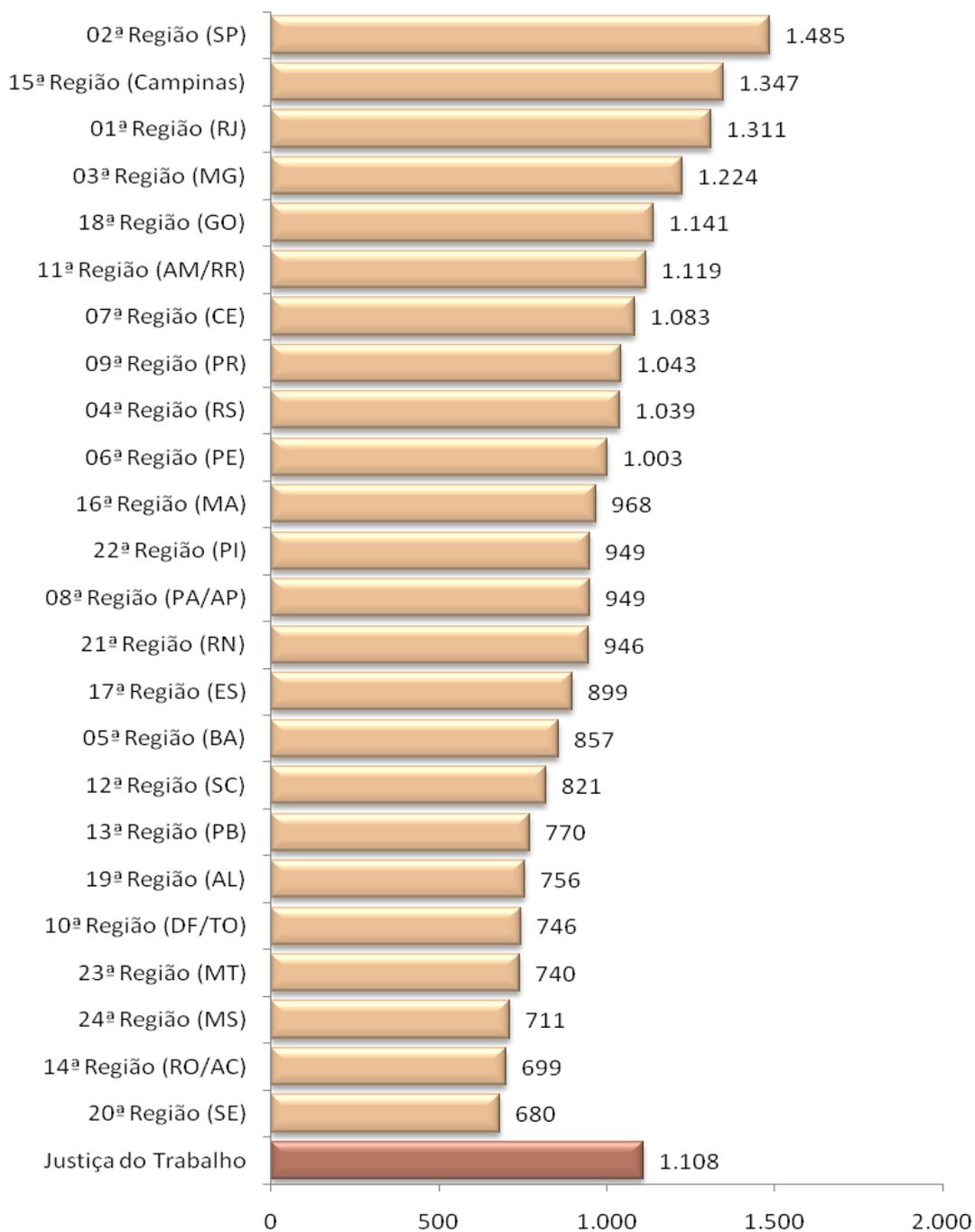
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
01ª Região (RJ)	356.558	272	1.311
02ª Região (SP)	606.033	408	1.485
03ª Região (MG)	347.538	284	1.224
04ª Região (RS)	250.492	241	1.039
05ª Região (BA)	174.852	204	857
06ª Região (PE)	140.480	140	1.003
07ª Região (CE)	55.212	51	1.083
08ª Região (PA/AP)	98.684	104	949
09ª Região (PR)	203.401	195	1.043
10ª Região (DF/TO)	69.413	93	746
11ª Região (AM/RR)	69.357	62	1.119
12ª Região (SC)	99.306	121	821
13ª Região (PB)	50.067	65	770
14ª Região (RO/AC)	39.151	56	699
15ª Região (Campinas)	490.275	364	1.347
16ª Região (MA)	46.462	48	968
17ª Região (ES)	55.719	62	899
18ª Região (GO)	92.442	81	1.141
19ª Região (AL)	34.042	45	756
20ª Região (SE)	21.081	31	680
21ª Região (RN)	35.966	38	946
22ª Região (PI)	30.380	32	949
23ª Região (MT)	47.376	64	740
24ª Região (MS)	39.832	56	711
Justiça do Trabalho	3.454.119	3.117	1.108

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = Dec / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Sent = Sent2 + Sent1$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

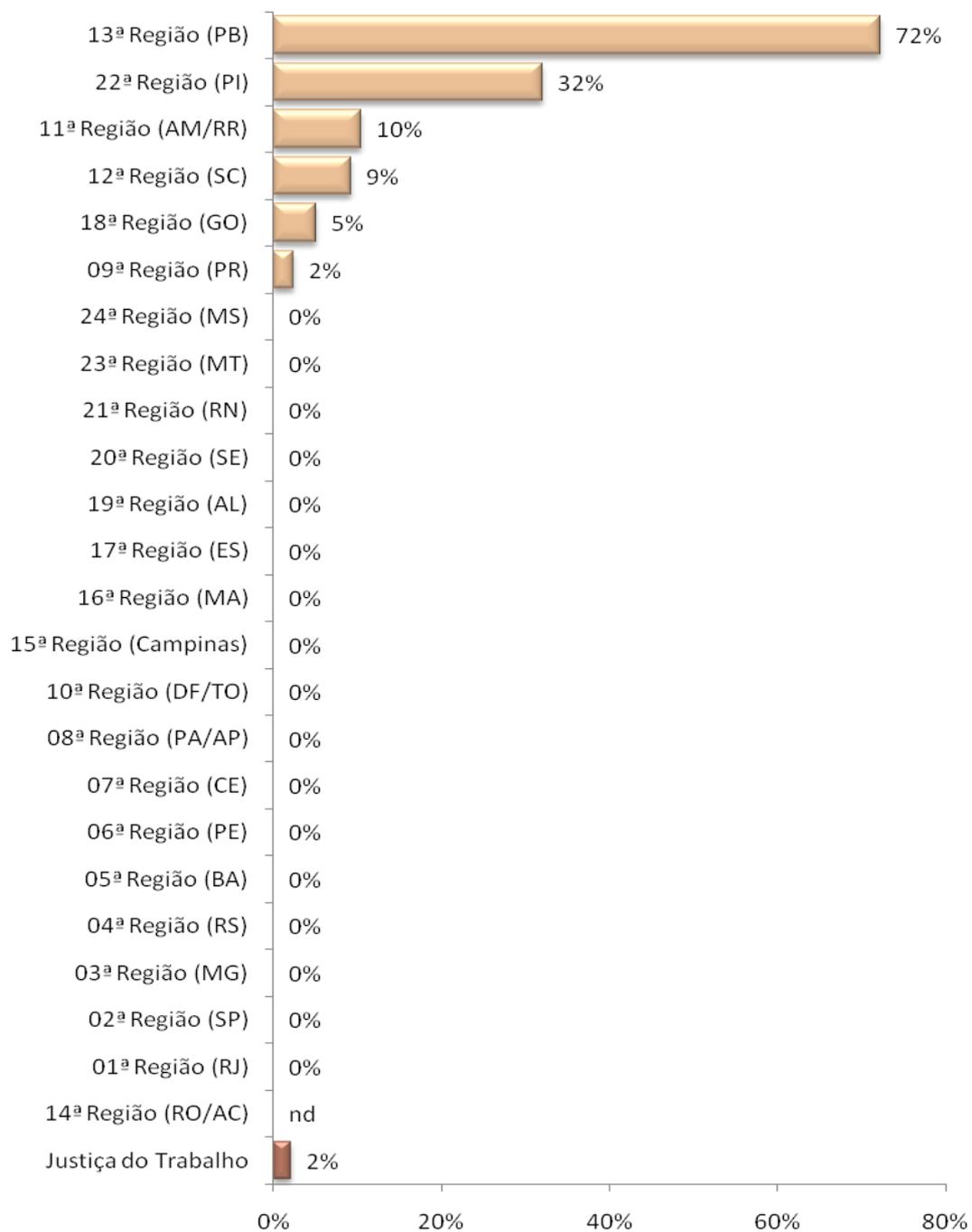
Tabela 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
01ª Região (RJ)	0	246.234	0%
02ª Região (SP)	0	423.557	0%
03ª Região (MG)	0	293.295	0%
04ª Região (RS)	0	174.989	0%
05ª Região (BA)	0	135.966	0%
06ª Região (PE)	0	108.714	0%
07ª Região (CE)	0	51.218	0%
08ª Região (PA/AP)	0	83.689	0%
09ª Região (PR)	3.799	162.749	2%
10ª Região (DF/TO)	0	61.636	0%
11ª Região (AM/RR)	6.155	59.293	10%
12ª Região (SC)	7.848	85.027	9%
13ª Região (PB)	22.735	31.462	72%
14ª Região (RO/AC)	nd	30.060	nd
15ª Região (Campinas)	0	316.463	0%
16ª Região (MA)	0	37.199	0%
17ª Região (ES)	0	39.808	0%
18ª Região (GO)	4.340	85.300	5%
19ª Região (AL)	0	32.125	0%
20ª Região (SE)	0	20.898	0%
21ª Região (RN)	0	35.617	0%
22ª Região (PI)	8.329	26.021	32%
23ª Região (MT)	0	35.956	0%
24ª Região (MS)	0	31.594	0%
Justiça do Trabalho	53.206	2.608.870	2%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $\text{Cn2}^\circ + \text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

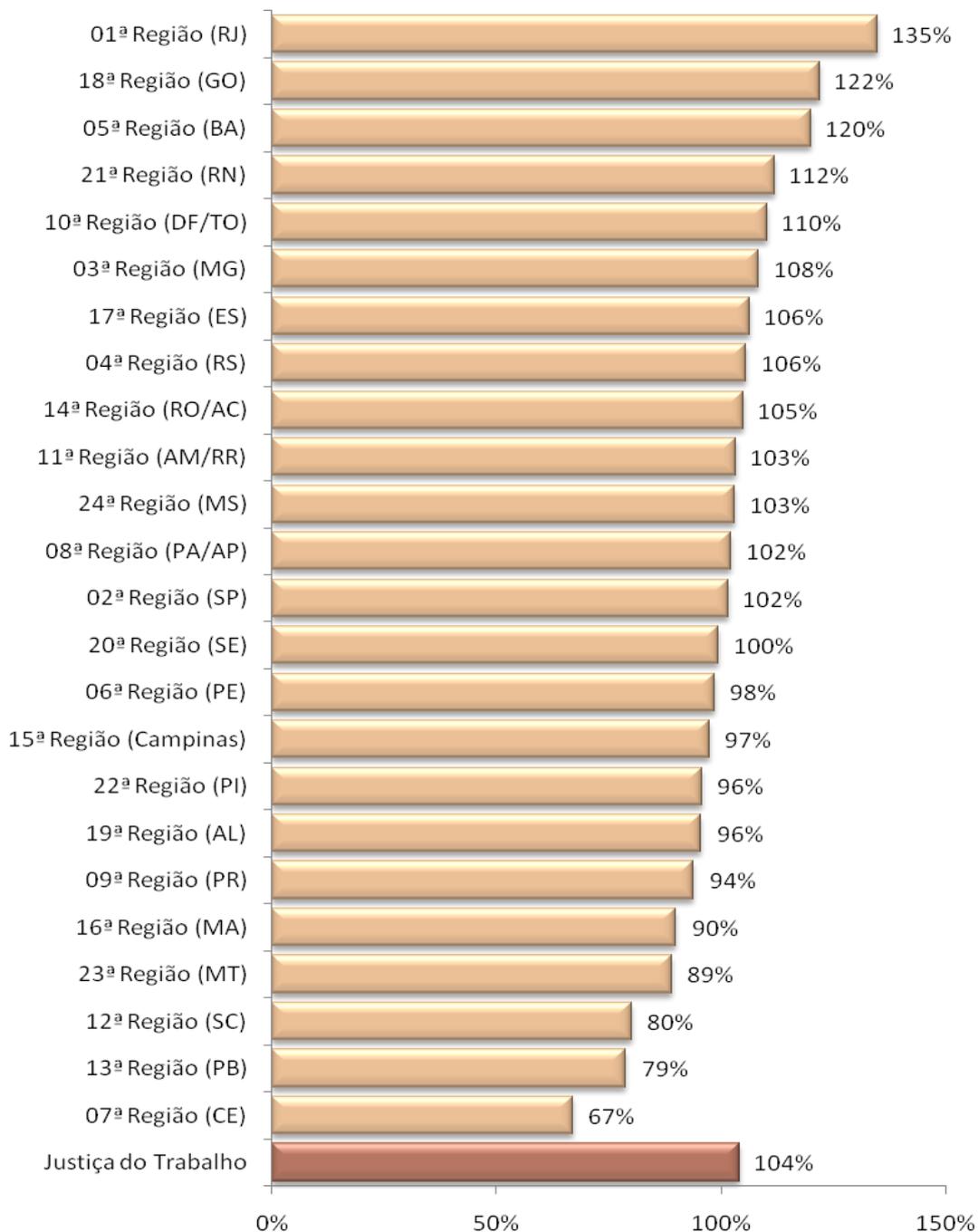
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	TbCn - Processos Baixados por Caso Novo
01ª Região (RJ)	388.575	288.270	135%
02ª Região (SP)	606.033	596.874	102%
03ª Região (MG)	374.535	345.640	108%
04ª Região (RS)	232.226	219.715	106%
05ª Região (BA)	193.831	161.570	120%
06ª Região (PE)	145.697	147.977	98%
07ª Região (CE)	48.364	72.118	67%
08ª Região (PA/AP)	102.400	100.173	102%
09ª Região (PR)	204.991	218.174	94%
10ª Região (DF/TO)	83.020	75.315	110%
11ª Região (AM/RR)	75.633	73.194	103%
12ª Região (SC)	85.969	107.293	80%
13ª Região (PB)	31.348	39.748	79%
14ª Região (RO/AC)	41.677	39.716	105%
15ª Região (Campinas)	383.425	393.764	97%
16ª Região (MA)	41.523	46.110	90%
17ª Região (ES)	54.038	50.827	106%
18ª Região (GO)	122.320	100.252	122%
19ª Região (AL)	41.187	43.077	96%
20ª Região (SE)	30.760	30.912	100%
21ª Região (RN)	55.257	49.363	112%
22ª Região (PI)	31.344	32.763	96%
23ª Região (MT)	41.007	46.028	89%
24ª Região (MS)	39.296	38.092	103%
Justiça do Trabalho	3.454.456	3.316.965	104%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Fórmula: $TbCn = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $Cn = Cn2 + Cn1$

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

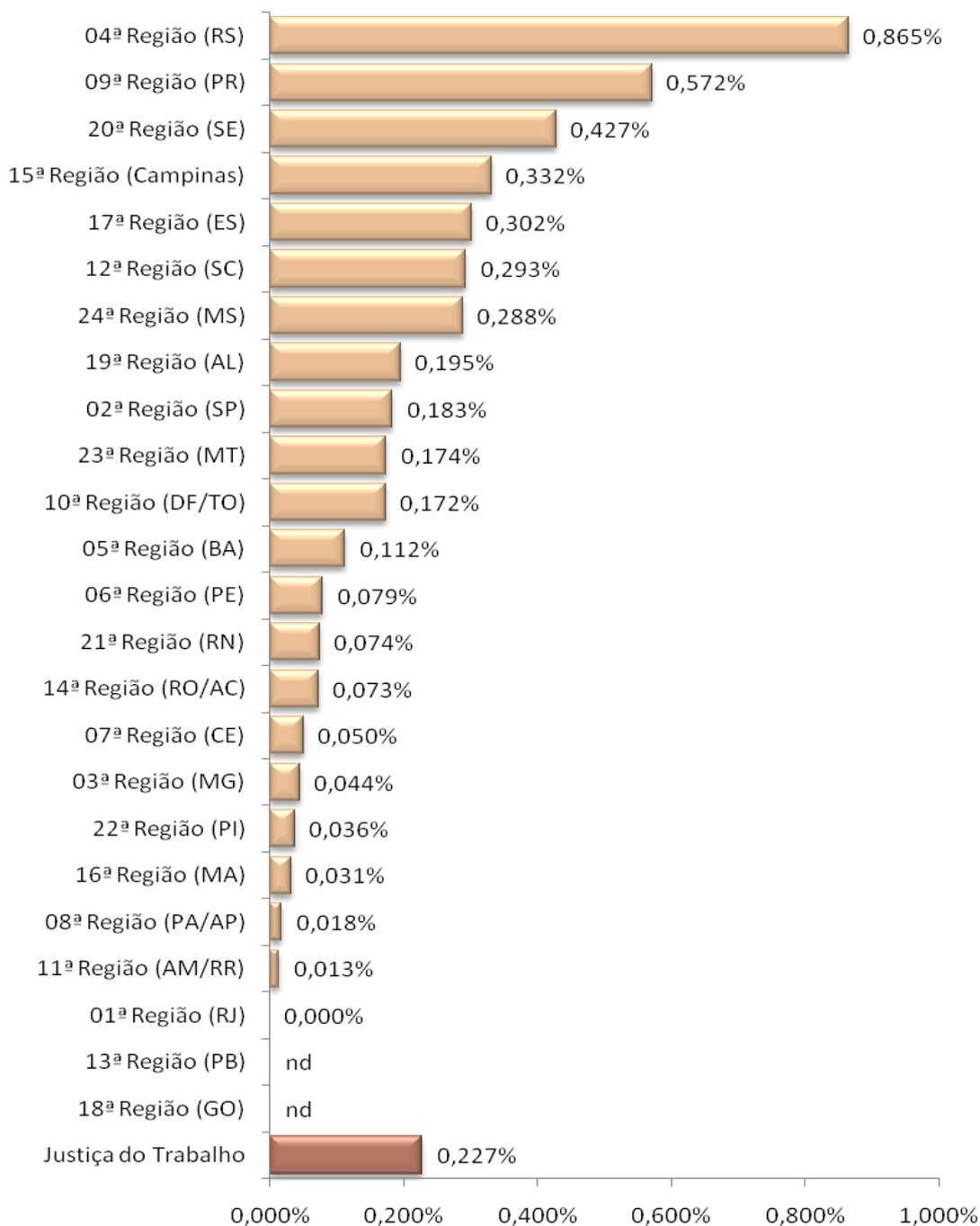
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região (RJ)	0	1.186.236.360	0,000%
02ª Região (SP)	2.462.380	1.346.672.375	0,183%
03ª Região (MG)	466.331	1.049.657.500	0,044%
04ª Região (RS)	8.372.751	967.686.418	0,865%
05ª Região (BA)	760.000	678.095.706	0,112%
06ª Região (PE)	386.940	491.035.949	0,079%
07ª Região (CE)	119.440	238.865.803	0,050%
08ª Região (PA/AP)	60.579	340.479.686	0,018%
09ª Região (PR)	3.253.129	569.189.757	0,572%
10ª Região (DF/TO)	632.658	366.930.031	0,172%
11ª Região (AM/RR)	39.810	297.120.737	0,013%
12ª Região (SC)	1.300.000	443.830.007	0,293%
13ª Região (PB)	nd	278.643.296	nd
14ª Região (RO/AC)	149.825	206.531.840	0,073%
15ª Região (Campinas)	3.000.000	904.735.483	0,332%
16ª Região (MA)	39.860	127.290.645	0,031%
17ª Região (ES)	520.000	172.403.692	0,302%
18ª Região (GO)	nd	247.699.587	nd
19ª Região (AL)	242.184	124.185.374	0,195%
20ª Região (SE)	436.431	102.101.152	0,427%
21ª Região (RN)	109.121	147.297.390	0,074%
22ª Região (PI)	30.977	84.931.339	0,036%
23ª Região (MT)	256.383	147.474.776	0,174%
24ª Região (MS)	443.330	154.005.990	0,288%
Justiça do Trabalho	23.082.129	10.673.100.893	0,227%

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

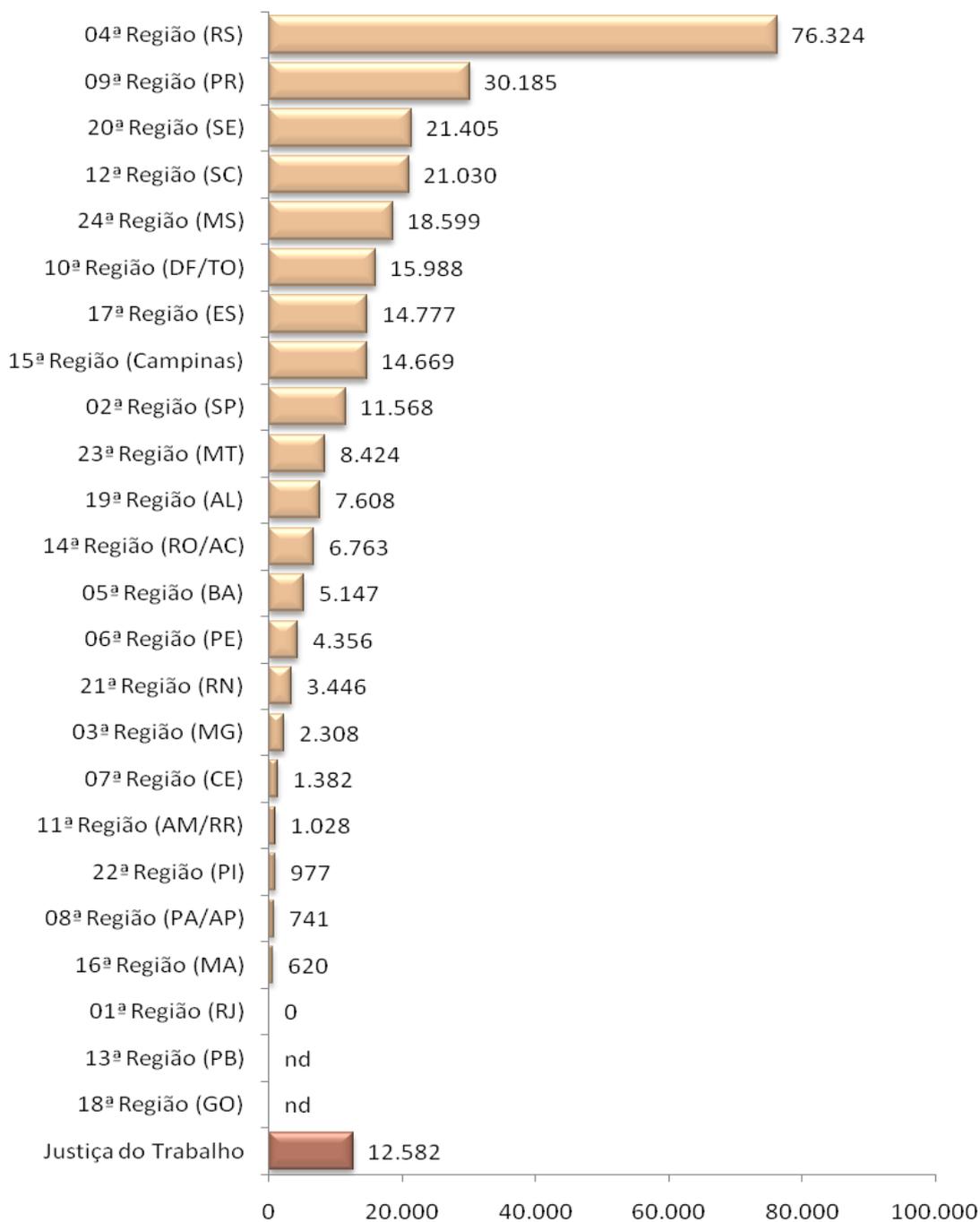
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região (RJ)	0	161	0
02ª Região (SP)	2.462.380	213	11.568
03ª Região (MG)	466.331	202	2.308
04ª Região (RS)	8.372.751	110	76.324
05ª Região (BA)	760.000	148	5.147
06ª Região (PE)	386.940	89	4.356
07ª Região (CE)	119.440	86	1.382
08ª Região (PA/AP)	60.579	82	741
09ª Região (PR)	3.253.129	108	30.185
10ª Região (DF/TO)	632.658	40	15.988
11ª Região (AM/RR)	39.810	39	1.028
12ª Região (SC)	1.300.000	62	21.030
13ª Região (PB)	nd	38	nd
14ª Região (RO/AC)	149.825	22	6.763
15ª Região (Campinas)	3.000.000	205	14.669
16ª Região (MA)	39.860	64	620
17ª Região (ES)	520.000	35	14.777
18ª Região (GO)	nd	60	nd
19ª Região (AL)	242.184	32	7.608
20ª Região (SE)	436.431	20	21.405
21ª Região (RN)	109.121	32	3.446
22ª Região (PI)	30.977	32	977
23ª Região (MT)	256.383	30	8.424
24ª Região (MS)	443.330	24	18.599
Justiça do Trabalho	23.082.129	1.933	12.582

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

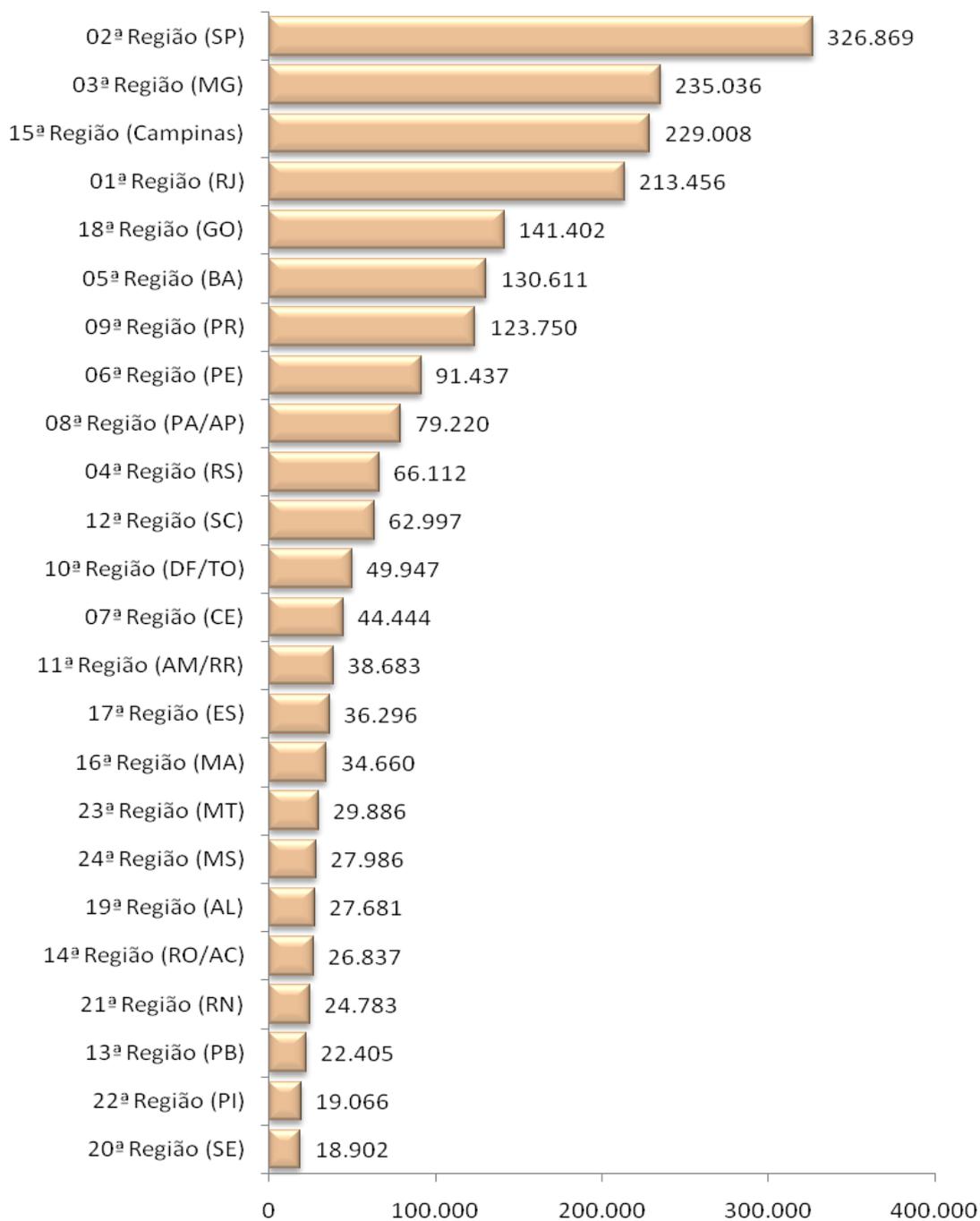
3.3 Dem - Demandantes

Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal Regional do Trabalho	Dem - Demandantes
01ª Região (RJ)	213.456
02ª Região (SP)	326.869
03ª Região (MG)	235.036
04ª Região (RS)	66.112
05ª Região (BA)	130.611
06ª Região (PE)	91.437
07ª Região (CE)	44.444
08ª Região (PA/AP)	79.220
09ª Região (PR)	123.750
10ª Região (DF/TO)	49.947
11ª Região (AM/RR)	38.683
12ª Região (SC)	62.997
13ª Região (PB)	22.405
14ª Região (RO/AC)	26.837
15ª Região (Campinas)	229.008
16ª Região (MA)	34.660
17ª Região (ES)	36.296
18ª Região (GO)	141.402
19ª Região (AL)	27.681
20ª Região (SE)	18.902
21ª Região (RN)	24.783
22ª Região (PI)	19.066
23ª Região (MT)	29.886
24ª Região (MS)	27.986
Justiça do Trabalho	2.101.474

Fonte: Justiça em Números 2010.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.4. Poder Público como Demandante.
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

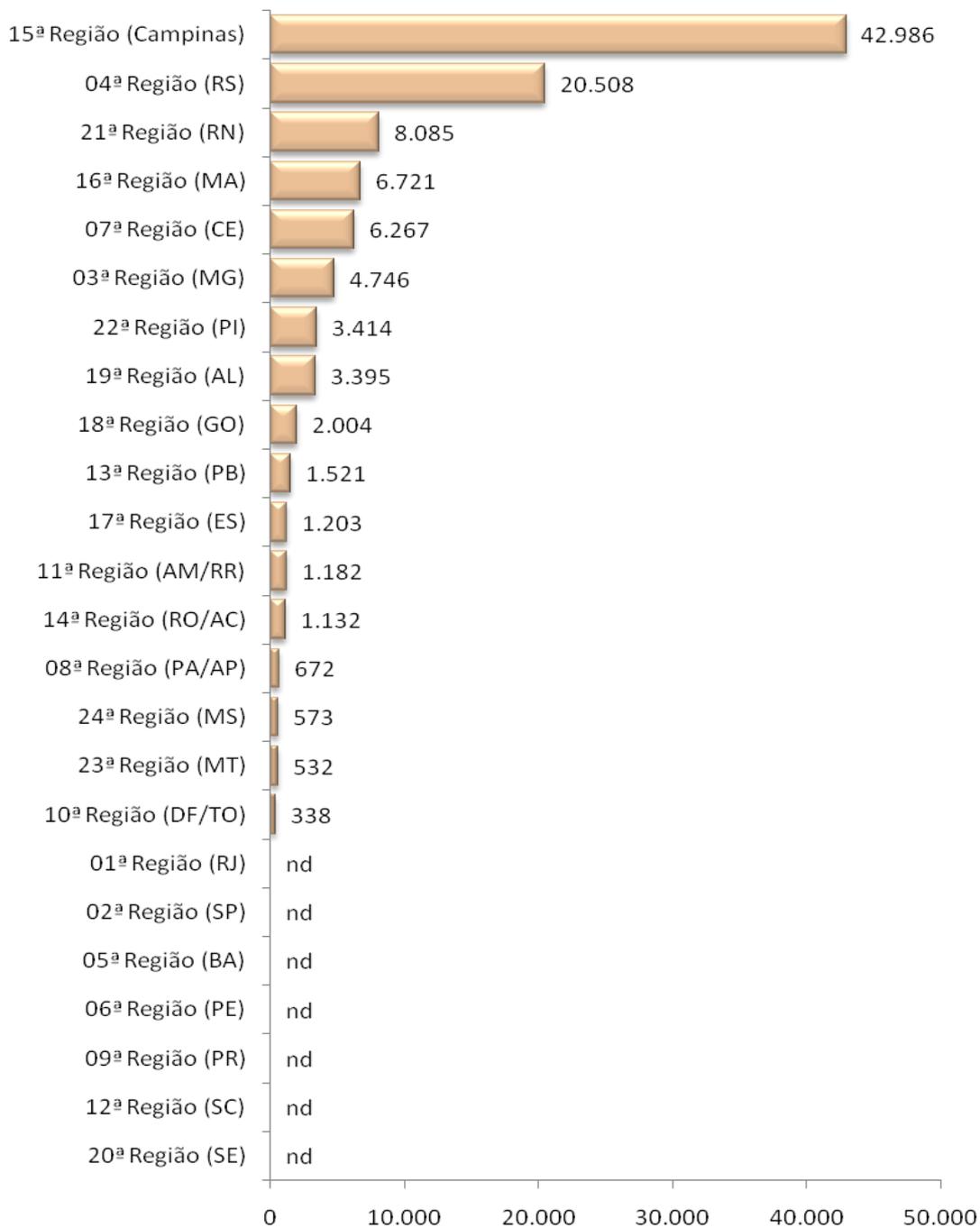
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	nd	nd	nd	nd
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	2.412	607	1.727	4.746
04ª Região (RS)	10.372	3.668	6.468	20.508
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	1.666	354	4.247	6.267
08ª Região (PA/AP)	377	163	132	672
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	315	22	1	338
11ª Região (AM/RR)	185	155	842	1.182
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	678	148	695	1.521
14ª Região (RO/AC)	275	601	256	1.132
15ª Região (Campinas)	19.817	11.105	12.064	42.986
16ª Região (MA)	693	215	5.813	6.721
17ª Região (ES)	585	286	332	1.203
18ª Região (GO)	1.669	218	117	2.004
19ª Região (AL)	2.151	506	738	3.395
20ª Região (SE)	nd	nd	nd	nd
21ª Região (RN)	2.002	916	5.167	8.085
22ª Região (PI)	762	379	2.273	3.414
23ª Região (MT)	391	85	56	532
24ª Região (MS)	185	130	258	573
Justiça do Trabalho	44.535	19.558	41.186	105.279

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF2^\circ + CpPF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE2^\circ + CpPE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM2^\circ + CpPM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

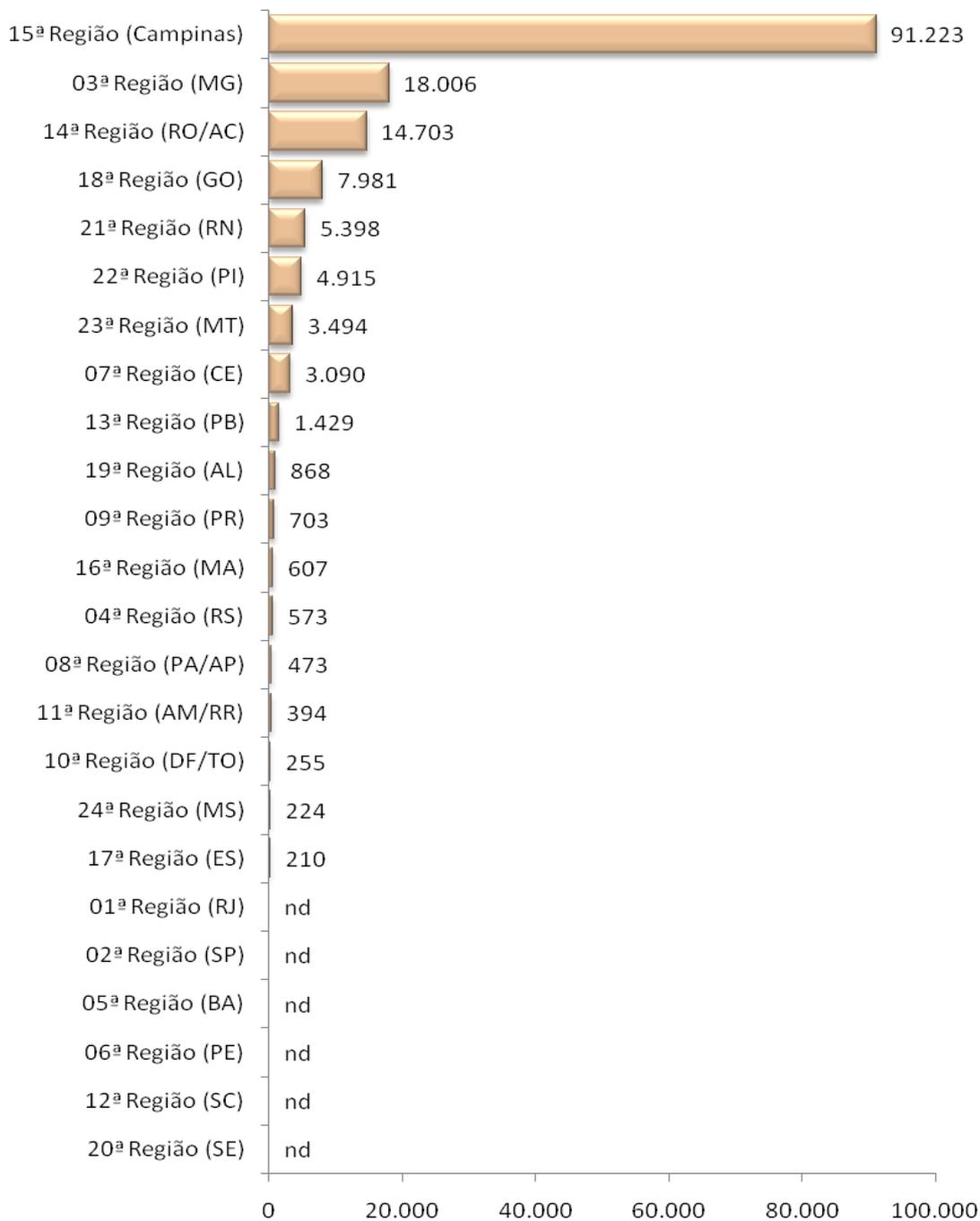
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	nd	nd	nd	nd
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	16.566	1.292	148	18.006
04ª Região (RS)	405	42	126	573
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	3.037	5	48	3.090
08ª Região (PA/AP)	364	49	60	473
09ª Região (PR)	345	26	332	703
10ª Região (DF/TO)	253	0	2	255
11ª Região (AM/RR)	383	4	7	394
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	1.419	9	1	1.429
14ª Região (RO/AC)	10.554	3.963	186	14.703
15ª Região (Campinas)	90.688	116	419	91.223
16ª Região (MA)	342	41	224	607
17ª Região (ES)	141	26	43	210
18ª Região (GO)	7.975	6	0	7.981
19ª Região (AL)	824	17	27	868
20ª Região (SE)	nd	nd	nd	nd
21ª Região (RN)	5.354	22	22	5.398
22ª Região (PI)	4.459	108	348	4.915
23ª Região (MT)	3.207	113	174	3.494
24ª Região (MS)	219	4	1	224
Justiça do Trabalho	146.535	5.843	2.168	154.546

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

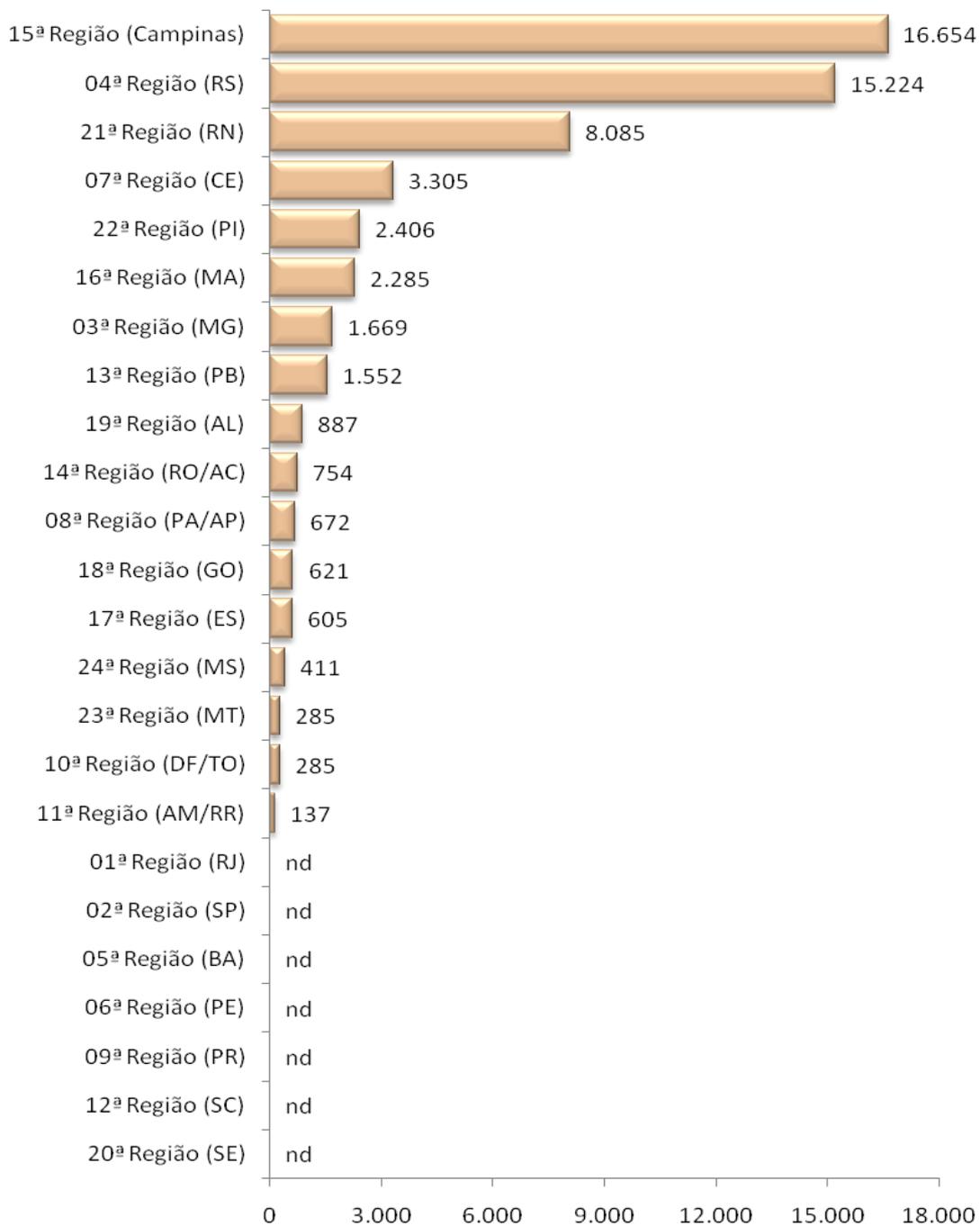
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	nd	nd	nd	nd
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	556	233	880	1.669
04ª Região (RS)	4.940	5.393	4.891	15.224
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	233	77	2.995	3.305
08ª Região (PA/AP)	491	90	91	672
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	282	3	0	285
11ª Região (AM/RR)	50	15	72	137
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	690	66	796	1.552
14ª Região (RO/AC)	87	262	405	754
15ª Região (Campinas)	4.817	3.740	8.097	16.654
16ª Região (MA)	263	49	1.973	2.285
17ª Região (ES)	361	86	158	605
18ª Região (GO)	377	124	120	621
19ª Região (AL)	232	98	557	887
20ª Região (SE)	nd	nd	nd	nd
21ª Região (RN)	2.002	916	5.167	8.085
22ª Região (PI)	556	505	1.345	2.406
23ª Região (MT)	189	71	25	285
24ª Região (MS)	81	44	286	411
Justiça do Trabalho	16.207	11.772	27.858	55.837

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF2^\circ + CpCF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE2^\circ + CpCE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM2^\circ + CpCM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

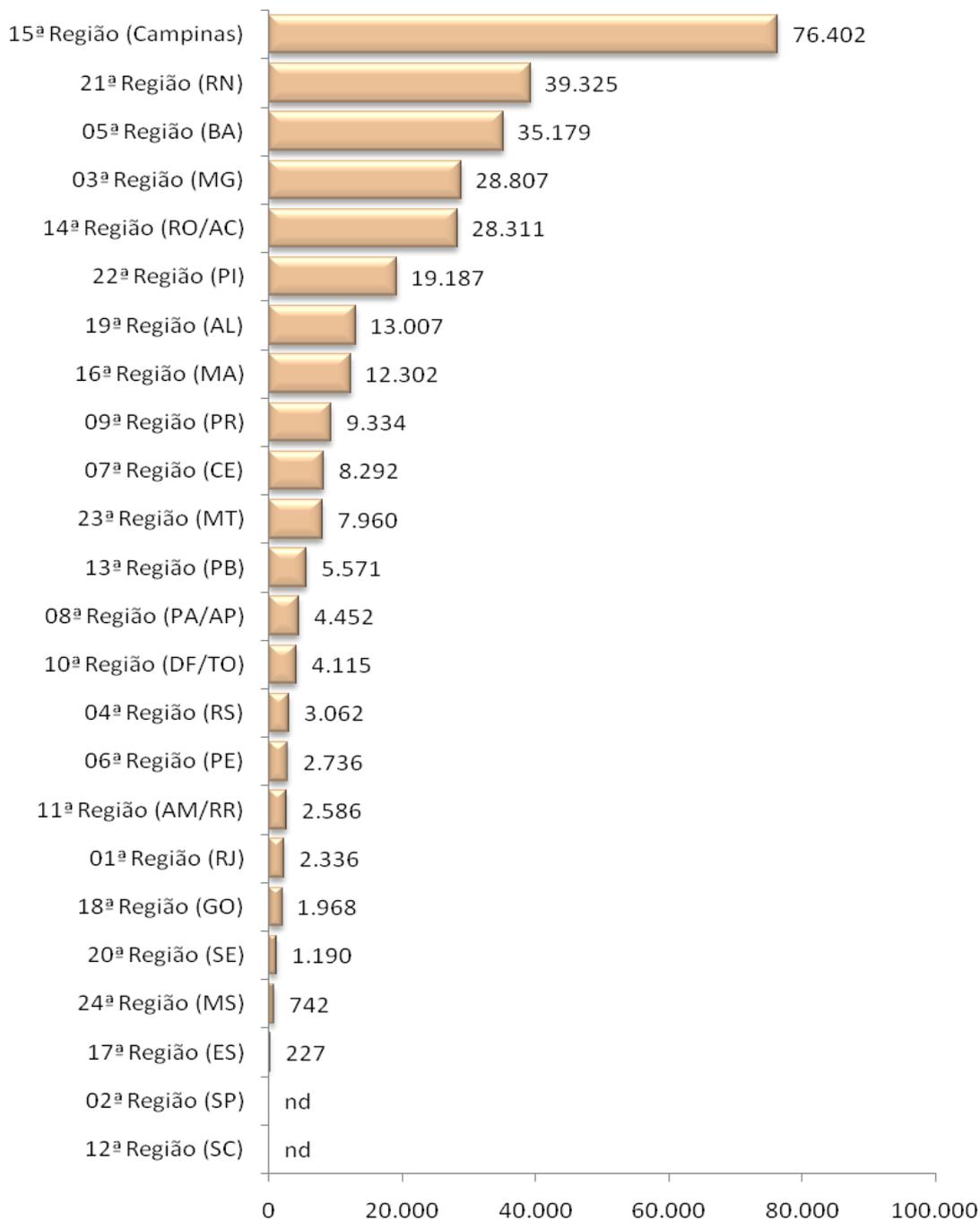
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	123	145	2.068	2.336
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	16.746	3.526	8.535	28.807
04ª Região (RS)	576	569	1.917	3.062
05ª Região (BA)	11.768	485	22.926	35.179
06ª Região (PE)	189	135	2.412	2.736
07ª Região (CE)	406	185	7.701	8.292
08ª Região (PA/AP)	746	1.850	1.856	4.452
09ª Região (PR)	1.476	1.032	6.826	9.334
10ª Região (DF/TO)	3.627	345	143	4.115
11ª Região (AM/RR)	104	278	2.204	2.586
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	1.106	747	3.718	5.571
14ª Região (RO/AC)	6.470	13.267	8.574	28.311
15ª Região (Campinas)	12.199	16.812	47.391	76.402
16ª Região (MA)	989	1.353	9.960	12.302
17ª Região (ES)	42	44	141	227
18ª Região (GO)	648	465	855	1.968
19ª Região (AL)	1.826	3.050	8.131	13.007
20ª Região (SE)	29	129	1.032	1.190
21ª Região (RN)	1.967	2.848	34.510	39.325
22ª Região (PI)	1.791	3.195	14.201	19.187
23ª Região (MT)	2.385	3.677	1.898	7.960
24ª Região (MS)	187	71	484	742
Justiça do Trabalho	65.400	54.208	187.483	307.091

Fonte: Justiça em Números 2010.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF1^\circ + CpCF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE1^\circ + CpCE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM1^\circ + CpCM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.